

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL

OLIVIA YUMI NAKAEMA

**O tratamento da (im)polidez em gramáticas da língua japonesa
escritas por estrangeiros entre os séculos XVI e XIX**

São Paulo
2022

OLIVIA YUMI NAKAEMA

O tratamento da (im)polidez em gramáticas da língua japonesa
escritas por estrangeiros entre os séculos XVI e XIX

Olivia Yumi Nakaema

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Letras.

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Nt NAKAEMA, OLIVIA YUMI
O tratamento da (im)polidez em gramáticas da
língua japonesa escritas por estrangeiros entre os
séculos XVI e XIX / OLIVIA YUMI NAKAEMA; orientadora
OLGA COELHO - São Paulo, 2022.
193 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Linguística. Área de concentração:
Semiótica e Lingüística Geral.

1. Polidez. 2. Língua Japonesa. 3. Historiografia
da Linguística. 4. Gramática. I. COELHO, OLGA,
orient. II. Título.

Folha de aprovação

Nome: NAKAEMA, Olivia Yumi

Título: O tratamento da (im)polidez em gramáticas da língua japonesa escritas por estrangeiros entre os séculos XVI e XIX

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Letras.

Aprovada em: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos pequenos *cedochies*: Lara, Gabi e Violeta.

Agradecimentos

A Deus acima de todas as coisas, sempre.

À Profa. Dra. Olga Ferreira Coelho Sansone pela atenção, carinho e sabedoria com que orientou esta tese.

À CAPES, pela concessão de bolsa PROEX, que resultou nesta tese. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da CAPES.

À Profa. Dra. Cristina Altman, fundadora do CEDOCH – Centro de Documentação em Historiografia da Linguística -, pelas inúmeras e incansáveis contribuições.

Ao Prof. Dr. Jean Cristtus Portela, pelas valiosas contribuições no exame de qualificação. A todos os professores e colegas do Departamento de Linguística, que contribuíram direta e indiretamente para criar condições para que este trabalho chegasse ao fim.

Ao Prof. Dr. Akira Kono (*in memoriam*), pela amizade, orientação e doação de livros raros de documentação missionária, sem os quais esta pesquisa não teria sido possível.

Ao Prof. Dr. Koichi Mori (*in memoriam*) e à profa. Dra. Neide Hisae Nagae, pelo incentivo e ajuda em diversos momentos difíceis nas atividades acadêmicas.

Ao Prof. Dr. Yousuke Katô (*in memoriam*), pelo incentivo e orientação na Universidade de Osaka, cujos frutos contribuíram para a elaboração do projeto de pesquisa e sua conclusão.

Aos Profs. Drs. Isao Santô e Jun Shirai, pelas orientações recebidas durante as disciplinas ministradas na Universidade de São Paulo.

Ao Prof. Dr. Otto Zwartjes, pela orientação durante o minicurso promovido pelo CEDOCH em 2018.

Aos professores da área de Japonês, em especial ao Prof. Dr. Wataru Kikuchi pelas minuciosas contribuições desde o exame qualificação.

Aos funcionários das bibliotecas da Universidade de São Paulo e aos secretários do Departamento de Linguística, Érica e Robson, pela ajuda durante tantos anos.

Aos colegas ministrantes e alunos dos cursos de extensão “A linguística e a gramática em sala de aula” (2019) e “Introdução ao fazer científico” (2019), que muito contribuíram para vivências que estendem as pesquisas para o ensino.

A todos os colegas da pós-graduação do Departamento de Linguística, em especial aos colegas do Cedoch, Stela Danna, Bruna Polachini, Enio Suguiyama Jr., José Bento Vidal Neto, Karina de Oliveira, Rodrygo Tanaka, Rogério Nóbrega, Edgard Bikelis, Wellington Santos da Silva, Patrícia Cardoso, Rogério Cardoso, Prof. Alessandro Beccari, Bruno Fochesato Alves, Augusto, Ítalo, Eduardo Ferreira dos Santos, Dênis Douglas, Felipe Prais Almeida, Pedro Henrique C. Freire, Isadora Moreira Vaz, entre tantos outros, que desde 2016 me acolheram e me ajudaram a amadurecer como pesquisadora.

A todos os colegas do Instituto Singularidades, que sempre me inspiraram e apoiaram nos momentos de dificuldade.

A todos os amigos, colegas e alunos que torceram pela conclusão deste trabalho.

Por fim, a meus pais Yoko e Isao, a meus irmãos Katia e Rogério e a minha filha Violeta, pelos ensinamentos e apoio incondicional.

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar,
sem aprender a fazer o caminho caminhando,
refazendo e retocando o sonho
pelo qual se pôs a caminhar.”

Paulo Freire

RESUMO

NAKAEMA, Olivia Yumi. **O tratamento da (im)polidez em gramáticas da língua japonesa escritas por estrangeiros entre os séculos XVI e XIX.** Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana, Universidade de São Paulo, 2022.

Este trabalho visou investigar como a polidez e a impolidez foram descritas por estrangeiros em gramáticas produzidas do século XVI ao XIX. A partir da metodologia de análise do conhecimento proposta por Swiggers (2004 [2003]) em camadas, buscamos observar elementos externos e internos às obras, analisando o contexto e a terminologia empregada na descrição da polidez. No capítulo introdutório, apresentamos algumas considerações iniciais sobre o fazer historiográfico e uma breve revisão da literatura sobre o tema. No capítulo I, tratamos da definição da polidez e da impolidez, e como estas têm sido sistematizadas pelos linguistas que investigam a língua japonesa. Além disso, apresentamos as perspectivas da polidez pelo viés êmico e ético (EELLEN, 2001). No capítulo II, abordamos a metodologia de análise utilizada, definindo a cobertura do trabalho historiográfico, estabelecendo o tema, o tempo, o espaço e os agentes. O capítulo III foi dedicado à apresentação do contexto de produção e à análise da camada teórica, investigando a concepção de linguagem, língua, língua japonesa e polidez nas gramáticas selecionadas. No capítulo IV, investigamos a camada técnica, analisando o tratamento da polidez e a terminologia utilizada em cada obra. No capítulo de considerações finais, concluímos que a perspectiva do tratamento dado à polidez verificada é predominantemente êmica, em que se considera o conhecimento nativo com uma perspectiva de particularidade, não universal. Ao analisar a concepção de língua japonesa, verificamos ideologias presentes que revelam um sujeito descritor tomado por sua perspectiva ocidental, branca, colonizadora, o que não está tão evidenciado no tratamento da polidez. Dessa maneira, o que se verificou foram descrições da polidez e da impolidez da língua japonesa como uma língua ‘exótica’, distinta das línguas vernáculas europeias.

Palavras-chave: Polidez. Língua Japonesa. Historiografia da Linguística. Gramática.

ABSTRACT

NAKAEMA, Olivia Yumi. **The treatment of (im)politeness in Japanese grammars written by foreigners from the 16th to the 19th century.** Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana, Universidade de São Paulo, 2022.

This work is aimed at investigating how politeness and impoliteness were described by foreigners in grammars produced from the 16th to the 19th century. Based on the knowledge analysis methodology proposed by Swiggers (2004 [2003]) in ‘layers’, we seek to observe external and internal elements to the works, analyzing the context and terminology used in the description of politeness. In the introductory chapter, we presented some initial considerations about the historiographical work and a brief review of the literature on the subject. In chapter I, we addressed the definition of politeness and impoliteness, and how these have been systematized by linguists who investigate the Japanese language. In addition, we presented the perspectives of politeness from an emic and etic point of view (EELLEN, 2001). In chapter II, we approached the analysis methodology used, defining the coverage of the historiographical work, establishing the theme, time, space and agents. Chapter III was dedicated to the presentation of the production context and the analysis of the theoretical layer, investigating the conception of language, Japanese language and politeness in the selected grammars. In chapter IV, we investigate the technical layer, analyzing the treatment of politeness and the terminology used in each work. In the conclusive chapter, we concluded that the perspective of the treatment given to verified politeness is predominantly emic, in which native knowledge is taken into account, considering it with a perspective of particularity, not a universal one. When analyzing the conception of the Japanese language, we identified ideologies that reveal a descriptor subject taken by its western, white, colonizing perspective, which is not so evident in the treatment of politeness. Thus, what was found were descriptions of the politeness and impoliteness of the Japanese language as an ‘exotic’ language, distinct from European vernaculars.

Keywords: Politeness. Japanese language. Historiography of Linguistics. Grammar.

SUMÁRIO

Capítulo Introdutório.....	25
1. Considerações iniciais sobre o fazer historiográfico	25
2. Uma breve revisão da literatura.....	27
3. Sobre a estrutura deste trabalho.....	31
Capítulo I. Definição de Polidez.....	33
3. Conceito de polidez e suas diferentes abordagens.....	33
2. Algumas teorias e modelos de polidez segundo a Pragmática	36
3. Êmico x Ético	39
4. A Polidez na língua japonesa.....	42
4. 1. O fenômeno da polidez na língua japonesa.....	42
4. 2. Graus de polidez na língua japonesa.....	48
4. 3. Fatores que regem a polidez na língua japonesa	48
Capítulo II – Metodologia.....	51
1. Cobertura	51
1. 1. Tema.....	52
1. 2. Periodização	53
1. 3. Espaço	55
1. 4. Agentes.....	55
1. 5. Fontes primárias	56
2. Uma proposta de estudo historiográfico da (im)polidez.....	57
2. 1. Critérios de análise	58
Capítulo III. Concepção de linguagem e língua, língua japonesa e polidez.....	62
1. Breve história do Japão e sua relação com os países estrangeiros do século XVI ao XIX .62	
1. 1. Século XVI ao XVII: Missionários cristãos no Japão.....	63
1. 2. Século XVIII e primeira metade do século XIX: Governo Tokugawa	67
1. 3. Século XIX: Reabertura dos portos e Restauração Meiji.....	72
2. Concepção de linguagem e língua	84
2. 1. Século XVI ao XVII: Missionários cristãos no Japão.....	86
2. 2. Século XVIII e primeira metade do século XIX: Governo Tokugawa	87
2. 3. Século XIX: Reabertura dos portos e Restauração Meiji.....	88
3. Concepção de língua japonesa.....	90
3. 1. Século XVI ao XVII: Missionários cristãos no Japão.....	91
3. 2. Século XVIII e primeira metade do século XIX: Governo Tokugawa	92
3. 3. Século XIX: Reabertura dos portos e Restauração Meiji.....	93
4. Concepção de polidez	98
4. 1. Século XVI ao XVII: Missionários cristãos no Japão.....	98
4. 2. Século XVIII e primeira metade do século XIX: Governo Tokugawa	99
4. 3. Século XIX: Reabertura dos portos e Restauração Meiji.....	101

Capítulo IV – Tratamento da polidez: análise da terminologia	107
1. Século XVI ao XVII: Missionários cristãos no Japão	108
1. 1. <i>Arte da Lingoa de Iapam</i> (Nagasaki, 1604-1608) e a <i>Arte da Lingoa Iapoa</i> (Macau, 1620), de João Rodrigues	108
1. 1. 1. Terminologia utilizada por Rodrigues (1604-1608; 1620)	108
1. 2. <i>Ars Grammaticae Iaponicae linguae</i> (Roma, 1632), de Collado.....	119
1. 2. 1. Terminologia utilizada por Collado (1632).....	119
2. Século XVIII e primeira metade do século XIX: Governo Tokugawa	126
2. 1. <i>Arte de la lengua japona</i> (México, 1738), de Melchor Oyanguren de Santa Inés ...	126
2. 1. 1. Terminologia utilizada por Oyanguren	126
2. 2) <i>Élémens de la grammaire japonaise</i> par le P. Rodriguez (Paris, 1826), de M. Landresse.....	132
2. 2. 1. Terminologia utilizada por Landresse (1825)	133
3. Século XIX: Reabertura dos portos e Restauração Meiji	140
3. 1) <i>Proeve eener Japansche Spraakkunst</i> (Leiden, 1857), de Jan Hendrik Donker Curtius e editado por J. J. Hoffmann	140
3. 1. 1) Terminologia utilizada por Curtius.....	140
3. 1. 2) Terminologia utilizada por Hoffmann em comentários adicionados ao manuscrito de Curtius	145
3. 2) <i>Essai de Grammaire Japonaise</i> composé par M. J. H. Donker Curtius, de Léon Pagés (Paris, 1861)	146
3. 2. 1) Terminologia utilizada em Pagés (1861)	146
3. 3) <i>A Japanese Grammar</i> (traduzido do holandês para o inglês, Leiden, 1868), de Johann Joseph Hoffmann.....	149
3. 3. 1) Terminologia utilizada por Hoffmann (1868).....	149
3. 4) <i>Elements of Japanese Grammar, for the use of beginners</i> (Shanghai, 1861), de Rutherford Alcock;.....	154
3. 4. 1) Terminologia utilizada por Alcock (1861)	155
3. 5) <i>Colloquial Japanese or Conversational Sentences and Dialogues in English and Japanese, together with na English-Japanese Index to serve as a vocabular, and na introduction on the grammatical structure of the language</i> by Rev. S. R. Brown, A. M. (1863), de Samuel Robbins Brown	157
3. 5. 1) Terminologia utilizada por Brown (1863)	157
3. 6) <i>A Short Grammar of the Japanese Spoken Language</i> (1 ^a . ed. 1869; 4 ^a . ed. 1888), <i>A Grammar of the Japanese Written Language</i> (1 ^a . ed. 1872; 3 ^a . ed. 1904) e <i>A Grammar of the Japanese Spoken Language</i> (1888), de William George Aston.....	160
3. 6. 1) Terminologia utilizada por Aston	160
3. 7) <i>A Simplified Grammar of the Japanese Language</i> (1886), <i>A Handbook of Colloquial Language</i> (1 ^a ed. 1888; 2 ^a ed. 1889), de Basil Hall Chamberlain. (2 ^a . edição, 1889 [1888])	165
3. 7. 1.) Terminologia utilizada por Chamberlain	165

Capítulo V – Considerações finais.....	170
1. Continuidade e descontinuidade da concepção de polidez nas obras analisadas	170
2. Continuidade e descontinuidade do uso da terminologia pelos gramáticos estrangeiros..	171
3. Continuidade e descontinuidade da ‘marca cultural’ apresentada nas gramáticas analisadas	172
4. Considerações finais	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	175

Índice de figuras

Figura 1. Modelo de Descontinuidade vs. Continuidade proposto por Koerner (1989, p. 53).....	p. 61
Figura 1- Trecho de Curtius (1857, p. 110).....	p. 147
Figura 2- Trecho de Pagés (1861, p. 136).....	p. 147
Figura 3 - Trecho de Pagés (1861, p. 135-6).....	p. 148
Figura 4 – Trecho de Hoffmann (1868, p. 78).....	p. 154
Figura 5 – Trecho de Brown (1863, p. 1)	p. 158
Figura 6 – Trecho de Brown (1863, p. 2)	p. 158

Capítulo Introdutório

1. Considerações iniciais sobre o fazer historiográfico

Neste trabalho, procuramos tratar da descrição da *polidez* (e da *impolidez*) nas gramáticas da língua japonesa escritas por estrangeiros no período que se estende do século XVI ao XIX, isto é, desde os trabalhos do padre jesuíta João Rodrigues (1561-1634) aos do filólogo Basil H. Chamberlain (1850-1935). Nosso objetivo é descrever, analisar e interpretar percursos argumentativos e práticas metodológicas concernentes ao fenômeno linguístico da *polidez* presentes nessas gramáticas da língua japonesa elaboradas por estrangeiros¹, considerando-se as linhas de continuidade e de descontinuidade entre tais obras.

Não se pretende com este trabalho substituir a leitura de fontes japonesas sobre o tema, como a obra do Prof. Santô Isao, de Tadao Doi, de Ebisawa, por exemplo, nem tampouco de fontes em outros idiomas, como as obras do Prof. Otto Zwartjes, Stefan Kaiser, entre outros.

Pretendemos, com este trabalho, contribuir para esses estudos por meio da investigação historiográfica do tratamento da *polidez* em todas as obras de conteúdo gramatical atualmente conhecidas, publicadas desde o início do século XVI até o final do século XIX. Esse tema já foi, como dissemos, objeto de pesquisa de outras investigações, mas estas não analisaram exaustivamente as obras conhecidas na atualidade no que diz respeito ao tratamento desse assunto.

Neste trabalho, além da busca de exaustividade, temos também a pretensão de contribuir para pesquisas futuras ao apresentar uma história da constituição da uma metalinguagem gramatical atenta ao tratamento do tema da *polidez*, empregando uma metodologia historiográfica que, até onde vai nosso conhecimento, ainda não foi testada, nem no Brasil, nem em outro lugar.

Propomo-nos, aqui, utilizar a abordagem da Historiografia da Linguística, assim como definida por Koerner (2014, p. 9, original 1994), para escrever a história do tratamento metalinguístico da *polidez* nas gramáticas do japonês escritas por estrangeiros. Koerner esclarece que essa abordagem consiste na “apresentação do nosso passado

¹ Utilizamos neste trabalho o termo “estrangeiro” para indicar pessoas não nascidas no arquipélago japonês, segundo a noção territorial atual (ano 2022), uma vez que não encontramos um outro mais adequado para fazer a diferenciação entre autores nascidos fora e nascidos dentro dessa localidade.

linguístico como uma parte integrante da própria disciplina e, ao mesmo tempo, como uma atividade fundada em princípios bem definidos, que pode competir, em termos de solidez do método e rigor de aplicação, com os da própria linguística”.

Para Koerner (2014, p. 17), essa abordagem assumiria papel relevante para a própria disciplina, assim como a história da ciência contribui para as ciências naturais, e seria regida por princípios teóricos bem definidos e rigor metodológico. De acordo com Koerner (2014, p. 88-89)², os três princípios imprescindíveis para um tratamento adequado da metalinguagem na abordagem da Historiografia da Linguística seriam: 1) Princípio da contextualização; 2) Princípio da imanência; e 3) Princípio da adequação.

Pelo primeiro princípio, Koerner (2014, p. 88) defende que o historiógrafo deve levar em consideração o contexto no qual despontam os documentos a analisar, com especial atenção ao ‘clima de opinião’ do período em questão, tomando as ideias linguísticas em suas correlações com as correntes intelectuais do momento em que surgiram. O segundo princípio abarca o dever do historiógrafo de compreender o mais completamente que puder o texto linguístico analisado, sem levar em consideração a doutrina linguística moderna, mas a imanência do texto examinado. Pelo terceiro princípio, o historiógrafo deve seguir os dois primeiros para depois tentar realizar “*aproximações modernas do vocabulário técnico e do quadro conceptual*” apresentados nos documentos estudados.

Neste trabalho, seguiremos esses princípios e também a proposta de Swiggers (2004 [2003]; 2019) de exame do conhecimento linguístico segundo suas ‘camadas’ constitutivas. Daremos especial atenção às ‘camadas’ teórica e técnica, como explicitamos no capítulo II de fundamentação teórico-metodológica.

Em breve comentário sobre parte do contexto de relevância para a compreensão do estudo da *polidez* nas gramáticas do japonês confeccionadas por estrangeiros, contexto que será retomado em outras passagens desta tese, assinalamos que os estudos relativos à língua japonesa elaborados por estrangeiros do Ocidente iniciaram-se com os primeiros portugueses em meados do século XVI. O primeiro registro escrito por portugueses sobre essa língua é a carta do Padre Francisco Xavier (1506-1552) ao Padre Ignácio de Loyola

² Koerner discute esses três princípios em diversos textos, entre eles o de 1976 intitulado “Towards a Historiography of Linguistics: 19th and 20th Century Paradigms”.

(1491-1556), redigida em Cochim (atual Índia) e datada de 14 de janeiro de 1549³. Nela, há uma descrição do alfabeto japonês e da forma de escrita na direção de cima para baixo.

Estudos mais aprofundados “relativos à linguagem”⁴ se sucederam do século XVI até o século XIX, com o objetivo de ensinar a falar e compreender a língua japonesa. Os padres da Companhia de Jesus elaboraram vários estudos, o que resultou na publicação de um vocabulário e uma gramática, respectivamente, em 1603-4 e 1604-8. Outras obras foram surgindo lentamente até alcançar uma verdadeira explosão de gramáticas no século XIX. Esse crescimento do conhecimento sobre a língua japonesa até o período Meiji reflete a necessidade de os estrangeiros produzirem obras que possibilitassem o entendimento da língua para diversos fins, desde a catequese para difundir religiões, até a relação diplomática ou a celebração de acordos comerciais.

Nessas obras, o tema da *polidez* (e *impolidez*) ganha destaque na visão do estrangeiro. Talvez pela sua estrutura morfosintática complexa no japonês quando comparada à de línguas europeias, esse tema aparece na maioria das gramáticas escritas por estrangeiros. O tratamento da *polidez* pode ser considerado uma inovação aos modelos gramaticais greco-latinos, por não ter sido um aspecto abordado na gramática latina.

Um olhar para a história das diferentes descrições sobre a *polidez* elaboradas por estrangeiros de diferentes origens e em diferentes épocas pode contribuir para elaborar uma parte da história do pensamento linguístico.

Para isso, procederemos a uma investigação dos fatores internos, isto é, os procedimentos metodológicos que determinaram a metalinguagem utilizada nas descrições, e dos fatores externos (geográficos, religiosos, políticos, sociais, étnicos, etc.) que possam ter impactado essas descrições. Pretendemos investigar também a relação de influência que uma obra pode ter exercido sobre outra.

2. Uma breve revisão da literatura

Menções sobre o fenômeno da *polidez* na língua japonesa existem antes mesmo da descrição de João Rodrigues no século XVI. Suzuki (1995, p. 57) indica que há

³ *Cartas y Escritos de San Francisco Javier*. Unica publicacion Castellana completa segun la edicion critica de “Monumenta Historica Soc. IESU” (1944-1945). Anotadas por el P. Felix Zubillaga, S. I. redactor de Mon. Hist. Soc. IESU. Biblioteca de Autores Cristianos. Madrid, 1953.

⁴ Utilizamos a expressão “relativo à linguagem” no sentido recomendado por Sylvain Auroux (2014 [1912], p. 14) para nos referirmos a saberes a respeito da linguagem humana em sentido geral.

registros metalinguísticos sobre a polidez desde a compilação de crônicas históricas sobre o Japão *Nihonshoki* (Crônicas sobre o Japão), datada do ano 720, onde a princesa Oshisaka-no Onakatsuhime se vê ultrajada por receber um tratamento sem a merecida por polidez por parte de um cavaleiro que desconhecia a sua condição social. Há, segundo Suzuki (1995, p. 57-58), outras referências à *polidez* em poemas de *Man'yōshū* (*Coleção das Dez Mil Folhas*), compilada por volta de 759. No entanto, foi a partir da Era Meiji (1868-1912) que as pesquisas no Japão sobre esse tema se intensificaram, principalmente com os estudos do linguista japonês Yamada Yoshio (1924). Estudioso das gramáticas escritas por estrangeiros, Yamada conhecia a descrição da linguagem de tratamento de Chamberlain (1850-1935) e a considerava notória. Obras anteriores escritas por outros estrangeiros não mereceram sua atenção. Desse fato decorre também a importância de se elaborar uma história sobre a descrição da polidez anterior a Yamada, até o tratamento dado por Chamberlain, por se tratar de um período pouco investigado pelos linguistas do Japão e do mundo.

No Japão, um dos pesquisadores que primeiro realizaram investigações sobre a literatura missionária foi Tadao Doi (1963, 1971, 1982). Além de realizar um levantamento das obras e manuscritos produzidos pelos missionários, Doi iniciou análises e propôs as primeiras hipóteses sobre a origem e características das obras. Além disso, traduziu obras em português para o japonês, incluindo as *Artes* de João Rodrigues.

Os mais significativos trabalhos a analisar o fenômeno da *polidez* nas obras do Pe. João Rodrigues no Brasil são: o artigo intitulado “Padre João Rodriguez: suas Artes e a Linguagem de Tratamento da Língua Japonesa”, publicado na Revista *Estudos Japoneses* n. VII, de 1987; o livro “As expressões de tratamento da Língua Japonesa” (1995), ambos de autoria da profa. Tae Suzuki; e o artigo “First gramatical encoding of Japanese Politeness (17th century). A primeira codificação gramatical da Cortesia do japonês (século XVII)”, publicado no Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, volume 13, número 1, de 2018, de autoria dos professores Gonçalo Fernandes e Carlos Assunção.

No primeiro trabalho, a autora analisa as principais características da descrição de Pe. Rodrigues. Segundo Suzuki (1987, p. 117), no que tange à *Arte da Lingoa de Iapam*, “A maior parte da obra é dedicada à descrição da linguagem falada, sua morfologia e sintaxe, havendo no entretanto, notas e preceitos também sobre a linguagem escrita”. Para a autora (SUZUKI, 1987, p. 118), mesmo tendo Pe. Rodrigues seguido o modelo da tradição gramatical latina, afastou-se dela ao registrar “aspectos mais característicos dessa língua”, utilizando-se de vastos exemplos literários e explicações

minuciosas. Acerca das expressões de tratamento, Suzuki (1987, p. 122) esclarece que Rodrigues as classificou em 3 tipos: partículas de honra ou “humiliativas” (de modéstia), que se ligam a substantivos ou a raízes de verbos ou outra expressão; partículas de honra ou “humiliativas” que somente se ajuntam a verbos; e alguns verbos que por sua natureza indicam honra ou humildade.

No segundo trabalho, Suzuki (1995) faz um panorama histórico dos estudos da *polidez* na língua japonesa abordando as teorias de João Rodrigues, Yoshio Yamada, Motoki Tokieda, Shôzo Ishizaka, Toshiki Tsujimura, Yutaka Miyaji, Minoru Watanabe e Fujio Minami. Com exceção de Rodrigues, os demais são japoneses que viveram após a Revolução Meiji (1868) e publicaram seus trabalhos somente no século XX. Desse modo, a autora não abordou outros missionários e estudiosos sobre a *polidez* na língua antes da Era Meiji.

Na terceira obra mencionada, Fernandes e Assunção (2018) analisam comparativamente a *polidez* na obra de Rodrigues e na obra de Diego Collado. Os autores (2018, p. 193) também indicam a originalidade do missionário português ao distinguir os honoríficos de respeito e de modéstia, e confirmam a originalidade de Rodrigues e o pioneirismo dos trabalhos dos jesuítas:

Jesuítas publicaram três dicionários coletivos: um Dicionário Latim-Português-Japonês (Jesuítas, 1595), um Dicionário Chinês-Japonês (Jesuítas, 1598) e um Dicionário Português-Japonês (1603-1604). Nas duas primeiras, nós não encontramos qualquer expressão relacionada a honoríficos ou formas de endereçamento. É na última obra que, pela primeira vez, há expressões como ‘partícula de honra’ e ‘verbo honrado’, embora houvesse apenas algumas. No entanto, as três gramáticas japonesas pioneiras são: a grande gramática (Nagasaki, 1604-1608) e a versão resumida (Macau, 1620), de João Rodrigues Tçuzu, S. J.; e a de gramática de Diego Collado, O. P. (Roma, 1632). (FERNANDES; ASSUNÇÃO, 2018, p. 198-199).

Acerca da produção linguística missionária escrita em português sobre a língua japonesa, há estudos do professor Otto Zwartjes (2011, p. 265). Para ele, em Rodrigues a *polidez* (linguagem honorífica) é descrita em detalhes, demonstrando que o jesuíta não se baseou, como talvez se esperasse, no modelo latino ao tratar do assunto. Essa descrição do jesuíta Rodrigues é considerada o mais vasto testemunho da língua japonesa no período da sua descrição. Em sua pesquisa, Zwartjes se restringiu apenas à produção em língua portuguesa e espanhola, não investigando toda a produção gramatical em outras línguas.

Tendo em vista a breve revisão da literatura aqui exposta, podemos observar que ainda faltam estudos mais aprofundados sobre as *Artes* de Pe. Rodrigues, uma vez que são obras minuciosas e escritas em língua portuguesa antiga, ainda pouco compreendida pelos pesquisadores de diversos países. As traduções para a língua japonesa de *Arte da lingoa de Iapam* (1604-8) e *Arte Breve da lingoa de Iapoa* (1620) datam apenas de 1955 e 1993, respectivamente. Por isso, há vasto campo de pesquisa, principalmente sob a perspectiva da Historiografia da Linguística. Especificamente em relação ao estudo da polidez nas obras de Pe. Rodrigues, ainda há poucos trabalhos que esclareçam os procedimentos de sua descrição.

Da mesma forma, com relação às descrições posteriores em latim, francês e inglês, entre outras línguas, podemos dizer que há ainda poucos estudos que as relacionam entre si e apontam relações de continuidade e descontinuidade entre elas.

2. 1. Quatro categorias de obras sobre a língua japonesa propostas por Stefan Kaiser (1995) e pesquisas realizadas sobre a descrição da polidez nessas obras

Compilando os estudos anteriores de Ueda (1897-98), Andô (1904/75) e de Kameda (1931/73), Stefan Kaiser (1995) classifica as obras escritas por estrangeiros sobre a língua japonesa em 4 categorias, com base na classificação de Kameda (1931/73):

1) Aplicação da gramática latina

1. 1) A tradição portuguesa (1549-)
1. 2) A tradição holandês-francesa e seus precursores (1792-)

2) Contatos vizinhos: as tradições russas

- 2.1) Náufragos e aprendizado da língua japonesa (1702-)

3) Do latim à gramática japonesa: A tradição anglo-americana (missionários e diplomatas)

- 3.1) Tentativas iniciais (Medhust e outros, 1830-)
- 3.2) Descoberta da tradição japonesa (Aston e seguidores, década de 1870-)

4) Síntese de trabalhos anteriores – o início de uma tradição internacional (Chamberlain em diante, 1880-).

Como se pode observar, há muitas obras a serem investigadas entre Rodrigues e Yamada Yoshio, isto é, do século XVI ao XIX. Suzuki (1995) abarcou os estudos do primeiro momento, em que a tradição portuguesa predominava, sem investigar os demais períodos.

No Japão, há também estudos sobre a polidez em Rodrigues, Hoffmann, Aston e Chamberlain elaborados por Shihoko Aoki em tese de doutorado intitulada *Nihongo Keigo Kenkyû no Ichiduke* (Situação da Pesquisa sobre a Linguagem Honorífica na Língua Japonesa), concluída em 2014, pela Universidade de Kyûshû. Por se limitar a essas fontes, a autora não exaure os materiais de possível interesse no tratamento do tema.

Assim, propõe-se aqui uma história da descrição da polidez na língua japonesa apresentada em gramáticas por estrangeiros com base em uma metodologia da Historiografia da Linguística especialmente desenhada para esta tese. Além de tentar analisar todas as gramáticas, desde 1604 até 1889, pretendemos utilizar tal metodologia historiográfica com rigor científico e nos apegando a princípios bem definidos, consoante será apresentado no capítulo II.

Acreditamos, portanto, que este trabalho possa contribuir não apenas para os estudos linguísticos acerca da polidez na língua japonesa, mas também para a disciplina da Historiografia da Linguística. Acreditamos que pode contribuir para a área de pesquisa em japonês por investigar diacronicamente o tratamento dado ao fenômeno da polidez, que é considerado um dos temas mais complexos dessa língua, e sua mudança de tratamento ao longo do tempo. E também pode contribuir para a área da Historiografia da Linguística por investigar a forma de descrição da polidez, sua evolução e recepção em períodos posteriores.

3. Sobre a estrutura deste trabalho

Feitas essa breve apresentação da revisão da literatura escrita sobre o tema investigado, passemos à estrutura dos capítulos aqui apresentada.

No capítulo I, apresentaremos a definição de polidez de acordo com algumas perspectivas teóricas, e uma sistematização sobre a polidez na língua japonesa na atualidade.

No capítulo II, apresentaremos com detalhes a metodologia de investigação aqui utilizada para escrever esta história dos estudos linguísticos acerca da polidez na língua japonesa da perspectiva da Historiografia da Linguística.

No capítulo III, passaremos à análise das camadas contextual e teórica (SWIGGERS, 2019, p. 68) das obras, investigando o contexto de produção das gramáticas e as concepções de linguagem, língua, língua japonesa e polidez em que se pautam os autores de cada obra analisada.

No capítulo IV, investigaremos a camada técnica ao analisar a terminologia empregada para descrever a polidez em cada obra, elaborando hipóteses sobre a continuidade e descontinuidade de modelos teóricos.

Na conclusão, buscamos relacionar as análises apresentadas nos capítulos III e IV e retomaremos, em síntese, as relações de continuidade e descontinuidade entre elas, verificando se há predomínio de uma perspectivaêmica ou ética no tratamento da polidez.

Capítulo I. Definição de polidez

Esta é uma pesquisa situada na área de Historiografia Linguística, disciplina na qual ancoramos nossos pressupostos teóricos e princípios metodológicos. Ao lado desses pressupostos e métodos, esteve também em nosso horizonte uma reflexão mais propriamente linguística, sobre o fenômeno da *polidez* na língua japonesa e a história do tratamento desse fenômeno em gramáticas escritas por estrangeiros. Assim, organizamos esse primeiro capítulo em quatro seções: uma primeira aborda o conceito de polidez e suas diferentes abordagens de acordo com três momentos dos estudos sobre a *polidez*; uma segunda, em que apresentamos algumas teorias e modelos de polidez surgidos na Pragmática; uma terceira, onde tratamos do conceito de *polidez* a partir das categorias êmica e ética; uma quarta, em que, apresentamos o conceito de polidez na língua japonesa, graus de polidez e fatores que a regem.

1. Conceito de polidez e suas diferentes abordagens

Nos estudos linguísticos, o fenômeno da *polidez* encontra diferentes formas de definição, por isso, primeiramente, devemos esclarecer em que sentido a palavra *polidez* está sendo utilizada neste trabalho.

Em *A dictionary of linguistics and phonetics* (2008), o “fenômeno da polidez” é definido como conjunto de “aspectos linguísticos mediando normas de comportamento social em relação a certas noções como cortesia, relacionamento, deferência e distância”⁵.

Acompanha-se aqui essa definição, ao se compreender *polidez* como um fenômeno linguístico que expressa padrões sociais relativos à imagem positiva do sujeito da interação. Para a imagem negativa do sujeito, utiliza-se aqui o termo *impolidez*, que, ao contrário da *polidez*, está relacionado a descortesia, mau relacionamento, não-deferência e aproximação.

Há um considerável número de propostas de análise da *polidez*, sendo ela tema de diversas pesquisas. Segundo Pizziconi (2006, p. 679-684), a história dos estudos de polidez pode ser recontada em três momentos:

⁵ No original: “politeness phenomena”. In *SOCIOLINGUISTICS and PRAGMATICS*, a term which characterizes linguistic features mediating norms of social behavior, in relation to such notions as courtesy, rapport, deference and distance”. (*A dictionary of linguistics and phonetics*, by David Crystal. 6ª ed. Blackwell Publishing Ltd, 2008).

O primeiro é chamado pela autora de Visão da Norma Social (*Social Norm View*), que corresponderia a uma fase “pré-pragmática”, onde quem se dedica ao tema, em geral, considera que há uma relação direta entre as realizações de polidez em uma determinada língua e o caráter essencial do indivíduo, da nação, do povo e sua língua.

Como exemplo dessa fase, Pizziconi menciona a polidez na língua japonesa, considerada como um “símbolo de qualidades de modéstia e respeito divinizados na língua japonesa no Japão Nacionalista do pré-guerra”. A autora esclarece esse momento dos estudos de polidez:

As realizações linguísticas da polidez estão inextricavelmente ligadas às respectivas ideologias de uso ligadas à cultura; relatos, que muitas vezes são codificados em manuais de etiqueta que proporcionam exegeses das normas sociais relevantes, exibem uma grande parcela de relatividade histórica⁶.

Um exemplo concreto desse tipo de estudos de polidez é obra *Bushidô- The Soul of Japan* (1905), de Inazo Nitobe (1862-1933), cujo objetivo era “divulgar a moral japonesa ao ocidente para que houvesse uma aproximação cultural, além de contribuir para a formação de uma identidade nacional japonesa, a exemplo do que as nações europeias fizeram ao longo do século XIX” (NUNES, 2013, p. 25-26). Nessa obra, Nitobe explicou o que era a honra enquanto código de conduta do povo japonês, retomando a imagem idealizada do guerreiro samurai.

Assim, parece que, nesse primeiro momento, associou-se o uso do complexo sistema de polidez da língua japonesa com ideais de superioridade do idioma e nacionalismo. Isto é, neste primeiro momento, as manifestações linguísticas de polidez eram analisadas sob uma perspectiva do uso sociocultural, e não propriamente linguístico.

O segundo momento é o denominado “Pragmático”, cujo marco inicial teria se dado com os estudos de Robin Lakoff, em meados de 1970. Segundo Pizziconi, é nesse período que vemos surgir a ligação entre o Princípio de Cooperação de Grice com os estudos de polidez realizados em autores como Brown e Levinson (1978, 1987) e Leech (1983). Para Leech (2014, p. 13), a Pragmática estuda as formas linguísticas (por exemplo, os recursos léxico-gramaticais, seus significados, uso de estratégias de polidez, etc.), priorizando a análise de como a polidez é manifestada na língua, sem levar em conta o contexto.

⁶ No original em inglês: “Linguistic realizations of politeness are inextricably linked to the respective culture-bound ideologies of use; accounts, which often are codified in etiquette manuals providing exegeses of the relevant social norms, display a great deal of historical relativity”.

Desse modo, nesse segundo momento, o objeto de análise é a polidez manifestada linguisticamente. Aqui se encontram os estudos que definem os conceitos de *face*, *polidez negativa*, *polidez positiva*, entre outros.

No terceiro momento, predominam as “Tendências Construtivistas Sociais”, que consideram a polidez como prática social, com base nas propostas de Eelen (2001) e Bourdieu, Sapiro e McHale (1991). Nessa perspectiva, a polidez é estudada sob uma orientação social ou cultural, levando em consideração os valores sociais em jogo em determinado contexto social (LEECH, 2014, p. 14). A esse momento, Leech (2014, p. 13) chama de Sociopragmático e explica que a Sociopragmática estuda “as várias escalas de valor que fazem um particular nível de polidez parecer apropriado ou normal dentro de um determinado arranjo social”. Desse modo, esse terceiro momento leva em consideração fatores socioculturais que norteiam a atribuição de valores, mas se diferencia do primeiro por não defender a associação entre língua e caráter do indivíduo, de uma nação ou um povo.

Esses três momentos apontados por Pizziconi (2006) não seguem uma ordem cronológica como critério, mas se referem a tendências que coexistem ao longo da história para a compreensão do fenômeno da polidez.

Neste trabalho, pretendemos nos alinhar às abordagens de Pragmática, como nomeadas por Pizziconi, para pensar uma metalinguagem descritora, que consiga ser produtiva para escrever a história dos estudos acerca do tratamento dado à polidez nas gramáticas que compõem o *corpus* deste trabalho, uma vez que o objetivo é investigar a polidez na língua japonesa por meio de expressões linguísticas sistematizadas em gramáticas (e não em um contexto de uso concreto e real, ou em suas implicações sociais).

A seguir, portanto, apresentaremos algumas das teorias e modelos de polidez propostos pela Pragmática.

2. Algumas teorias e modelos de polidez segundo a Pragmática

Em sentido amplo, *polidez* recebe o sentido de etiqueta, boas maneiras, gentileza, e pode ser chamada também de cortesia e civilidade⁷. Da mesma maneira, *impolidez* seria o contrário de *polidez*: falta de *polidez*, descortesia, incivilidade⁸.

Em Pragmática, os estudos acerca da *polidez* têm se baseado em diferentes correntes teóricas, a partir da perspectiva do *Princípio Cooperativo* de Grice, segundo o qual os falantes tentam cooperar entre si quando se comunicam, e tem levado em consideração as quatro *Máximas da Conversação*: qualidade, quantidade, relevância e modo (CRYSTAL, 2008, p. 114, 298). A *máxima da qualidade* estabelece que a contribuição do falante deve ser verdadeira. A *máxima da quantidade* estabelece que a contribuição deve ser tão informativa quanto é exigido pelos propósitos da interação, e não deve ser desnecessária. A *máxima da relevância* estabelece que a contribuição deve ser relevante quanto ao propósito da interação. A *máxima do modo* estabelece que a contribuição deve ser breve, organizada, clara e sem obscuridade ou ambiguidade.

Para analisar o fenômeno da *polidez*, em Pragmática, costuma-se empregar o termo “*face*” relacionado à *polidez*. Segundo Brown & Levinson (1987, p. 61), *face* é a imagem pública de si mesmo que toda pessoa quer apresentar para si mesmo, e que consiste em dois aspectos: *face negativa* e *face positiva*. A primeira *face* corresponde ao desejo que toda pessoa tem de não ter suas ações impedidas por outras pessoas, isto é, é o desejo de não ser agredido. Um exemplo de *face negativa* seria a liberdade de agir sem imposições. A *face positiva* corresponde à autoimagem positiva ou ‘personalidade’ reconhecida pelos interactantes, isto é, o desejo que toda pessoa tem de ser aprovado por, pelo menos, algumas pessoas. Esse modelo considerado universal procurou definir características comuns a todas as línguas, racionalizando o fenômeno de *polidez*.

Leech (2014, p. 24) sintetiza *face* como sendo a propriedade positivamente avaliada que os seres humanos possuem individualmente⁹ e esclarece que todas as pessoas têm uma *face* e esperam que os outros a reconheçam.

⁷ HOUAISS. Antônio et al. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1ª. ed. 1ª reimpressão, com alterações. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

⁸ HOUAISS. Antônio et al. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1ª. ed. 1ª reimpressão, com alterações. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

⁹ Leech (2014, p. 24) explica que *face* foi primeiramente definida por Goffman (1967) como sendo “o valor social positivo que uma pessoa reivindica para si mesma pela linha que os outros supõem ter tomado durante um determinado contato (the positive social value a persons effectively claims for himself by the line others assume he has taken during a particular contact)”.

Em estudos acerca da polidez, Leech (1983 apud LEECH 2014, p. 4-9) apresenta oito características desse fenômeno, considerando-o também como universal a todas as línguas:

1) Polidez não é obrigatória. A polidez pode ser usada ou não na interação com outra pessoa dependendo da intenção do falante.

2) Há várias gradações do comportamento polido ou impolido. Ou seja, há expressões que indicam maior ou menor polidez.

3) Há normalmente um senso do que é polido em determinada ocasião entre membros de determinada sociedade. Assim, a percepção do comportamento polido é semelhante para pessoas da mesma comunidade.

4) Como a polidez vai se manifestar (ou não) depende da situação. Isto é, é o contexto em que as pessoas estão que determina se o comportamento deve ou não ser polido.

5) Há uma assimetria recíproca no comportamento polido entre duas partes A e B. Uma das partes, o interlocutor, é considerada o beneficiário.

6) A polidez pode se manifestar repetidamente, em um comportamento em grau mais ou menos ritualizado. Ou seja, se houver a repetição de certa situação, é possível que o comportamento polido também se repita.

7) A polidez envolve uma espécie de transação de valor entre os participantes. Esse valor pode ser concreto ou abstrato, que passa do locutor ao interlocutor.

8) Na polidez há a tendência de preservar um equilíbrio de valor entre os participantes A e B. Em muitos casos, a polidez atua para compensar um desequilíbrio na relação, mantendo o equilíbrio anterior. Por exemplo, no caso de uma ofensa verbal, pede-se desculpa para desfazer o mal-estar.

Para explicar o comportamento linguístico na polidez, Leech (1983 apud 2014, p. 35) postula seis máximas do chamado *Princípio da Polidez*: 1) *Máxima do Tuto* (diminui o custo para o outro e aumenta o benefício para o outro); 2) *Máxima da Generosidade* (diminui o benefício para o eu, e aumenta o custo ao eu); 3) *Máxima da Aprovação* (diminui o desagrado para o outro, e aumenta o agrado ao outro); 4) *Máxima da Modéstia* (diminui o agrado ao eu, e aumenta o desagrado ao eu); 5) *Máxima da Concordância* (diminui a discordância entre o eu e o outro, e aumenta a concordância entre o eu e o outro); 6) *Máxima da Simpatia* (diminui a antipatia entre o eu e o outro, e aumenta a simpatia entre o eu e o outro).

O *princípio de cooperação* proposto por Grice e o de polidez apresentado por Leech não são prescritivos, mas servem para descrever a comunicação. Em particular, as máximas de Leech são tentativas de criar uma teoria que busca encontrar fatores universais da polidez, que serviriam para todas as línguas, ainda que haja algumas diferenças entre seu uso em determinada língua.

Segundo estudos da sociolinguista Sachiko Ide, todavia, esse modelo das máximas não poderia explicar o fenômeno da polidez em diferentes sociedades. É o caso específico da língua japonesa, na qual é possível afirmar que a polidez é mais normativa e regida pelo uso coletivo, e que os japoneses utilizam a polidez de forma racional, segundo regras coletivas e menos individuais, uma vez que há regras que objetivamente precisam ser observadas por todos e não são livremente escolhidas pelos falantes (IDE, 1982, 1989 apud KÁDAR; HAUGH, 2013, p. 20). Segundo Ide e Yoshida (1999, p. 446), os estudos linguísticos sobre a polidez no Ocidente normalmente se baseiam no uso pela intenção ou vontade, entretanto, o uso da polidez na língua japonesa é regido pelo chamado *wakimae*, que é o discernimento do falante em relação ao contexto social e situacional.

Diante das críticas de Ide e de outros sociolinguistas ao modelo universal de polidez, Leech (2014, p. 83) esclarece também que o posicionamento pela universalidade da polidez corresponde a uma visão ocidental. Para o autor, no Ocidente são valorizadas a individualidade e a igualdade; enquanto no Oriente, o coletivismo e a noção de grupo ou comunidade.

Para Leech (2014, p. 84), Ide e Yoshida (1999, p. 447), as definições de *polidez positiva e negativa* não se adequariam à polidez na língua japonesa, já essa leva em consideração a intencionalidade do falante no uso da linguagem. Ao contrário, os autores defendem que a tradição japonesa valoriza a identidade coletiva, em que as pessoas possuem um papel definido por obrigações e direitos em relação a seus superiores e inferiores, a membros internos de um grupo e a pessoas externas a um grupo grupo.

Do mesmo modo, para Leech (2014, p. 85), as máximas não satisfazem a todos os modelos de polidez em diferentes culturas. No entanto, o autor tenta não superestimar as diferenças culturais (2014, p. 90-91, 111) e propõe um *modelo universal relativo* que pode ser generalizado para várias culturas, por acreditar que haja uma base comportamental e pragmática comum a todas as sociedades. Nesse modelo, novas máximas poderiam ser acrescentadas conforme a diversidade de culturas a serem tratadas

e as estratégias de polidez deveriam englobar não só o eixo do falante-destinatário, mas também o eixo do referente¹⁰. Vejamos o novo modelo proposto por Leech (2014, p. 91):

- 1) *Máxima da Generosidade* (atribui um alto valor para os desejos do outro).
- 2) *Máxima do Tato* (atribui um baixo valor para os desejos do eu).
- 3) *Máxima da Aprovação* (atribui um alto valor para as qualidades do outro).
- 4) *Máxima da Modéstia* (atribui um baixo valor para as qualidades do eu).
- 5) *Máxima da Obrigação do Sujeito para o Objeto* (atribui um alto valor para a obrigação do eu para o outro).
- 6) *Máxima da Obrigação do Objeto para o Sujeito* (atribui um baixo valor para a obrigação do outro pra o eu).
- 7) *Máxima da Concordância* (atribui um alto valor para a opinião do outro).
- 8) *Máxima da Opinião Reticente* (atribui um baixo valor para a opinião do eu).
- 9) *Máxima da Simpatia* (atribui um alto valor para os sentimentos do outro).
- 10) *Máxima do Sentimento Reticente* (atribui baixo valor aos sentimentos do eu).

Neste trabalho, não pretendemos adotar apenas um dos modelos teóricos de polidez, mas sim considerar as questões atualmente discutidas na disciplina Pragmática como base para a construção da metalinguagem descritora aqui utilizada. Além disso, consideraremos a distinção entre o *eixo do falante-destinatário* e o *eixo do referente* para a compreensão do fenômeno da polidez, bem como os *conceitos de universalidade e particularidade* da polidez teorizados por Leech (2014).

3. Êmico x Ético

As categorias êmico e ético surgiram com base nos estudos de antropologia linguística cunhadas pelo linguista americano Kenneth Pike (1912-2000), que utilizou esses termos como uma derivação dos termos “fonêmico” e “fonético” (EELLEN (2001). Eelen esclarece:

Pike define uma unidade êmica como “[...] um item ou sistema físico ou mental tratado pelos *insiders* como relevante para seu sistema de comportamento e como a mesma unidade êmica apesar da variabilidade ética” (Pike 1990: 28).

¹⁰ Esses eixos serão explicados no item seguinte, sobre a polidez na língua japonesa.

O ponto chave aqui é que as unidades êmicas são relevantes para os *insiders*. Como a distinção originada na antropologia, o termo ‘insider’ deve ser entendido como ‘insider cultural’, ou seja, os membros da cultura sob investigação, os ‘nativos’. Assim, o conhecimento êmico ou o ponto de vista êmico também é chamado de ‘conhecimento nativo’ ou ‘ponto de vista nativo’. Apesar do que outras observações ou medidas (pelo antropólogo, é claro) possam revelar em termos de diferenças, se duas unidades comportamentais ou mentais são percebidas ou tratadas como uma e a mesma por *insiders*, então pode-se dizer que ambas pertencem à mesma unidade êmica.¹¹

Para Eelen (2001, p. 78), a categoria êmica estaria ligada ao conhecimento particular que o *insider* (nativo) teria, sendo este compartilhado pela comunidade investigada. Neste trabalho, transpondo essa questão para a análise da polidez na língua japonesa, podemos afirmar que, pela perspectiva êmica, levamos em consideração o conhecimento que o estrangeiro, autor da obra que descreve a polidez, possui sobre a polidez assumindo o ponto de vista do *insider*, isto é, o “conhecimento nativo”.

A categoria ética estaria ligada a conhecimentos acerca de conceitos e categorizações que generalizam buscando o universal (EELLEN, 2001, p. 78). Nesta perspectiva, as teorias das *FTAs* de Brown e Levinson, e dos *Princípios de Polidez* de Leech, entre outras, que buscam uma visão universal da polidez, aplicável a diversas comunidades, podem ser consideradas éticas (EELLEN, 2001, p. 78).

Desse modo, neste trabalho, quando o tratamento da polidez apresentado nas gramáticas escritas por estrangeiros se aproximar da perspectiva ética, consideraremos que estas se aproximam da categoria da *universalidade*. Ao contrário, quando o tratamento da polidez se aproximar da perspectiva êmica, consideraremos que estas gramáticas se aproximam da categoria da *particularidade*. Adotaremos aqui não categorias estanques, mas consideraremos que há um *continuum* entre essas duas categorias.

Para descrição do que é *universal* ou *particular* na polidez na língua japonesa, há a perspectiva do sujeito descritor que se contrapõe ao outro descrito. O primeiro corresponde a um sujeito europeu, branco, homem, que descreve um fenômeno

¹¹ No original: “Pike defines an emic unit as “[...] a physical or mental item or system treated by insiders as relevant to their system of behavior and as the same emic unit in spite of etic variability” (Pike 1990: 28). The key point here is that emic units are relevant to insiders. As the distinction originated in anthropology, the term ‘insider’ is to be taken to mean ‘cultural insider’, i.e. the members of the culture under investigation, the ‘natives’. Emic knowledge or the emic viewpoint are thus sometimes also called ‘native knowledge’ or the ‘native viewpoint’. Despite what other observations or measurements (by the anthropologist, of course) may reveal in terms of differences, if two behavioural or mental units are perceived or treated as one and the same by insiders, then both can be said to belong to the same emic unit.” (EELLEN, 2001, p. 76).

linguístico presente na língua de uma comunidade de um outro sujeito asiático, amarelo, colonizado. Existe uma diferença hierárquica clara na relação entre o sujeito que descreve (que tem a fala) e o sujeito descrito.

Podemos aqui tomar emprestado as palavras de Burke (2011, p. 12), que esclarece sobre a posição de quem tem o poder de contar o passado:

(...) a história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que se tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história.

Em nosso trabalho, observamos um sujeito europeu ou americano que se coloca na posição de gramático descrevendo a língua ‘exótica’ de uma comunidade insular no Pacífico. Por isso, sua concepção de mundo é tomada por um sentimento de superioridade dos povos ocidentais, em que se comparam os “méritos e defeitos das diferentes línguas” como forma de compreender a natureza cultural dos povos que as utilizam (BURKE, 2010, p. 42).

Podemos traçar um paralelo com a colonização africana tomando emprestado as palavras de Grada Kilomba (2020, p. 50):

(...) Quem sabe o quê? Quem não sabe? E por quê? (...) De quem é esse conhecimento? Quem é reconhecida/o como alguém que possui conhecimento? E quem não o é? Quem pode ensinar conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens? Fazer essas perguntas é importante porque o centro ao qual me refiro aqui, isto é, o centro acadêmico, não é um local neutro. Ele é um espaço *branco* onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas *negras*. Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicos/ os *brancas/os* têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o “*Outras/os*” inferior, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao sujeito *branco*. Nesse espaço temos sido descritas/os, classificadas/os, desumanizadas/os, primitivizadas/os, brutalizadas/os, mortas/os. Esse não é um espaço neutro. Dentro dessas salas fomos feitas/os *objetos* “de discursos estéticos e culturais predominantemente brancos” (Hall, 1992, p. 252), mas raras vezes fomos os *sujeitos*.

Assim como os povos africanos e outros do Pacífico, a comunidade e a língua falada no arquipélago japonês foram descritas, desde o século XVI, pelos ocidentais como ‘exóticas’. Kilomba (2019, p. 52) destaca que, quando o discurso do “sujeito branco” reflete uma relação de poder ao manter posições hierárquicas que preservam a “supremacia branca”. Para a autora, o que o sujeito “subalterno” fala é sempre visto como “acientífico”, “específico” (não universal), “subjetivo”, “pessoal”, “parcial” (KILOMBA, 2019, p. 52). Nesse sentido, os modelos de descrição utilizados foram pautados na

tradição gramatical anterior existente e no pensamento ideológico cultural vigente de um grupo detentor de poder.

4. A Polidez na língua japonesa

4.1. O fenômeno da polidez na língua japonesa

Nos estudos de polidez na língua japonesa no Brasil, esse fenômeno é comumente referido como “tratamento”. Sob esse rótulo, foi largamente pesquisado pela professora Tae Suzuki (1995, p. 9), e assim por ela definido:

O tratamento, em sentido mais amplo, pode ser entendido como os cuidados e atenções que um indivíduo dispensa ao outro em seu ato de comunicação, tendo em conta a pessoa com quem se relaciona, a tensão que se cria entre eles na situação estabelecida, como produto da consideração de vários fatores que definem a posição de um e de outro no contexto de situação criado.

Por esse sentido apresentado, *tratamento* não se restringe apenas à forma como se fala, mas também abrangeria as regras de vestimenta, etiqueta, linguagem corporal, etc.

Wataru Kikuchi (2011, p. 197) sintetiza o *tratamento* da seguinte forma:

O tratamento pode ser definido, nesse contexto, como distinção no uso da língua tendo como base as relações sociais. Em outras palavras, os *taigû hyôgen* consistem em projeção das relações sociais na língua, sendo que o uso da língua adotada numa determinada sociedade reflete sua visão de mundo, seus valores, práticas sociais, que pautam a conduta, a interação entre os seus participantes.

Nesse sentido, para se referir a expressões linguísticas que manifestam o *tratamento*, por meio de termos ou certas estruturas gramaticais, usa-se o termo “expressões de tratamento”. Em japonês, essa expressão corresponde a *taigu hyôgen*.

Neste trabalho, porém, não adotaremos os termos “tratamento” e “expressões de tratamento” para nos referirmos ao fenômeno da polidez, uma vez, nas teorias de Pragmática, essa nomenclatura ser pouco utilizada. Preferimos aqui utilizar os termos “polidez” e “impolidez” no sentido já apresentado no item 1 deste capítulo, para evitar confusões de terminologias.

Como já apresentado, o objetivo deste trabalho é, portanto, analisar como a *polidez* e a *impolidez* foram descritas nas gramáticas elaboradas por estrangeiros. Não se pretende dedicar ao estudo da mudança linguística acerca da *polidez*, mas aos estudos linguísticos sobre a *polidez*, sob uma perspectiva da Historiografia da Linguística, isto é, dar atenção às formas de tratá-lo ao longo do tempo, nuançando, quando for o caso, processos de continuidade e descontinuidade.

É notável que o sistema de *polidez* na língua japonesa mudou muito ao longo dos anos e há inúmeros estudos sobre sua evolução histórica¹². Sobre essa mudança, para Suzuki (1995, p. 55), na atualidade a *polidez* passa a ganhar um novo sentido, deixando de expressar a “veneração” pelo superior hierárquico:

A partir do fim do século passado [XIX], apesar de se distinguir ainda as expressões de respeito das expressões de modéstia, elas já não manifestam a veneração ou o respeito, propriamente ditos, pelas pessoas enfocadas, traduzindo mais a cordialidade, a sociabilidade, a boa educação do locutor, quando, então, surgem as expressões de ornamento (*bikago*). As expressões de tratamento constituem hoje basicamente um meio de o locutor demonstrar, pela língua, suas boas maneiras, ou mantendo a elegância e a nobreza de suas palavras, ou tratando com deferência e educação as pessoas com que se relaciona no discurso. (SUZUKI, 1995, p. 55).

E com relação às mudanças linguísticas no sistema de *polidez*, Iwasaki (2006, p. 94) afirma que este foi simplificado, tendo em vista que a sociedade se tornou mais igualitária:

O japonês moderno herdou um sistema complexo de honoríficos desenvolvido por completo no Japão Medieval, com ênfase na diferença de status social hierárquico entre o falante/escritor, ouvinte/ leitor, e referentes. O Japão moderno, no entanto, transformou-se em direção de uma sociedade mais igualitária, e o sistema de honoríficos foi simplificado. O sistema é agora mais relacionado ao tratamento do interlocutor de acordo com a relação do falante com o interlocutor e o nível de formalidade da situação de fala.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o sistema de *polidez* na língua japonesa era muito mais complexo antigamente, mas se simplificou ao longo do tempo, chegando ao sistema atual a partir da segunda metade do século XX.

Para compreender esse sistema e sua mudança linguística, adotaremos neste trabalho a metalinguagem descritora da *polidez* na língua japonesa moderna como

¹² Neste trabalho, como já mencionamos, não temos como objetivo analisar diacronicamente a evolução da *polidez*, mas apenas apresentar uma breve introdução sobre mudanças da língua com base em pesquisas já realizadas, para que a análise das gramáticas se torne mais compreensível.

referência, baseada em trabalhos como o de Masayoshi Shibatani (1990), uma vez que a língua moderna reúne elementos similares ao do sistema de *polidez* da língua medieval.

O sistema de *polidez* na língua japonesa abrange não só o léxico e expressões morfossintáticas, mas também inclui um complexo conjunto de regras gramaticais da língua. Ao conjunto de regras estritamente linguísticas, atribuiremos o termo “honorificação” (em inglês, *honorification*). Park (1989, p. 112) esclarece que *polidez* corresponde ao termo “honorífico” em sentido amplo, mas que “honorífico” abrangeria, na literatura sobre o tema, um sistema para a codificação linguística do fenômeno de *polidez* universal, mais especificamente, um sistema para a codificação sociolinguística da relação entre o falante e seu destinatário, ou o referente, em uma determinada situação, particularmente representado nas línguas japonesa e coreana. Nesse mesmo sentido, o termo “honorífico” em *A dictionary of linguistics and phonetics* (2008)¹³, é definido como:

Um termo usado na análise gramatical de algumas línguas (por exemplo, o Japonês) para se referir às distinções sintáticas e morfológicas usadas para expressar níveis de *polidez* ou respeito, especialmente em relação ao *status* social comparado dos participantes.

Shibatani (1990, p. 375) e outros linguistas consideram que os honoríficos em japonês são divididos em dois tipos: honoríficos de referência (*eixo falante-referente*) e honoríficos de destinatário (*eixo falante-destinatário*)¹⁴.

Tsujimura (2014, p. 410) didaticamente explica essas duas formas:

Honoríficos de referência servem para marcar respeito para um indivíduo referido e pode ser ramificado em *formas de respeito* e *formas de modéstia*. Formas de respeito são usadas para um indivíduo ou atividade desse indivíduo a fim de honrá-lo. Esse indivíduo é uma pessoa que possui uma posição social maior que a do falante (ou do grupo do falante), e, portanto, deve ser respeitado. O papel básico que as formas de modéstia desempenham é atribuir humildade ao falante ou ao grupo do falante, através do qual respeito é atribuído ao referente. Portanto, o efeito das formas de respeito e formas de modéstia é, a grosso modo, o mesmo na medida em que ambas acabam por exaltar o indivíduo referido. (...) Honoríficos de destinatário são também denominados como “formas de *polidez*”, e são principalmente usados quando uma situação conversacional exige alguma formalidade. (TSUJIMURA, 2014, p. 410)

Nesse sentido, podemos esquematizar os honoríficos no japonês da seguinte forma¹⁵:

¹³ *A dictionary of linguistics and phonetics*, by David Crystal. 6ª ed. Blackwell Publishing Ltd, 2008.

¹⁴ Em inglês, os termos utilizados são: *referent-controlled honorifics (speaker-referent axis)* e *addressee-controlled honorifics (speaker-addressee axis)* (SHIBATANI, 1990, p. 375-376).

¹⁵ Há muitas classificações do sistema de honoríficos da língua japonesa. Em Suzuki (1995, p. 57-108), é possível conhecer as classificações adotadas pelos principais teóricos japoneses. Como nosso trabalho tem

1) Honoríficos de referência (Hon. Ref.¹⁶): expressam polidez em relação à pessoa referida ou a algo relacionado a ela no discurso. Podem coincidir com o sujeito da oração (honoríficos de sujeito) ou objeto sobre quem se fala (honoríficos de objeto).

1.1) Formas de respeito (Resp.): expressam polidez em relação à pessoa referida ou a algo relacionado a ela no discurso, colocando-a em um patamar superior ao falante.

1.2) Formas de modéstia (Mod.): expressam polidez em relação à pessoa referida ou a algo relacionado a ela no discurso, colocando o falante em um patamar inferior.

2) Honoríficos de destinatário (Hon. Dest.): expressam polidez em relação ao interlocutor a quem o falante se dirige.

Shibatani (1990, p. 375) também esclarece a correspondência desses tipos de honoríficos com a terminologia utilizada pelos gramáticos japoneses. Para o autor, os honoríficos de destinatário correspondem ao *teineigo* (linguagem polida) da gramática japonesa; e os honoríficos de referência correspondem ao *sonkeigo* (linguagem de respeito) e ao *kenjôgo* (linguagem de humildade, modéstia).

Para melhor compreensão dos honoríficos de referência, vamos analisar dois exemplos a seguir:

(1) Tanaka sensei	wa	o- isogashii.	
Professor(a) (Título Hon.) Tanaka	Top.	está ocupado(a) Hon. Ref.	

“Professor(a) Tanaka está ocupado(a).”

(2) Tanaka sensei	wa	o- isogashii	desu.
Professor(a) (Título Hon.) Tanaka	Top.	está ocupado(a) Hon. Ref.	Hon. Dest.

“Professor(a) Tanaka está ocupado(a).”

No exemplo (1), há emprego de um título honorífico “sensei”, que pode ser traduzido como “professor(a)” ou “doutor(a)”, e é usado após o nome próprio da pessoa sobre quem se fala. Também é um termo honorífico de referência o termo “o-isogashii”,

como escopo analisar as gramáticas elaboradas por estrangeiros e não discutir as classificações do sistema de polidez, não será apresentado aqui o conteúdo detalhado da pesquisa já realizada por Suzuki. Dessa forma, para maior aprofundamento, recomendamos a leitura do livro *As Expressões de Tratamento da Língua Japonesa* (EDUSP, 1995), da prof.ª Tae Suzuki.

¹⁶ As abreviaturas entre parênteses serão utilizadas na glosa dos exemplos em japonês.

pois, com o uso do prefixo “o” antes da palavra “isogashii”, indica-se polidez em relação à pessoa sobre quem se fala, isto é, o(a) professor(a) Tanaka.

Os exemplos possuem o mesmo significado, mas (2) difere-se de (1) por apresentar o morfema gramatical flexional *jôdôshi* “desu”, que é um honorífico de destinatário, ao final da oração, indicando polidez em relação ao interlocutor com quem se fala.

Vejamos outros exemplos:

(3) Tanaka sensei ni o-ai-shita.
Professor(a) (Tít. Hon.) Tanaka com encontrei (Hon. Mod.)
“Eu me encontrei com o(a) Professor(a) Tanaka.”

(4) Tanaka sensei ni o-ai-shimashita.
Professor(a) (Tít. Hon.) Tanaka com encontrei (Hon. Mod.) (Hon. Dest.)
“Eu me encontrei com o(a) Professor(a) Tanaka.”

Nos exemplos (3) e (4), há omissão do sujeito “eu” enunciador. Além do título honorífico “sensei”, também há uso do verbo “au” (encontrar) flexionado na forma de honorífico de modéstia “oaishita” e “oaishimashita”. Os exemplos (3) e (4) apresentam o mesmo significado, distinguindo-se pelo uso do morfema gramatical flexionável “mashi”, que é um honorífico de respeito em relação ao interlocutor, no item (4).

Shibatani (1990, p. 376) esclarece que os *eixos do falante-referente e do falante-destinatário* são independentes, mas se mesclam quando o sujeito ou o objeto da oração se refere ao destinatário ou ao falante. Isso é o que acontece nos exemplos (2) e (4), onde há acréscimo do uso do honorífico de destinatário. Podemos notar que há uso tanto dos honoríficos de referência, uma vez que o assunto é o professor, pessoa de posição social elevada em relação ao falante, quanto dos honoríficos de destinatário, uma vez que se quer expressar polidez, colocando o interlocutor em uma posição superior ao falante.

Além dos honoríficos aqui apresentados, há na língua japonesa moderna *expressões de ornamento*¹⁷, chamadas de *bikago* em japonês. Estas são expressões que embelezam com elegância um objeto referido no discurso, suavizando a forma de se

¹⁷ Tradução de Tae Suzuki (1995, p. 55).

expressar do falante (NITTA, 2012, p. 258). Ao suavizar a fala, expressa consideração com o destinatário.

As *expressões de ornamento* são de dois tipos (NITTA, 2012, p. 258):

1) Escolha lexical: usa-se o critério de elegância ao selecionar o léxico. Por exemplo, é mais elegante utilizar o verbo *taberu* que o *kû*¹⁸. Ambos significam “comer”, porém o segundo demonstra baixo nível de linguagem e, dependendo da situação, expressa impolidez. O mesmo acontece com a expressão *hara ga heru* (estar com fome), que é de uso considerado de baixo nível. Ao selecionar o sinônimo *onaka ga suku* (estar com fome), o falante está optando por uma linguagem mais elegante. Isso porque a seleção lexical também indica diferença de polidez¹⁹.

2) Uso de prefixos: usam-se prefixos no início de nomes para realizar uma fala mais elegante e/ou de estilo feminino. São exemplos: *o-namae* (nome), *o-cha* (chá), *go-hôbi* (recompensa).

Com relação à impolidez, há expressões que são utilizadas também nos *eixos do falante-referente e do falante-destinatário*.

Expressões que podem ser usadas nos dois eixos são as chamadas *expressões depreciativas, vulgares, baixas, provincianas* (em japonês, *higo*). Para Kikuchi (2011, p. 214), estas possuem cunho pejorativo e são empregadas em maledicências ou ultrajes, em situações de brigas, entre outras. São exemplos de *expressões depreciativas* as palavras *temê*²⁰ (tu, você) e *ki-sama* (tu, você)²¹ usadas para se referir pejorativamente ao interlocutor em uma linguagem vulgar (NITTA, 2012, p. 39).

Há também *expressões de carinho e intimidade* (em japonês, *shin'aigo*), que “têm como finalidade expressar o carinho ou a intimidade do locutor em relação ao referente ou interlocutor” (KIKUCHI, 2011, p. 213). São exemplos dessas expressões usadas em contexto de intimidade: *anta*²² (tu, você) e *omae*²³ (tu, você).

¹⁸ A diferença entre “*taberu*” e “*kû*” é difícil de ser demonstrada no português. Seriam formas semelhantes a “comer” e “destruir” ou “devorar”, no sentido de “comer”.

¹⁹ Fenômeno semelhante também ocorre na língua portuguesa, como, por exemplo, a seleção do termo “traseiro” no lugar de “bunda”, para não ser impolido em determinado contexto.

²⁰ *Temê* significa “tu” ou “você”, mas usado em um contexto de impolidez. Segundo Nitta (2012, p. 39), assim como *ki-sama*, tem seu uso bem restrito.

²¹ *Ki-sama*, segundo o Dicionário Michaelis Japonês-Português, é o pronome vulgar correspondente a “tu”, “você”.

²² *Anta* significa “você”. De acordo com o Dicionário Michaelis Japonês-Português, corresponde à “forma coloquial de *anata* (você)”.

²³ *Omae* significa “tu, você”. Segundo o Dicionário Michaelis Japonês-Português, é um “termo de tratamento entre homens ou de superior para subordinado”.

4. 2. Graus de polidez na língua japonesa

Embora não haja uma sistematização teórica que organize todas as expressões linguísticas em graus de maior e menor polidez, é consenso entre os estudiosos desse tema o fato de haver uma hierarquia entre elas.

A partir da observação de exemplos concretos, é possível comparar os graus entre as expressões. Por exemplo, em relação aos honoríficos de referência, Nitta (2012, p. 242) esclarece que o uso do morfema gramatical *reru/ rareru* junto ao verbo tem menor grau de respeito que o uso da estrutura formada pelo prefixo *o* ou *go* e o verbo auxiliar “*naru*”. Assim, a expressão *korareru* (vir), mesmo expressando respeito em relação ao referente, indica menor grau de respeito que *okoshini naru* (vir).

Neste trabalho, não se pretende discutir os graus de polidez na língua japonesa, por isso, não se estenderá aqui sobre este tema. No entanto, para o desenvolvimento desta pesquisa, é necessário conhecer a existência dos graus no fenômeno da polidez para que se possa entender certos aspectos de seu tratamento nas gramáticas analisadas.

4. 3. Fatores que regem a polidez na língua japonesa

Como já mencionado no item 2 deste capítulo, um dos aspectos importantes do uso da polidez na língua japonesa é o *wakimae* (discernimento). Ide e Yoshida (1999, p. 445) esclarecem que “na sociedade japonesa, todos devem avaliar e reconhecer o senso do lugar em relação ao contexto situacional e ao contexto social”. Acerca dos fatores que devem reger a polidez, explicam:

Esse reconhecimento do senso de lugar em relação ao contexto situacional envolve o relacionamento interpessoal dos participantes e a formalidade da situação. O relacionamento interpessoal é afetado pela distância social e psicológica entre os participantes. Vários fatores, como diferenças de idade, *status* e poder, e o grau de intimidade, todos desempenham um papel na determinação da distância social e psicológica. O senso de pertencimento do falante, que é percebido como a categorização do destinatário / referente em *uchi* (dentro do grupo) ou *soto* (fora do grupo), também se relaciona à distância social e psicológica. Esse sentimento de pertencimento vai além da participação formal no grupo, e o falante reconhece *uchi* ou *soto* se o destinatário ou o referente pertencem ou não a um grupo real, como uma empresa ou um círculo. Em outras palavras, *uchi* refere-se a um sentido de um relacionamento próximo, como acontece com pessoas que pertencem, em certo sentido, ao mesmo grupo, enquanto *soto* se refere a um senso de um relacionamento mais distante. O falante usa a linguagem para reconhecer um senso de lugar no contexto situacional, em concordância com a distância social e psicológica entre os participantes, bem como com a formalidade da situação.

O reconhecimento do falante do senso de lugar em relação à sociedade como um todo é refletido através da auto-apresentação. As pessoas avaliam seu lugar na sociedade em termos de idade, status, função, gênero, etnia, cultura e formação regional. A auto-apresentação do falante está relacionada a uma preocupação com o comportamento. Através do uso da linguagem de acordo com *wakimae*, os falantes podem se apresentar como pessoas bem comportadas na sociedade. (IDE e YOSHIDA, 1999, p. 446-447)²⁴

No Brasil, esses fatores contextuais que regem a polidez na língua japonesa foram objeto de algumas pesquisas, entre elas as de Suzuki (1995) e Kikuchi (2011, 2014). Desse modo, não se pretende aqui reinvestigar esses fatores, mas apenas apresentá-los brevemente para compreender como têm sido abordados aqui e podem contribuir para nosso exame do tratamento do tema nas gramáticas dos séculos XVI a XIX.

Segundo Suzuki (1995), os marcadores sociais do indivíduo mais relevantes são: sexo, *status*, idade, anterioridade no tempo (antiguidade em determinada comunidade), exterioridade/interioridade em relação a uma comunidade.

Kikuchi (2011, p. 197) organiza os fatores que regem a polidez em dois eixos: horizontal e vertical. No primeiro eixo estão: interioridade/ exterioridade, afinidade e interesses comuns, intimidade, entre outros fatores. No segundo eixo estão: *status* e classe social, cargos e papéis sociais, antiguidade na área e ordem de ingresso no meio (comunidade), idade, sexo, competência (conhecimentos, talento), relação de ônus (obrigação que uma pessoa tem em relação a outra), entre outros fatores.

Acerca da interioridade/exterioridade, Kikuchi (2011, p. 201) esclarece que há também o senso de pertencimento a um círculo interno ou externo:

As expressões de tratamento da língua japonesa se inserem nesse contexto como componente linguístico das relações sociais, conforme apresentadas. Assim, numa interação linguística com os membros do círculo interno, sobretudo no caso de família, predomina uma linguagem informal desprovida de polidez e de expressões de respeito. No trabalho, embora existindo respeito

²⁴ No original: “This acknowledgement of one’s sense of place in relation to the situational context involves the participants’s interpersonal relationship and the formality of the situation. The interpersonal relationship is affected by the social and psychological distance between the participants. Various factors such differences in age, status, and power and the degree of intimacy all play a role in determining social and psychological distance. The speaker’s sense of belonging, which is realized as the categorization of the addressee/ referent into *uchi* (in-group) or *soto* (out-group), also relates to social and psychological distance. This sense of belonging goes beyond formal group memberships, and the speaker recognizes *uchi* or *soto* whether the addressee or referent belongs to an actual group such as a company or circle or not. In other words, *uchi* refers to a sense of a close relationship, as with people who belong, in some sense, to the same group, whereas *soto* refers to a sense of a more distant relationship. The speaker uses language to acknowledge both a sense of place in the situational setting, in concordance with the social and psychological distance between participants, as well as the formality of the situation. The speaker’s acknowledgement of sense of place in relation to society as a whole is reflected through self-presentation. People evaluate their place in society in terms of age, status, role, gender, ethnicity, culture, and regional background. The speaker’s self-presentation is related to a concern for demeanor. Through language use according to *wakimae*, the speakers are able to present themselves as well-demeaned persons in the society.”

à hierarquia interna, o grau de polidez e de respeito é menos acentuado do que na interação com alguém do círculo externo.

Dessa maneira, o falante também leva em consideração sua relação de pertencimento com o interlocutor em uma comunidade. Dependendo do contexto e dos papéis sociais que desempenham, falante e interlocutor devem mudar o estilo da fala.

Para a análise realizada neste trabalho, com base em Kikuchi (2011, p. 197), listamos esquematicamente todos os fatores mencionados aqui:

- a) Interioridade/exterioridade em relação a uma comunidade (*uchi x soto*);
- b) Afinidade e interesses comuns;
- c) Intimidade;
- d) *Status*;
- e) Classe social;
- f) Cargos e papéis sociais;
- g) Antiguidade na área e ordem de ingresso no meio (comunidade);
- h) Idade;
- i) Sexo;
- j) Competência (conhecimentos, talento);
- k) Relação de ônus (obrigação que uma pessoa tem em relação a outra).

Posteriormente, no capítulo IV, analisaremos se esses fatores que regem a polidez foram observados ou não nas gramáticas que compõem o *corpus* deste trabalho.

Feitas essas considerações acerca da polidez da língua japonesa, deve-se esclarecer aqui que, ao longo deste trabalho, para fazer referência ao sistema de polidez (e impolidez) na língua japonesa, adotaremos a terminologia descritora da língua japonesa moderna aqui apresentada.

Capítulo II – Metodologia

A Historiografia Linguística ou Historiografia da Linguística pode ser definida como “a atividade, cientificamente fundamentada, de escrever a história do estudo sobre a linguagem” (SWIGGERS, 2019, p. 47). Esse campo da Linguística dedica-se a investigar os estudos sobre o conhecimento linguístico.

Como afirma Altman (2019, p. 26), a delimitação do domínio da disciplina é complexa e há muitas dificuldades e desafios:

Com efeito, a primeira dificuldade daquele que se lança à tarefa de escrever a história da Linguística é estabelecer o que deve ser incluído no escopo do termo ‘linguística’ – e suas variantes – sem o que qualquer tentativa de historicização não encontra seu(s) objeto(s) material(is) de observação e qualquer tentativa de periodização se torna inexecutável. O primeiro desafio do historiográfico da linguística reside, pois, na explicitação dos limites do seu domínio e na enumeração dos seus objetos possíveis.

Desse modo, como o escopo deste trabalho é, com base nos princípios da Historiografia da Linguística, analisar o tratamento da polidez na língua japonesa nas gramáticas escritas por estrangeiros entre os séculos XVI e o século XIX, faz-se necessário aqui delimitar o domínio e enumerar os seus objetos.

1. Cobertura

No fazer historiográfico, segundo Swiggers (2009), é imprescindível delimitar o tema, o tempo e o espaço do trabalho historiográfico, o que consiste em estabelecer o que chamou de *cobertura*.

Para delimitar o trabalho historiográfico, Swiggers (2019, p. 49) propõe quatro questões norteadoras:

- a) Que tipos de (partes de) de conhecimento linguístico foram elaborados no passado?
- b) Por quais processos o conhecimento linguístico foi produzido, difundido e “recebido”?
- c) Como esse conhecimento linguístico foi enquadrado?
- d) Em que (tipos de) contextos o conhecimento linguístico foi produzido, transmitido, “recebido”?

Neste trabalho, pretende-se responder a essas questões da seguinte maneira.

a) Os conhecimentos aqui investigados são sistematizações “tradicionais” da língua japonesa, de viés sistêmico (ou descritivista, segundo o conjunto de programas de investigação propostos pelo autor (cf. Swiggers 1999, 2004 [2003]) ao investigar o

conhecimento relativo às expressões linguísticas que expressam a *polidez* na língua japonesa. Buscaremos descrever como ele se constituiu em diferentes obras, produzidas por diferentes autores, em diferentes contextos.

b) Para entender os processos pelos quais o conhecimento linguístico foi produzido, difundido e “recebido”, neste trabalho, trataremos das instâncias “produtoras” (autores e seus textos), das instâncias “intermediárias” (intermediários linguísticos e culturais); dos canais de comunicação/ transmissão, das instâncias de “recepção” (“público”), dos problemas linguísticos ou questões que constituem o “assunto”, e dos quadros temporais (tempo de produção, período de recepção, de difusão...) (SWIGGERS, 2019, p. 50).

c) Para explicar como o conhecimento linguístico foi enquadrado, levaremos em conta o seu “lado interno”, analisando alguns aspectos da “camada teórica” e “técnica” (SWIGGERS, 2004 [2003], 2019) nos capítulos III e IV, respectivamente.

d) Acerca do contexto em que o conhecimento linguístico foi produzido, transmitido, “recebido”, levaremos em conta fatores externos, na análise da “camada contextual” (SWIGGERS, 2004 [2003], 2019), a serem expostos também no capítulo III.

A seguir, serão explicados com detalhes a delimitação do domínio, a enumeração do seu objeto e os critérios da análise historiográfica proposta.

1. 1. Tema

O tema deste trabalho é o tratamento dado à *polidez* e à *impolidez* na língua japonesa em gramáticas escritas por estrangeiros, no período do século XVI ao XIX.

Por *polidez*, conforme já apresentado no capítulo I, entende-se o fenômeno linguístico que corresponde aos padrões sociais relativos à imagem positiva do sujeito da interação, podendo expressar respeito, cortesia, modéstia, honra, humildade, entre outros valores positivos. Por *impolidez*, entende-se todo fenômeno linguístico que expresse o contrário desses valores, correspondendo a descortesia, mau relacionamento, não-deferência, aproximação ou intimidade, entre outros valores negativos.

Optamos por explorar os estudos linguísticos elaborados por agentes estrangeiros por acreditar que esses materiais possam trazer à tona não só questões linguísticas, mas também culturais envolvidas na exploração de um fenômeno como a *polidez*. Sendo esta uma questão presente em uma série de estereótipos sobre a língua e a cultura japonesa,

esse parece ser um material privilegiado para analisar relações entre linguagem, cultura e descrição linguística.

Apesar de o fenômeno da polidez também ser tratado em dicionários, vocabulários, catecismos, cartas, entre outras fontes, neste trabalho nos restringiremos apenas às gramáticas, por duas razões. A primeira consiste na possibilidade de comparação com modelos gramaticais da tradição latina, uma vez que as primeiras gramáticas japonesas foram escritas com base nessa tradição. Essa possibilidade talvez permita pôr em relevo soluções mais ou menos criativas na exploração do tema, em suas correlações com as coerções do modelo de descrição adotado. A segunda razão consiste no fato de o fenômeno da polidez ser descrito em gramáticas de forma sistematizada, uma vez que os seus autores procuraram organizar os diferentes tipos de polidez, graus, fatores que a regem, entre outros aspectos que não são apresentados nos vocabulários e dicionários de forma sistemática. Ou seja, no caso dos vocabulários e dicionários, a apresentação dos dados segue uma ordem alfabética ou temática, sem que se possa perceber uma sistematização clara da polidez como fenômeno mais geral.

Por gramática, neste trabalho, entende-se o trabalho que estabelece ao menos um conjunto de regras de uma determinada língua. No caso das gramáticas analisadas, elas têm como objetivo apresentar regras da língua japonesa para aqueles que não a dominam²⁵, isto é, para potenciais aprendizes da língua como LE. Em algumas delas, a descrição abarca não apenas a modalidade escrita, mas também abrange a modalidade oral.

1. 2. Periodização

Segundo Swiggers (2019, p. 57), uma possível periodização a ser adotada pelo trabalho historiográfico é a “externa”, que leva em conta “unidades de periodização (aproximadamente determinada), coincidindo com, por exemplo, séculos, ou com intervalos de tempo definidos por eventos políticos (ou econômicos)”.

Uma vez que o objeto de estudo deste trabalho são as gramáticas escritas por estrangeiros sobre a língua japonesa, faz-se necessário levar em consideração a

²⁵ O conceito de gramática aqui apresentado neste trabalho corresponde ao “alongamento do objeto de estudo” que as gramáticas, antes voltadas aos estudos linguísticos greco-latinos, sofreram a partir do Renascimento, passando a abordar “não só o grego e o latim, mas os ‘vulgares’ românicos e também as línguas então (e até hoje!) chamadas exóticas com que os europeus entraram em contato na África, na Ásia, na América”, com a finalidade de trabalhar a língua “de modo generalizado como objeto de ensino” (MATTOS E SILVA, 1996, p. 23-24).

continuidade da presença/ ausência dessas pessoas em território nipônico e a produção de gramáticas escritas em línguas distintas do japonês, adotando, portanto, uma periodização “externa”.

Comerciantes portugueses chegaram à Ilha de Tanegashima, ao sul do Japão, em 1543²⁶ e iniciaram o intercâmbio linguístico e cultural. As primeiras descrições da língua japonesa por estrangeiros estão presentes nas cartas dos jesuítas que aportaram ao Japão ainda no século XVI, entre as quais se destacam as cartas do Padre Francisco Xavier (1506-1552), da Companhia de Jesus. Há registros posteriores de descrições em trabalhos específicos sobre a língua japonesa, como a *Artes* de autoria do Padre João Rodrigues, de 1604-1608 e 1620, que representam a origem da “gramatização” (AUROUX, 2014 [1912], p. 35) da língua japonesa por estrangeiros²⁷. Desse modo, optamos por adotar um esquema de periodização externa, considerando como marco inicial a chegada dos portugueses à Ilha de Tanegashima, em 1543.

A partir de 1603 a 1868, temos, na história sociopolítica do Japão, o Período Edo, conhecido pela proibição das relações comerciais com países estrangeiros e expulsão dos missionários cristãos. Somente com a reabertura dos portos em 1854 (Tratado de Kanagawa), período em que ocorreu grande influência externa, inicia-se o período de modernização das instituições japonesas (KURIHARA; NISHIZAWA, 2009). Em 1868, como resultado desse processo de modernização e do consequente desgaste do antigo governo militar (Xogunato) do clã Tokugawa, ocorre a Restauração Meiji, com o retorno do poder político ao Imperador Meiji (1852-1912) (REISCHAUER, 2002 [1993]). Nesse momento, o Japão passou a se abrir, de modo amplo, econômica e culturalmente, às nações estrangeiras. Assim, o Período Meiji (1868-1912) é marcado por mudanças visando à modernização também dos estudos linguísticos, com a importação de tendências ocidentais e de um intenso processo de “gramatização” da língua, com um aumento considerável da produção de instrumentos linguísticos como gramáticas, vocabulário, dicionários.

Desse modo, como marco final deste trabalho, consideramos aproximadamente a Restauração Meiji (1868), que representa um importante marco do processo de modernização sociopolítico e econômico do Japão.

²⁶ Atualmente, sabe-se que os portugueses chegaram ao Japão em 1543 desembarcando na Ilha de Tanegashima e que o primeiro missionário a desembarcar foi o Padre Francisco Xavier (LIDIN, 2002, p. 1).

²⁷ Auroux (2014 [1912], p. 35) considera que o processo de gramatização massiva surge a partir do século XIII com o uso da tradição greco-latina para descrever as línguas do mundo.

Deve-se ressaltar aqui que, a partir da modernização do Japão, inicia-se o fenômeno do surgimento de gramáticas escritas por japoneses. Antes deste momento, apenas estrangeiros valiam-se da tradição greco-latina para elaborar gramáticas. No entanto, a partir da modernização, estudiosos japoneses passaram a publicar materiais escritos em japonês sobre a língua japonesa, produzidos com base nos estudos linguísticos japoneses e europeus, como os de Yoshio Yamada (1873-1958) (REISCHAUER, 2002 [1993]) e seus discípulos²⁸.

Os marcos inicial e final, bem como o contexto em que as gramáticas japonesas foram produzidas serão abordados com maior detalhe no capítulo III sobre a camada contextual.

1. 3. Espaço

Os locais de produção e circulação das obras analisadas não se restringem a um espaço limitado, uma vez que as obras escritas por estrangeiros sobre a língua japonesa foram produzidas no Japão e fora dele com a finalidade de ensinar essa língua a pessoas não-japonesas.

Desse modo, neste trabalho, lidamos mais com o espaço delimitado pelos agentes envolvidos na produção desse tipo de conhecimento do que com um espaço físico específico de produção limitado. Assim, por exemplo, analisaremos a obra *Ars grammaticae Iaponicae linguae* (Roma, 1632), que foi publicada por Diego Collado em Roma, o que ultrapassa as fronteiras do espaço territorial do Japão.

1. 4. Agentes

Quanto aos agentes da história sobre os estudos linguísticos acerca da polidez, restringimos o seu conjunto a estrangeiros de diferentes nacionalidades, que residiram ou não no Japão.

Trataremos das obras de João Rodrigues (1561-1634), Diego Collado (aprox. 1589-1638 ou 41), Melchor Oyanguren de Santa Inês (1688-1747), Jan Hendrik Donker Curtius (1813-1879), M. Charles Landresse (datas desconhecidas), Johann Joseph

²⁸ Em *As Expressões de Tratamento da Língua Japonesa* (1995), Suzuki descreve detalhadamente como Yoshio Yamada e os linguistas posteriores descreveram o fenômeno da polidez na língua japonesa.

Hoffmann (1805-1878), Rutherford Alcock (1809-1897), Rev. Samuel Brown (1810-1880), William George Aston (1841-1911) e Basil Hall Chamberlain (1850-1935).

No capítulo III, serão apresentados breves esboços biobibliográficos sobre cada um deles.

1. 5. Fontes primárias

Para Swiggers (2013, pp. 41-42), o “texto” deve ser inserido em um “circuito” mais amplo, onde questões como, por exemplo, a intertextualidade, a polissemia de textos e a “serialidade” devem ser também levadas em conta. A “posição” do texto, isto é, a forma com que este era avaliado (se visto como cânone ou marginalizado, por exemplo), bem como sua “composição e tonalidade”, isto é, estrutura global dos textos linguísticos, a argumentação e a “modalidade” elocutiva (textos informativos, dubitativos, por exemplo) também devem ser levadas em consideração.

Assim, neste trabalho, procuraremos analisar, levando em conta os critérios acima, exaustivamente, como fontes primárias, todas as gramáticas conhecidas até o momento²⁹:

- 1) *Arte da Lingoa de Iapam* (Nagasaki, 1604-08) e *Arte Breve da Lingoa de Iapam* (Macau, 1620), de João Rodrigues;
- 2) *Ars grammaticae Iaponicae linguae* (Roma, 1632), de Diego Collado;
- 3) *Arte de la lengua Japona* (México, 1738), de Oyanguren de Santa Inês;
- 4) *Éléments de la grammaire japonaise par le P. Rodriguez* (Paris, 1825), de M. Landresse;
- 5) *Proeve eener Japansche Spraakkunst* (Leiden, 1857), escrita por Jan Hendrik Donker Curtius e editada por Johann J. Hoffmann;
- 6) *Essai de Grammaire Japonaise composé par M. J. H. Donker Curtius commissaire néerlandais au Japon enrichi d'éclaircissements et d'additions nombreuses par M. le Dr. J. Hoffmann professeur de Japonais et de Chinois, interprète de Gouvernement des Indes Néerlandaises (Publié en 1857, a Leyde). Traduit du Hollandais avec de nouvelles Notes extraites des Grammaires des PP. Rodriguez e Collado par Léon Pagés* (Paris, 1861), de Léon Pagés;
- 7) *A Japanese Grammar* (traduzido do holandês, Leiden, 1868), de Johann Joseph Hoffmann;

²⁹ Fazemos essa ressalva, pois analisamos exaustivamente todas as obras conhecidas até o momento.

8) *Elements of Japanese Grammar, for the use of beginners* (Shanghai, 1861), de Rutherford Alcock;

9) *Colloquial Japanese or Conversational Sentences and Dialogues in English and Japanese, together with an English-Japanese Index to serve as a vocabulary, and an introduction on the grammatical structure of the language by Rev. S. R. Brown, A. M.* (1863), de Samuel Robbins Brown;

10) *A Short Grammar of the Japanese Spoken Language* (1ª ed. 1869; 4ª ed. 1888), *A Grammar of the Japanese Written Language* (1ª ed. 1872; 3ª ed. 1904) e *A Grammar of the Japanese Spoken Language* (1888), de William George Aston.

11) *A Simplified Grammar of the Japanese Language (1886), A Handbook of Colloquial Language* (1ª ed. 1888; 2ª ed. 1889), de Basil Hall Chamberlain.

2. Uma proposta de estudo historiográfico da (im)polidez

A história da linguística, como vimos, “se pode definir como o conjunto cronológico e geográfico dos acontecimentos, dos fatos, dos processos de conceptualização e de descrição, e dos produtos que moldaram a tradição do pensamento e das práxis linguísticas” (SWIGGERS, 2013, p. 42). Com base nessa definição, temos que o objeto de estudo de nosso trabalho corresponde à história dos estudos linguísticos acerca da polidez na língua japonesa elaborados por estrangeiros ao longo do período que se estende do século XVI ao XIX; não apenas aqueles que foram produzidos e circularam no Japão, mas também os que se produziram e circularam no exterior.

Segundo Swiggers (2013, p. 42-43), uma história como essa pela qual nos interessamos é um conjunto complexo por, pelo menos, três razões:

1) Na história da linguística há tradições (“étnicas” ou “geográficas” ou “culturais”);

2) A história da linguística é um tecido integrado de acontecimentos pessoais e públicos (políticos, socioeconômicos, institucionais), de correntes intelectuais e culturais, de redes sociais, de fazeres centrados em línguas por si mesmas ou como meios para certos fins (...), de reflexões e processos conceituais que são subjacentes a vários tipos de atividade científica;

3) A história da linguística apresenta uma ampla gama de “produtos” do pensamento e das práxis linguísticas, descrições de línguas (descrições de uma só língua ou de línguas em contraste ou de fenômenos tipológicos), manuais (para o ensino/ para a

aprendizagem), obras teóricas, estudos históricos e/ou comparativos, modelos de análise ou de explicação, e, além disso, trabalhos que dizem respeito ao planejamento de línguas e às políticas linguísticas.

Dar conta de fatores como esses e de seus entrelaçamentos é tarefa que exige muito do historiador/historiógrafo, cujo objetivo fundamental é “reconstruir o ideário linguístico e seu desenvolvimento através da análise de textos situados em seu contexto” (cf. SWIGGERS, 2013, p. 43). Segundo o autor, é necessário “dispor de uma visão histórica relativamente ampla”, analisar os textos com uma “base heurística” e “alguns fundamentos hermenêuticos” e considerar o contexto, que pode abranger a “história intelectual” e a “história socioeconômica”.

Levando em conta essas diretrizes, definimos, a seguir, os critérios específicos para a análise das gramáticas.

2. 1. Critérios de análise

2. 1. 1. Princípios gerais

Nesta busca de reconstrução de parte da história da descrição do fenômeno da polidez no japonês, levando em conta características de textos selecionados dessa produção e informações sobre seus contextos de emergência e difusão, seguimos, como adiantamos no Capítulo Introdutório desta tese, os três princípios (genéricos e gerais) propostos por Koerner (2014 [1995], p. 58-59).

O primeiro, como vimos, é o denominado *princípio de contextualização*, segundo o qual se leva em consideração o “clima de opinião intelectual” geral do período analisado e outros fatores “externos” (biográficos, sociais, econômicos, religiosos, políticos, etc.) de impacto sobre o conhecimento linguístico em análise.

O segundo é o *princípio de imanência*, segundo o qual “o quadro geral da teoria a ser investigada, assim como a terminologia usada no texto, devem ser definidos internamente” (KOERNER, 2014 [1995], p. 58-59).

O terceiro denomina-se *princípio de adequação*, segundo o qual, com base nos princípios anteriores, o historiográfico “pode introduzir aproximações modernas do vocabulário técnico e do quadro conceptual apresentado na obra em questão” (KOERNER, 2014 [1995], p. 59), de modo a dialogar de maneira mais eficiente com o leitor contemporâneo.

Em texto que reafirma essas diretrizes, Swiggers considera que, por ser um tecido complexo, a história da linguística pode ser examinada em fases, como as seguintes (SWIGGERS, 2013, p. 44-45):

1) *Fase heurística*: leitura e coleta de informações sobre as fontes primárias, “catalogação” de ideias, dos pontos de vista e da terminologia, contextualização de ideia, termos, etc.

2) *Fase hermenêutica*: interpretação com base em categorias interpretativas gerais e específicas.

3) *Fase executiva*: demonstração dos resultados da investigação.

Além disso, para Swiggers (2013, p. 46-47), há as seguintes áreas de investigação: 1) *áreas de tipo referencial* (campo da linguística); 2) *áreas de tipo institucional* ((para)disciplinas); 3) *áreas de tipo conceitual* (questões linguísticas conceituais); e 4) *áreas de tipo “ecolinguístico”* (entrelace entre concepções de usuários e concepções de linguistas).

Dentro da área conceitual, o autor esclarece que a história pode se dedicar a um problema teórico específico ou à história de modelos e teorias linguísticas. Desse modo, para investigar a história do tratamento da polidez na língua japonesa, propõe-se um estudo de tipo conceitual, centrado na investigação de suas definições e suas formas de descrição diacronicamente.

Em relação às formas de descrição, entendemos que há uma série de dimensões envolvidas, que podem ser capturadas por meio do conceito de ‘camada’ do conhecimento linguístico.

2. 1. 2. Camadas do conhecimento linguístico

Swiggers (2019, p. 67) propõe que vejamos a história da Linguística como parte da história das técnicas, justificando essa concepção da seguinte forma:

(...) tal ponto de vista é, a meu ver, especialmente relevante, uma vez que a própria linguagem é uma técnica material e cultural básica, e a descrição (gramatical, lexical etc.) da linguagem é uma técnica sobreposta (implicando um conjunto de procedimentos) naquela técnica de ‘primeiro nível’.

Assim, para o autor, podemos analisar o conhecimento linguístico por meio de um modelo descritivo-explicativo em quatro camadas (SWIGGERS, 2004 [2003], 2019):

1) ‘Camada’ teórica: “corresponde à visão global da linguagem, à concepção das tarefas e do *status* da linguística” (tradução nossa). É a camada “de ‘ideias’, insights, ‘afirmações teóricas’ (SWIGGERS, 2019, p. 68).

2) ‘Camada’ técnica: “inclui as técnicas de análise (linguístico/ gramatical) e os métodos de apresentação de dados” (tradução nossa). O termo “técnica” está sendo utilizado no “sentido do trabalho técnico-linguístico, no qual o grau de tecnicismo é ligado à teoria e vinculado ao tempo” (SWIGGERS, 2019, p. 68).

3) ‘Camada’ documental: “corresponde à documentação linguística e filológica (número de línguas, tipos de fontes e de dados) sobre o qual se baseia o estudo linguístico” (tradução nossa). Esta camada é “constituída pela documentação linguística disponível em um dado momento” (SWIGGERS, 2019, p. 68).

4) ‘Camada’ contextual/ institucional: “corresponde ao contexto cultural e institucional da reflexão e da prática linguística” (tradução nossa).

Neste trabalho, aplicamos o estudo em ‘camadas’ da seguinte forma:

1) ‘Camada’ teórica: adaptada à nossa temática, essa ‘camada’ pode corresponder à concepção de linguagem/língua, à concepção de língua japonesa e da visão/conceituação/definição de polidez.

2) ‘Camada’ técnica: neste trabalho, a atenção se volta às formas efetivas de tratamento do fenômeno da polidez, incluindo, os níveis linguísticos privilegiados (morfológico, sintático, pragmático, por exemplo) e as formas de análise (por exemplo, a comparação com outras línguas, a orientação sincrônica ou diacrônica, as formas de organização do texto de descrição).

3) ‘Camada’ documental: neste trabalho, esta camada não será analisada diretamente, mas algumas informações relevantes relativas a ela serão tratadas juntamente com as demais ‘camadas’.

4) ‘Camada’ contextual/ institucional: sendo esta uma ‘camada’ fundamentalmente externa, procuraremos lidar com ela a partir do que conseguirmos mapear nos textos analisados e em seus comentadores. É de grande valia aqui, por exemplo, o exame dos prefácios das diferentes edições, resenhas e comentários dos textos, de biografias, o exame dos textos e dos autores com os quais cada obra selecionada dialoga, dados da política e da sociedade japonesas de possível impacto nos sistemas de polidez e, por extensão, de potencial impacto nas diferentes descrições que dele vão sendo feitas ao longo do tempo.

Por meio da análise dessas camadas propostas por Swiggers (2004), pretende-se organizar a história dos estudos linguísticos acerca da polidez no modelo de *descontinuidades vs. continuidades* (KOERNER, 1989, p. 53) a seguir ilustrado pela Figura 1:

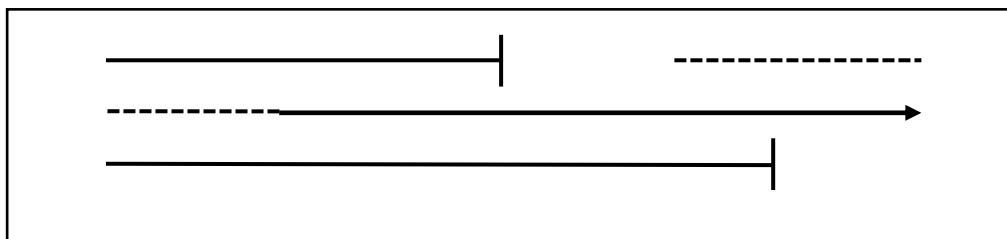


Figura 7. Modelo de *Descontinuidade vs. Continuidade* proposto por Koerner (1989, p. 53)

Nesse modelo, procuraremos detectar a presença dos movimentos de *continuidades* e *descontinuidades* que se verificam diacronicamente, observando as rupturas e as permanências nos modos de os gramáticos estrangeiros tratarem a polidez na língua japonesa.

Capítulo III. Concepção de linguagem e língua, língua japonesa e polidez

Neste capítulo, primeiramente, apresentaremos alguns dados relativos à história sociopolítica do Japão, com ênfase sobre sua relação com países estrangeiros, desde o século XVI até o XIX, juntamente com uma breve apresentação das gramáticas e obras aqui analisadas.

Em seguida, conforme foi apresentado no capítulo II acerca da metodologia, investigaremos a ‘camada’ teórica (SWIGGERS, 2004 [2003], 2019, p. 68), isto é, a concepção de linguagem e língua, de língua japonesa e de polidez em que se pautam os autores em cada gramática.

1. Breve história do Japão e sua relação com os países estrangeiros do século XVI ao XIX

É comum ouvir a afirmação de que o Japão foi uma ilha isolada do contato com o exterior durante muitos anos. No entanto, um breve olhar sobre a história desse país já desfaz essa falácia. Durante muitos anos, a China subordinou o Japão e outros países da Ásia ao pagamento de tributos, impondo a sua superioridade militar. Como consequência desse contato intenso, houve também a difusão de pensamentos políticos e religiosos, como o Confucionismo e o Budismo (GORDON, 2003, p. 4-5). Posteriormente, a partir do século XVI, como trataremos mais adiante, o Japão recebeu navios provenientes da Europa durante o período das *Grandes Navegações*. Navios portugueses aportaram em 1543 em Tanegashima (LIDIN, 2002), e os jesuítas, em 1549, na região atual de Kagoshima. Em seguida, com a perseguição religiosa, as nações cristãs foram impedidas de se manterem no território japonês e somente os holandeses puderam comercializar no porto de Dejima, em Nagasaki. Essa situação durou alguns anos, até que houve a abertura dos portos a outras nações estrangeiras no século XIX, por ordem do Comodoro americano Perry, para a assinatura do Tratado de Kanagawa em 1854. Nesse momento, outras nações que gradativamente já estavam aportando no Japão passaram a oficialmente celebrar tratados de comércio com o país.

Todas essas relações com as nações estrangeiras nos permitem considerar que, na realidade, o Japão nunca esteve verdadeiramente isolado. A produção linguística que neste trabalho será analisada também reflete essa constatação, pois temos autores de nações distintas produzindo gramáticas sobre a língua japonesa dentro e fora do território japonês, intensamente, ao longo dos séculos considerados. Como mencionamos no item

1. 2. do Capítulo II sobre a periodização, neste trabalho, levamos em consideração a continuidade da presença/ausência dos agentes produtores do conhecimento linguísticos em território nipônico e a produção de gramáticas escritas em línguas distintas do japonês.

A fim de facilitar a compreensão da análise da camada contextual das gramáticas analisadas, seguiremos uma divisão da história do Japão do século XVI ao XIX em três momentos: 1) Século XVI ao XVII: Missionários cristãos no Japão; 2) Século XVIII e primeira metade do século XIX: Governo Tokugawa; e 3) Século XIX: Reabertura dos portos e Restauração Meiji.

1. 1. Século XVI ao XVII: Missionários cristãos no Japão

Com a chegada de comerciantes portugueses à Ilha de Tanegashima, ao sul do Japão, em 1543, como já mencionamos, iniciou-se o intercâmbio linguístico e cultural entre essas duas nações. Os jesuítas são os primeiros a se lançarem ao serviço missionário a partir de 1549, com a chegada do Padre Francisco Xavier (1506-1552), da Companhia de Jesus. Missionários franciscanos, dominicanos e agostinianos começaram a chegar por volta de 1590 e 1600 (MORAN, 2004 [1993], p. 2).³⁰

Nesse momento de primeiro contato, estrangeiros conseguiram se estabelecer em território japonês por alguns anos, difundindo também a fé católica. O Japão vivia um momento de grande instabilidade política, caracterizado por guerras civis entre senhores feudais *daimyô* em grande parte do território.

Segundo Bernabé (2018, p. 66), de 1570 a 1578, os jesuítas experienciaram um período de prosperidade ao adotarem políticas de conversão voltadas às elites japonesas. Assim, algumas famílias de importantes clãs foram batizadas, tornando-se patronas da cristandade no Japão. O visitador Alessandro Valignano (1539-1606)³¹ vai ao Japão pela primeira vez entre 1579 e 1582, e põe em prática seu inovador método de “acomodação”, como descreve Bernabé (2018, p. 69):

Tal estratégia fez com que pela primeira vez os europeus fossem obrigados a ver o cristianismo como algo que poderia ser dissociar da cultura e civilização

³⁰ Sobre a história dos portugueses no Japão, há muitas pesquisas e publicações, entre elas podemos citar Boxer (1951), Moran (2004 [1993]) e os trabalhos da historiadora Renata Cabral Bernabé (2012, 2018). Por essa razão, não vamos nos aprofundar nesse assunto por não ser o tema desta pesquisa, mas somente apresentar informações que contribuam para a análise da ‘camada’ contextual neste trabalho.

³¹ O italiano Alessandro Valignano nasceu em 1539 e se tornou jesuíta em 1566. Foi indicado como visitador da Ásia, espécie de governador da missão jesuítica, em 1573, e esteve pela primeira vez o Japão em 1579 a 1582. Em sua segunda visita, de 1590 a 1592, levou a primeira prensa de Gutenberg ao arquipélago, dando início à produção de livros.

européias. Ao se deparar com culturas antigas e formas de governo complexamente organizadas, os missionários não puderam se utilizar do argumento civilizacional para impor sua cultura a uma sociedade alheia, como o fizeram na América, África e até em alguns lugares da Ásia. Além disso, o fato de os portugueses no Japão não passarem de meros comerciantes forasteiros, sem qualquer poder coercivo, fazia com que os jesuítas não tivessem outra forma de evangelizar os nativos que não fosse pelo convencimento. E para convencer era necessário, antes, ganhar um lugar na sociedade, ser aceito. Para isso, Valignano entendeu que não seria possível obrigar os japoneses a romperem com seu mundo social e operou uma separação entre aquilo que deveria ser considerado civil, pertencente ao direito positivo, e aquilo que deveria ser considerado religioso.

O método de Valignano provocou desconfiança entre lideranças em Roma, mas foi bem sucedido no Japão, pois fez com que os portugueses se integrassem às elites locais, respeitando sua cultura e costumes. Com relação aos estudos da língua, esse método incentivou a compreensão do idioma japonês para lidar com as elites, alcançando a produção de gramáticas e dicionários bem elaborados, conforme veremos mais adiante neste capítulo.

O processo de unificação e pacificação do território japonês iniciou-se com a liderança de Oda Nobunaga (1534-1582) e prosseguiu com seu vassalo sucessor Toyotomi Hideyoshi (1537-1598). Este promulgou um decreto de expulsão dos missionários em 24 de julho de 1587 (BERNABÉ, 2018, p. 71), mas efetivamente não realizou ações que acabassem com a presença estrangeira no Japão.

O estopim para as proibições contra os cristãos se dá com o *Incidente de San Felipe* (1596), quando Hideyoshi ordenou o confisco do galeão espanhol *San Felipe*, e com a execução, em 1597, de 26 cristãos, dentre eles, 3 jesuítas e frades franciscanos, posteriormente chamados de *26 Mártires de Nagasaki*.

Com a morte de Hideyoshi, o regente Tokugawa Ieyasu (1543-1616) venceu as forças aliadas do filho de Hideyoshi, Toyotomi Hideyori (1593-1615), na *Batalha de Sekigahara*, em 1600, e conseguiu o título de *Sei Tai Shôgun* (Comandante-chefe para pacificação do Leste) atribuído pelo Imperador Go-Yôzei (1571-1617), em 1603. Assim, iniciou-se uma sucessão de líderes do clã Tokugawa, que perdurou até a Restauração Meiji (1868).

A princípio, quando assumiu o poder político central, Ieyasu abriu o comércio com as nações protestantes estrangeiras, deixando de lado o comércio com portugueses e espanhóis. Com o incidente ocorrido com a embarcação portuguesa *Madre de Deus*³², em

³² Nesse incidente, o capitão português Andrés Pessoa (?-1610) aportou em Nagasaki para vender sua valiosa carga, mas foi atacado pelo *daimyô* local Arima Harunobu em retaliação a um ataque sofrido por

1610, Ieyasu decretou a proibição do cristianismo, adotando uma política de repressão aos estrangeiros e japoneses cristãos a partir de 1614 (BERNABÉ, 2018, p. 98).

1. 1. 2. Gramáticas do Século XVI ao XVII: Missionários cristãos no Japão

Como mencionamos no item 1 do capítulo II, as primeiras descrições da língua japonesa por estrangeiros foram as cartas dos jesuítas que aportaram ao Japão ainda no século XVI, havendo registros de descrições nas *Artes* do Padre João Rodrigues, de 1604-1608 e 1620, que representam a origem da “gramatização” (AUROUX, 2014 [1912], p. 35) da língua japonesa por estrangeiros³³.

Nesse primeiro período, são elaboradas três gramáticas: *Arte da Lingoa de Iapam* (Nagasaki, 1604-1608) e *Arte Breve da Lingoa de Iapam* (Macau, 1620), de João Rodrigues; e a *Ars grammaticae Iaponicae linguae* (Roma, 1632), do Diego Collado. A primeira obra foi elaborada ainda no momento de presença dos portugueses no território japonês, sendo as duas últimas elaboradas em Macau e Roma, em momento de severa perseguição aos missionários cristãos no Japão.

João Rodrigues (1561-1634) nasceu em Sernancelhe, Portugal, em 1561. Desembarcou no Japão em 1577 e ingressou ao Colégio da Companhia de Jesus de Funai (atual região da Província de Oita), tornando-se intérprete entre importantes personalidades políticas portuguesas, como o visitador Alessandro Valignano, e o líder político japonês Toyotomi Hideyoshi (UEDA, 2001). Faleceu em Macau, aos 73 anos, em 1º de agosto de 1634 (UEDA, 2001).

Podemos afirmar que Rodrigues representou a missão portuguesa no Japão, tendo vivenciado seu auge e declínio. Com relação à produção linguística, podemos reconhecer que, até o século XIX, nenhum outro estrangeiro elaborou obras tão completas sobre a língua japonesa e descreveu a polidez com tantos detalhes.

Como vimos, após a entrada dos jesuítas no Japão, franciscanos, agostinianos e dominicanos, chamados de ordens mendicantes, também aportaram em solo japonês com o objetivo de difundir a fé cristã. Ainda que em número bem mais reduzido que o dos jesuítas, esses missionários mendicantes foram chegando ao Japão aos poucos (BERNABÉ, 2018, p. 166). Nesse contexto é que temos a presença do dominicano Diego

navios japoneses em Macau, em 1608, que resultara na morte de mais de 40 japoneses (BERNABÉ, 2018, p. 97-98).

³³ Auroux (2014 [1912], p. 35) considera que o processo de “gramatização” massiva surge a partir do século XIII com o uso da tradição greco-latina para descrever as línguas do mundo.

Collado (aprox. 1587 ou 1589-1638 ou 41) no Japão³⁴. Ele nasceu em Extremadura, na Espanha, por volta de 1589. Ingressou à ordem dos dominicanos por volta de 1600, em Salamanca, e dedicou-se à missão no Japão em 1619, ficando por lá até 1622 (MARUYAMA, 2009, p. 7), momento em que as perseguições aos cristãos já eram severas.

Collado também produziu diversas obras publicadas em Roma: *Ars grammatica japonicae linguae* (Roma, 1631, 1632); *Dictionarium sive thesauri linguae japonicae compendium* (Roma, 1632); *Modus confitendi et examinandi paenitentem japonensem formula suamet lingua japonica*, (Roma, 1631, 1632); *Formula protestandae fidei*, (Roma, s/d); *Historia eclesiástica de los sucesos de la cristianidad del Japón desde el año de MDCII, que entró en él la orden de predicadores hasta el de MDCXXI por el P. Hiacinto Orfanel, anadida hasta el fin del ano MDCXXII por el Padre Fray Diego Collado* (Madri, 1632, 1633); *Dictionarium linguae sinensis cum explicatione latina et hispanica caractere sinensi et latino* (Roma, 1632). Collado veio a falecer em 1638 ou 1641 por conta de um naufrágio.

A *Ars grammatica japonicae linguae* (Roma, 1632) foi escrita em latim, com base na *Arte Grande* (1604-1608) de Rodrigues (SPEAR, 2007, p. 15) e no *Vocabulário* (1630) em espanhol, que é uma tradução do *Vocabulário* (1603-1604) português da Companhia de Jesus (ZWARTJES, 2009, p. 24-25). Por esse motivo, segue o modelo latino de descrição gramatical e o modelo inovador de Rodrigues para descrever a polidez na língua japonesa.

Por ter sido publicada em Roma pela Congregação para a Propaganda da Fé (*Propaganda Fides*), pode-se notar que a *Ars* de Collado ganhou maior relevância que as *Artes* de Rodrigues dentro da Igreja Católica. Por ser publicada no centro do cristianismo, foi uma obra mais acessível ao público em geral, divulgando também a *Arte* de Rodrigues. No prólogo, Collado (1638, PROLOGVS AD LECTOREM) explica as razões que o levaram à publicação de sua *Ars*: as dificuldades de acesso à obra de Rodrigues para os religiosos estudarem a língua³⁵. Collado esclarece também que selecionou exemplos úteis

³⁴ Para conhecer mais sobre a vida e obra de Diego Collado, recomendamos o artigo de Jan Odstreilik (2020).

³⁵ No original: “Etsi quondam à principio plantationis Orthodoxæ fidei nostræ in Regno Iaponico, composita fuerit quædam ars grāmaticæ linguae prædictæ a P. Ioanne Rodriguez Societatis Iesu; quia tamen raro res in sua prima conditione perfectæ lumen aspiciunt, & aliàs, ob temporum diuturnitatem, vix aliquam copiam prædictæ artis est iam inuenire: Visum est mihi, aliquale Deo, & ministris fidei propagationis (quæ sine linguae instrumento non potest esse) obsequium præstiturum, si extractis ab arte prædicta necessarijs (sunt enim multa) & relictis, quæ peritis in prædicta lingua talia non probantur; additis etiam ijs, quæ experientia, & vsu, lectioneque continua librorum, Deo largiente (qui dat verbum Euangelizantibus) sum

da língua japonesa, rejeitou outros que não eram aceitos por especialistas e acrescentou outras palavras que aprendeu por “experiência, prática ou leitura”.

Podemos comparar Collado a Rodrigues, pois os dois tiveram vasta e relevante produção bibliográfica. No entanto, apesar de as obras de Collado terem sido mais difundidas na Europa, a profundidade e exatidão de sua gramática fica muito a dever, se comparadas às das *Artes* do jesuíta português. Isso será evidenciado posteriormente, no Capítulo IV, ao tratarmos da terminologia utilizada na descrição da polidez.

1. 2. Século XVIII e primeira metade do século XIX: Governo Tokugawa

O governo Tokugawa estabeleceu-se por volta de 1600, após o processo de unificação que pusera fim ao longo período de guerras. Gordon (2002, p. 10) esclarece que as antigas elites formadas por guerreiros samurais e seus senhores feudais tornaram-se os líderes políticos do país.

Apesar da paz política interna, foram intensificadas as perseguições aos cristãos em todo o Japão de 1633 a 1639. O Shôgun Tokugawa Iemitsu (1604-1651) promulgou uma série de éditos que restringiam a interação entre japoneses e estrangeiros (GORDON, 2002, p. 17). Foi durante seu governo que ocorreu a sangrenta *Batalha de Shimabara* (1637-38), onde cristãos foram executados em massa. Até 1639, todos os comerciantes portugueses tinham sido expulsos (GORDON, 2002, p. 17). Ingleses e espanhóis também já haviam sido expulsos, respectivamente, em 1623 e 1624.

No caso dos holandeses, eles eram proibidos de entrar em território japonês sem autorização e viviam confinados na ilha artificial Dejima³⁶, em Nagasaki. Apenas integrantes da Companhia Holandesa das Índias Orientais poderiam comercializar com o Japão.

Diante do acesso restrito a estrangeiros, neste período específico, os estudos sobre a língua japonesa se restringiram a obras publicadas com base nas *Artes* de Rodrigues e no *Vocabulário* da Companhia de Jesus, bem como as produções escritas com acesso restrito ao território japonês, com base em informantes. Temos, portanto, aqui uma continuidade da tradição da descrição da polidez de Rodrigues.

adeptus, in compendium alarè, & sub breuitate redigerem præcepta omnia quæ ad eruditè vtendum lingua Iaponica, prædicatoribus (pro quibus labor est assumptus) sunt necessária”.

³⁶ Segundo Santô (2013, p. 54), a ilha de Dejima foi criada em 1641 para manter os holandeses que estavam já na região de Hirado. O porto de Nagasaki apenas ficou aberto para receber navios chineses e holandeses.

1. 2. 1. Gramáticas do Século XVIII e primeira metade do século XIX: Governo Tokugawa

Durante o início do governo Tokugawa, dois ingleses tiveram maior acesso ao Japão e conseguiram elaborar obras que trataram sobre a língua. O primeiro foi o britânico William Adams (1564-1620)³⁷, também chamado pelos japoneses de Miura Anjin, que atuou no Japão como intérprete e informante de Tokugawa Ieyasu (REISCHAUER, 2002 [1993]). O segundo foi Richard Cocks (1566-1624)³⁸, que escreveu *Diary Kept by the head of the English Factory in Japan* (de 1615 a 1619 e de 1620 a 1622). Com as restrições ao Japão, os estrangeiros não conseguiram elaborar gramáticas da língua, mas relatos de viagens e informações culturais sobre o Japão. Essas obras, por não serem gramáticas, não serão analisadas neste trabalho.

Para Kaiser (1995, p. 22), também devemos destacar os manuscritos escritos em russo em 1730. Esses manuscritos são atribuídos ao japonês chamado Gonza³⁹, que teria naufragado e sido capturado pelos russos. Gonza teria contribuído para estabelecer um curso de japonês na Academia de Ciências de São Petersburgo, tendo elaborado materiais para o estudo da língua (KAISER, 1995, p. 22). Como Gonza era originário da região de Satsuma (atual Kagoshima), os registros do dialeto falado nessa região são frequentes⁴⁰. Assim como Gonza, outros náufragos japoneses contribuíram como informantes para os estudos relativos à língua japonesa na Rússia, mas estes não resultaram na publicação de nenhuma gramática japonesa durante o período de fechamento dos portos pelo Shogunato Tokugawa. Apenas posteriormente, no século XIX, é que houve a publicação de um dicionário e uma gramática russa sobre a língua japonesa. Sobre isso, trataremos no período a seguir.

³⁷ Adams chegou ao Japão em 1600 e faleceu em 1620 na região de Hirado, antes da expulsão dos ingleses. Por ter uma amizade com o Shôgun japonês, recebeu terras próximas a Edo, sendo considerado como um “samurai ocidental” e teve a oportunidade de conhecer várias regiões do Japão e da Ásia (REISCHAUER, 2002 [1993]).

³⁸ Cocks testemunhou as mudanças políticas japonesas e a proibição do comércio com os ingleses em 1623. Faleceu ao retornar à Inglaterra em 1624.

³⁹ Dados biográficos desconhecidos.

⁴⁰ Esse é o motivo de esses manuscritos serem objeto de estudo atualmente pela pesquisadora japonesa Ai Kubozono (Aichi Prefectural University), que investiga o dialeto da Província de Kagoshima (KUBOZONO, 2018, p. 433-438).

Mesmo nunca tendo visitado o Japão, o padre franciscano Oyanguren de Santa Inês (1688- 1747)⁴¹ publicou a *Arte de la lengua Japona* no México, em 1738. Tendo atuado como missionário na Cochinchina (atual região da Indochina, onde se encontram os países Vietnã, Laos e Camboja), Oyanguren era guardião de dois conventos e ensinava o idioma Tagalo nas Filipinas.

Essa obra só passou a ser conhecida na Europa quando o Baron G. de Humboldt (título atribuído a Friedrich Christian Karl Ferdinand Wilhelm von Humboldt, 1767-1835⁴²), que recebera um exemplar de seu irmão Alexander, publicou, em 1826, a breve obra *Supplément a la Grammaire Japonaise du P. Rodriguez; On Remarques additionnelles sur quelques points du système grammatical des Japonais, tirées de la Grammaire composée em espagnol par le P. Oyanguren, et traduites par M. C. Landresse, membre de la Société Asiatique; précedées d'une Notice comparative des Grammaires japonaises des PP. Rodrigues et Oyanguren, par M. le Baron G. de Humboldt* (Paris, 1826). Dessa maneira, Humboldt apresenta a *Arte de la lengua Japona* (México, 1738) de Oyanguren à Europa, que apenas conhecia as obras de Rodrigues e Collado (HUMBOLDT, 1826, p. 2). Nesse *Supplément* de doze páginas, Humboldt compara a tradução das *Artes* de Rodrigues traduzida por Landresse em 1825 com a gramática de Oyanguren, tendo como objetivo transmitir informações gerais sobre a obra, sem entrar em grandes detalhes. No que tange à polidez, há uma breve referência à humildade (*humilité*) por Humboldt, sem maiores detalhes sobre o sistema de polidez, razão pela qual esse suplemento não será analisado neste trabalho⁴³.

Entre os holandeses estabelecidos na região de Hirado e, posteriormente, na ilha artificial de Dejima, destacam-se três médicos: Engelbert Kaempfer (1651-1716)⁴⁴, Carl Peter Thunberg (1743-1828)⁴⁵ e Philipp Franz von Siebold (1796-1866)⁴⁶. Os três

⁴¹ O missionário franciscano de origem espanhola Oyanguren de Santa Inês (1688) nasceu em Salinas, na Espanha, e morou nas Filipinas e no México. Nunca esteve no Japão, mas escreveu sua gramática com base em informantes e livros publicados pelos jesuítas e por Collado.

⁴² O linguista Friedrich Christian Karl Ferdinand Wilhelm von Humboldt era irmão do famoso geógrafo Alexander von Humboldt (1769-1859). Para saber mais sobre sua vida e obra, pode-se consultar o livro *Historiografia Linguística de Wilhelm von Humboldt*, de Sebastião Elias Milani (2012).

⁴³ Humboldt (1826, p. 9) menciona a humildade que se manifesta ao usar os pronomes de primeira pessoa. O autor também compara a obra de Oyanguren com gramáticas das línguas malásia e chinesa.

⁴⁴ Kaempfer tinha origem alemã, mas chegou ao Japão usando nacionalidade holandesa. Publica *History of Japan* em dois volumes em 1727-28, em Londres.

⁴⁵ De origem sueca, Thunberg atua na Companhia Holandesa das Índias Orientais como médico a partir de 1775. Elabora importantes obras sobre a flora japonesa: *Flora Japonica* (1784), *Resa uti Europa, Africa, Asia* (1788-93) e *Icones plantarum Japonicarum* (1794-1805).

⁴⁶ Apesar da origem alemã, Siebold chega ao Japão como médico holandês, em 1823, e leciona medicina na escola livre Narutakijuku até 1829, quando foi expulso do país. Conhecido como *Incidente Siebold*, o médico recebeu uma ordem de expulsão ao trocar livros holandeses por mapas locais do Japão, o que era

atuaram como médicos em Nagasaki e elaboraram importantes relatos sobre o Japão, que serviram como referência para os europeus da época. Acerca da língua japonesa, destacamos os trabalhos *Epitome Linguae Japonicae* (1832)⁴⁷ e *Isagone in Bibliothecam Japonicam et Studium Literarum Japonicarum* (1841), de Siebold. Essas obras não são gramáticas, mas apresentam descrições da língua japonesa em comparação com outras línguas.

Um pouco menos conhecidos também são os holandeses Izaak Titsingh (1744-1812)⁴⁸, Johan Frederik van Overmeer Fisscher (1800-1848)⁴⁹ e Jan Cock Blomhoff (1779-1853)⁵⁰. O primeiro, atuando como médico, comissionário comercial e diplomata, esteve três vezes no Japão e escreveu importantes obras que retrataram o Japão da época. O segundo, publicou a obra *Bijdrage tot de kennis van het Japan sche rijk* (1833), contribuindo para o conhecimento sobre o Império Japonês e apresentando informações sobre o Japão. O terceiro atuou como professor de inglês no Japão e elaborou o primeiro dicionário dessa língua, o *Angeriago rintaisei* (1814) (SANTÔ, 2013, p. 75).

Também devemos destacar o holandês Hendrik Doeff (1777-1835)⁵¹, que elaborou um importante dicionário de japonês e holandês: *Doeff-Halma Dictionary*, também conhecido como *Dôyaku Haruma* ou *Nagasaki Haruma*. Este dicionário foi baseado no dicionário francês-holandês de François Halma (1653-1722).

Esse período é marcado pela quase exclusividade dos holandeses no comércio japonês e pela produção de relatos de viagens e obras sobre a cultura e a língua. Não há exatamente a elaboração de uma gramática da língua japonesa por estrangeiros que estiveram no Japão, exceto a obra *Proeve eener Japansche Spraakkunst* (Leiden, 1857), de Jan Hendrik Donker Curtius (1813-1879)⁵², editada por Johann J. Hoffmann (1805-

proibido para estrangeiros. Ao retornar à Europa, em 1830, estabeleceu-se em Leiden, na Holanda, onde preparou a publicação de seus manuscritos (REISCHAUER, 2002 [1993]). Nessa época, conheceu J. J. Hoffmann, que seria posteriormente o primeiro professor de japonês no Ocidente (TRINCHÃO, 2018, p. 17). O resultado de seu trabalho foi a publicação do compêndio *Nippon, Archiv zur Beschreibung von Japan* (1832-1851), que se tornou referência no Ocidente.

⁴⁷ Para saber mais sobre pesquisas sobre essa obra de Siebold, ler artigo de Stefan Kaiser (2008).

⁴⁸ Titsingh escreveu *Mémoires et anecdotes sur la dynastie régnante des djogouns, souverains du Japon* (1820) e *Cérémonies usitées au Japon pour les mariages et les funérailles* (1819).

⁴⁹ Fisscher esteve no Japão de 1820 a 1829 trabalhando na fábrica holandesa. Ao publicar sua obra em Amsterdã, tornou-se famoso como conhecedor da Ásia.

⁵⁰ Nascido em Amsterdã, Blomhoff foi nomeado para servir em Dejima, em 1809, onde ficou até ser preso, em 1813, pelos ingleses. Foi reenviado ao Japão e sucedeu Hendrik Doeff como capitão de Dejima em 1817, ficando no cargo até 1823.

⁵¹ Doeff chegou em Nagasaki em 1799 e trabalhou na fábrica holandesa em Dejima de 1803 a 1817. Como diretor dessa empresa, realizou três visitas à capital Edo. Após retornar à Holanda, publicou seu livro de memórias *Herinneringen uit Japan* (1833) (REISCHAUER, 2002 [1993]).

⁵² Curtius estudou Direito na Universidade de Leiden e se tornou juiz nas Índias Holandesas Orientais, em Semarang. Em 1822 foi nomeado diretor da fábrica de Dejima, em Nagasaki, onde desempenhou

1878)⁵³. Essa obra foi enviada de Nagasaki para Hoffmann, em 1855, enquanto Curtius ainda residia no Japão, e publicada em Leiden, em 1857.

Essa gramática representa um marco para a abertura comercial e intercâmbio intelectual entre o Japão e outras nações, uma vez que Curtius foi o último chefe da fábrica holandesa em Dejima e o primeiro diplomata no Japão, pois, em decorrência da pressão para a abertura comercial americana, a Holanda pôde livremente comercializar com o Japão a partir de 1858 (SANTÔ, 2013, p. 83). Curtius retornou à Europa em 1860, tendo atuado na recepção da missão diplomática japonesa (TRINCHÃO, 2018, p. 20).

Por ser uma gramática de transição, vamos classificá-la como o marco inicial do terceiro período de Reabertura dos Portos e Restauração Meiji.

Enquanto apenas a Holanda comercializava com o Japão, na Europa, havia um crescente interesse pela Ásia, considerada um local exótico. Na França, em 1825, é publicada uma tradução de *Arte da Lingoa de Iapam*, de Rodrigues, por Charles Landresse (1800-1862)⁵⁴ e Jean-Pierre Abel-Rémusat (1788-1832)⁵⁵, dando início aos estudos relativos à língua japonesa (GARNIER, 2013). Essa tradução recebeu o título de *Éléments de la Grammaire Japonaise, par le P. Rodriguez, traduits du Portugai sur le Manuscrit de la Bibliothèque du Roi, et soigneusement collationnés avec la Grammaire publiée par le même auteur à Nagasaki en 1604, par M. C. Landresse, membre de la Société Asiatique*. Apesar de ser denominada tradução, *Éléments* difere-se em vários aspectos do original, por isso, será considerada neste trabalho como uma gramática em língua francesa baseada na *Arte Breve* de Rodrigues (1620), obra referida como manuscrito da Biblioteca do Rei, e na *Arte Grande* de Rodrigues, publicada em Nagasaki, em 1604-1608.

importante papel diplomático para forçar o Japão a assinar um tratado de comércio com a Holanda. Em 1856, conseguiu o fim da limitação de comércio à ilha de Dejima, possibilitando maior liberdade pelo porto de Nagasaki. Deixou o Japão em 1860.

⁵³ Johann Joseph Hoffmann (1805-1878) foi um estudioso de japonês e chinês. Trabalhou em Amsterdã como assistente de Phillipp Franz von Siebold (1796-1866) e tornou-se o primeiro professor de japonês da Universidade de Leiden, o que representou a consolidação dos estudos japoneses na Europa. Nunca foi ao Japão e veio a falecer em Leiden, em 1878. (REISCHAUER, 2002 [1993]).

⁵⁴ M. Charles-César Clerc de Landresse era um sinólogo membro da Société Asiatique. Não encontramos muitas informações relevantes sobre sua vida.

⁵⁵ Abel-Rémusat era bibliotecário e orientalista. Escreveu a enciclopédia japonesa *Wakan sansai zue* (1712) e os comentários sobre a *Arte Breve* (1620) de Rodrigues, intitulados *Notices et extraits des manuscrits de la Bibliothèque du roi* (1828). Sabemos da existência deste manuscrito, mas não há registro na Bibliothèque Nationale de France (Gallica) até o encerramento da redação deste trabalho. Consideramos que sua análise futura seria de grande importância para entender a recepção da obra de Rodrigues na Europa do século XIX.

No período seguinte, analisaremos as gramáticas a partir de Curtius, que são caracterizadas por uma renovação das fontes para a elaboração das gramáticas em função da reabertura dos portos e retomada das livres relações com nações estrangeiras ocidentais.

1. 3. Século XIX: Reabertura dos portos e Restauração Meiji

O governo do clã Tokugawa começou a sofrer abalos pelas constantes ameaças de embarcações estrangeiras provenientes da Europa e dos Estados Unidos a partir de 1800. Segundo Gordon (2002, p. 46), essas ameaças de mercadores, pescadores e marinha de governos estrangeiros eram “símbolos poderosos e emissários das revoluções capitalista e nacionalista que estavam transformando as sociedades da Europa e América, e, conseqüentemente, transformando o mundo” (tradução nossa).

Na China, as chamadas *Guerras do Ópio* (1839-1842), que eram imposições dos mercadores britânicos para vender seus produtos sem tarifas em território chinês, eram exemplos da força capitalista do Ocidente se impondo ao Oriente. Isso assustava os japoneses, que tentavam impedir ao máximo a presença do ópio em seu arquipélago.

No Japão, essa pressão estrangeira fez com que o já desgastado governo do clã Tokugawa entrasse em crise. Oficialmente, algumas nações mantiveram uma postura neutra frente à crise política interna do Japão, mantendo relações diplomáticas, mas alguns mercadores claramente ajudavam os grupos insurgentes contra o governo *Bakufu* (GORDON, 2002, p. 46). Medidas de repressão aos navios estrangeiros foram intensificadas em 1825, resultando em confrontos armados contra embarcações, o que fez com que a situação de fragilidade do *Bakufu* apenas aumentasse. A partir de 1842, o Japão passou a flexibilizar a repressão aos navios e começou a aceitar que estes aportassem, evitando o surgimento de guerras com as nações ocidentais (GORDON, 2002, p. 48).

A abertura dos portos finalmente ocorreu pela pressão, em 1854, do comodoro americano Matthew Perry. Ameaçando a Baía de Tóquio com nove navios da Marinha americana, Perry conseguiu intimidar o governo *Bakufu* a assinar o *Tratado de Kanagawa*, que determinava a abertura dos portos às nações estrangeiras, estabelecendo condições tarifárias e legais desvantajosas ao Japão. Esse país passou a perder sua soberania dentro

do próprio território e sofrer com uma grave crise financeira. A delegação americana foi a primeira a se fixar na região de Shimoda, ao sul da Península de Izu⁵⁶.

A partir dessa época, delegações estrangeiras passaram a se fixar em Yokohama e, posteriormente, em Edo (atual Tóquio) e Kobe (Província de Hyogo). A delegação britânica foi uma das primeiras a se instalar em solo japonês. O britânico Ernest Mason Satow (1843-1929), por exemplo, foi o primeiro estudante intérprete da delegação britânica e esteve no Japão de 1862 a 1882 e, posteriormente, de 1895 a 1900 (RUXTON, 1997, p. 10). O também britânico Basil Hall Chamberlain (1850-1935) viveu no Japão por 30 anos a partir de 1873, testemunhando as mudanças desse país rumo à modernização (GORDON, 2002, p. 61). Assim como eles, muitos integrantes das delegações estrangeiras e missionários produziram gramáticas da língua japonesa, tema que será apresentado mais adiante.

As imposições estrangeiras em território japonês levaram ao descontentamento de diversos grupos desde as elites até a população consumidora. Conseqüentemente, o movimento contrário ao governo *Bakufu* e à presença estrangeira começou a tomar força, apoiado por grupos em diversas regiões do Japão. Até mesmo o imperador Kômei passou a apoiar medidas contra o *Bakufu*, adotando uma postura contra os tratados comerciais celebrados. Dessa forma, conflitos armados entre apoiadores do *Bakufu* e opositores surgiram em diversas localidades.

Em 3 de janeiro de 1868, forças contrárias ao governo *Bakufu* lideradas pelos grupos das regiões de Chôshû (atual Província de Yamaguchi) e de Satsuma (atual Província de Kagoshima) cercaram o Palácio Imperial em Quioto, onde se encontrava o recém entronado Imperador Mutsuhito (posteriormente denominado Meiji) (1852-1912), e anunciaram a reversão do poder político ao Imperador, afastando o clã Tokugawa. Assim, tendo essa data como marco, iniciou-se um novo governo formado pela coalizão de grupos de samurais dos grupos vitoriosos e membros da nobreza imperial. A antiga sede do governo *Bakufu* deixou de se chamar Yedo (Edo) e passou a se denominar Tóquio, onde se instalou a sede do governo imperial.

Apesar das batalhas que ainda assolavam o país, chamadas de *Guerra Civil Boshin* (janeiro de 1868 a junho de 1869), o novo governo Meiji iniciou-se em 23 de outubro de 1868. A partir desse momento, começaram também mudanças políticas, econômicas,

⁵⁶ Apesar da presença pioneira em território japonês no século XIX, Santô (2013, p. 159) ressalta que os americanos não deixaram obras escritas sobre a língua japonesa.

sociais e culturais. Gordon (2002, p. 62) assim explica essas mudanças comparando-as com o cenário europeu:

Embora haja muitas semelhanças com a história global das sociedades modernizadoras, a revolução japonesa ocorreu através de um processo que se diferencia das revoluções na Europa do final do século XVIII e do século XIX. Na Europa, membros de novas classes poderosas, especialmente a burguesia urbana, desafiaram e, às vezes, derrubaram os privilégios das aristocracias arraigados há muito tempo. Por outro lado, no Japão da Era Meiji, foram os membros da elite do antigo regime, os samurais, que lideraram o ataque à antiga ordem. Seu papel levou muitos historiadores a descrever o Japão no século XIX como passando por uma “revolução de cima” ou uma “revolução aristocrática” (tradução nossa).⁵⁷

O grupo vitorioso era formado por elites hereditárias que não desejavam a presença estrangeira no Japão. No entanto, as mudanças modernizadoras que tomaram força seguiram o modelo ocidental. Assim, no campo político, símbolos nacionais europeus passaram a surgir: Constituição, hino, bandeira, definição de território, soberania e língua nacional. Também foram adotadas medidas voltadas para fortalecer as Forças Armadas e a educação com caráter obrigatório e universal.

De acordo com a reforma político-administrativa de 1871, o governo aboliu os 280 domínios feudais existentes transformando-os em 72 províncias administradas por governadores (GORDON, 2002, p. 63). O governo era centralizado em Tóquio e este tinha o direito de arrecadar impostos. Surgiu um estado burocrático composto por primeiro ministro, ministros e funcionários públicos civis.

O papel do imperador se fortaleceu seguindo o modelo monárquico europeu, tendo sua imagem divulgada constantemente com trajes militares ocidentais a partir de 1873 (GORDON, 2002, p. 70). Até a época do antecessor do imperador Meiji, jamais se podia divulgar a imagem do soberano, pois este era considerado uma divindade, cuja imagem era sagrada. Assim, a partir de Meiji, a imagem do imperador, nos moldes das nações ocidentais, passou a representar a identidade nacional, e o soberano passou a deter amplos poderes.

⁵⁷ No original: “Although sharing much with a global history of modernizing societies, the Japanese revolution did take place through a process that differed from the revolutions in Europe of the late eighteenth and the nineteenth centuries. In Europe, members of newly powerful classes, especially the urban bourgeoisie, challenged and sometimes overturned the privileges of long-entrenched aristocrats. By contrast, in Japan of the Meiji era it was members of the elite of the old regime, the samurai, who spearheaded the attack on the old order. Their role has led many historians to describe Japan in the nineteenth century as undergoing a “revolution from above” or an “aristocratic revolution”.”

No campo econômico, o governo estabeleceu um sistema fiscal vinculado ao valor venal dos domínios territoriais, criando vínculos diretos com cada produtor rural. Também investiu em obras públicas de infraestrutura e comunicação, como redes ferroviárias, estaleiros, portos, linhas de telégrafos e sistema postal, e adotou o modelo de banco central da Europa, uniformizando uma moeda nacional (GORDON, 2002, p. 71). Além disso, foram feitos investimentos na construção de indústrias, evitando aceitar capital estrangeiro (GORDON, 2002, p. 71).

Para cortar gastos com o pagamento de estipêndios aos samurais, antigos aliados, os privilégios dessa classe foram completamente eliminados até 1876, ocasionando uma grande mudança social. A proibição do porte de armas por samurais causou grande revolta e desprestígio, uma vez que a posse da espada era um símbolo do poder entre os membros dessa classe. Buscou-se construir uma sociedade baseada no mérito e não mais baseada na força militar. Gradativamente, os antigos samurais foram sendo classificados como pessoas comuns (*heimin*).

Esse conjunto de mudanças sociais paulatinamente levou a que também as formas de usar a língua japonesa se alterassem. Frellesvig (2010, p. 379), esclarece:

Meiji foi um período de unificação em termos políticos: a criação ou construção de um estado-nação moderno e unificado. Esse esforço de unificação também afetou a linguagem, de duas maneiras principais: uma foi a unificação, ou alinhamento, da linguagem falada (isto é, contemporânea) e escrita; e a outra foi a unificação das diferentes variedades de japonês faladas pelo país como, ou sob, uma língua nacional, ou seja, a criação de uma língua padrão nacional⁵⁸.

A fim de conseguir modernizar a economia, em especial a voltada à produção nacional, diversos estrangeiros (*oyatoi gaijin*) foram contratados pelo governo para ensinar técnicas específicas, e muitos japoneses foram enviados ao exterior para aprender, sobretudo no Ocidente, sobre campos considerados estratégicos, como línguas, costumes, sistemas militares, economia, política, etc. O Japão realizou diversos esforços para se apropriar de tecnologias e ideias do Ocidente, bem como para revisar os tratados comerciais desvantajosos assinados pelo governo *Bakufu*, sendo a iniciativa mais

⁵⁸ No original: “Meiji was a period of unification in political terms: the creation or building of a unified, modern nation state. This unification effort also affected language, in two main ways: one was the unification, or alignment, of the spoken (i.e., contemporary) and written language; and the other was the unification of the different varieties of Japanese spoken through the country as, or under, one national language, that is to say, the creation of a national, standard language”.

simbólica neste contexto a denominada *Missão Iwakura* (1871-1873), pela qual diversas pessoas ligadas ao governo viajaram durante dezoito meses pelos EUA e pela Europa.

Essa missão fracassou nas tentativas de revisar os tratados comerciais, mas, posteriormente, em uma conferência internacional em 1886, em Tóquio, representantes de diversas nações permitiram que o Japão retomasse o controle sobre as políticas tarifárias. Em troca, esse país se abriria para residência e comércio estrangeiros (GORDON, 2002, p. 91). As tentativas de renegociar os tratados comerciais causaram grande tumulto social, fazendo com que tendências ultranacionalistas ganhassem força.

Se, por um lado, o enfraquecimento da classe samurai e a educação universal compulsória possibilitavam maior democratização, por outro lado, a abertura dos portos e a revolução industrial dos anos 1880 causavam mazelas aos pequenos agricultores e artesãos. Como consequência, o êxodo rural e a marginalização nos centros urbanos aumentavam. Além disso, surgia nesse momento uma maior participação de mulheres no mercado de trabalho, principalmente nas indústrias, o que favoreceu a diminuição das diferenças entre os papéis sociais de homens e mulheres. Interessante ressaltar que essas mudanças sociais se refletem diretamente no uso da linguagem polida, pois reorganiza as estruturas hierárquicas até então vigentes.

Assim como nações europeias, após a consolidação do novo governo que pacifica o país, o Japão se voltou para políticas internacionais bélicas expansionistas durante o Período Meiji, resultando na Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) e na anexação de territórios pelo Oceano Pacífico, como a atual região de Hokkaidô, Okinawa e Taiwan.

Internamente, o Japão passou a ser receptivo com estrangeiros, aceitando a presença de embaixadas de diversos países. Como exemplo, o Japão assinou o *Tratado Provisório de Comércio e Navegação* com o Peru, em 1873, e com o México, em 1888. O Brasil celebrou o *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão* em 5 de novembro de 1895, iniciando a fixação de representantes brasileiros em Tóquio a partir de 1897 (NINOMIYA, 1995-1996, p. 246)⁵⁹.

⁵⁹ Infelizmente, os membros das delegações brasileira e portuguesa no Japão não elaboraram nenhuma gramática em língua portuguesa no século XIX que pudesse ser objeto de investigação deste trabalho. Destacamos apenas a produção escrita do português Wenceslau de Moraes (1854-1929) e do maranhense Aluísio de Azevedo (1857-1913). O primeiro atuou como cônsul no Japão de 1898 a 1913, tendo escrito diversas obras sobre o Oriente (HORIGOSHI, 2012). Esse último esteve no Japão como vice-cônsul em Yokohama de 1897 a 1899, onde escreveu a obra *O Japão* apenas publicada em 1984, por Luiz Dantas (AZEVEDO, 1984). Nesse livro, Azevedo descreve os costumes japoneses e narra a história do país baseado na obra *Le Japon de nos jours* (Paris, 1877), do francês Georges Bousquet (1845-1937), mas não aborda questões relativas à linguagem.

Enfim, durante o período Meiji, o Japão conseguiu rapidamente efetivar medidas modernizadoras em diversas áreas. Esse período se encerrou com a morte natural do imperador Meiji em 1912, quando se inicia o breve Período Taishô (1912-1926).

Em síntese, podemos traçar uma breve linha do tempo desde o século XVI até o fim do Período Meiji, quando se viu a forte presença militar exercida pela classe dos samurais até o seu enfraquecimento. Esse processo coincide com várias outras mudanças de relevância na estrutura social, minando, ao menos parcialmente, relações hierárquicas estabelecidas. Como consequência dessas mudanças, temos também a transformação da língua japonesa; no que diz respeito aos interesses desta pesquisa, vê-se, com o tempo, a alteração de um sistema de uso complexo de polidez para um sistema menos complexo, tendo em vista a desmilitarização da sociedade e a diminuição das hierarquias entre as relações sociais.

1. 3. 1. Gramáticas do Século XIX: Reabertura dos portos e Restauração Meiji

Como podemos notar, no período anterior até 1854, ano em que ocorreu a reabertura dos portos pelo comodoro americano Perry, o interesse pela língua japonesa era crescente na Europa, e algumas obras gramaticais foram publicadas lá. Nesse contexto, estrangeiros ligados às delegações, acadêmicos europeus e missionários religiosos estrangeiros passaram a publicar gramáticas da língua japonesa.

O marco inicial para este período é a gramática *Proeve eener Japansche Spraakkunst* de Curtius editada por Hoffmann e publicada em Leiden, em 1857, conforme mencionamos no item 1. 2. 1.

Como já mencionado no capítulo II, essa gramática de Curtius foi traduzida para o francês por Léon Pagés, em 1861, sob o título de *Essai de Grammaire Japonaise composé par M. J. H. Donker Curtius commissaire néerlandais au Japon enrichi d'éclaircissements et d'additions nombreuses par M. le Dr. J. Hoffmann professeur de Japonais et de Chinois, interprète de Gouvernement des Indes Néerlandaises (Publié en 1857, a Leyde). Traduit du Hollandais avec de nouvelles Notes extraites des Grammaires des PP. Rodriguez e Collado par Léon Pagés* (Paris, 1861). Esta obra, mesmo sendo indicada como uma tradução, será analisada separadamente como uma gramática deste terceiro período, pois possui diferenças com a obra original que lhe serviu como base e há acréscimos de partes das obras de Rodrigues e Collado. Além disso, sendo o francês

uma língua muito utilizada nesse período, a repercussão da obra de Pagès foi maior que a do original de Curtius.

Outra obra importante do período é a publicada por Léon Louis Lucien Prunol de Rosny (1837-1916)⁶⁰, em 1856: *Introduction à l'étude de la langue japonaise*. Rosny era um estudioso sobre a China, o Japão e a Coreia. Mesmo nunca tendo estado no Japão, ele podia ler, escrever e falar a língua, atuando como correspondente do Shogunato Tokugawa na França e lecionando japonês na École Impériale et Spéciale des Langues Orientales, a partir de 1863 (REISCHAUER, 2002 [1993]). De 1856 a 1874, o autor publicou 20 fascículos intitulados *Cours de japonais*, onde mistura informações teóricas e práticas sobre a língua (GARNIER, 2013). Para Garnier (2013), há nessas obras uma direta influência de Rodrigues:

Se examinarmos o livro mais elaborado de gramática, chamado de *Éléments de grammaire japonaise*, volume 2 do *Cours de japonais* publicado em 1873, é óbvio que a maioria das apresentações são descendentes diretamente de Rodrigues, apesar de ele ter significativamente aumentado o seu conhecimento por meio do contato com falantes japoneses desde o volume 1, intitulado *Introduction à la langue japonaise* de 1856⁶¹.

Na gramática de Rosny, no entanto, não há uma descrição da polidez no japonês, pois se trata de uma obra introdutória voltada para a divulgação do seu curso. Desse modo, esta obra não será objeto de nossa atenção, pois não há tratamento da polidez nem sua sistematização.

Antes da publicação da gramática de Curtius (1857) e sua tradução para o francês, as produções da Europa eram baseadas nas *Artes* de Rodrigues, Collado e Oyanguren. Como vimos, as obras de Landresse, Rosny e Pagés tinham influência clara do português Rodrigues. No caso da obra de 1861, Pagés deixa explícito que também se baseou na gramática latina Collado, que é muitas vezes erroneamente considerada uma tradução da *Arte Grande* de Rodrigues. Sendo assim, podemos concluir que a influência de Rodrigues nesse segundo período foi muito presente, pois não havia outras fontes e informantes da língua.

⁶⁰ Rosny foi um acadêmico francês que ensinava japonês na École des Langues Orientales em Paris. Sabe-se que foi cofundador da Sociedade de Etnografia (Society for American and Oriental Ethnography) em 1858, e o Congresso Internacional de Orientalismos em Paris, em 1873 (REISCHAUER, 2002 [1993]).

⁶¹ No original: “If we examine the most elaborate grammar book, namely *Éléments de grammaire japonaise* (Rudiments of Japanese Grammar), volume two of *Cours de japonais* published in 1873, it is obvious that the majority of Rosny’s presentations was descended directly from Rodrigues, despite him having greatly increased his knowledge through contact with Japanese speakers since volume one, entitled *Introduction à la langue japonaise* (Introduction to the Japanese Language) from 1856”.

Posteriormente, na Europa, Hoffmann publicou sua própria gramática intitulada no original em holandês *Japansche Spraakleer* (Leiden, 1868). Esta foi traduzida pelo próprio autor para o inglês e o alemão, recebendo, respectivamente, os títulos *A Japanese Grammar* (1ª.ed., Leiden, 1868; 2ª.ed., Leiden, 1876) e *Japanische Sprachlehre* (Leiden, 1876). Hoffmann também nunca fora ao Japão, mas conviveu com informantes e japoneses na Europa.

Entre os missionários estrangeiros, podemos apresentar alguns que escreveram obras sobre a língua japonesa e seus atuais dialetos.

O húngaro Bernard Jean Bettelheim (1811-1870) é considerado o primeiro missionário cristão a aportar, em 1846, no Reino de Ryûkyû (correspondente à parte da atual região da Província de Okinawa), que nessa época ainda era um reino independente do Japão. Atuou como missionário e médico durante 8 anos, tendo contribuído para a acomodação do comodoro Matthew Perry, em 1854. Santô (2013, p. 161) menciona que esse missionário escreveu uma gramática sobre a língua do Reino de Ryûkyû, o que não vamos analisar aqui neste trabalho, por não ser uma descrição da língua japonesa da época, mas sim de outra língua.

Nos anos finais do governo *Bakufu* e iniciais do Período Meiji, muitos missionários católicos e protestantes chegaram ao Japão vindos da Europa, principalmente da Inglaterra, da França, da Holanda, e dos Estados Unidos (SANTÔ, 2013, p. 162). Vamos apresentar aqui os que se destacaram na produção de obras voltadas para a língua japonesa, em especial, gramáticas.

O britânico Walter Henry Medhurst (1796-1857) publicou *An English and Japanese and Japanese and English Vocabulary*, na Batavia, em 1830, baseado apenas em pessoas que conheciam a língua japonesa, pois nunca estivera no Japão (MEDHURST, 1830, *Introduction*, p. iii). Apesar de não ter escrito uma obra gramatical propriamente dita, aqui mencionamos esse missionário por sua obra ser conhecida por Ernest Satow em 1862, quando este chegou ao Japão (*Carta a F. V. Dickins*, Montevideo, 20 de setembro de 1889, RUXTON, 2008. p. 167). No entanto, por se tratar de um vocabulário sem indicação clara de expressões de polidez, não o analisaremos neste trabalho⁶².

⁶² Um exemplo de que Medhurst (1830) não distingue formas de polidez está na categoria de termos relativos à afinidade (*Relations by affinity*, p. 15), onde *father* está traduzido como *tsitsi* e *oyads* (*chichi* e *oyaji*, no sistema de transliteração Hepburn). Essas duas expressões não indicam polidez e podem se referir ao próprio pai. A forma *chichi* (pai) possui registros na literatura japonesa desde o século XVIII e até hoje é utilizada para se referir ao progenitor de sexo masculino; e *oyaji* era a forma de se referir ao próprio pai perante um interlocutor diverso do pai (*Nihon Kokugo Daijiten*, 2ª. ed, 13 volumes, Shogakukan, 2000-2002).

O britânico John Liggins (1829-1912) é considerado o primeiro missionário da igreja protestante a visitar o Japão, em 1859, aportando em Nagasaki. Elaborou a obra intitulada *One Thousand Familiar Phrases in English and Romanized Japanese* (1867) sobre a língua japonesa. Mesmo partindo do Japão aos Estados Unidos em fevereiro de 1860 (*Kokushi Daijiten*, 1979-1997), a importância de Liggins para os estudos relativos à língua japonesa reside não apenas no fato de, com outros missionários cristãos no Japão, como Brown e James Curtis Hepburn (1815-1911)⁶³, contribuir para a tradução da Bíblia e, conseqüentemente, também para os estudos acerca da língua japonesa (SANTÔ, 2013, p.166, 168)⁶⁴, mas também no fato de sua obra trazer alguma contribuição (ainda que breve) sobre a polidez, conforme apresentaremos mais adiante no item 4 deste capítulo.

Além de missionários, no Japão residiam estrangeiros funcionários dos governos. Por exemplo, Rutherford Alcock (1809-1897) foi designado cônsul geral no Japão em 1859, aportando na capital Edo em 1859. Tornou-se o primeiro Ministro Britânico no Japão e retornou a Londres em 1862 (REISCHAUER, 1993). Elaborou um importante trabalho intitulado *Elements of Japanese Grammar* (1861)⁶⁵, e os livros *Familiar Dialogues in Japanese, with English and French Translations for the Use of Students* (1863) e *The capital of the Tycoon: a narrative of a three years residence in Japan* (1863), em cujo capítulo VIII Alcock apresenta noções básicas sobre a língua japonesa e sua polidez.

O britânico Samuel Robbins Brown (1810-1880) imigrou para os EUA, onde se tornou um missionário presbiteriano. Partiu em missão à China e ao Japão. Chegou ao segundo país pelo porto de Yokohama em 1859 e atuou como professor de inglês em diversos lugares. Retornou aos EUA em 1867 e novamente viajou ao Japão em 1869, abrindo uma escola em 1873, em Yamate, região de Yokohama, onde podia ensinar inglês e desenvolver seu trabalho apostólico (KAWAMATA, 1994). Também se dedicou às traduções do *Novo Testamento* com Hepburn, formou discípulos japoneses e elaborou a

⁶³ O missionário americano Hepburn chegou ao Japão em 1859 e atuou como médico na região de Kanagawa. Contribuiu para traduzir trechos bíblicos e elaborou o dicionário *A Japanese and English Dictionary* (1ª. ed., 1867; 2ª. ed., 1881; 3ª. ed., 1888; 4ª. ed, 1903), que é considerado hoje um importante documento para investigar a mudança linguística ocorrida no Período Meiji. No prefácio dessa obra, Hepburn afirma que consultou o vocabulário de Medhurst e da Companhia de Jesus de 1603. Também fundou a Universidade Meiji Gakuin, retornando aos Estados Unidos em 1892, onde faleceu em 1911. Além do mencionado dicionário, Hepburn não deixou nenhuma gramática.

⁶⁴ Santô (2013, p. 167-168) afirma que Liggins influenciou os trabalhos posteriores sobre a língua japonesa de Brown e Hepburn, missionários com que compartilhava a tarefa de traduzir os textos bíblicos.

⁶⁵ Alcock cita Rodrigues em diversos momentos em suas obras, porém, acreditamos que tenha tido contato apenas com a obra de Landresse (1825).

gramática *Colloquial Japanese* (Shanghai, 1863) para estudar japonês (HATANO, 2014). Retornou aos EUA em 1879, já doente, onde faleceu em 1880.

No prefácio de sua gramática, Brown afirma que consultou as gramáticas de Collado (1632), a tradução de Rodrigues (1825), o *Vocabulário Japonês-Português* (1603) da Companhia de Jesus e o trabalho de M. J. R. Donker Curtius editado por Hoffmann (Leipsie, 1857). Com relação à gramática de Rodrigues, a data se refere, na realidade, à versão francesa de 1825, escrita por M. C. Landresse, aqui já apresentada.

Para Santô (2013, p. 170-171), Brown desempenhou um papel importante nos estudos de japonês, contribuindo muito para que outros estrangeiros aprendessem a língua e influenciando outros especialistas como Hoffmann. Sua gramática da língua coloquial apresenta cerca de 1270 frases traduzidas, com explicações sobre escrita, pronúncia e gramática do japonês. Com relação à polidez, Brown se destaca por também traduzir cada frase em inglês com duas frases do japonês, assim como na obra de John Liggins, sendo uma de uso comum, e outra, de uso polido. Abordaremos mais detalhadamente o tratamento da polidez por Brown no item 3 do capítulo IV.

O britânico Ernest Mason Satow (1843-1929) entrou para a University College London (UCL), em 1859, e prestou um exame para se qualificar como aprendiz de intérprete e tradutor no Japão em agosto de 1861. Em novembro do mesmo ano, partiu de Southampton rumo ao Extremo Oriente, desembarcando, em janeiro de 1862, em Shangai. Em abril, junto com a delegação britânica, chegou a Pequim e começou a estudar chinês. Satow e a delegação chegaram ao Japão em 8 de setembro pelo porto de Yokohama, onde se depararam com um país fechado aos estrangeiros e em guerra civil. Ao viver muitos anos no país, testemunhou importantes acontecimentos históricos, como a Restauração Meiji (1868). Posteriormente, foi também diplomata em Siam (atual Tailândia), Uruguai, China e Japão, e atuou no Corte Internacional de Haia. Faleceu em agosto de 1929, no Reino Unido.

Satow escreveu diversas obras e artigos sobre a cultura japonesa. Sobre a língua japonesa, o britânico escreveu o artigo *The Various Styles of Japanese Writing* (*Chinese and Japanese Repository*, nº XX, março de 1865) e a gramática da língua coloquial *Kuawai Hen or Twenty-Five Exercises in the Yedo Colloquial* (Yokohama, 1873). No prefácio dessa obra, Satow afirma ter recebido a colaboração de *A Short Grammar of the Japanese Spoken* e de *A Grammar of the Japanese Written Language* (1ª.ed. 1872), do então aluno William Aston. Pelo fato de a gramática de Satow ser elaborada no formato de exercício de tradução escritos em japonês e inglês, não conter clara concepção de

linguagem, língua e polidez, nem uma sistematização da polidez, não será alvo de nossa investigação neste trabalho.

Outra importante obra sobre a língua é a *English-Japanese Dictionary of the Spoken Language* (1875), escrita por Satow e Masakata Ishibashi, um membro do Ministério de Assuntos Estrangeiros do Japão. Esta também não será analisada neste trabalho por seu um dicionário e não trazer também uma sistematização da polidez.

William George Aston (1841-1911) nasceu ao norte da Irlanda em 1841 (REISCHAUER, 2002 [1993]) e frequentou o Queen's College (atual Queen's University, em Belfast) entre 1859 e 1863, estudando Filologia, Latim, Grego, Francês, Alemão e História Moderna. Assim como Satow, também foi nomeado estudante de intérprete da delegação britânica no Japão em 1864 e atuou em Kobe, Tóquio e Nagasaki (REISCHAUER, 2002 [1993]). Em 1889, por problemas de saúde, aposentou-se retornando à Inglaterra, onde faleceu em 22 de novembro de 1911 (UEDA, 2001).

Aston traduziu a mitologia *Nihongi* (também chamada de *Nihon Shoki*)⁶⁶ para o inglês, em 1896. Além disso, proferiu também conferências na *Asiatic Society of Japan* e produziu livros sobre literatura japonesa, história, religião do Japão e sobre a Coreia, entre eles o notório *A History of Japanese Literature* (1899).

Aston escreveu três gramáticas da língua japonesa que foram revisadas e republicadas seguidamente: *A Grammar of the Japanese Written Language* (1^a.ed. 1872)⁶⁷; *A Short Grammar of the Japanese Spoken Language* (1^a.ed. 1869) e *A Grammar of the Japanese Spoken Language* (1888), que corresponde à 4^a. edição da obra *A Short Grammar of the Japanese Spoken Language*⁶⁸. Estas serão objeto de nossa análise neste trabalho por tratarem da polidez.

O britânico Basil Hall Chamberlain (1850-1935) estudou na Universidade de Oxford, mas teve de abandonar seus estudos para se dedicar ao trabalho devido a problemas financeiros da família. Vendo-se com uma saúde frágil, Chamberlain decidiu deixar o trabalho e passou a viajar entre diversos países durante cerca de três anos, procurando lugares para se recuperar: Malta, Itália, Grécia, Suíça, Alemanha, Austrália,

⁶⁶ *Nihongi* ou *Nihon Shoki* trata-se da história oficial do Japão elaborada em 720 por historiadores, como o Príncipe Toneri (675-735) (FRÉDÉRIC, 2008).

⁶⁷ Neste trabalho, analisaremos a 3^a edição de *A grammar of the Japanese Written Language*, de 1877, uma vez que não encontramos edições anteriores disponíveis em bases de dados online.

⁶⁸ Analisaremos neste trabalho a 3^a. edição de *A Short Grammar of the Japanese Language*, publicada em 1873, tendo em vista que não foi possível localizar as edições anteriores em nenhum banco de dados online. Notamos que a descrição da polidez pouco se difere da 4^a. edição de 1888, cujo título foi alterado, conforme já mencionado.

China e, finalmente, Japão (OTA, 2011 [1998]). Chamberlain chegou ao Japão em maio de 1873, aos 22 anos, e lá passou 30 anos, entre viagens esporádicas à Europa. Um dos motivos que o levou a ficar tanto tempo nesse país pode ter sido o desejo de poder viver livremente, sem obedecer à vontade da família de torná-lo um bancário bem-sucedido (OTA, 2011 [1998], p. 36). Uma evidência disso seria o fato de Chamberlain só retornar à Europa em 1880, após a morte de seu pai (falecido em fevereiro de 1878) (OTA, 2011 [1998], p. 37). No Japão, Chamberlain deparou-se com um momento em que havia grande interesse entre os estrangeiros de aprender a língua e a cultura japonesa, bem como entre os japoneses de aprender inglês e linguística ocidental⁶⁹. Desse modo, os estudos de língua e cultura auxiliaram-no a encontrar seu caminho acadêmico no Japão.

Segundo o prefácio de *Things Japanese* (1890), Chamberlain iniciou os estudos de língua japonesa ao chegar ao Japão, sob a tutoria de um velho samurai que o introduziu aos clássicos japoneses. Segundo Ota (2011 [1998], p. 43), Chamberlain tornou-se rapidamente um conhecedor da língua, tendo sido reconhecido como um “bom japonólogo”, já por volta de 1876. Ele se destacou como estudioso e se tornou professor na Academia Naval Japonesa, em 1874, onde permaneceu nesse posto até 1882. Posteriormente, tornou-se professor de Língua Japonesa e Filologia na Universidade Imperial de Tóquio, de 1886 a 1911, na qual também se tornou professor emérito. Foi professor de importantes linguistas japoneses, como Ueda Kazutoshi (1867-1937)⁷⁰, entre outros (FURUTA, 1994).

Chamberlain foi pesquisador não só da língua japonesa, mas também dos dialetos do povo ainu (populações originárias da atual região de Hokkaidô) e de Ryukyu (atual arquipélago de Okinawa). Das pesquisas sobre os povos ainu e okinawano, resultaram os dois seguintes trabalhos: *Essays in Aid of a Grammar and Dictionary of the Luchuan Language* (1895) e *Aino Folklore: The People and Myths of Northern Japan* (1887).

A pedido do Ministério da Educação do Japão, escreveu a gramática da língua japonesa *A Handbook of Colloquial Japanese* (1^a.ed., 1888; 2^a. ed. 1989⁷¹; 3^a. ed. 1898).

⁶⁹ Ota (2011 [1998], p. 42) acredita que Chamberlain chegou ao Japão munido de cartas de recomendação de várias pessoas influentes, pois foi recebido diretamente pelo ministro britânico no Japão, Harry S. Parker (1828-1885).

⁷⁰ Ueda Kazutoshi ou Ueda Mannen, como também é chamado, (1867-1937) introduziu os métodos de pesquisa da linguística ocidental ao estudo de língua e literatura no Japão. Graduado pela Universidade de Tóquio, foi fortemente influenciado por Chamberlain. Posteriormente, tornou-se professor nessa instituição e influenciou nas políticas linguísticas do país atuando como membro da associação *Kokugo Chôsa Iinkai* (Comitê de Pesquisa da Língua Nacional (atual *Kokugo Shingikai*, Conselho da Língua Nacional) (REISCHAUER, 2002 [1993]).

⁷¹ A segunda edição foi publicada apenas sete meses depois da primeira, com correções e sugestões de Ernest M. Satow, J. H. Gubbins, Kazutoshi Ueda, entre outros.

Chamberlain também foi autor de *A Simplified Grammar of the Japanese Language* (1886), entre outras obras sobre o Japão e a cultura japonesa, como *A Handbook for Travelers in Japan* (1891) e *Things Japanese* (1890). Além disso, realizou diversas traduções, como a do clássico *Kojiki* para a língua inglesa, que inspirou o escritor Lafcadio Hearn (1850-1904)⁷². Chamberlain partiu do Japão em 1911, mudando-se para Genebra, onde faleceu em 1935.

Entre os diplomatas russos, também havia interesse pela língua japonesa, mas foi seguida a tradição das gramáticas em língua inglesa de Aston e Chamberlain para a publicação de obras de cunho gramatical. Por exemplo, o missionário ortodoxo D. D. Smirnov (sem datas) publicou uma gramática baseada em Aston, em 1890, e V. Y. Kostilev (1814-1875) publicou uma tradução da gramática de Chamberlain para o russo em 1907 (KAISER, 1995, p. 34). Sobre esses autores e obras, não foi possível localizar informações, uma vez que não se encontram disponíveis em bibliotecas ou arquivos internacionais de acesso online, nem fisicamente no Brasil.

2. Concepção de linguagem e língua

Muitas vezes, nas gramáticas analisadas, os termos “linguagem” e “língua” são utilizados como sinônimos ou com significados muito parecidos. Em alguns casos, como veremos, o primeiro termo possui um sentido mais geral; e o segundo, mais específico, conforme foi evidenciado também em gramáticos brasileiros do século XIX por Polachini (2013, p. 110-111):

Nota-se que todos os autores, de alguma forma, distinguem línguas de linguagem, sendo esta sempre mais geral do que aquela. Entretanto, é possível notar diferença nos significados de ‘língua’, Sotero dos Reis e Freire da Silva descrevem a ‘língua’ como expressão do pensamento e sistema de sinais, já Maciel a apresenta como fatos, Ribeiro, por sua vez, fala de sua variedade temporal-espacial.

Em relação ao termo ‘linguagem’, esta Ribeiro apresenta, tautologicamente, tanto como expressão do pensamento, como meio pelo qual se pode pensar. Já Sotero dos Reis, Freire da Silva e Maciel apresentam a ‘linguagem’ como

⁷² O jornalista e escritor irlandês Lafcadio Hearn (também chamado de Yakumo Koizumi, no Japão) chegou ao Japão em 1890 como correspondente de um jornal, mas por lá viveu muitos anos. Apesar de não deixar uma obra sobre a língua japonesa, o autor publicou clássicos populares do folclore nipônico em inglês e em japonês, tornando-se um escritor popular no Japão (MARTINS, 2012, p. 54). No Japão, contou com a ajuda de Basil H. Chamberlain para conseguir emprego como professor de inglês. Assim, tornou-se professor de literatura inglesa na Universidade Imperial de Tóquio e na Universidade de Waseda. Casou-se com uma mulher japonesa de família samurai chamada Setsu Koizumi e se converteu ao budismo. Para saber mais sobre Lafcadio Hearn e sua obra, recomenda-se a leitura da dissertação de Nívea Oura Martins (2012), intitulada *Kaidan – narrativas do sobrenatural: um estudo a partir da obra Kwaidan de Lafcadio Hearn*.

englobante da língua, visto que a língua tal qual seria uma das linguagens listadas (...).

Podemos notar que até o século XIX, tanto nas gramáticas brasileiras quanto nas japonesas, as concepções de linguagem e língua são variadas. Vamos verificar aqui as tendências verificadas nas obras analisadas.

Entre os missionários, havia uma tendência de se pensar a linguagem/língua como uma ferramenta indispensável para a difusão da fé. No caso dos jesuítas, que adotaram o método de “acomodação” (BERNABÉ, 2018, p. 69), essa concepção pedagógica de língua voltada para a evangelização é visível na produção das *Artes* de Rodrigues, uma vez que tenta detalhar ao máximo a língua, principalmente, para a comunicação com pessoas de classes sociais elevadas. Disso decorre o fato de Rodrigues ser muito minucioso na descrição da polidez, conforme veremos mais a seguir. Desse modo, a concepção de linguagem/língua presente nessas obras dos primeiros missionários é como um instrumento pedagógico em função da religião.

Em Humboldt, no já mencionado *Suplemento* publicado em 1826, temos clara a sua visão de língua, uma vez que se utiliza dos termos “língua nacional” e “nação”, na época em que na Europa esses conceitos estavam sendo defendidos diante da formação dos Estados Nacionais.

Segundo esclarece Milani (2012, p. 28), para Humboldt, nenhuma língua é superior a outra, e todas são capazes de expressar qualquer pensamento, desde que este esteja desenvolvido, isto é, consiga realizar um pensamento abstrato. Assim, a língua, para Humboldt, “é a matéria que apresenta o pensamento” (MILANI, 2012, p. 26).

De acordo com o autor (MILANI, 2012, p. 23), Humboldt delimita a língua ao espaço geográfico, cultural e histórico definido: “a língua é sempre a emanção espiritual de uma vida nacionalmente individual” (1990, p. 68, apud MILANI, 2012, p. 23). Desse modo, para Humboldt, a língua é a expressão do pensamento de determinado povo de uma nação com lugar, cultura e história definidas.

Na já mencionada obra *Le Japon de nos jours* (1877, p. 323), de Georges Bousquet (1845-1937)⁷³, temos uma concepção de *langue* muito semelhante à de Humboldt:

A primeira questão que se apresenta a quem deseja estudar o grau de perfeição intelectual e moral de uma nação é a seguinte: Que instrumento ela possui? Quão preciso é o órgão por meio do qual nela são desempenhadas as funções da vida em geral? Qual é a sua língua em uma palavra, considerada, por um

⁷³ Bousquet foi um dos estrangeiros contratados pelo Governo Meiji para redigir o Código Civil Japonês. Ele viveu no Japão por quatro anos e atuou como professor de Direito (REISCHAUER, 2002 [1993]).

lado, como um meio de expressão do pensamento e, por outro lado, como um índice de suas tendências étnicas? Porque uma raça cria sua linguagem para suas necessidades e de acordo com suas aptidões; mas uma vez formado o molde, não é mais possível retocá-lo.⁷⁴

Para Bousquet, *langue* é tanto um meio de expressão do pensamento quanto um indicador das tendências étnicas de uma determinada “raça”. O autor também utiliza o termo *langue* para se referir à *langue japonaise* (1877, p. 324) e *langue indigène* (1877, p. 325). No entanto, para se referir a uma concepção mais geral de linguagem, o autor utiliza os termos *la genèse du langage humain* (1877, p. 324) e *érudits au langage* (1877, p. 325). Desse modo, pode-se considerar que, de acordo com o *clima de opinião* do século XIX, havia concepção dos dois termos *langue* e *language*, sendo o primeiro mais específico e o segundo mais geral.

Passemos então à análise da concepção de linguagem e língua nas gramáticas que compõem nosso *corpus* de análise.

2. 1. Século XVI ao XVII: Missionários cristãos no Japão

Em Rodrigues (1604, *Proemio*), conhecer uma língua é um meio de “ajudar o Proximo, & percorrer para varias partes do mundo trazendo as almas ao verdadeyro conhecimento de seu criador”. Sua concepção de língua corresponde à função que ela exerce para a evangelização, o que é reflete a visão do método de “acomodação” bem característica desse período.

Collado (1632, p. 3), em seu *Prologvs ad Lectorem*, também apresenta uma visão de linguagem com a função pedagógica de servir a Deus e pregar a fé. No trecho a seguir, o autor deixa claro que a língua é essencial para difundir a fé:

Pareceu-me que eu prestaria algum serviço a Deus e aos ministros da propagação da fé (que não pode ser feito sem o instrumento da língua), se eu reunisse exemplos (e há muitos) que fossem necessários para que a linguagem acima mencionada fosse alcançada. Embora tais coisas não sejam comprovadas por especialistas na língua mencionada, mas, com a ajuda de Deus (que dá palavras aos evangelizadores) e com as palavras que eu aprendi por experiências, prática e leitura contínua, ofereço um livro sobre a língua

⁷⁴ Tradução nossa. No original: “La premier question qui se présente à qui veut étudier le degré de perfection intellectuelle et morale d’une nation est celle-ci : De quel instrument dispose-t-elle? Quelle est la précision de l’organe au moyen duquel s’accomplissent chez elle les fonctions de la vie générique ? Quelle est en un mot sa langue, considérée comme moyen d’expression de la pensée d’une part, et de l’autre comme indice de ses tendances ethniques ? Car une race crée sa langue pour ses besoins et suivant ses aptitudes ; mais le moule une fois formé, il n’est plus possible d’y retoucher.”

japonesa no qual eu apresento brevemente esses exemplos cujos preceitos os fiéis (para quem eu iniciei este trabalho) precisam aprender.⁷⁵

Collado (1632, p. 3) ainda explica que, com conhecimentos sobre uma *eruditior lingua*, a difusão da fé seria mais frutífera: *Examini tamen, & iuditio melius sentientium subiecta esse volo, vt fidei prædicatio ab eruditior lingua, fructuosior euadat* (Desejo, porém, ser submetido ao exame e ao julgamento de quem pensa melhor, para que a pregação da fé seja mais fecunda numa língua mais erudita⁷⁶).

Dessa concepção de língua, podemos também extrair a concepção de polidez, que faz parte do domínio erudito da língua, conforme veremos no item 4.1 mais adiante.

2. 2. Século XVIII e primeira metade do século XIX: Governo Tokugawa

Como vimos, esse período de fechamento comercial japonês refletiu na pouca produção de gramáticas da língua japonesa por estrangeiros.

Em *Arte de la lengua Japona* (1738), Oyanguren deixa claro no *Preludio al Lector* que sua obra tem como finalidade servir aos missionários na difusão da fé cristã no Japão. Desse modo, sua concepção de linguagem não se diferencia da visão de Rodrigues e Collado, para quem a língua serve de instrumento para a missão de difundir a fé.

Landresse (1825), na sua tradução de Rodrigues chamada de *Éléments de la grammaire japonaise* (Paris, 1825), apresenta os rudimentos (elementos) da língua japonesa seguindo o modelo gramatical latino de Rodrigues sem ter o objetivo de difundir uma determinada religião. Podemos afirmar que Landresse apresenta uma visão de língua baseada na estrutura do idioma japonês composta de signos e regras gramaticais (1825, *Avant-Propos*). Interessante perceber que, apesar de baseada nas gramáticas de Rodrigues e Collado, a obra de Landresse não possui a mesma concepção de linguagem voltada para a difusão da fé.

⁷⁵ Tradução nossa. No original: *Visum est mihi, aliquale Deo, & ministris fidei propagationis (quæ sine linguæ instrumento non potest esse) obsequium præstiturum, si extractis ab arte prædicta necessarijs (sunt enim multa) & relictis, quæ peritis in prædicta lingua talia non probantur; additis etiam ijs, quæ experientia, & vsu, lectioneque continua librorum, Deo largiente (qui dat verbum Euangelizantibus) sum adeptus, in compendium alarè, & sub breuitate redigerem præcepta omnia quæ ad eruditè vtendum lingua Japonica, prædicatoribus (pro quibus labor est assumptus) sunt necessaria.*

⁷⁶ Tradução nossa.

2. 3. Século XIX: Reabertura dos portos e Restauração Meiji

Como vimos, o marco inicial para análise das gramáticas deste período é a obra *Proeve eener Japansche Spraakkunst* (Leiden, 1857), elaborada por J. H. Donker Curtius e editada por Hoffmann. Nela não há expressamente uma definição de linguagem, língua ou polidez. No prefácio (p. x), o autor deixa claro que o seu objetivo de escrever uma gramática é facilitar a comunicação entre mercadores japoneses, o governo japonês e os holandeses. Desse modo, deixa transparecer sua visão utilitarista da língua para fins de comunicação.

Assim, podemos afirmar que, enquanto nos séculos XVI ao XVII a língua possuía função pedagógica para difusão da fé, no século XIX, passamos a ver uma preocupação clara para fins comerciais e diplomáticos.

Em Rosny (1872 [1856]), não há uma definição clara de linguagem e língua. Para aprender a língua japonesa, esse autor defende que era preciso compreender a pronúncia de consoantes e vogais, a gramática e o vocabulário da língua falada e da língua escrita (ROSNY, 1872 [1856], p. 35-36), o que reflete uma visão baseada em elementos da língua, como visto em Landresse (1825).

Na tradução de Pagés (1861), assim como em Curtius (1857), não se pode observar claramente uma definição de linguagem, língua ou polidez. Isso demonstra a pouca inovação de Pagés em relação a esse aspecto, tendo em vista que Curtius, no seu manual, também não apresentou essas concepções. Pagés apenas deixa transparecer o objetivo da gramática de viabilizar a comunicação entre holandeses e japoneses.

Na obra *Japansche Spraakleer* (Leiden, 1868), de Hoffmann, e nas suas traduções para o inglês e o alemão, podemos inferir que a visão de linguagem desse autor era estrutural baseada em elementos morfossintáticos e fonéticos da língua. Ao considerar que a língua japonesa é um misto de elementos da língua chinesa e japonesa, Hoffmann dessa transparecer essa visão. Além disso, divide a gramática do japonês em oito partes do discurso (Nome, Pronome, Adjetivo, Numeral, Advérbio, Verbo, Sufixo e Interjeição) e explica que as construções sintáticas ocorrem baseadas em dois princípios: 1) Aposição Predicativa, pelo qual o sujeito precede o predicativo; e 2) Subordinação.

Para Hoffmann (trad. inglesa, 1868, *Introdução*, p. 40) assim como para Bousquet, a linguagem também era uma forma de expressão do caráter de uma determinada “raça”:

De um povo que, como os japoneses, obteve entre os países ocidentais a reputação de ser o mais civilizado e cortês do mundo, espera-se que sua

linguagem de conversação expresse esse caráter, e é o caso: a língua falada familiarmente é uma concatenação de expressões corteses e vai tão longe que uma pessoa que não foi educada com ela, não vai usar a expressão mais branda, absolvendo-a em exagero⁷⁷.

Voltaremos a tratar da concepção de polidez no item 4 deste capítulo, mas já podemos adiantar aqui que, na concepção de linguagem de Hoffmann, mostra-se a tendência da época já apresentada em Bousquet.

Por ser uma das obras pioneiras em inglês, a gramática *Elements of Japanese Grammar* (1861), de Rutherford Alcock, possui grande simplicidade e não define claramente sua concepção de linguagem, língua, língua japonesa e polidez. Porém, na obra *The Capital of the Tycoon* (1863), Alcock (1863, p. 167) adota uma concepção muito semelhante à expressa por Bousquet (1877, p. 323) e define língua como sendo o espelho do caráter nacional que indica as tendências étnicas de uma determinada “raça”: “Se os livros são as transcrições do gosto nacional, como não foi dito de maneira inadequada, uma língua pode ser considerada ainda mais um verdadeiro espelho do caráter nacional”⁷⁸.

Brown (1863) não define em sua gramática o que seja linguagem, língua ou polidez, mas segue a tendência estrutural, dividindo sua obra em estruturas morfológicas (partes do discurso) e estruturas da sentença (sintaxe), como ele mesmo esclarece no início do capítulo sobre sintaxe: “Tendo discutido as estruturas e o uso de muitas partes do discurso, é preciso agora falar muito brevemente das estruturas das sentenças”⁷⁹ (BROWN, 1863, p. viii). Além disso, afirma que seu objetivo é dar dicas sobre as “formas gramaticais das palavras e a sua construção em sentenças” para os estudantes (BROWN, 1863, p. i).

Nas gramáticas *A Grammar of the Japanese Written Language* (1^a.ed. 1872); *A Short Grammar of the Japanese Spoken Language* (1^a.ed. 1869) e *A Grammar of the Japanese Spoken Language* (1888), de William Aston, não há uma clara definição de linguagem e língua. No entanto, pelo prefácio de *A Grammar of the Japanese Written Language* (4^a.ed. 1904), pode-se depreender que o autor prioriza uma visão mais estrutural da linguagem, uma vez que destaca o caráter aglutinativo e os elementos que

⁷⁷ Tradução nossa. No original: “From a people that, like the Japanese, has obtained among the Western nations the reputation of being the most civilized and most courteous on the earth, it is to be expected that its conversational language should express that character, and this is the case: the language familiarly spoken is a concatenation of courtly expressions and goes even so far, that a person, who has not been brought up with it, will not, to use the mildest expression, acquit it of exaggeration”.

⁷⁸ No original: “If books are the transcripts of national taste, as has been not unaptly said, much more may a language be considered a true mirror of the national character”.

⁷⁹ No original: “The structures and use of the several parts of speech, having been discussed, it remains now to speak very briefly of the structure of sentences”.

compõem a língua: partículas, raízes, vogais, sufixos, entre outros. Além disso, ao comparar o japonês com outras línguas, destaca as estruturas semelhantes: “A língua coreana também tem uma afinidade com o japonês. O número de raízes comuns aparentemente não é considerável, mas a semelhança na estrutura gramatical é muito próxima” (ASTON, 1905, p. II)⁸⁰.

Em Chamberlain, também não há uma definição expressa de linguagem e língua, mas, assim como em Aston, há uma tendência pela visão estruturalista e comparativista. Vejamos o trecho de *A Handbook of Colloquial Japanese* (1889, p. 5), onde o autor descreve as características da língua japonesa:

Na estrutura, embora não em grande parte no vocabulário, o japonês se parece muito com o coreano; e tanto ele quanto o coreano podem estar relacionados ao mongol e ao manchu e, portanto, podem ser incluídos no grupo altaico. Seja como for, o japonês é o que geralmente é chamado de língua aglutinativa, ou seja, constrói suas palavras e formas gramaticais por meio de sufixos vagamente soldados à raiz ou ao caule⁸¹.

Neste trecho, o autor esclarece que as estruturas dos idiomas japonês e coreano se assemelham com as do grupo da família Altaica. Assim como em Aston, pode-se depreender uma visão global de linguagem estrutural.

Para essa visão de linguagem estruturalista, o conhecimento da gramática e do vocabulário poderia levar à aprendizagem da língua.

3. Concepção de língua japonesa

Como vimos nas definições de linguagem/língua de Humboldt e Bousquet, nesse período vigorava a concepção de língua como a expressão do pensamento de indivíduos de determinada nação. Para Humboldt, havia línguas que expressavam pensamentos mais desenvolvidos, apesar de não haver superioridade entre elas. Para outros teóricos, as línguas tinham uma hierarquia entre si.

Na definição da língua japonesa pelos estrangeiros, essas concepções são vistas em alguns momentos. Por meio da análise da concepção de língua japonesa ora surgem

⁸⁰ Tradução nossa. No original: “The Korean language has also an affinity with Japanese. The number of common roots is apparently not considerable, but resemblance in grammatical structure is very close.”

⁸¹ Tradução nossa. No original: “In structure, though not to any appreciable extent in vocabulary, Japanese closely resembles Korean; and both it and Korean may possibly be related to Mongol and to Manchu, and may therefore claim to be included in the Altaic group. Be this as it may, Japanese is what is generally termed an agglutinative language, that is to say, it builds up its words and grammatical forms by means of suffixes loosely soldered to the root or stem.”

manifestação favoráveis às peculiares da língua, colocando-a em um patamar de superioridade, ora surgem opiniões que a consideram inferior.

Vejamos a seguir qual a concepção de língua japonesa nas obras analisadas neste trabalho.

3. 1. Século XVI ao XVII: Missionários cristãos no Japão

Como vimos, Rodrigues e Collado consideravam a língua como um instrumento para a expansão do cristianismo. Para eles, conhecer a língua japonesa era importante para expandir a fé. Assim, aprender uma língua era essencial, pois era o meio com que se conseguiria converter o povo de uma nação e manter a Cristandade (RODRIGUES, 1604, *Proemio*)

Rodrigues (1604-08, *Advertencias*) considera que as palavras do japonês são *Can* (*Kan* 漢) ou *Va* (*Wa* 和): “Toda a cousa na lingua Japoa de ordinario tem dous nomes significados por estes dous vocabulos, *Va*, *Can*, ou *Can*, *Va*, que quer dizer China, & Japão: um se chama *Coye*, que significa a lingua China, outro *Yomi*, que significa a natural de Japão;”.

Apesar de confusa essa explicação, podemos compreender que Rodrigues afirma que toda coisa tem dois nomes na língua japonesa: um correspondente ao seu nome japonês propriamente dito (*Yomi*) e outro correspondente a seu nome considerado de origem chinesa (*Coye*). O nome dito chinês (*Coye*) não corresponde à língua chinesa em si, mas como os japoneses adaptaram uma determinada palavra chinesa para o japonês. Desse modo, Rodrigues não afirma que os japoneses usam a língua chinesa, mas apenas diferencia as formas de denominar as coisas do mundo com palavras *Yomi* e *Coye*.

Em relação às línguas europeias, aponta “defeitos” na língua japonesa (RODRIGUES, 1604, *Advertencias*):

E posto q̃ esta lingua ẽ algũas cousas seja defectuosa pôr carecerẽ os nome de variedade de casos; & não terẽ distinção de numero plural, & singular, nem de genero, & os verbos carecerem de variedade de pessoas, & de plural, & singular, & por outros defectos que não se achão nas lingoas de Europa: toda via or outra parte he muy copiosa, & elegante assi pollos muytos vocabulos que tem pera significar hũa mesma cousa, hũs mais proprios que outros, como pollas varias composições de hũs verbos com outros, & dos nomẽs entre si: (...) & he diversa de quantas temos noticia, he na maneira de respeitos, & cortesias que inclue nos modos de falar quase universalmente, por que tem verbos acõmodados pera falar de pessoas, & com pessoas baixas, & altas, & tẽ varias particulas que se ajuntão aos verbos, & nomes, respeitando sempre à pessoa cõ quẽ, de quẽ, & de q̃ cousas fala, pera usar das taes particulas, &

verbos conforme a calidade de cada hũ; de modo que se não pode aprender sem juntamente se aprender a falar com honra, & cortesia.

Nessa descrição da língua japonesa, Rodrigues demonstra que o parâmetro de sua comparação são as línguas europeias, sendo que o japonês possui “defeitos” por não possuir distinções de gênero, número, casos, entre outras. Então, para Rodrigues, comparativamente, a língua japonesa seria inferior. Por outro lado, o jesuíta aponta para uma característica que torna essa língua uma das mais sofisticadas do mundo: a presença de formas de polidez (*respeitos & cortesias*).

Posteriormente retornaremos a analisar este trecho citado acima, uma vez que ele traz informações importantes para ao tratamento da polidez em Rodrigues.

Collado (1632, p. 11) não se distancia de Rodrigues na sua visão sobre a língua japonesa. Ele também considerava que algumas palavras eram “remanescentes” do chinês, mas sua explicação é mais simplificada:

Às vezes, dois nomes substantivos, daqueles que permaneceram na língua japonesa do chinês (e estes, eles chamam de *cobita*, ou *coie*.) juntos, formam adjetivos, que são compostos ou refletidos por dois substantivos: por ex. *ten* significa céu e *xu* significa senhor; *tèn xu* significa senhor celestial ou senhor dos céus⁸².

Portanto, assim como para João Rodrigues e Collado, o japonês possui traços do chinês. Essa informação é interessante, pois também está presente em outros gramáticos do próximo período.

3. 2. Século XVIII e primeira metade do século XIX: Governo Tokugawa

Oyanguren (1738) afirma que da Torre de Babel resultaram muitas línguas matrizes de onde originaram diversos dialetos, entre eles, o japonês. Sobre este, o franciscano esclarece:

O dialeto de Nifon, ou Japão é um dialeto que procedeu do Império Chinês, assim como seus habitantes, de acordo com suas histórias: é um dialeto que é dividido em muitos outros dialetos, de acordo com Reynos diferentes, que está no Japão: é mais puro, menos difícil que os dialetos chineses, uma vez que

⁸² Tradução nossa. No original: *Aliquando duo nomina substantiua, ex ijs, quæ remanserunt in lingua Iaponica ex Chinensi (& hæc, cobita, vel, coie, vocant) simul posita, faciunt adiectiuum, quod ex duobus substantiuis conflatur, seu resultat: v.g. ten, significat cælum: &, xu, significat dominum: tèn xu verò, significat dominum cælestem, seu cælorum dominum.*

estes, com o domínio tártaro, permitiram vozes diferentes, capturadas, guturais etc⁸³.

Desse modo, a língua japonesa para Oyanguren é um dos muitos dialetos do mundo, não merecendo ser considerada uma língua em si, o que revela uma hierarquia entre as línguas,. Interessante notar que Oyanguren conhecia também o Tagalo, entre outras línguas, e não considera o japonês como sendo uma. Para ele, o japonês é mais um dos diversos “dialetos” decorrentes da Torre de Babel. Nesse sentido, concordamos com Burke (2010, p. 45) que considera que “a hierarquia linguística refletia ou sustentava a hierarquia social”, uma vez que Oyanguren indica uma possível distinção entre os povos chinês e japonês.

Landresse (1825, *Avant-Propos*) deixa clara sua visão de que a língua japonesa tinha traços da escrita chinesa, mas, ainda assim, era indecifrável e pouco se sabia dela até a publicação de sua tradução:

Os únicos livros que até agora conseguimos tirar proveito são os escritos em chinês. Todos os outros, onde as escrituras silábicas dos japoneses são usadas, e onde as palavras de sua língua são usadas de acordo com as regras específicas de sua gramática, permaneceram indecifráveis e nós estamos privados do conhecimento de muitos fatos curiosos para as ciências, artes, história e geografia.⁸⁴

Desse modo, para Landresse, a língua japonesa possuía uma parte escrita em chinês, mas era ainda desconhecida pelos europeus naquele momento.

3. 3. Século XIX: Reabertura dos portos e Restauração Meiji

Na obra *Proeve eener Japansche Spraakkunst* (Leiden, 1857), de Curtius, editada por Hoffmann, há uma visão de que a língua japonesa é intrinsecamente relacionada com a língua chinesa, como uma forma derivada, simplificada (HOFFMANN, Introdução à obra *Proeve eener Japansche Spraakkunst*, 1857, p. 3): “O japonês escreve em chinês e também na sua forma ‘nativa de escrita’, que é derivada do chinês, e que, como o chinês,

⁸³ No original: “El dialecto Nifon, ô Japòn es dialecto, que procediò del Imperio Chinico, como tambien sus habitadores, segun consta de sus historias: es dialecto, que se divide en otros muchos dialectos, segun distintos Reynos, que au en el Japòn: es mas puro, menos difícil, que los dialectos Chinicos, pues estos con el dominio Tartaro han dejado introducir en sus dialectos distintas voces, tomadas, guturales, &c.”

⁸⁴ No original: “Les seuls ouvrages dont on ait jusqu’ici pu tirer quelque parti, sont ceux qui sont écrits en chinois. Tous les autres, où les écritures syllabiques des Japonais sont mises en usage, et où les mots de leurs langue sont employés conformément aux règles particulières de leur grammaire, sont restés indéchiffrables, et l’on est demeuré privé de la connaissance de bien des faits curieux pour les sciences, les arts, l’histoire et la géographie”.

é escrita em linhas descendentes que se seguem da direita para a esquerda (tradução nossa)⁸⁵.

Na obra *Japansche Spraakleer* (1^a. ed. da tradução inglesa de 1868, Introdução, p. 1 [original em holandês de 1868]), de Hoffmann, a língua japonesa era considerada como tendo relação com as línguas mongóis e manchu (da região da Manchúria, atual China), e possuindo elementos também da língua chinesa:

Em seu caráter geral, é verdade, o japonês é cognato das línguas mongol e madju, mas no que diz respeito ao seu desenvolvimento, ele é bastante original e permanece assim, apesar da mistura posterior de palavras chinesas, uma vez que as rege como elementos estrangeiros e as submete à sua própria construção. Na língua japonesa, como agora é falada e escrita, dois elementos, o japonês e o chinês se alternam continuamente e, ao fazê-lo, formam uma língua mista que, em sua formação, seguiu o mesmo curso que, por exemplo, o inglês, no qual os elementos do Romance mais recentemente adotado, que forma um tecido apenas dessa maneira, é governado gramaticalmente pelo anglo-saxão⁸⁶.

Para Hoffmann, ao contrário de Curtius, o japonês não era derivado do chinês, mas possuía palavras misturadas, sendo, assim, uma “língua mista”. Em sua gramática *Japansche Spraakleer* (Leiden, 1868), o autor considerava que, para o estudo de japonês, era necessário compreender a língua chinesa (1868, Introdução, p. 2).

Hoffmann, na introdução à gramática de Curtius, considera que a língua chinesa na forma como é escrita no japonês pode ser entendida por qualquer pessoa que entenda chinês. Assim explica (HOFFMANN, *Invoering der chinesche schrijf- en spreektaal in Japan*, p. 3, in: CURTIUS, 1857): “A escrita da língua chinesa tornou-se a língua da ciência no Japão. Ela é ainda e assim será! Ela é, na realidade, o paladino da nacionalidade japonesa e a mão natural que vai unir o Oriente contra o Ocidente no futuro! (tradução nossa)⁸⁷. A partir dessa afirmação, é possível notar a superioridade da língua chinesa em relação à japonesa, já que usada na forma escrita, em contextos científicos.

⁸⁵ Tradução nossa. No original: “De Japanezen schrijven Chineesch en hebben tevens een eigen “landsschrift”, dat van het Chinesche is afgeleid, en dat ze, even als het Chinesche, in regt afdalende rijen schrijven, die elkander van de regter- naar de linkerhand opvolgen”.

⁸⁶ Tradução nossa. No original: “In its general character, it is true, the Japanese is cognate to the Mongolian and Madju languages, but with regard to its development, it is quite original, and it has remained so notwithstanding the later admixture of Chinese words, since it rules these as a foreign element, and subjects them to its own construction. In the Japanese language, as it is now spoken and written, two elements, the Japanese and Chinese alternate continually and, by so doing, form a mixed language which, in its formation, has followed the same course as, for instance, the English in which, the more lately adopted Romance element, which forms a woof only in like manner, is governed grammatically by the Anglo-Saxon”.

⁸⁷ Tradução nossa. No original: “De Chine- sche schrijftaal is in Japan de taal der wetenschap gewor den. Zij is het nog en zal het hlijven! Zij toch is het palla dium der Japansche nationaliteit en de natuurlijke hand, die in de toekomst het Oosten tegen het Westen zal vereenigen!”

Pagés, em sua tradução da gramática de Curtius, também mantém a mesma afirmação de Hoffmann, considerando a concepção de “língua mista”⁸⁸.

Rosny também acreditava, assim como Hoffmann, que a língua japonesa era baseada na chinesa, principalmente sua forma escrita (ROSNY, 1872 [1856], p. 46): “Se somarmos a isso que a escrita propriamente dita se baseia na escrita ideográfica da China, entenderemos que é essencial para quem deseja abordar a interpretação dos textos japoneses adquirir algumas noções elementares de chinês elementar previamente”⁸⁹.

Assim, para o Rosny, não apenas a escrita da língua japonesa era semelhante, mas também a gramática seria algo comum às duas línguas (ROSNY, 1872 [1856], p. 46). Assim, para aprender, o aluno teria “estudar duas línguas difíceis no lugar de uma só” (ROSNY, 1872 [1856], p. 46).

Alcock, no capítulo VIII da obra *The capital of Tycoon*, afirma que a língua japonesa é um instrumento necessário para o progresso das relações com o país (ALCOCK, 1863, p. 166) e assim explica as especificidades do país e de sua língua:

De especial interesse são as questões envolvidas no uso de uma linguagem hieroglífica emprestada no Japão e a adoção espontânea, em um período posterior, de um sistema fonético, sem que o último substituísse o primeiro. Os japoneses são a única nação, como observei no prefácio da gramática, que, até onde se sabe, sempre adotou francamente como sua e, com um esforço, uma língua e uma literatura, juntamente com todo um sistema moral e ético, de pessoas vizinhas (em muitos aspectos essencialmente diferentes), sem qualquer pressão de conquista; e enquanto possuía uma civilização de pretensões rivais, uma nacionalidade acentuada e um espírito de independência fortemente desenvolvido⁹⁰. (Tradução nossa; grifo nosso)

Assim, para Alcock, o Japão é um país que procura manter sua língua e literatura peculiares, ainda que utilize traços da língua chinesa para a sua forma escrita.

Brown não apresenta uma concepção clara de língua japonesa, mas afirma que, assim como “todas as outras línguas”, há classes de palavras que são chamadas de “partes

⁸⁸ Apesar de Pagés seguir a mesma concepção de Hoffmann, é preciso ressaltar que há alguns erros de tradução. No trecho citado, Pagés equivocou-se afirmando que Ocidente se unirá com o Oriente por meio da língua chinesa, mas no original em holandês é possível notar o uso da palavra “tegen”, que significa “contra”.

⁸⁹ Tradução nossa. No original: “Si l’on ajoute à cela que l’écriture proprement dite est basée elle-même sur l’écriture idéographique de la Chine, on comprendra qu’il est indispensable à quiconque veut aborder l’interprétation des textes japonais d’acquiescer préalablement quelques notions élémentaires de chinois”.

⁹⁰ Tradução nossa. No original: “Of especial interest are the questions involved in the use of a borrowed hieroglyphic language in Japan, and the spontaneous adoption at a later period of a phonetic system, without the latter displacing the former. The Japanese are the only nation, as I observed in the preface to the grammar, who, so far as is known, ever frankly adopted as their own, and at one effort, a language and a literature, together with a whole system of morals and ethics, from neighbouring people (in many respects essentially different), without any pressure from conquest; and while in possession of a civilisation of rival pretensions, a marked nationality, and a strongly developed spirit of independence”.

do discurso”, que correspondem às classes gramaticais do inglês. Apesar de assinalar essa semelhança com a gramática inglesa, Brown deixa bem claro que o método que propõe para o estudo do japonês é diferente das formas do latim ou línguas ocidentais: “Não era filosófico tentar assimilar a gramática do japonês às formas do latim, ou às de qualquer outra língua ocidental, pois possui um método próprio, e tudo o que precisa ser feito é elucidar esse método”⁹¹ (BROWN, 1863, p. i). Essa diferença de método é evidenciada, por exemplo, na flexão dos verbos nas formas: verbo (infinitivo), raiz, futuro, passiva, causativa e negativa. Assim, na descrição gramatical adota uma perspectiva particularista que distingue o japonês das demais línguas ocidentais.

Ainda acerca da concepção de língua, de acordo com o *clima de opinião* baseada na comparação entre línguas do século XIX, existia a crença de que havia línguas mais “elaboradas” e outras menos. É o caso, por exemplo, da teoria sobre a língua japonesa defendida por Georges Bousquet na obra *Le Japon de nos jours* (1877, p. 325-326):

Em primeiro lugar, vamos especificar as características da gramática e da sintaxe japonesa. Quanto à gramática, o japonês não tem declinações nem conjugações próprias, ou seja, por meio de uma flexão do verbo; nenhuma distinção entre gêneros, números, pessoas ou casos (...). Podemos ver com isso que o japonês pertence a uma família de línguas infinitamente menos elaboradas que os idiomas indo-europeus, que apresentam a palavra com seu significado completo (...). Isso é um sinal de um gênio menos completo, ou, se preferirmos, de um grau de cultura menos avançado.⁹²

Face a essa concepção de língua superior e inferior, o jurista francês Georges Hilaire Bousquet considerava a origem da língua japonesa como sendo *grossier* (grosseira) e *rudimentaire* (rudimentar) (1877, p. 327), e, em decorrência de semelhanças de suas raízes, da mesma família das línguas mongóis.

No artigo *Has Japanese an affinity with Aryan Languages* (*Transactions of the Asiatic Society of Japan*, II, 1874, p. 223-231), Aston explica que a origem da língua japonesa não é a mesma que línguas da família ariana, apesar das semelhanças que existem entre elas. Sobre a origem do japonês, na gramática *A Grammar of the Japanese Written Language* (1^a.ed. 1872, 2^a.ed. 1877 e 3^a. ed. 1904), esse autor esclarece

⁹¹ No original: “It were unphilosophical to attempt to assimilate the Grammar of the Japanese to the forms of the Latin, or any other occidental language, for it has a method peculiar to itself, and all that needs to be done is to elucidate that method.”

⁹² No original: “Précisons tout d’abord les caractères de la grammaire e de la syntaxe japonaise. Quant à la grammaire, le japonais n’a ni déclinaisons, ni conjugaison proprement dite, c’est-à-dire, par le moyen d’une flexion du verbe ; point de distinction de genres, de nombres, de personnes, ni de cas. (...) On voit par là que le japonais appartient à une famille de langues infiniment moins élaborées que les idiomes indo-européens, qui présentent le mot avec son sens complet (...). C’est l’indice d’un génie moins complet, ou, si l’on veut, d’un degré de culture moins avancé.”

detalhadamente que esse idioma pertence à família turaniana, considerada na época a família que deu origem às línguas aglutinativas (ASTON, 1904, p. I, *Introductory Remarks*):

Em sua estrutura, a língua japonesa possui todas as características da Família turaniana. É principalmente uma língua aglutinativa, ou seja, as raízes das palavras não sofrem alterações, e os resultados obtidos nas línguas europeias por flexão são alcançados no japonês pelo uso de partículas separadas como sufixos na raiz. Como as outras línguas dessa família, o japonês não possui prefixos formativos como o alemão GE ou a reduplicação do perfeito nos verbos latino e grego. Sua pobreza nas conjunções e o uso abundante de partículas é outro ponto de semelhança. A língua japonesa é ainda um exemplo da regra comum a todos os idiomas desta família, em que toda palavra que serve para definir outra palavra invariavelmente a precede.⁹³

Para Aston (1904, p. VII), a gramática da forma escrita é “apenas um esqueleto do luxuoso sistema da antiga língua”, uma vez que são modeladas com palavras, expressões idiomáticas e construções chinesas. Por outro lado, a língua falada pode ser considerada como um “nova língua”, pois se distancia muito da variante escrita (ASTON, 1904, VIII), e a forma escrita popular moderna “ocupa uma posição intermediária entre a linguagem antiga e as formas de empréstimo do chinês”.

Essa era a origem aceita de acordo com o *clima de opinião* da época, em que as ideias do alemão Max Müller (1823-1900) publicadas em *Letter to Chevalier Bunsen on the Classification of the Turanian Languages*, (Londres, 1854) estavam em voga. De acordo com Müller (1854), as línguas da família turaniana tinham raízes íntegras, que não se alteravam; sílabas formativas tidas como elementos distintivos; facilidade em produzir novas formas; escassez de formas irregulares; rápida divergência de dialetos.

Para Chamberlain (1989, p. 3), a língua japonesa tem estrutura e expressões idiomáticas muito estranhas das que se está acostumado na Europa:

1. “Como posso aprender a falar japonês?” - Essa pergunta tem sido tão frequentemente abordada pelo atual escritor, que ele resolveu colocar sua resposta de uma forma permanente. Ele está convencido de que nenhuma língua jamais foi aprendida apenas com uma gramática - muito menos uma

⁹³ Tradução nossa. No original: “In its structure, the Japanese language possesses all the characteristics of the Turanian family. It is in the main an agglutinative language, that is to say, the roots of words suffer no change, and the results which are obtained in European languages by inflection are arrived at in Japanese by the use of separate particles suffixed to the root. Like the other languages of this family, Japanese has no formative prefixes such as the German GE, or the reduplication of the perfect in Latin and Greek verbs. Its poverty in conjunctions and copious use of particles instead is another point of resemblance. The Japanese language is further an example of the rule common to all languages of this family, that every word which serves to define another word invariably precedes it.”

língua como o japonês, cuja estrutura e expressões são tão estranhas a tudo o que estamos acostumados na Europa.⁹⁴

Neste excerto, Chamberlain demonstra claramente sua visão eurocêntrica quanto ao japonês, que destoa de outras línguas europeias.

Como já citado anteriormente, para ele, a origem do japonês e do coreano estaria na família das línguas altaicas, assim como o manchu e o mongol. Em relação a Aston, que defendia que a língua japonesa derivaria da família turaniana, Chamberlain se mostrava mais atualizado com as pesquisas relativas à história das línguas. A hipótese de que o japonês teria familiaridade com a família ural-altaica surge em 1857, com o artigo de Anton Boller (MILLER, 1981, p. 166).

Quanto à língua coloquial testemunhada em seu tempo, Chamberlain destaca a tendência de usar termos chineses para expressar elegância (1889, p. 8) e a influência crescente do inglês, que chama de processo de “europeização” da língua japonesa (1889, p. 5).

Em síntese, nas gramáticas analisadas, há predomínio da concepção que considera o japonês uma língua peculiar inferior à línguas de origem indo-europeia, o que revela uma visão eurocêntrica que tende a considerar o japonês como uma língua ‘exótica’.

4. Concepção de polidez

4. 1. Século XVI ao XVII: Missionários cristãos no Japão

Como já adiantamos um pouco ao abordar a concepção de língua japonesa para Rodrigues, a polidez é uma das características que fazem esse idioma ser visto como sofisticado. Para o jesuíta, era preciso saber falar a língua com *honra* e *cortesia* para diferentes níveis hierárquicos de pessoas. Em suas *Artes*, Rodrigues descreve detalhadamente esse complexo sistema de polidez que valorizou como sendo uma das maiores qualidades da língua.

Em *Arte Breve* (1620), Rodrigues assim explica a polidez da língua japonesa:

Esta lingua no vso dos verbos, & nomes; tẽ varios respeitos de honra, cortezia, & humiliaçam, por que todos seus verbos tem vozes particulares para todos os tempos, & modos com certo grao de honra, & abatimento falando de pessoas, & com pessoas altas & baixas. Tem tambem varias particulas, que juntas aos

⁹⁴ No original: “1. “How can I learn to speak Japanese?” – This question has been so often addressed to the present writer that he has resolved to put his answer into a permanent shape. He is persuaded that no language was ever learnt solely from a grammar, - least of all a language like Japanese, whose structure and idioms are so alien from all that we are accustomed to in Europe.”

nomes, honram & abatem com grande artificio, & elegancia. No vso destes verbos, & particulas sempre se tem respeito à pessoa, com quem, de quem, diante de quem, & cousas de que se falla; de modo que he necessario aprender a fallar esta lingua com honra, & cortezia, ou sem ella vsando dos verbos, & particulas conforme ao que se requerer. (RODRIGUES, 1620, p. 1)

A polidez na língua japonesa, de acordo com Rodrigues, pode ser definida como expressão de honra, cortesia e humilhação usadas para pessoas de hierarquias diferentes. Rodrigues destaca que a polidez se manifesta principalmente por meio de verbos e partículas. Por seguir o método de “acomodação” da Companhia de Jesus, as *Artes* de Rodrigues são obras bem detalhadas que sistematizam a polidez com grande abrangência, com o objetivo de ensinar minuciosamente como usar a língua japonesa com grande erudição e elegância.

A gramática de Collado, apesar de não trazer uma definição clara de polidez, deixou transparecer no *Prologvs ad Lectorem* (COLLADO, 1632, p. 3), conforme já apresentamos no item 2.1 deste capítulo, que o domínio da erudição e da polidez contribuiria para a difusão da fé católica.

4. 2. Século XVIII e primeira metade do século XIX: Governo Tokugawa

Em Oyanguren (1738), também não há clara concepção de polidez, mas podemos inferir que se aproxima da visão de Rodrigues, por se basear na sua *Arte Grande* e no *Vocabulário* da Companhia de Jesus. Oyanguren (2009 [1738], p. 124) afirma que a língua japonesa possui “varias vocês” (várias vozes), sendo de “mas honra”, “mediana honra” e “inferior honra”. Para o autor, assim como outras línguas inventaram palavras honoríficas, a língua japonesa possui verbos que expressam honra, indiferença, abatimento e humildade:

Assim como outras línguas inventaram suas palavras honoríficas e seus modos, falando por terceiras pessoas aos superiores, assim a língua japonesa tem sua invenção em muitos verbos, que o mundo os tornou nobres, e verbos de honra: e a outros os compõem, de modo que sejam e pareçam: outros são indiferentes, e outros finalmente baixos e humildes.⁹⁵

Assim, na obra de Oyanguren (1738), há uma visão de que a polidez existe de forma semelhante em outras línguas, no entanto, o japonês se distingue por expressar a polidez no verbo, indicando honra, humildade e indiferença. Como já vimos antes, para

⁹⁵ Tradução nossa. No original: “Assi como otras lenguas inventaron sus palabras honorificas, y sus modos, hablando por terceras personas à los superiores, assi la lengua Japona tiene su invencion en muchos verbos, que el mundo las ha hecho hidalgos, y verbos de honra: y à otros los compone, para que lo sean, y parezcan: otros ay indiferentes, y otros finalmente baxos, y humildes”.

Oyanguren, a língua japonesa é mais uma das muitas decorrentes da Torre de Babel e não é vista como uma língua peculiar. Da mesma forma, com relação à polidez, o fenômeno é visto como comum a todas as línguas, apenas mudando sua forma de expressão lingüística.

Em Landresse (1825), cuja gramática é uma tradução adaptada de Rodrigues, a polidez é um recurso para falar e escrever a língua com "elegância", e expressando respeito e humildade:

§105. Para falar ou escrever japonês com elegância, é preciso saber usar várias formas de cortesia, respeito e humildade, verbos comuns que não expressam grau de honra e verbos honorários que possuem entre eles diferentes graus, tendo em conta a pessoa que fala, ou aquela com quem ou diante daquela com que se fala, e as coisas de que se trata.⁹⁶

Assim como para Rodrigues, Collado, Oyanguren, para Landresse a polidez era importante para se aprender a língua japonesa, sendo dela inseparável para se falar e escrever com elegância. No entanto, para Landresse, a polidez não tinha como objetivo a difusão da fé, como já vimos.

Um dos grandes diferenciais entre as gramáticas de Hoffmann (1868) e Curtius (1857) é, sem dúvida, a sistematização do sistema de polidez. Na obra de Curtius, a polidez não é definida claramente, nem há uma sistematização clara da polidez na língua japonesa. Nesta, há apenas indicações de que algumas expressões são de uso polido, sem uma apresentação de situações de uso, níveis de polidez, etc. Hoffmann (1868, p. 311), por sua vez, dedicou um espaço sobre a descrição dos verbos à sistematização da polidez, destacando a diferença entre *verbos distintivos* e *formas verbais expressivas de cortesia*.

Para Hoffmann (1868, Apêndice, p. 311), a polidez que existe na língua japonesa, da forma como que é apresentada no Ocidente, não há em nenhum outro lugar da Terra, pois não se restringe a apenas algumas classes sociais:

§111. A cortesia na língua e na escrita, no Japão, não se limita às classes privilegiadas da sociedade; há séculos atrás, em formas distintas e, podemos acrescentar, obrigada por lei, ela penetrou até os níveis mais baixos da sociedade e se espalhou nas relações sociais um brilho de respeito recíproco, que de fato não é encontrado em nenhuma outra pessoa no mundo⁹⁷.

⁹⁶ Tradução nossa. No original: "§105. Pour parler ou écrire le japonais avec élégance, il faut savoir se servir à propos des différentes formules de politesse, de respect e d'humilité, de verbes communs, qui n'expriment aucun degré d'honneur, et des verbes honorifiques, qui ont entr'eux différents degrés, eu égard à la personne qui parle, ou à celle avec laquelle ou devant laquelle on parle, et des choses dont il s'agit."

⁹⁷ Tradução nossa. No original: "§111. Courtesy in language and writing is, in Japan, not confined to the privileged classes of society; east ages ago in distinct forms and, we may add, stamped by law, it has

Sem o conhecimento desse sistema de regras de polidez, o estrangeiro não conseguiria se integrar à convivência com os japoneses.

4. 3. Século XIX: Reabertura dos portos e Restauração Meiji

Assim como Curtius, Pagés não apresenta uma visão de polidez definida.

Apesar de Rosny não ser parte do *corpus* analisado aqui neste trabalho, por não sistematizar claramente a polidez, consideramos ser interessante apresentar a sua concepção de polidez, pois representa como estudiosos da Europa viam a língua japonesa nessa época.

Rosny, ao explicar os pronomes pessoais, indica que a polidez na língua japonesa se distingue das formas vistas nas línguas da Europa:

Além dos pronomes pessoais, os japoneses usam, para substituí-los no estilo de conversa, uma série de formas de polidez que variam de acordo com a idade, categoria e qualidade dos interlocutores. Embora esse tipo de expressão de cortesia não seja usada diariamente nos países europeus, pode-se fornecer uma ideia aproximada com as seguintes citações: “seu servo humilde implora que você...”, “seu discípulo vos pede...”, “o mestre queira me permitir...”; - ou quando falamos a língua dos tribunais e da diplomacia, quando dizemos: “Sua Alteza se dignaria...”, “Sua Excelência me permitiria...”; etc. Finalmente, é bom ressaltar a partir de agora uma partícula honorífica da qual os japoneses fazem uso contínuo, não apenas no estilo epistolar e na literatura, mas também em causar e em todas as circunstâncias de vida íntima. Essa partícula honorífica, que ocupa o lugar do pronome possessivo de segunda pessoa, é usada de várias formas diferentes, sendo as principais o “o” e “go”; estas literalmente significam “imperial”.⁹⁸

Assim, ao contrário dos europeus, os japoneses fazem uso de expressões de polidez na vida cotidiana.

penetrated to the lowest grades of society and spread over social intercourse a gloss of reciprocal respect, which is indeed not to be found among any other people on the globe”.

⁹⁸ Tradução nossa. No original: “En dehors des pronoms personnels proprement dits, les Japonais font usage, pour les remplacer dans le style de la conversation, d’une foule de formules de politesse qui varient suivant l’âge, le rang et la qualité des interlocuteurs. Bien que ce genre d’expressions de courtoisie ne soit pas d’un usage journalier dans les pays européens, on peut en fournir une idée approximative par les citations suivantes: “votre très humble serviteur vous prie de...”, “votre disciple vous demande de...”, “le maître veut-il me permettre de...”; - ou bien quando on parle le langage des cours et de la diplomatie, lorsqu’on dit: “Votre Altesse daignerait-elle...”, “Votre Excellence voudrait-elle m’autoriser à...”; etc. Enfin, il est bon de signaler dès à présent une particule honorifique dont les Japonais font un emploi continuel non seulement dans le style épistolaire et dans la littérature, mais même en causant et dans toutes les circonstances de la vie intime. Cette particule honorifique, que tient solvante la place du pronom possessif de la seconde personne, est usitée sous plusieurs formes différentes, dont les principales sont *o* et *go*; elle signifie littéralement “impérial”.

Na obra de Hoffmann (1868, p. 311), essa concepção de uso da polidez também surge de forma muito semelhante:

§111 Cortesia na linguagem e na escrita, no Japão, não se limita às classes privilegiadas da sociedade; moldado em tempos atrás em formas distintas e, podemos acrescentar, validado pela lei, ela penetrou nos níveis mais baixos da sociedade e espalhou nas relações sociais um brilho de respeito recíproco, que de fato não pode ser encontrado entre outras pessoas do globo. (...) Desde que a cortesia governe a relação oral e escrita de um povo, a apreciação de suas formas pertence ao estudo da língua. E como tratamos no capítulo sobre os Pronomes, somos obrigados a fixar a atenção nos verbos e formas verbais também por meio dos quais a cortesia dá brilho à sua linguagem.⁹⁹

Para Hoffmann, a polidez na língua japonesa afeta a todas as classes sociais e é algo particular não visto em nenhuma outra língua do mundo, sendo expressa principalmente pelos verbos e formas verbais.

Como já mencionado, entre os missionários pioneiros no século XIX, John Liggins se destaca por precocemente chamar atenção para a polidez na língua japonesa. No prefácio, Liggins (1867) esclarece: “Veremos que, para quase todas as frases em inglês do livro, são dadas duas em japonês. A primeira das frases japonesas é usada no endereçamento a um inferior, e a segunda, no endereçamento a superior ou igual”¹⁰⁰. Além disso, no item *Salutations and Polite Expressions*, apesar de não haver uma definição clara de polidez, pode-se observar que o missionário destacava em sua obra as formas de se dirigir a pessoas de três níveis sociais distintos: inferior, igual e superior¹⁰¹.

Alcock na obra *The Capital of the Tycoon* (1863, p. 169-170) explica a expressão de polidez por meio do uso de pronomes na comunicação:

Voltando a sua gramática, encontramos, em relação aos pronomes pessoais, outro fato interessante, a saber, que, embora não desejem totalmente, raramente são usados; os substantivos, com vários significados de honra ou auto-rebaixamento, suprem quase sempre seu lugar. Assim, na prática, se não na teoria, elas quase não existem. Não nos surpreendemos, portanto, ao descobrir que há uma variedade desconcertante nos modos de expressar a

⁹⁹ Tradução nossa. No original: “§111. Courtesy in language and writing is, in Japan, not confined to the privileged classes of society; cast ages ago in distinct forms and, we may add, stamped by the law, it has penetrated to the lowest grades of society and spread over social intercourse a gloss of reciprocal respect, which is indeed not to be found among any other people on the globe. (...) So long as courtesy governs the oral and written intercourse of a people, the appreciation of its forms belongs to the study of the language, and since we have treated it in the chapter on the Pronouns, we are obliged to fix the attention on the verbs and verbal forms also with which courtesy gives gloss to its language”.

¹⁰⁰ Tradução nossa. No original: “It will be seen that for nearly every English phrase in the book there are given two in Japanese. The former of the Japanese phrases is used in addressing inferior, and the later in addressing superiors or equals”.

¹⁰¹ Por ser uma lista de frases em inglês e japonês, e não uma gramática com explicação metalinguísticas, a obra de Liggins não fará parte do nosso *corpus* de análise.

importante palavra *I* em japonês, e pouco menos para todas as outras pessoas. (...) Ainda existem muitas formas adicionais a serem adquiridas, e que não há solecismo mais grave de maneiras entre os japoneses do que aplicar erroneamente os termos de devida humildade no falante que se designa, ou de honra à pessoa endereçada; cada variação na classificação hierárquica, idade e sexo, exigindo o uso de alguma forma diferente de fala!¹⁰² (grifo nosso)

O autor (1863) destaca a importância de usar corretamente as expressões de humildade e honra, e complementa que as formas linguísticas de auto-humilhação não combinam com o orgulho de ser um cidadão japonês:

Vemos em tudo isso, primeiro, uma estranha propensão a auto-humilhação, uma certa ausência de individualismo e autoafirmação, que, por outro lado, é muito oposta a algumas de suas características nacionais. Um japonês orgulha-se de sua raça e nação, tem muita dignidade pessoal e é muito sensível a qualquer indignidade ou afronta imposta a ele pela negligência ou recusa em retribuir todo aquele costume e etiqueta prescritos. (...) É evidente, portanto, que há um grande fundo de pretensão no fundo de todas essas frases de auto-humilhação, que parecem tão meticulosamente aderidas, que cada uma pode ter certeza de que o mesmo lhe é retribuído com interesse, em termos de honra e exaltação, quando abordados por outros. É uma observação comum que as pessoas mais meticulosas e cerimoniais - nações ou indivíduos - também são as mais orgulhosas e mais tenazes de posição e observância em seus próprios casos. Portanto, embora os gramáticos possam encontrar dificuldade em revelar e separar esses eufuismos e circunlóquios de pronomes pessoais distintos - ainda assim, hesito em me juntar à conclusão, talvez um tanto imprudente, de que não há liberdade individual entre os japoneses e que suas leis - e a natureza mista feudal e despótica de seu governo exige imperativamente a renúncia total de toda a individualidade e direitos a ele associados¹⁰³. (grifo nosso)

¹⁰² Tradução nossa. No original: “Reverting to their grammar, we find in respect to the personal pronouns another interesting fact, namely, that although not wholly wanting, they are rarely used, Nouns, with various significations of honour or self abasemet, almost invariably supply their place. Thus in practice, if not in theory, they hardly exist. We are not surprised, therefore, to find that there is a bewildering variety in the modes of expressing the important word *I* in Japanese, and scarcely less for all the other persons. (...) there are still many additional forms to be acquired, and that no more grievous solecism in manners can be committed among the Japanese, than wrongly to apply either the terms of due humility in the speaker designating himself, or of honour to the person addressed; each variation in rank, age, and sex, demanding the use of some different form of speech!”

¹⁰³ Tradução nossa. No original: “We see in all this, first, a strange proneness to self-abasement, a certain absence of individualism and self assertion, which, on the other hand, is very uch opposed to some of their national characteristics. A Japanese is proud of his race and nation, stands much on his personal dignity, and is very sensitive to any indignity or affront put upon him by the neglect or refusal to render all that custom and etiquette prescribe. (...) It is evident, therefore, that there is a great fund of pretension at the bottom of all these periphrases of self-abasement, which seem only so punctiliously adhered to, that each may be sure in turn of having the like rendered back to him with interest, in terms of honour and exaltation when addressed by others. It is a common observation that the most punctilious and ceremonious people – nations or individual – are also the proudest and most tenacious of rank and observance in their own case. So although grammarians may find difficulty in disinterring and separating from these euphuisms and circumlocutions distinctive personal pronouns – yet I hesitate to join in the conclusion, somewhat rashly drawn perhaps, that there is no individual liberty among the Japanese, and that their laws, - and the mixed feudal and despotic nature of their government, imperatively require the utter renunciation of all individuality and rights attaching to it” (ALCOCK, 1863, p. 172).

Interessante notar que Alcock (1863) relaciona o conceito de polidez e a forma de falar dos indivíduos com a forma de ser um nacional japonês, o qual recebe uma enorme pressão do governo militar e da sociedade feudal. Parece que o britânico antecipa que, em decorrência das mudanças sociais e políticas japoneses a partir da Restauração Meiji (1868), a língua carregada de formas de polidez também sofreria mudanças que refletiriam uma maior individualidade. Alcock (1863) considera, portanto, o uso da polidez como uma falta de liberdade e de direitos dos indivíduos.

Brown (1863) também segue o sistema de Liggins (1867) de traduzir uma frase em inglês para duas em japonês, mas sua obra é bem mais vasta e possui explicações metalinguísticas organizadas em um formato de gramática. Em Brown (1863, p. ii), não há uma clara definição de polidez, mas o autor destaca as peculiaridades da polidez na língua japonesa:

A linguagem oral deleita-se com expressões de cortesia, e uma das características mais notáveis do estilo de fala polido é o uso de palavras longas e circunlóquios. Então, *ari* vira *ser*, e *aru* vira *é* ou *são*. Mas essas simples formas não são usadas na conversação polida, pelo menos elas nunca foram usadas ao se endereçar ou falar de uma pessoa a quem alguém deseja expressar respeito. Neste caso, *ari* se torna *arimaszru*, ou por elisão, *arimas'*, ou mais polido ainda: *gozaimaszuru* ou *gozarimas'*¹⁰⁴.

Dessa forma, o missionário apresenta que a língua japonesa é rica em formas de polidez que são mais longas que as usadas sem expressar respeito.

Para Aston (*A Grammar of the Japanese Spoken language*, 4^a. ed. 1888, p. 166), a maior dificuldade para um estrangeiro falar a língua japonesa com acuidade e propriedade reside em usar as formas de expressão de honra e humildade. Aston afirma que regras gramaticais contribuem pouco para aprender o uso dessas formas, pois apenas a experiência e a observação podem contribuir para a aprendizagem do uso apropriado.

Aston (*A Grammar of the Japanese Spoken Language*, 4^a. ed. 1888, p. 166) atribui grande importância para o uso de expressões de polidez, destacando a presença de grande variedade de expressões:

Veremos a seguir que existe uma variedade considerável de expressões honoríficas e humildes, variando de acordo com a posição da pessoa

¹⁰⁴ Tradução nossa. No original: “The oral language delights in courteous expressions, and one of the most remarkable features of the polished style of speech is the use of long words, and circumlocutions. Thus *ari* means to be, and *aru* is or are. But these simple forms are not used in polite conversation, at least they are never used in addressing or speaking of a person to whom one desires to show respect. In that case *ari* becomes *arimaszru*, or by elision, *arimas'*, or more politely *gozaimaszru*, or *gozarimas'*”.

destinatária. Mas, mesmo falando com a mesma pessoa, as formas, cuja negligência em uma primeira introdução ou em outras ocasiões formais constituiria uma quebra bruta de decoro, podem ser deixadas de lado sem ofensa no calor de uma discussão ou na liberdade de uma relação mais familiar¹⁰⁵.

A polidez na língua japonesa, para Aston (1888), é vista, portanto, como uma grande dificuldade para o estudante, mas de imensa importância para relacionar-se com as pessoas.

Em Aston (1904), a particularidade que a polidez representa nessa língua é enfatizada na afirmação de que no japonês as palavras e partículas de humildade e de honra são usadas extensivamente suprindo as distinções de pessoa, gênero e número inexistentes nos verbos (*A Grammar of the Japanese Written Language*, 3a. ed. 1904, p. 161):

A ausência no verbo japonês de qualquer distinção gramatical de pessoa já foi observada. Esse desejo é parcialmente suprido pelo uso extensivo de palavras e partículas humildes e honoríficas, sendo as antecessoras características principalmente da primeira pessoa, e as últimas, da segunda pessoa.¹⁰⁶

Chamberlain (1889, p. 238) defende que a língua japonesa é a mais complexa em formas honoríficas dentre todas as línguas do mundo:

392. Nenhuma língua no mundo está mais saturada de expressões honoríficas do que o japonês. Essas afetam não apenas o vocabulário, mas a própria gramática. Portanto, embora as referências dispersas tenham sido feitas ao assunto dos honoríficos nos capítulos anteriores, parece aconselhável reunir, sob um título, todas as principais manifestações de um hábito da fala, sem o domínio das quais é impossível falar japonês corretamente.¹⁰⁷

Para Chamberlain, a polidez representa uma particularidade da língua japonesa não vista em outras línguas europeias. Essa afirmação é coerente com a sua concepção de língua japonesa como sendo algo estranho às línguas europeias. Desse modo, pode-se

¹⁰⁵ Tradução nossa. No original: “It will be seen below that there is a considerable variety of honorific and humble expression, varying according to the rank of the person addressed. But even in speaking to the same person, forms, the neglect of which on a first introduction or on other formal occasions would be a gross breach of decorum, may be dropped without offence in the heat of an argument, or in the freedom of more familiar intercourse”.

¹⁰⁶ Tradução nossa. No original: “The absence in the Japanese verb of any grammatical distinction of person has been already remarked. This want is partly supplied by the extensive use of humble and honorific words and particles, the former being chiefly characteristic of the first person, and the latter of the second.”

¹⁰⁷ Tradução nossa. No original: “392. No language in the world is more saturated with honorific idioms than Japanese. These idioms affect, not only the vocabulary, but the very grammar itself. Therefore, although scattered references have been made to the subject of honorifics in former chapters, it seems advisable to gather together under one heading all the leading manifestations of a habit of speech, without a proper mastery of which it is impossible to speak Japanese with any approach to correctness.”

afirmar que o britânico tinha a língua japonesa como ‘exótica’ e considerava a polidez do japonês como algo muito peculiar.

Capítulo IV – Tratamento da polidez: análise da terminologia

No capítulo III, tratamos da ‘camada’ teórica analisando as concepções de ‘linguagem’, ‘língua’, ‘língua japonesa’ e ‘polidez’; também abordamos aspectos da ‘camada’ contextual, ao apresentarmos uma breve história do Japão, dividida em três períodos.

Neste capítulo, analisaremos a terminologia utilizada no tratamento da ‘polidez’ nas obras selecionadas, que trazem uma sistematização do fenômeno na língua japonesa. Para isso, como já mencionamos no capítulo I, analisaremos a ‘camada técnica’ (SWIGGERS, 2019, p. 68), cujo objeto são as técnicas de análise dos aspectos técnico-linguísticos, e os métodos de apresentação de dados. Para este autor (2010, p. 12), a “terminologia” pode ser definida como o “conjunto de termos técnicos fazendo parte de um vocabulário “teórico” (circunscrito em relação a um autor, uma escola, uma subdisciplina, etc.). Desse modo, neste capítulo, procuramos investigar a ‘camada técnica’ por meio da análise da terminologia que descreve a ‘polidez’ nas obras selecionadas.

Com a finalidade de analisar semântica e epistemologicamente a metalinguagem elaborada para descrever a ‘polidez’, usamos os seguintes parâmetros clássicos propostos por Pierre Swiggers (2010, p. 18-19): o “conteúdo dos termos” (*le contenu des termes*), a “incidência de termos” (*l’incidence des termes*) e a “marca cultural de termos” (*l’empreinte culturelle des termes*).

Para Swiggers (2010, p. 18), o “conteúdo dos termos” pode ser focal ou contrastivo. O primeiro se trata da relação bilateral entre o termo e seu significado. O segundo, da rede implícita ou explícita de conteúdos ao interior da qual um termo assume seu conteúdo dinâmico. Segundo o autor, a “incidência dos termos” é o que se pode chamar de “atualização” de um termo, isto é, a aplicação que se faz dele a um nível de descrição ou teorização. O mesmo autor define “marca cultural de termos” como sendo certos valores e pressuposições culturais que a terminologia da linguística veicula. Esses valores podem ser relativos à religião, ideologia, hierarquias sociais, papéis sociais, profissionais, entre outros. Neste capítulo IV, utilizaremos esses ‘parâmetros clássicos’ propostos por Swiggers para analisar a metalinguagem descritora da ‘polidez’ nas obras selecionadas, seguindo a mesma divisão em três períodos históricos.

1. Século XVI ao XVII: Missionários cristãos no Japão

1. 1. *Arte da Lingoa de Iapam* (Nagasaki, 1604-1608) e a *Arte da Lingoa Iapoa* (Macau, 1620), de João Rodrigues

Como já observado na concepção de ‘polidez’ nas *Artes* de Rodrigues, apresentada no Capítulo III, os jesuítas tinham como objetivo o método de “acomodação” e buscavam descrever nas gramáticas a ‘polidez’ para a comunicação de forma elegante e erudita. Não notamos em Rodrigues a “ideologia linguístico cultural europeia, de índole religiosa” descrita por Swiggers (2018, p. 80) como sendo “o tipo de ideologia que muitas vezes encontramos nas obras dos “linguistas missionários” defendendo a superioridade de uma língua/ línguas e cultura europeias”. Em Rodrigues, há uma sistematização que leva em consideração diferentes aspectos da ‘polidez’ na língua japonesa sem realizar um juízo de valor de inferioridade da língua descrita. Com base na análise da metalinguagem, entretanto, podemos notar que os metatermos utilizados carregam valores semânticos relacionados ao contexto missionário e religioso, conforme demonstraremos a seguir.

1. 1. 1. Terminologia utilizada por Rodrigues (1604-1608; 1620)

Para Rodrigues, há duas categorias no sistema de ‘polidez’ correspondentes aos honoríficos de referência, *honra* e *humildade*. O primeiro é o honorífico de respeito; e o segundo, de modéstia. Para sistematizar a ‘polidez’, o autor utilizou diversos metatermos que distinguiam essas duas categorias: *partículas de honra* (1604-1608, p. 158), *partículas honorativas* (1604-1608, p. 158), *partículas humiliativas* (1604-1608, p. 158), *verbos honrados* (1604-1608, p. 164v), *verbos humildes* (1604-1608, p. 165v), *grao de honra* (1604-1608, p. 159v), etc. *Honra* e *humildade* também possuem outras denominações, como *abatimento*¹⁰⁸, *respeito*, *cortesia*, etc. Por utilizar muitas denominações diferentes, isso faz com que o sistema de ‘polidez’ proposto por Rodrigues seja considerado de difícil compreensão. Desse modo, propomos aqui compreender o “conteúdo” e “incidência” dos termos (Swiggers, 2010).

Vejamos um exemplo, no qual o autor se refere aos *verbos humildes*:

¹⁰⁸ Como será explicado mais adiante, para Rodrigues, *abatimento* é sinônimo de *humilhação*. No português moderno, o *abatimento* raramente é usado para se referir à *humildade*, mas geralmente indica depressão ou fraqueza. Em Rodrigues, de acordo com as incidências verificadas, no entanto, esse metatermo enfatiza o ato de alguém ‘rebaixar’ ou ‘subjuagar’ a si mesmo ou a alguém em relação a/com quem ele fala (interlocutor).

Todos estes verbos & outros semelhantes honram à pessoa com quem, ou diante de quem se fala, & humilham & mostram muyta reuerencia, & cortesia nas pessoas aquem pertencem: pelo que he importante notar bem seu uso: & alguns de Europa usam deles impropriamente falando com Dôjucus, moços & gente de sua obrigação, honrando os ditos moços, ou honrandose asi mesmos onde nam conuem (RODRIGUES, 1604-1608, p. 166).

Neste exemplo, podemos notar que Rodrigues indicou que a ‘polidez’ poderia ser destinada também ao interlocutor.

Direções da polidez

Rodrigues inova descrevendo a ‘polidez’ em três direções muito semelhantes à classificação de Shibatani: ao destinatário (*eixo falante-destinatário*), às pessoas a sua frente (audiência) e ao objeto-referente (*eixo falante-referente*). A grande inovação de Rodrigues, acreditamos, foi considerar a audiência, isto é, o público, as pessoas na frente de quem se fala, o que não é tão óbvio nas relações de polidez. Vejamos um exemplo:

Toda elegancia desta lingua consiste em saber vsar de varias honras, & particulas que pera isso tem dando a cada cousa seu lugar. De tres sortes podemos tratar destas honras respeitando sempre, quem fala, aquem se fala, diante de quem, & de que cousas: por que tudo isto he necessario (RODRIGUES, 1604-1608, p. 158)

Neste exemplo, podemos notar a atualização do termo “honras” que se expressa por meio do uso de partículas. Assim como neste exemplo, podemos notar os termos utilizados por Rodrigues para descrever a polidez: *honra*, *humildade* ou *abatimento*.

Honra e humildade

De acordo com o *Dicionário Etimológico da língua portuguesa* (Cunha, 2010), a origem etimológica da palavra *honra* é a mesma que a do termo latino *honōr*; *-ōris* e suas derivações, como há no verbo *honrar* (*honôro, as, âvi, atum, âre*)¹⁰⁹. Nesse mesmo sentido, o *Vocabulario Português e Latino*, compilado pelo D. Rafael Bluteau (1713), também considerava *honra* como sinônimo de ‘respeito & reverencia com que tratamos as pessoas em razão da sua nobreza, dignidade, virtude, ou outra excellencia”.

Honrar é muito usado em contextos religiosos, o que nos leva a um aspecto da ‘marca cultural’ (SWIGGERS, 2010) que esse termo carrega. Por exemplo, na tradução portuguesa dos *Dez Mandamentos*, está prescrito: *honrar pai e mãe* (BARROS, 1539, p. 12). Em latim: *honora patrem tuum te matrem tuam* (*Vulgata*, Exodus 20:12). Da mesma

¹⁰⁹ A palavra *honrar* já havia sido registrada no século XIII (CUNHA, 2010).

forma em João Barros (1539, p. 22v), há o seguinte trecho: *E a fé católica é ésta: que honremos hum deos em trindade, e a trindade em unidade.*

A palavra *honra* também aparece no *Tratado em que se contém muito sucinta e abreviadamente algumas contradições e diferenças de costumes entre a gente de Europa e esta província de Japão* (1585), escrito por Luis Fróis (1532-1597)¹¹⁰, na *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536) de Fernão Oliveira, e na *Grammatica da lingua portuguesa* (1540), de João de Barros.

No *Tratado* (1585) de Luís Fróis, há a seguinte explicação de *honra*, comparando as línguas japonesa e portuguesa: “Nós pomos a honra nos nomes; o Japão a põe toda no uso dos verbos” (FRÓIS, 1585, p. 166). Embora a ‘polidez’ também seja marcada em substantivos, pronomes, entonação e outras formas de expressão, na opinião de Fróis, a diferença notável entre as línguas portuguesa e japonesa consistia no uso da *polidez* nos verbos, e não nos substantivos. Fróis usa o termo *honra* para apontar essa diferença.

Em Oliveira (1536), *honra* não está relacionada ao uso da polidez, e o autor não utiliza esse termo para descrever o sistema de polidez da língua portuguesa: “Hercoles lybio filho de Osiris rey do egipto veo morrer em esta terra desejado de viver sua velhice descãhada em ella por a virtude ã dela conhecia e os soçessores deste edificarão em memoria e honrra do nome de seu capitão” (OLIVEIRA, 1536, p. 5). Dessa forma, podemos notar que, mesmo usando o termo “polidez”, Oliveira não descreveu esse fenômeno linguístico.

João de Barros (1540) também usou *honra* em sua gramática para descrever substantivos que expressam nobreza e honra, mas sem descrever a *polidez* como um sistema:

Os nóbres buscáram hũ termo que fosse sinal de nobreza, que os apartásse dos plebeos, como açerca de nós, Dõ, que ue deste nome. Dominus, que quer dizer senhor. Os Franceses tomáram Monseor, Os Italianos, Mister, Os aragoeses, Mos sem. E assy outras muitas nações tomáram hũ termo que denotásse honrra. (BARROS, 1540, p. 5v).

Diante de tantos exemplos, podemos afirmar que João Rodrigues usa, portanto, um termo muito familiar aos intelectuais (e a falantes interessados nos padrões considerados elevados de uso das línguas) em seu tempo para explicar o sistema de *polidez* japonês.

¹¹⁰ O missionário jesuíta Luis Fróis nasceu em Lisboa, em 1532, chegou ao Japão em 1563 e morreu em Nagasaki, em 1597, depois de passar a maior parte de sua vida no Oriente. Ele também compôs a *Historia de Japam*, relatando a história da Igreja Cristã no Japão de 1549 a 1593.

Segundo Rodrigues, a *honra* pode ser expressa através do emprego de verbos, substantivos, artigos e partículas:

Esta lingua no vso dos verbos, & nomes; tẽ varios respeitos de honra, cortezia, & humiliaçam, por que todos seus verbos tem vozes particulares para todos os tempos, & modos com certo grao de honra, & abatimento falando de pessoas, & com pessoas altas & baixas. Tem tambem varias particulas, que juntas aos nomes, honram & abatem com grande artificio, & elegancia. No vso destes verbos, & particulas sempre se tem respeito à pessoa, com quem, de quem, diante de quem, & cousas de que se falla; de modo que he necessario aprender a fallar esta lingua com honra, & cortezia, ou sem ella vsando dos verbos, & particulas conforme ao que se requerer. (RODRIGUES, 1620, p. 1).

Embora Rodrigues use as classes de palavras tradicionais, ele inova ao criar as classes de partículas e artigos relacionados a *honra*, *humildade* ou *abatimento*.

Para Rodrigues, a forma de modéstia corresponde à *humildade*. De acordo com o *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (CUNHA, 2010), essa palavra tem sua origem no termo latino *humilitas, âtis*, que significa “modéstia, submissão, pobreza, inferioridade”. No *Vocabulario Português e Latino* (1713), de Bluteau, *humildade* é definida como “virtude, que inclina a criatura intellectual ao desprezo das suas prerogativas, & a ter baixa opinião de si, para engrandecer a Deos”. Para Bluteau, o termo português “humildade” está relacionado ao cristianismo, embora em latim essa palavra não tenha o mesmo significado religioso, como vimos em Cunha (2010).

Humildade possui uma origem muito parecida com a palavra *humilhação*. Como definido no *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009), havia antigamente os verbos latinos *humilîto, as, âvi, âtum, âre* e *humilîo, as, âvi, âtum, âre*, que possuíam o mesmo significado: *abaixar, abater, humilhar*. Em português, de acordo com registros do século XIII (CUNHA, 2010), *humilîto, as, âvi, âtum, âre* deu origem ao atual verbo *humildar* (tornar alguém humilde ou subjugar), ao substantivo *humildade*, e ao adjetivo *humilde*. O segundo, *humilîo, as, âvi, âtum, âre*, originou o verbo *humilhar*, o substantivo *humilhação* e o adjetivo *humilhado*. Esses termos em português possuem significados bem distintos, apesar da coincidência de sentido em latim.

O termo *humildade* também é muito usado para fins religiosos. Por exemplo, Barros (1539, p. 13) usa-o para se referir ao décimo dos *12 frutos do Espírito Santo: Humildade nas obras* (Gálatas 5:23). Além disso, Barros também utiliza o termo *humildade* para indicar as *Sete Virtudes contra os Sete Pecados Capitais*: humildade, largueza (gratidão), castidade, paciência, temperança, caridade e diligência.

Sinônimo de *humilhação*, *abatimento* e seus derivados possuem origem, de acordo com o *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (CUNHA, 2010), no termo latino

abbat(u)ēre ou *abbattere*, que significa ‘derrubar, prostar, fazer cair por terra’, além de outros significados. Em português, esse termo deu origem aos verbos *abater* e *bater*, e ao nome *abatimento*, segundo o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009).

Em João de Barros (1540, p. 8), o termo *abatimento* é usado no sentido de “rebaixar, desprezar”:

Destes nomes, Gregos, e Latinos nã tratã em suas Grammaticas por ôs nam terem, e casy todos se terminã em, am, e az, como, molheram, caualã, velha caz, ladrabaz e outros que sempre sam ditos ã desprezo e abatimento da pesoa ou cousa a que os atribuímos. (BARROS, 1540, p. 8)

Nesse sentido, no *Vocabvlario* (1603-4) da Companhia de Jesus, o termo *abater* é comumente usado como equivalente a *humilhar*, *abaixar* e *desprezar*:

Sague, uru, eta. Abaixar. q. Atama uo saguru. Abaixar a cabeça humilhándose & sujeitándose, ou por outro respeito. *Fitouo saguru*. Humilhar, abaixar, ou abater a alguem. (1603-4, p. 215v)

Sague iyaxime, uru, eta. Desprezar, ou abater a outro. (1603-4, p. 215v)

Meró. Molher, falando com desprezo, & abatimento. (1603-4, *Suplemento*, p. 362v)

No *Vocabvlario* (1603-4), *abatimento* também é usado como sinônimo de *humildade*:

Gufô Vorocana fô. i. Minha ley, ou seita: falando humildemente, & como com certo abatimento. (1603-4, *Suplemento*, p. 354v)

Nesse sentido, é possível notar que, na época de Rodrigues, *abater* era usado no sentido de *humilhar*, *diminuir*, *abaixar*, *desprezar*. *Abatimento* também indica, portanto, *humildade*.

Adiante, analisaremos a “incidência” dos termos *humildade*, *humiliação*, *abatimento* e seus derivados nas *Artes* de Rodrigues.

Ao apresentar os *graos de verbos*, Rodrigues esclarece que o uso de partículas *que humilham o supposto do verbo* (que humilham o sujeito do verbo) não modifica a forma simples do verbo ao qual está conectado. No exemplo a seguir, essas partículas conferem respeito ao destinatário (*eixo do falante-destinatário*) ou ao referente a quem se fala (*eixo do falante-referente*):

O verbo cõposto cõ as particulas, que humilham o supposto do verbo, & mostram respeyto a pessoa cõ ã, ou diante de quem se fala, tambem não muda a significação do seu simplex: as particulas são, *Mairaxi, Moxi, Tatematçuri, Xexime, Soro, Nari, Famberi, Samburai* (1604-1608, p. 69v).

Quando Rodrigues denomina que essas partículas como *que humilham o supposto do verbo*, ele indica também a distinção entre honoríficos controlados por objetos e honoríficos controlados por sujeitos, como indicado pela classificação de Shibatani (1990, p. 376).

Com relação às partículas, Rodrigues também elucida que elas têm a função de *humilhar* o sujeito do verbo, expressando *cortesia* e *reverência*, novos termos chamados à rede que aqui examinamos:

Sorō. Saburai, rō. Famberi, ru. Xexime, ruru. Acompanham o verbo, & mostram cortesia.

Mairaxe, suru. Mōxi, su. Tatemaçuru, ru. Humilham mostrando reuerencia. (1604-1608, p. 77).

Outros verbos ha que tem certo grao de cortesia, & humildade dos quais vsam inferiores respeito de superiores, estes honram à pessoa com quem, ou diante de quem se fala por elles, & humilham à pessoa sobre quem cayem os tais verbos, ou que delles vsa. (1604-1608, p. 164v)

Como nesse exemplo acima, *humildade*, *abatimento* e *humilhação* não são apenas palavras usadas para expressar modéstia no *eixo do falante-destinatário*, mas também no *eixo do falante-referente*. Desse modo, podemos notar que a sistematização de Rodrigues é complexa por apresentar diversos aspectos diferentes da *polidez*.

Prefixos, expressões de ornamento

Rodrigues não utiliza o termo “prefixo”, mas sim *partículas de honra* e *humildade*. Para ele, as *expressões de ornamento* estão diretamente ligadas ao nível social do interlocutor na interação. Assim, ao citar os exemplos de palavras como *Vonvma* (cavalo), *Vonyumi* (arco), Rodrigues prescreve:

Todas estas cousas, & outras semelhantes, quando as offrecemos a pessoas nobres, & mais honradas que nos, selhes acrescente a particula, Von: mas se forem pera igoais, o inferiores, nam selhes ajunta. Onde tambem nota que algūas cousas há que offrecemos ao Xujin, quinin, &c. as quais não podem leuar, Von. como sam Tai, Tara, Funa, Saque, Faeuchô, Tçuru, Gan. & outras sacanas semelhantes. (RODRIGUES, 1604-1608, p. 159v.)

O que no japonês moderno nós chamamos de *expressões de ornamento* (*bikago*) (*beautification*, segundo Frellesvig), para Rodrigues, eram *partículas de honra* ou *humiliativas*. Isso se deve ao fato de o seu sentido do prefixo considerado como *ornamento*, na época de Rodrigues, ser relacionado à *polidez*. Atualmente, esse uso deixou de ter esse sentido antigo, apenas indicando um *ornamento* que transmite elegância e suavizam a fala (FRELLESVIG, 2010, p. 370).

Impolidez

Apesar de expressar linguagem de modéstia, Rodrigues também usa o metatermo *humilhar e desprezar* para expressar *impolidez* quanto ao interlocutor ou ao referente. Esse uso também havia sido mencionado antes no exemplo já citado de João de Barros (1540, p. 8), onde *abatimento* significava *rebaixar, desprezar alguém ou algo*.

Rodrigues também indica a *impolidez* expressa por meio dos metatermos *humilhar e abater* quando se refere às *partículas que servem de plural*, como já vimos:

As partículas que servẽ de plural são, *Tachi, Xu, Domo, Ra*. As quais se poem immediatamẽte ao nome, & antepoẽ as partículas articulares; entre estas ha diversidade de graos de honra: porque, *Tachi* serve para segundas & terceiras pessoas muyto honradas, posto que entre gente baixa se usa às vezes; *Xu*, pera honradas & meãs, & baixas. *Domo*, pera primeiras, & segundas & terceiras baixas, ou quando abatemos, & pera cousas inanimadas, & pera animaes. *Ra*, serve pera primeiras, quando se humilhão, & pera desprezar & abater muyto as segundas, & terceiras. (RODRIGUES, 1604-1608, p. 1v).

Neste exemplo acima, a partícula *Ra* é usada para expressar modéstia, quando ligada ao uso em 1ª pessoa, mas também para expressar *impolidez*, quando ligada ao uso em 2ª e 3ª pessoa. Rodrigues cita como exemplo da partícula *Ra* o termo *Iudeura* (1604-1608, p. 1v), indicando a “marca cultural” ideológica da época de tratar desigualmente o povo judeu. Ao determinar que o povo judeu é considerado inferior, o autor revela um pensamento europeu da época, e não de pessoas da comunidade japonesa descrita, uma vez que não havia judeus no Japão.

Outro exemplo de que a *impolidez* foi sistematizada também por Rodrigues utilizando o metatermo *abatimento* pode ser visto no seguinte trecho que indica pronomes de 3ª pessoa:

Aitçuga. Aitçumega. Coitçumega. Aremega.} Elle, aquelle, com desprezo, & abatimento: são palauras pera desprezar, & abater. (RODRIGUES, 1604-1608, p. 68).

Desse modo, os metatermos *abatimento* e *humilhação* são usados também para expressar *impolidez* e não apenas *modéstia*.

Graus de polidez

Com relação aos graus de ‘polidez’, para Rodrigues, havia três direções de destinatários: superiores, inferiores ou iguais.

Superior é *nobre digna de honra, & veneração* (1604-1608, p. 158v), que *excede a outra em alguma dignidade* (1620, p. 66). Rodrigues refere-se a superiores como *peçoas altas* (1604-1608, p. 78v) ou *honradas* (1604-1608, p. 67v). Por exemplo, peçoas superiores são: *anjos, Santos, Cristo* (1604-1608, p. 78v; 1620, p. 66), *Apóstolos* (1620, p. 66), *velhos, religiosos, rapados honrados* (monges budistas) (1604-1608, p. 68), *Bonzos, & Eclesiásticos* (monges budistas e clérigos) (1620, p. 55v), e outras.

Inferiores são aqueles referidos como *gente baixa* (1604-1608, p. 68). São inferiores, por exemplo: *filho* (em relação a seu pai) (1620, p. 63v), *criado* (em relação a seu senhor) (1620, p. 63v), *ínfimos* (peçoas irrelevantes) (1604-1608, p. 67v), entre outros.

A diferença entre alguém *superior* e *inferior* é visível na seguinte definição dos pronomes *honrado* e *baixo*:

O Pronome assi derivativo como primitivo, ou he dessi honrado; ou bayxo: honrado he aquelle que soo pertence a peçoas altas, & meãs bayxo aquelle, que só pertence a ínfimos, ou de que vsamos por causa de desprezar a outro. (RODRIGUES, 1604-1608, p. 67v).

Iguais se refere a peçoas de igual nível hierárquico. Por exemplo, a relação existente entre padres e irmãos jesuítas, e entre peçoas consideradas de uma mesma comunidade.

Rodrigues considera essas três direções de destinatários da ‘polidez’, mas também indica diferentes graus entre eles, tanto para superiores quanto para inferiores. Por exemplo, no caso já citado anteriormente, quando Rodrigues define partículas usadas no plural, ele separa em níveis *muyto honradas, honradas, meãs* (médias) e *baixas, cousas inanimadas e animaes*:

As particulas que servẽ de plural são, *Tachi, Xu, Domo, Ra*. As quais se poem immediatamẽte ao nome, & antepoẽ as particulas articulares; entre estas ha diversidade de graos de honra: porque, *Tachi* serve para segundas & terceiras peçoas muyto honradas, posto que entre gente baixa se usa às vezes; *Xu*, pera honradas & meãs, & baixas. *Domo*, pera primeiras, & segundas & terceiras baixas, ou quando abatemos, & pera cousas inanimadas, & pera animaes. *Ra*, serve pera primeiras, quando se humilhão, & pera desprezar & abater muyto as segundas, & terceiras. (RODRIGUES, 1604-1608, p. 1v).

Não podemos definir claramente quantos graus de superioridade e inferioridade Rodrigues sistematizou em suas *Artes*. Provavelmente, por haver tantos níveis hierárquicos na sociedade da época, o jesuíta não pôde exaustivamente descrever essa estrutura complexa em sua gramática.

Fatores que regem o uso da polidez

O critério de *interioridade* e *exterioridade* em relação a uma comunidade (*uchi x soto*) está bem indicado como um fator que rege a *polidez* em Rodrigues (1604-1608, p. 172):

Tambem se cometem muytos erros no vso das particulas de honra assi dos nomes como dos verbos. Item no vso dos verbos honrados & nos dos humildes, & no verbo simples: de modo que da muyto nas orelhas dos ouuintes, porque ou se honram assi mesmos demasiadamente, ou aos companheiros, & igoais, ou dam honra a gente baixa como a moços, & criados que a nam merecem. *Primeiramente hum Padre falando de outro em presença diante dos de fora o honra demasiadamente vsando de, Sama, Vôxeraruru, Nasaruru, &c. devendo soamente falar delle como de igoal pois sam da mesma familia, & de igual grao: antes falando com gente de fora ainda do mesmo superior o nam deve honrar mais que com, Raruru, pois fala o subdito de seu superior; o discipulo de seu mestre, o filho do pay, assi como o criado de seu senhor com os de fora, quãdo sam pessoas de respeito.*

Nesse exemplo, Rodrigues explica que um padre não deveria expressar *honra* ao se referir a um superior ou igual de sua comunidade interna diante de uma pessoa superior externa a sua comunidade religiosa, pois isso poderia causar algum constrangimento. Desse modo, uma vez que *Sama*¹¹¹, *Vôxeraruru*¹¹², *Nasaruru*¹¹³ são expressões usadas quando um falante se dirige a um interlocutor com *honra*, estas não poderiam ser usadas entre pessoas de uma mesma comunidade na presença de uma pessoa superior externa ao grupo.

Nesse mesmo exemplo, podemos notar que fatores como os cargos e papéis sociais, bem como a antiguidade na área são apontados por Rodrigues ao indicar o discípulo e o mestre, o súdito e o senhor.

A classe social também fica explícita quando o padre jesuíta indica que o pronome pessoal de 1ª pessoa do singular *Chinga* e *Maru* só poderiam ser usados pelo *Rey* (imperador) (RODRIGUES, 1604-1608, p. 67v). Além disso, já vimos que Rodrigues

¹¹¹ De acordo com o *Vocabvbario da Lingoa de Iapam* (1603), *Sama* significa “palavra, que se usa pera honrar no cabo dos nomes das pessoas como merce, senhoria, etc.”.

¹¹² *Vôxeraruru* é um verbo que significa “falar por pessoa honrada” (falar, usada para se refereir a uma ação realizada por uma pessoa honrada) (*Vocabvbario da Lingoa de Iapam*, 1603).

¹¹³ O verbo *Nasaruru* significa “fazer” e é usado para se referir à ação de pessoa honrada.

distinguiu o uso da ‘polidez’ de acordo com os níveis sociais das pessoas: baixas, médias e altas.

Rodrigues indica ainda o uso diferente da ‘polidez’ por jovens e velhos. Um exemplo disso pode ser visto no trecho abaixo citado:

Xessu. Xexxa. Xepp. Guxe. Gurō. Gusō.} *Eu*, pera escritura, raro pera pratica. *Gurō*, pera velhos, & rapados. *Gusō*, pera Religiosos, & rapados.

No tratamento do pronome de 2ª pessoa, Rodrigues também indica o uso adequado para *velhos*:

Quirō} Vos, pera velho, ou rapado honrado.

Desse modo, Rodrigues destaca a idade do falante ou do interlocutor como critério também relevante para o uso da *polidez* na língua japonesa.

Pode-se notar uma “marca cultural” na descrição dos pronomes usados entre homens e mulheres. Está implícito que o leitor das *Artes* de Rodrigues são homens e que sua relação com mulheres seria de superioridade no seguinte trecho:

Vagami. Midzucara. Varaua.} *Eu* pera molheres *Vagami*, & *Midzucara*, às vezes se usam em falar grave pera homēs, & significam assi mesmo, elle mesmo. Vt, *Vagamio aguru tomogaraaua saguerarubexi*. O que se aleuanta será abayxado. (RODRIGUES, 1604-1608, p. 68).

Nesse exemplo, Rodrigues indica que as mulheres usam os termos *Vagami*, *Midzucara* e *Varaua* para se referirem a si mesmas. Indica que o uso dessas mesmas expressões por homens pode indicar um falar mais grave, o que não ocorre no uso por mulheres, que seria menos grave. Desse modo, é possível notar que o jesuíta indicou o sexo como fator que rege a *polidez*.

É importante destacarmos a atenção que Rodrigues dá a entes religiosos e pessoas ligadas a religiões, indicando os fatores que regem a *polidez* nessa esfera. Vejamos um dos exemplos mais importantes da obra:

As particulas que servẽ de plural são, *Tachi*, *Xu*, *Domo*, *Ra*. As quais se poem immediatamẽte ao nome, & antepoẽ as particulas articulares; entre estas ha diversidade de graos de honra: porque, *Tachi* serve para segundas & terceiras pessoas muyto honradas, posto que entre gente baixa se usa às vezes; *Xu*, pera honradas & meãs, & baixas. *Domo*, pera primeiras, & segundas & terceiras baixas, ou quando abatemos, & pera cousas inanimadas, & pera animaes. *Ra*, serve pera primeiras, quando se humilhão, & pera desprezar & abater muyto as segundas, & terceiras.

Anjotachi. Os Anjos.

Midexitachi. Discipulos de X.

Padretachi. Os Padres.

Iennintachi. Os Sanctos.
 Ano fitotachi. Aquelles homês.
 Tequidomo. Inimigos.
 Chuguendomo. Moços desporas.
 Fiacuxôdomo. Lavradores.
 Funedomo. Embarcações.
 Vmadomo. Cavalos.
 Irmãoxu. Os Irmãos.
 Buxixu. Soldados Honrados.
 Dôjucuxu. Os Dôjucus.
 Miacoxu. Os do Miacô.¹¹⁴
 Tonobaraxu. Criados limpos.
 Acuninra. Os mãos.¹¹⁵
 Varera. Nosoutros.
 Fiacuxôra. Lavradores.
 Iudeura. Os iudeos.
 Tegura. Demonios. (RODRIGUES, 1604-1608, p. 1v).

Notamos que as pessoas superiores são ligadas ao cristianismo. Por outro lado, na escala social, os judeus estão indicados ao lado dos lavradores e demônios¹¹⁶.

Síntese

Face aos exemplos aqui apresentados, podemos concluir que a terminologia de Rodrigues carrega uma “marca cultural” ligada ao cristianismo, ao usar os termos *honra* e *humildade*, que eram usados, na sua época, para nominar valores cristãos, como nos *Dez Mandamentos* e nas *Sete Virtudes*. Nesse mesmo sentido, não apenas em *Cartinha para aprender a ler* (BARROS, 1539), mas também na Bíblia (Vulgata) é possível verificar o uso desses dois termos com conotação religiosa. Além disso, em *Vocabulario Português e Latino* (BLUTEAU, 1713), *humildade* é definida como uma virtude para magnificar a Deus. Assim, é de se esperar que nas Artes de Rodrigues haja também o uso de *honra* e *humildade* como metatermos que carregam implicitamente valores religiosos.

Da mesma forma, Rodrigues utiliza o metatermo *honra*, que consiste em conferir a alguém uma qualidade positiva distinta dos outros, bem como acentuar diferentes graus de *polidez*, descrevendo uma hierarquia social complexa. *Honra*, *humildade*, *abatimento* e outros termos são usados por Rodrigues para tornar visíveis os valores de uma sociedade hierárquica dividida em grupos sociais bem distintos. O rei (imperador) está acima de todos. Abaixo, estão o *Shogun (Taikun)* e os nobres. Na base da pirâmide estão servos, mulheres, crianças, filhos e filhas. No caso do grupo religioso, o uso da *polidez* foi

¹¹⁴ *Miacô* indica a capital Quioto.

¹¹⁵ *Acunin* indica pessoas más.

¹¹⁶ Mais adiante veremos que essas classes sociais e, principalmente a presença do judeu, mantêm-se nas gramáticas de Collado (1632, p. 8) e Oyanguren (1738, §13, p. 64).

amplamente destacado, ao referir-se ao uso entre membros da mesma comunidade diante de pessoas externas a ela. Isso porque seria um erro homenagear excessivamente um superior diante de uma pessoa que não pertence à mesma comunidade e deve ser tratada com respeito. Também destacamos o uso de forma de *impolidez* para se referir aos judeus.

Em suma, em Rodrigues a polidez é sistematizada de forma a revelar a complexidade presente na sociedade japonesa de seu tempo, priorizando a relação interna com o objeto descrito, ou seja, adotando um ponto de vista êmico. Além da hierarquia vertical entre superiores, inferiores e iguais, o jesuíta também descreveu relações no eixo horizontal, entre membros internos e externos a uma comunidade. Portanto, a partir da “marca cultural dos termos” é possível observar que há enorme complexidade na sociedade japonesa e que na descrição de Rodrigues, há “marca cultural” ideológica do cristianismo.

1. 2. *Ars Grammaticae Iaponicae linguae* (Roma, 1632), de Collado

Ainda que publicado mais de um século depois das *Artes* de Rodrigues, a *Ars* de Collado apresenta franca continuidade da sistematização do jesuíta, uma vez que não há grandes inovações terminológicas em relação àquelas obras, mas sim uma proposta de simplificação. Dessa forma, em Collado também está presente a “marca cultural” cristã e uma ideologia semelhante à de Rodrigues, como apresentaremos a seguir.

1. 2. 1. Terminologia utilizada por Collado (1632)

Honra e humildade

Assim como Rodrigues, Collado também utiliza o termo “honra” e distingue os honoríficos de referência dos de destinatário. Isso pode ser notado no trecho abaixo:

A partícula *nasare, uru* atribui honra suprema, ou moderadamente grande ao verbo e é colocada após a raiz do verbo. Por exemplo: *Deus cono xecai uo gosacu nasareta*, (Deus criou este mundo). (COLLADO, 1632, p. 39)¹¹⁷

Nesse exemplo, o autor está indicando que a *partícula de honra* é utilizada para expressá-la em relação à pessoa mencionada na conversa, ou seja, a pessoa de quem se fala (referente).

¹¹⁷ No original: *Particula, nasare uru, honorem supremum, aut satis magnū dat verbis; postponitur verò eorum radicibus: v.g. Deus cono xecai uo go sacu nasareta, Deus creauit hunc mundum.*

Vejamos outro exemplo em que Collado explica o uso de *partículas de honra* junto a verbos causativos para honrar alguém sobre quem se fala:

Os verbos causativos (*verba faciendi facere*) são formados pelas partículas *saxe* ou *xe*. (...) Raramente, *saxe* segue o verbo de segunda ou terceira conjugação, mas isso é para tornar o verbo mais elegante. Isso é usado com a partícula *rare* para honrar alguém. Por exemplo: *iomasaxe rare,uru* (ele fez ler). *Padre va dojucu ni cathecismo vo naravasaxeraruru* (O padre fez seu serviçal ler o catecismo). (...) (COLLADO, 1632, p. 37, tradução nossa)¹¹⁸

Neste exemplo, no caso dos verbos causativos, Collado indica que pode haver o uso da partícula causativa “rare” para indicar *honra* à pessoa sobre quem se fala.

Collado também segue o modelo de duas categorias para sistematizar a ‘polidez’ na língua japonesa: a *honra* e *humildade*. Assim como em Rodrigues, o primeiro corresponde ao honorífico de respeito e o segundo, ao de modéstia.

Assim, podemos afirmar com base nos exemplos já mencionados que o gramático também distinguiu entre honoríficos de sujeito e de objeto, assim como entre honoríficos de referência e de destinatário, seguindo a proposta de Rodrigues.

Como outro exemplo de honoríficos de destinatário podemos citar: (...) *ad vocandum imperatiue dicimus, coi, seruo vel inferior, iòràì, dicitur non tam inferior, uaxèi, est aliquantulum melius (...)*” (Para chamar alguém, nós usamos *coi* com um inferior, com alguém não tão inferior usamos *iorai*, com alguém um pouco melhor nós usamos *vaxei*¹¹⁹) (COLLADO, 1632, p. 41).

Podemos concluir que Collado seguiu a mesma sistematização de Rodrigues ao considerar os honoríficos de referência e de destinatário, as formas de respeito e modéstia, e os honoríficos de sujeito e de objeto. No entanto, como observamos, há uma simplificação da terminologia, tornando-a mais clara e organizada, uma vez que não são empregamos muitos termos para se referir ao fenômeno de polidez.

Assim, como vimos, ao considerar os honoríficos de referente e destinatário, Collado segue o modelo de Rodrigues de divisão dos *eixos do falante-destinatário* e do *falante-referente*.

(...) um serviçal em frente do seu senhor não vai dizer *nezumi ga cùta* (O rato comeu), mas vai dizer *nezumi ga cui maraxita* (O rato comeu). (...) Quando

¹¹⁸ No original: *Verba faciendi facere, formantur istis particulis, sàxe, vel, xe, (...); aliquando etiam, & si raro, solet postponi particula, saxe, verbis secundæ, & tertiæ coniugationis, sed tunc ornantur seu honorantur prædicta verba cum particula, rare, v.g. iomasàxe rare, uru, Padre ua dôjucùni cathecismo vo narauasaxeraruru, Pater iubet suo ministro vt discat catechismum, (...)*

¹¹⁹ Tradução nossa.

nos referimos a algo sobre uma pessoa (natio), nós não mostramos honra às palavras, mas apenas damos atenção para a pessoa com que estamos falando acrescentando *maraxi* ou não. (COLLADO, 1632, p. 39).¹²⁰

Nesse exemplo, a diferença entre os enunciados está no uso da partícula *maraxi, uru* que expressa polidez em relação à pessoa em frente de quem se fala¹²¹, isto é, a audiência. Nota-se que nesse exemplo, o uso da ‘polidez’ não poderia ser para o próprio falante nem para o rato, ente que realiza a ação. Desse modo, assim como Rodrigues, Collado também sistematizou a ‘polidez’ direcionada para a audiência.

Se compararmos com Rodrigues, como já mencionamos, Collado não utilizou tantas denominações para os honoríficos de respeito: usa apenas equivalentes latinos a *honra (honore)* e *reverência (reverentia)* como sinônimos. Vejamos um exemplo no título da seção “De aliquibus verbis quae de se habent honorem determinatum” (De algumas palavras que possuem honra determinada¹²²) (COLLADO, 1632, p. 410. Nesse título, utilizou-se o metatermo *honra* para indicar a forma de respeito.

Como forma de *modéstia*, Collado usa os termos derivados de *humildade* e *humilhação*, que são palavras que possuíam uma significado muito semelhante no latim, sem usar o termo *abatimento*. Também usa o termo “modo vrbano”, como podemos observar no exemplo de *modéstia* ao descrever as diferentes formas do verbo “fazer”: (...) *vel, goranjerare, uru, est aspicere rem nobilem, xi, uru, est facere in communi, itaxi, u, est facere; sed dicitur modo vrbano, tçucamatçuri, u, est facere, humiliando se qui facit.* ((...) isto é, *goranjerare, uru, é olhar coisa nobre, xi, uru, é fazer algo em geral, itaxi, u, é fazer; mas dizer em modo urbano, tçucamatçuri, u, é fazer, humilhando aquele que faz.*¹²³) (COLLADO, 1632, p. 42)

Ausentes em Rodrigues, estão no texto a expressão “modo vrbano” (COLLADO, p. 1632, p. 42) e “vrbaniior” (COLLADO, 1623, p. 21), que indica urbanidade¹²⁴. Segundo

¹²⁰ No original: (...) *seruius autem coram Domino non dicet, nèzumi gacúta, mures comederunt caseum: v.g. sed, nèzumĩga cùĩ maraxita, (...) quando referimus aliquid de aliqua natione verbum non honoramus; sed solùm attendimus ad personam cum qua loquimur ad addendum illi vel non particulam seu verbum, maraxi, uru, v.*

¹²¹ De acordo com o *Nihon Kokugo Daijiten* (Grande Dicionário da Língua Japonesa), 2ª. ed, 13 volumes, Shogakukan, 2000-2. Versão digital disponível em Japan Knowledge: <<http://www.japanknowledge.com>>.

¹²² Tradução nossa.

¹²³ Tradução nossa.

¹²⁴ Fernandes e Assunção (2018, p. 193) assim indicam: “Diego Collado had also concerns with Japanese politeness and the correct use of honorifics. He — or his Latin translator — uses the noun “urbanitas” [politeness], and the adjective “urbanus” [polite]. He states, for example, about the imperative of the first conjugation “[...] est honoratior modus loquendi & vrbaniior ad imperandum in omni coniugatione, quam per imperatium absolutum” (Collado, 1632, p. 21). [“This is a more elegant and polite way of speaking than giving a command with the regular imperative” (Collado, 1975, p. 125)]”.

o *Dictionarium latino lusitanicum et vice versa lusitanico latinum* de Jerónimo Cardoso (1592)¹²⁵, o termo português “cortês” é sinônimo do termo latino “vrbanus”; e “cortesia”, de “vrbanitas, atis”. Essas expressões foram utilizadas por Collado para indicar *modéstia*, uma vez que “modo urbano” é apresentado como a forma de dizer correspondente ao verbo de *modéstia* “itaxi, u” (COLLADO, 1632, p. 42).

Desse modo, podemos notar que Collado utiliza menos tipos de termos variados que Rodrigues, transmitindo a ideia de maior organização dos conceitos, de forma mais simplificada, e introduz o termo latino “vrbanus” de forma inovadora. Como se pode perceber, portanto, da mesma forma que o gramático português, Collado manteve a separação entre formas de respeito e formas de modéstia.

Da mesma maneira que Rodrigues, podemos notar que Collado também distinguiu entre honoríficos de sujeito e de objeto. No exemplo do verbo “falar”: “móxi ãgue, uru, est loqui humiliando se loquentem, & honorando personam cui dicitur.” (móxi ãgue, uru, é falar humilhando a si mesmo, e honrando a pessoa a quem se fala¹²⁶) (COLLADO, 1632, p. 42). No emprego do verbo “móxi ãgue”, Collado indica que há manifestação de modéstia em relação ao sujeito que fala e honra em relação a quem se fala (destinatário).

No já mencionado exemplo “*iomasaxe rare,uru* (ele fez ler). *Padre va dojucu ni cathecismo vo naravasaxeruru* (O padre fez seu serviçal ler o catecismo)” (COLLADO, 1632, p. 37), temos o emprego do sufixo causativo para indicar respeito ao padre que realizou a ação, isto é, o sujeito da oração. Assim, verificamos que há em Collado distinção entre honoríficos de sujeito e de objeto.

Expressões de ornamento

Assim como em Rodrigues, as *expressões de ornamento* também são descritas como partículas de *honra* ou de *humilhação*. No exemplo abaixo, notamos que as partículas *domo* e *ra*, normalmente usadas para indicar plural, são usadas para demonstrar modéstia em relação a palavras como “estômago” e “amanhã”:

As partículas *domo* e *ra* são usadas como sufixo ao singular ou quando alguém quer humilhar a coisa mencionada ou quando não somos certos do significado de sucesso para a oração, e em caso de dúvida. Por exemplo: *sarã dômõ ga itài*, (estou com dor de barriga), *àsũ dômó và àru mài* (amanhã não virá), *àsu rà và*

¹²⁵ CARDOSO, Jerónimo. *Dictionarium latino lusitanicum et vice versa lusitanico latinum*. Coimbra: Olyssipone, 1592. Disponível em: < <https://purl.pt/14309>>. Acesso em: 2 jan. 2022.

¹²⁶ Tradução nossa.

narõ mòde (talvez amanhã não venha). (COLLADO, 1632, p. 9, tradução nossa)¹²⁷

Em outro exemplo, temos partículas que indicam polidez e não são mero *ornamentos*:

Certas partículas (tratadas mais adiante) que se ajuntam a palavras indicam honra, formam um pronome ou o substituem nessas circunstâncias como pronomes são normalmente usados. Por isso, se nós dizemos *von fûmi*, quando falando a alguém, isso é imediatamente compreensível que eu estou falando sobre a sua carta e não minha. Se eu estivesse falando sobre minha carta, eu não poderia dizer *von fûmi*, mas apenas *fûmi*, uma vez que a partícula *von*, que indica honra, significa “vossa carta”. Isso também é verdade para partículas como *mi*, que também atribuem honra ao nome a que está ligada. (COLLADO, 1632, p. 13, tradução nossa)¹²⁸

Nesse segundo excerto, os prefixos *von* e *mi* são indicados como exemplos de *partículas de honra*. Desse modo, o que poderia ser considerado apenas uma *expressão de ornamento* pela gramática moderna, em Collado é uma expressão que indica polidez, assim como fora sistematizado por Rodrigues.

Impolidez

Seguindo um modelo semelhante ao de Rodrigues, Collado descreve também a impolidez ao indicar expressões usadas para coisas consideradas inferiores: “A partícula *ra* forma o plural dos nomes que indicam coisas muito vis, as quais devem ser desprezadas. Por exemplo: *Iudeora*, Os judeus.” (COLLADO, 1632, p. 8, tradução nossa)¹²⁹

Mais adiante, analisaremos a “marca cultural” dessa expressão de impolidez, que indica preconceito aos judeus e é a mesma que aparece em Rodrigues. Posteriormente, veremos que em Oyangurem ela aparece da mesma forma.

¹²⁷ No original: “*postponuntur etiam prædictæ particulæ, domo, vel, ra, singularibus, vel quando volumus humiliare res significatas aut de successu significati per orationem non sumus ita certi; sed quasi dubitamus: v.g. sarã dòmõ ga itài, dolet mihi venter, àsũ dòmõ vâ àru mài, crastina die non erit, àsu rà vâ narõ mòde, crastina die forsitan ita erit.*”

¹²⁸ No original: “*articulæ aliquæ (de quibus infra) quæ adiunctæ uocabulis honorem indicant, faciunt pronomen, uel illius uim habent secundum occasionem & circumstantias in quibus illis utuntur: si enim ego dicam, von fûmi; loquendo cum alio: ipso facto intelligitur me de eius epistola: & non de mea loqui: si enim de mea loquerer; non dicerem, von fûmi, sed, fûmi tantum: unde, von fûmi, ratione particulæ, von, quæ est honoris, significat uestram epistolam. Et idem est de particula, mi, & alijs quæ honorem indicant in significatis nominum quibus adijciuntur.*”

¹²⁹ No original: “*Particula, ra, facit pluralia nomina significantia res vilissimas, vel quæ despectui habentur: v.g. Iudeora, Iudæi.*”

Graus de polidez

Assim como em Rodrigues, há três direções de destinatários da polidez: superiores, inferiores ou iguais. No entanto, é interessante notar que Collado inova ao traçar uma hierarquia entre as pessoas de acordo com o tratamento de polidez neste trecho: “Existem muitas partículas que constituem o pronome de segunda pessoa, segundo a diferença entre as pessoas, que merecem nenhuma ou alguma ou média, grande ou máxima honra e reverência”. (COLLADO, 1632, p. 14, tradução nossa)¹³⁰.

Desse modo, para Collado, há cinco níveis hierárquicos entre as pessoas: 1) pessoas que não devem ser tratadas com polidez; 2) pessoas que devem ser tratadas com alguma polidez; 3) pessoas que devem ser tratadas com média polidez; 4) pessoas que devem ser tratadas com grande polidez; e 5) pessoas que devem ser tratadas com máxima polidez.

Vimos que a hierarquia em Rodrigues foi apresentada de forma muito mais complexa, sem deixar clara a quantidade de níveis de polidez. Em Collado há uma simplificação dos níveis e explicitação dos níveis que enxerga.

Fatores que regem o uso de polidez

Collado não descreve uma situação em que membros internos de uma comunidade não devem usar polidez diante de membros de uma comunidade externa. Esse é um fator que o distingue de Rodrigues, pois não está claro em Collado se este distinguia os grupos chamados de *uchi* (interno) e *soto* (externo). Os fatores que regem a polidez em Collado são predominantemente no eixo vertical, onde há superiores, iguais e inferiores.

De forma bem genérica, Collado (1632, p. 6) explica a polidez em decorrência de uma ordem entre as pessoas. A pessoas de hierarquia inferior, ele se refere como “inferioris ordinis” (de ordens inferiores). A pessoas de hierarquia superior, como “superiores ordinis” (de ordens superiores).

Ao citar um exemplo de pessoas de ordem superior, Collado deixa transparecer a ‘marca cultural’ de viés religioso, que valoriza “Padre”: “Particula, *no*, seruit omnibus personis superiores ordinis: v.g. *Padre no vō qirumòno*, Patris vestis seu habitus.” (A partícula *no* serve normalmente a pessoas de ordens superiores: por exemplo, *Padre no vō qirumòno*, a vestimenta honrada do Padre) (COLLADO, 1632, p. 7, tradução nossa).

¹³⁰ No original: “*Multæ sunt particulae, quæ constituunt pronomen secundæ personæ secundum differentiam personarum, quæ vel nullum vel aliqualem, aut mediocrem, magnum, aut maximum merentur honorem & reuerentiam*”.

Ao explicar a formação do plural por meio de partículas, Collado deixa transparecer também os fatores que regem a polidez. Vejamos um trecho:

Há quatro partículas usadas para formar o plural. Estas são pospostas imediatamente depois do nome que atribuem plural e antes das partículas que indicam caso. Essas quatro partículas são: *tachi*, *xu*, *domo* e *ra*. A primeira, *tachi*, constitui o plural de coisas nobres a que se quer honrar; por exemplo, *tono tachi* (senhores). A partícula *xu* constitui o plural para nobres coisas que não são do mais alto nível; por exemplo: *samurai xu* (samurais nobres), mas não senhores. A partícula *domo* posposta ao nome mencionado a que indica coisas modestas, tanto abstratas, animadas ou inanimadas; por exemplo, *fiacuxó domo* (lavradores), *ixi domo* (pedras), *mma domo* (cavalos). A partícula *ra* forma o plural dos nomes que indicam coisas muito vis, as quais devem ser desprezadas. Por exemplo: *Iudeora*, Os judeus.” (COLLADO, 1632, p. 8, tradução nossa)¹³¹

Nesse exemplo, podemos notar que o *status* e a classe social são fatores notáveis em Collado. Senhores, nobres, samurais merecem ser tratados com grande respeito. Os judeus são assinalados como pessoas vis, abaixo dos animais e das pedras.

Vejamos mais um exemplo muito semelhante ao exposto por Rodrigues:

São oito as partículas que significam eu, me, mim, etc.: *vátacuxi*, *sòrêgaxi*, *váre*, *mi*, *várerá*, *midômo*, *midômo rá*, *váre*. As quatro primeiras denotam alguma superioridade em relação a quem as utiliza. As restantes quatro são humilhativas. Mulheres usam três outras partículas: *mïzzu*, *cára*, *vãrauá*, *vãgami*, que não são usadas por homens. Pessoas rústicas do interior usam duas outras: *vára*, *vòrará*. Religiosos quando falam de si mesmo usam *gusô*, que significa “eu, um humilde homem de roupa”, e os homens velhos quando falam de si mesmos usam *gurô*, “eu, um homem humilde e miserável”. O rei (rex) diz *chin* ou *maru*, que significa “eu, o rei”. (COLLADO, 1632, p. 13)¹³²

Nesse excerto, temos alguns critérios que determinam a polidez: a hierarquia social, sexo, idade, cargos e papéis sociais. Pode-se notar que o papel do rei é o mais alto na hierarquia social, mas Deus está assinalado também como o sujeito que deve ser tratado com “honra suprema”:

¹³¹ No original: “*Ad constituenda pluralia sunt etiam quatuor particulæ, quæ postpositæ immediatè nominibus, illa pluralia constituunt, postea verò, sequuntur particulæ positæ casus constituentes. Prædictæ autem quatuor particulæ sunt, tâchi, xu, dômô, ra. Prima particula scilicet, tachi, facit pluralia nomina significantia res nobilis ordinis, & quas volumus honore afficere; v.g. Tôno tâchi, domini. Particula, xu, constituit pluralia nomina significantia res nobiles quidem; sed non ita supremi ordinis: v.g. samurài xu, nobiles; qui non sunt domini. Particula, dômô, postponitur nominibus significantibus res humiles, siue rationales siue viuentes sensibiles, siue inanimatas: v.g. fiacuxô dômô, agricolæ, ixĩ dômô, petræ, mmã dômô, equi. Particula, ra, facit pluralia nomina significantia res vilissimas, vel quæ despectui habentur: v.g. Iudeora, Iudæi”.*

¹³² No original: “*Octo sunt particulæ significantes idem quod Ego, mei, mihi, &c. vátacuxi, sòrêgaxi, váre, mi, várerá, midômo, midômo rá, váre. Quatuor primæ denotant aliquam superioritatem in eo qui illis utitur, reliquæ uero sunt humiliores. Mulieres utuntur tribus alijs particulis aliquando quæ sunt, mïzzu cára, vãrauá vãgami, & his non utuntur uiri: rustici solent uti duabus uidelicet, vára vòrará, religiosus uero quando de se loquitur solet dicere, gusô, ac si diceret: ego uilis religiosus; senex uerò de se loquês: dicit, gurô, ego uilis & despectibilis senex. Rex uerò, dicit, chin, uel, máru, quod significat: ego Rex.”*

Particula, nasare uru, honorem supremum, aut satis magnū dat verbis; postponitur verò eorum radicibus: v.g. Deus cono xecai uo go sacu nasareta, Deus creauit hunc mundum.

(A partícula *nasare uru*, honra suprema, dá suficientemente grande à palavra; é colocado depois dela, que é estabelecida: exemplo. *Deus cono xecai uo go sacu nasareta*, Deus criou este mundo.¹³³)

Síntese

Diante do “conteúdo” dos termos relativos à ‘polidez’ e da sua “incidência” aqui apresentados, podemos notar “marcas culturais” dos termos utilizados na sistematização da polidez muito semelhantes às de Rodrigues. Além da hierarquia social e superioridade de homens e senhores proprietários de terras, temos uma visão cultural que permite humilhar pessoas inferiores por meio de expressões de impolidez. O uso dos mesmos termos “honra” e “humildade”, como em Rodrigues, também indica a “marca cultural” do cristianismo, já mencionada neste capítulo. Ademais, a valorização de um Deus único superior e a desqualificação dos judeus e mulheres também revelam a visão ideológica vigente na época. Em suma, temos que a terminologia utilizada por Collado para descrever a polidez é também de uma perspectiva êmica, tendo em vista que leva em consideração os usos dentro da comunidade, dando continuidade à tradição de Rodrigues.

2. Século XVIII e primeira metade do século XIX: Governo Tokugawa

2. 1. *Arte de la lengua japona* (México, 1738), de Melchor Oyanguren de Santa Inés

Em Oyanguren, assim como em Rodrigues e Collado, temos duas categorias no sistema de polidez: *honra* e *humildad*. Estes correspondem, respectivamente, aos honoríficos de respeito e de modéstia, já mencionados anteriormente.

Nesta seção, vamos apresentar como a proposta de descrição de Rodrigues se mantém na obra de Oyanguren, mas distinguindo-se em alguns aspectos.

2. 1. 1. Terminologia utilizada por Oyanguren

¹³³ Tradução nossa.

Honra e humildade

Oyanguren também fez uso dos mesmos metatermos que Rodrigues: *particulas de honra* (1738, p. 98), *particula honorífica* (1738, p. 98), *honra* do verbo (1738, p. 94), *pronombres de mucho abatimiento* (1738, p. 22), entre outros. Para *honra*, o autor usa outros sinônimos também: *reverencia* (1738, p. 41), *cortesía* (1738, p. 11; pp. 96-97). Para *humildad*, o autor usa: *abatimiento* (1738, p. 22), *modestia humilde* (1738, p. 21) e o verbo “humilhar” em *humilha â la persona* (1738, p. 95) e *humillandose* (1738, p. 8).

Assim como Collado, diferencia-se de Rodrigues por não trazer a classe de palavra *artigo*, mas somente *particulas* (1738, p. 9-10). Esse seria um dos indicativos de que talvez Oyanguren tenha se baseado mais em Collado e no *Vocabulario* (1603) traduzido para o castelhano do que diretamente em Rodrigues.

Além disso, Oyanguren utiliza a expressão “modestia humilde” (1738, p. 21) ao se referir ao pronome de 1ª. pessoa “Xesso”¹³⁴:

Quando hablan con modéstia humilde, suelen usar de estos pronombres *Xesso*, hoc est, *tçutanaqi fjiiri*, ‘yo Religioso’;
(Quando falam com modestia humilde, costumam usar os pronomes *Xesso*, isto é, *tçutanaqi fjiiri*, ‘eu religioso’.)¹³⁵

Em Rodrigues (1604-1608, p. 163), já havia também uma menção ao termo “modestia” relacionado com o verbo “humilhar-se”, indicando seu uso como honorífico de modéstia:

Mairaxi, svrv, l, ma/rasuru, sincopado. significa dar pessoa baixa a alta, & propriamente he particula que modifica o verbo a que se ajunta ficando muyto cortes, humilhando com modestia o suposto do verbo, ou à pessoa que vsa desta particula mostrando cortesía, & reuerencia à pessoa com quem fala, ou diante de quem fala: porque vsar de verbo simples conjugado diante de pessoas de respeito, he arrogância, & descortesía, & por isso se vsa desta particula particularmente no *miyaco*. (grifo nosso)

No *Vocabulário* dos jesuitas (1603), o termo “modéstia” é utilizado também no verbete “Xexxi”:

¹³⁴ O pronome “Xesso” (na escrita japonesa: 拙僧) foi também grafado como “xexxo” em Rodrigues. No *Vocabulário* (Nagasaki, 1603), aparecem as grafias “xesso” e “xexxo”, sendo que o verbete que faz referência ao uso com modéstia utiliza a forma “xessô”: “*Xessô. Tçutanaqi fjiiri*. Eu religioso, humilhándose. Palavra de que vsão os Bonzos”. Podemos observar, por meio do emprego da grafia e da explicação do significado, que Oyanguren utiliza uma forma de apresentar o pronome “xesso” muito parecida com a do *Vocabulário* (1603) da Companhia de Jesus, revelando a forte influência recebida. Segundo o *Nihon Kokugo Daijiten* (2000-2002, versão digital), esse pronome de 1ª. pessoa era utilizado por monges para indicar modéstia.

¹³⁵ Tradução nossa.

Xexxi. Eu, falando com modestia.

Dessa forma, podemos notar que o uso da expressão “modestia humilde” (1738, p. 21) não é uma inovação de Oyanguren, mas sim um uso que já se verificou em Rodrigues. Além disso, no *Vocabulario* (Nagasaki, 1603), o pronome de 1ª. pessoa “eu” (Xexxi¹³⁶) é indicado como expressão de modéstia, o que pode indicar também que Oyanguren consultou esta obra.

No exemplo a seguir, há “incidência” do termo “humilhar-se” para indicar honorífico de referência que expressa modéstia por meio do uso de partículas:

Las partículas GA y NO, sirven, y son nota de genitivo: la particula NO se suele usar con personas de superior dignidade: vt Padre no vonquiromono; habito, ô vestido de Padre. (...) De la particula GA se suele usar con personas medianas; bajas, y â veces humillandose: Pedro ga fumi: ‘la carta de Pedro’ (OYANGUREN, 1738, p. 6-7, grifo nosso).

Nesse exemplo, as partículas “ga” e “no” são utilizadas de acordo com a pessoa de quem se fala, isto é, com o referente.

Direções da polidez

Seguindo o modelo de Rodrigues, Oyanguren também indicou os honoríficos que expressam polidez com relação ao interlocutor ou destinatário esclarecendo que o uso da polidez muda de acordo com a pessoa com quem se fala. Vejamos um exemplo:

El verbo maraxi, marazuru, significa ‘hacer’, y se pospone â las raices de otros verbos, y los ha de hacer de la primera, por ser el perteneciente â la primera conjugacion, y da su honor â la persona con quien se habla: v.g. *Nezumiga cuta*; ‘comieron los ratones’: està bien dicho hablando iguales entre si; pero para decirlo â persona de maior honra, ó dignidad, dirân: *Nezumiga cui maraxitta*: ya este modo usan los Japones sus locuciones corteses. (grifo nosso).

Nesse exemplo, se o destinatário for um igual, a linguagem pode ser empregada sem polidez. No entanto, dizer o mesmo conteúdo a uma pessoa hierarquicamente superior implica usar locuções de polidez. O autor utiliza a expressão “persona de maior honra, ó dignidad”, onde se pode notar uma diferente atualização do termo *honra*, que não indica o fenômeno da polidez em si, mas distinção social. Nesse exemplo, a polidez

¹³⁶ O pronome *Xexxi* (em escrita japonesa: 拙子), segundo o *Nihon Kokugo Daijiten* (2000-2002, versão digital), era utilizado por homens, principalmente, samurais no século XVI, com o significado de “eu”, manifestando modéstia em face de alguém hierarquicamente superior.

está indicada pelo metatermo *honor* (em espanhol), cuja origem advém da palavra latina *honor, honoris*¹³⁷.

Outro exemplo de honorífico de destinatário pode ser observado neste trecho (OYANGUREN, 1738, p. 22):

Para hacer plurales estos pronombres, se usa de las dos partículas del plural *domo*, y *ra*: los pronombres *cochi*, *conata*, *conofo*; significan ‘yo de mi parte’; l, ‘en quanto en mi está’; ò ‘â mi pertenece’: aunque *conata* en el *cami* significa ‘voz’, hablando con personas honradas: y *conata* nombre compuesto significa ‘de esta parte’, como cochino, ‘mio’, ò ‘de acà’, ‘de esta parte’.

Nesse exemplo, Oyanguren indica que a forma “conata” é utilizada para falar com pessoas a quem se deve manifestar *honra*, isto é, “personas honradas”.

Pelo exposto aqui sobre a obra Oyanguren, foi possível observar que há também a divisão nos *eixo do falante-referente* e *eixo do falante-destinatário*, assim como em Rodrigues. Assim, a sistematização da polidez segue o mesmo modelo, com uma simplificação dos metatermos utilizados para indicar polidez.

Oyanguren também indica que a polidez pode também depender da audiência em frente de quem se fala:

Rare, y *RE* puestas à los verbos, dan alguna honra, particularmente hablando de ausentes: posponese despues de la raiz, ó segun otros despues del negativo convertido el *NU* em que finaliza en *rare* en los de la primera conjugacion: v.g. *ague*, vel, *aguenu*, *aguerare*, *agueraruru*, ‘ofrecer com honra’: la particula *RE* sirve para los de la segunda, y tercera conjugacion del modo dicho: v.g. *Yomare*, *yomaruru*, leer persona honrada, de este modo hablan los criados de sus amos em ausencia, y delante de otras personas nobles, ó estrañas, &c. (OYANGUREN, 1738, p. 99, grifo nosso).

Oyanguren, neste exemplo, indica que os criados usam de formas de polidez para se referir a seus senhores mesmo na sua ausência diante de pessoas nobres ou estranhas. Há aqui a consideração da audiência com relação às pessoas diante de quem se fala, ainda que estas não sejam as destinatárias da fala.

Prefixos e expressões de ornamento

Oyanguren, assim como Rodrigues, vincula o uso de certos prefixos e léxicos que expressam elegância dependendo do nível social do interlocutor da interação. Por exemplo, o autor utiliza o metatermo *particula de estima* para indicar o prefixo de polidez

¹³⁷ Origem conforme *Diccionario de la lengua española*. Disponível em: <<https://dle.rae.es/honor?m=form>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

“Mi” nas expressões relacionadas à igreja: *minauo tonayuru* (*invocar el nombre Santo*) e *Jesucristono* [sic] *miquam* (*Santo Sepulchro de Jesu-Christo*) (OYANGUREN, 1738, p. 97). Assim, essa *partícula de estima* se refere a algo de grande valor a que se deve honrar, e não é meramente um *ornamento*, como ocorre na definição de *Bikago* na língua moderna japonesa, mas sim ‘polidez’.

Fatores que regem a polidez

Há também uma indicação de um dos fatores que regem a polidez referente às comunidades interna e externa (*uchi x soto*) ao fazer menção a “personas estrañas”.

Da mesma maneira que em Rodrigues e Collado, Oyanguren também usa os termos *honra* e *humildad* para indicar honoríficos de sujeito e de objeto. Um exemplo claro desta diferença está na descrição dos pronomes pessoais de primeira, segunda e terceira pessoa. Por exemplo, o autor indica que somente *el Rey* pode usar a expressão *Maru* ou *chin maru* (1738, p. 21) para se referir a si mesmo em primeira pessoa, como sujeito de uma oração. Ao se referir a uma ação de uma pessoa superior, o autor distingue o honorífico de objeto, por exemplo, no uso do verbo *aguerare*, *agueraruru*, que significa ‘*ser oferecido à persona noble*’ (ser oferecido a pessoa nobre).

Vejamos mais um exemplo:

A más de lo arriba dicho, ay otras voces, ó particulas de honra, que se suelen componer con algunas raíces de nombres, ó verbos; para hablar con mas honor, y estas son *mi*, *go*, *vo*, *von*, v.g. *qibun*, es ‘disposicion’: *goqibun nanto gozaruzo?* ‘como está vmd?’ *qiji*, es ‘casa’, ó ‘templo’, y para decirlo con mas cortesia: *Padre samano goqijiuo mochi marasuru*; ‘espero la vuelta del Padre à casa’, *Men*, vel, *xamen*, vel *yuruxi*; todos significan ‘perdon’: *goxamen nasarei*, ‘perdone vmd.’ *Gomenno rinxiuo cudasare xicaba*: ‘dandole carta de perdon’. Taif. lib. 39. *midexi tachi*, ‘los Santos discipulos’: *mi dexi qiódai*, ‘los Santos condiscipulos’ (OYANGUREN, 1738, p. 100).

Neste exemplo, o autor afirma que os prefixos *mi*, *go*, *vo*, *von* e *qibun* indicam honra (“cortesia”). Isso nos leva a concluir que em Oyanguren estes não são meros *ornamentos* da palavra, assim como também verificamos em Rodrigues e Collado.

Impolidez

Assim como em Rodrigues e em Collado, a impolidez também foi tratada em Oyanguren. Em um trecho muito semelhante ao exemplo em que o jesuíta trata as partículas de plural, é possível também notar que Oyanguren segue a mesma

sistematização ao afirmar que a partícula *RA* é usada com *cosas de desprecio* (desprezo) e *vileza* (vilania) (OYANGUREN, 1738, p. 12):

Las particulas, que sirven para Plural son quatro: *Domo*, *Ra*; *Tachi*; *Xu*: la particula *Domo* sirve para cosas bajas: y humildes, sean animadas, ò inanimadas: ut *Faicuxo domo* ‘los labradores’: *Ixi domo*, ‘las piedras’: *Uma domo*, ‘los caballos’. De la particula *RA* usan con cosas de desprecio, y vileza.

Assim como em Collado e em Rodrigues, Oyanguren, ao citar um exemplo de uso da partícula “Ra”, menciona também diretamente a expressão *Judeora* (1738, p. 13) como “grado infimo” de polidez, indicando desprezo ao povo judeu.

Graus de polidez

Para Oyanguren, havia quatro graus diferentes de honra: *Orden Supremo*, *Grado Mediano*, *Grado Mas Inferior* e *Grado Infimo* (1738, p. 13). Vimos que Collado apresenta cinco níveis de polidez, enquanto Rodrigues não era taxativo em sua classificação, mas apenas indicava três direções: inferior, igual e superior.

Fatores que regem o uso da polidez

Podemos observar os fatores que regem a polidez apresentados de forma muito semelhante à de Collado, como podemos observar na descrição dos pronomes pessoais de 1ª. pessoa, em Oyanguren (1738, p. 21-22):

Los pronombres *Soregaxi*; *vatacuxi*; *mi*; significan ‘Yo’; y usan de estos pronombres los nobles en dignidad, ò oficio: *Uaga*; *conata*, son pronombres comunes. En lugar de pronombre usan tambien de otros, que explican su dignidad; ut, *Maru*, l. *chin maru*, ‘yo el Rey’: *guxo*, ‘yo el Anciano’: otros por humildad suelen usar de otros pronombres, vg. *Yaso*, *guso*; *von*; y son lo mesmo; que *vorocana fijiri*, ‘yo indigno, misero’, &c. *Iita*, es ‘yo, y otros’: *Iita tomoni yorocobu*: ‘nos alegramos’. Quando hablan con modestia humilde, suelen usar de estos pronombres *Xesso*, hoc est, *tçutanaqi fijiri*, ‘yo Religioso’; es usado entre bonzos: *xessu*, *xexxa*: *xexin*; *xeppu*, &c. los rusticos usan de los pronombres *Uara*, *uarara*, *uare*, &c. Las mugeres suelen valerse de los pronombres: *Uuaraua*; *uagami*; *Iibun*; *Iico*: *Iixin*: sing: *Iiga*; *Iimon*; y muchos de estos son lo mesmo, que ego met; ‘yo mesmo’: *Ixin*, ‘yo en persona’: *Iimon*, es preguntar asi mesmo, hoc est, *mizzucara tô*, del pronombre *mizzucara* usan en la Escritura, &c. (OYANGUREN, 1738, p. 21-22)

Aqui neste trecho muito semelhante ao de Collado, temos os seguintes fatores que regem a polidez: idade, sexo, classe social, status, cargo e papel social. Além disso, Oyanguren indica a forma “mizzucara” adequada para o registro a ser utilizado na

modalidade escrita da língua. Ademais, ao se referir aos *bonzos*, Oyanguren dá um exemplo de como a polidez é usada diferentemente em uma comunidade de fala, indicando os fatores interioridade e exterioridade (*uchi x soto*) em relação a uma comunidade.

Quanto à ‘marca cultural’, Oyanguren demonstra as mesmas marcas de Rodrigues e Collado, o que revela um contexto de produção muito semelhante entre os três autores. Os três são religiosos cristãos católicos que elaboram gramáticas para fins pedagógicos voltados ao ensino da língua japonesa para difundir a religião cristã. A visão em relação aos religiosos budistas japoneses e judeus é reveladora de preconceito e intolerância religiosa.

Síntese

Dessa forma, podemos afirmar que há uma continuidade entre Rodrigues, Collado e Oyanguren no tratamento da polidez, sendo que em Rodrigues há maior complexidade e detalhes. Todos os três autores elaboraram gramáticas sob a perspectiva êmica, tendo em vista que privilegiaram a relação interna da comunidade com a polidez, seguindo o “princípio de acomodação” (BERNABÉ, 2018, p. 69) também verificado nas concepções de linguagem, língua e polidez presentes nas obras analisadas no Capítulo III.

2. 2) *Éléments de la grammaire japonaise par le P. Rodriguez (Paris, 1826), de M. Landresse*

Como já mencionamos anteriormente, *Éléments* de Landresse se apresenta como uma tradução da obra de João Rodrigues para o francês no título: *Éléments de la Grammaire Japonaise, Par le P. Rodriguez. Traduits du Portugais sur le Manuscrit de la Bibliotheque du Roi, et soigneusement collationnés avec la Grammaire publiée par le même auteur à Nagasaki en 1604, Par M. C. LANDRESSE*. No entanto, uma breve análise já indica que não se trata de uma tradução fiel de nenhuma das *Artes* de Rodrigues. Ao sistematizar a polidez, Landresse segue modos de descrição inicialmente propostos por Rodrigues, mas de uma forma mais simplificada, como apresentaremos a seguir.

2. 2. 1. Terminologia utilizada por Landresse (1825)

Honra e humildade

Landresse utiliza os termos “honneur” (1825, p. 4, §7), “honnêteté” (1825, p. 5, § 5) e “respect” (1825, p. 9, §18) para indicar a “honra” de Rodrigues; e “humilité” (1825, p. 4, §7; p. 5, §8) e “respect” (1825, p. 5, §8) para indicar a *humildade* e o *abatimento* de Rodrigues. Ou seja, o termo “respect” é utilizado no sentido de honra e humildade, pois é comumente apresentado nos dois sentidos. Interessante notar que Landresse não utiliza o termo “abatimento” ou “abater”, mas utiliza o termo “politesse”.

Neste exemplo a seguir, temos a ‘incidência dos termos “honneur”, “humilité”, indicando, respectivamente, honra e humildade (LANDRESSE, 1825, p. 4):

Cada uma dessas partículas se empregam de um maneira que lhes são próprias, e adquirem uma força mais ou menos grande, segundo os diferentes níveis de honra e humildade; porque, à exceção das partículas de acusativo, que não há nenhuma dessas relações, todas a outras servem para marcar respeito ou humildade. (§84, 85)¹³⁸

Neste exemplo, além dos termos “honneur” e “humilité”, Landresse utiliza o termo “respect”, como sinônimo de honra, em oposição ao termo “humilité”. No entanto, no exemplo a seguir, “respect” é sinônimo de humildade, pois é indicado como sentido das partículas que indicam modéstia (LANDRESSE, 1825, p. 90):

Sôrô, sabourai, -ro, famberi, -rou, mairase, -sourou, mosi, -sou, se somam aos verbos, e expriment humildade e respeito¹³⁹.

No exemplo acima, as expressões listadas são honoríficos de destinatário que expressam respeito à pessoa com quem se fala. Portanto, o termo “respect” é utilizado em sentidos diversos por Landresse, indicando ora honra, ora humildade, ora serve como honorífico de destinatário semelhante às expressões “-masu” e “-desu” da língua japonesa moderna.

O termo “honnêteté” foi utilizado apenas uma vez por Landresse como sinônimo de honra. Segundo o *Dictionnaire de l'Academie Française*¹⁴⁰, *honnêteté* pode significar “Qualidade de uma pessoa honesta, daquele que é honesto” e sua origem advém do termo

¹³⁸ Tradução nossa. No original: Chacune de ces particule s’emploie d’une manière qui lui est prope, et acquirt une force plus ou moins grande, selon les différens degrés d’honneur et d’humilité; car, à l’exception des particules de l’accusative, qui n’ont aucun de ces rapports, toutes les autres servente à marquer le respect ou l’humilité. (§84, 85)

¹³⁹ Tradução nossa. No original: Sôrô, sabourai, -ro, famberi, -rou, mairase, -sourou, mosi, -sou, se joignent aux verbes, ét expriment l’humilité et le respect.

¹⁴⁰ Disponível em: <<https://www.dictionnaire-academie.fr/article/A9H0904>>. Acesso em: 17 jul. 2021.

latino *honestas* (honrado, virtuoso). Vejamos o seguinte exemplo (LANDRESSE, 1825, p. 3):

§5. Existem em *Yomi*, para verbos e para substantivos (§103, 104) diferentes graus de honradez, polidez e humildade, para os quais todos os tems e todos os modos de verbos têm palavras específicas, mais ou menos honoríficas, ou mais ou menos humildes, dependendo se se fala de uma pessoa ou com pessoas superiores ou inferiores. Da mesma forma, há partículas que unem elegantemente os nomes, para expressar respeito e humildade¹⁴¹.

Neste exemplo surge também o termo “politesse” (polidez) e “humbles” (humildes). O primeiro não está definido como honra ou humildade; e o segundo indica modéstia, humildade.

O sentido de “politesse” fica evidente no exemplo a seguir (LANDRESSE, 1825, p. 81):

Ware, warera, watakousi, soregasi; eu ou mim, fórmula de polidez em que nós nos servimos para falar aos outros com respeito, e com humildade de si mesmo¹⁴².

Podemos então observar que polidez foi empregado como um termo mais geral (hiperônimo) que abrangeria o respeito, honra e humildade (hipônimos). Landresse utiliza o metatermo “formule de politesse” nesse mesmo sentido no parágrafo 103 (LANDRESSE, 1825, p. 101).

A proposta inaugura uma tendência terminológica nas gramáticas do século XIX, pois o termo “polidez” (*politesse*, em francês; *politeness*, em inglês) passará a ser recorrente, indicando algo que não se via em Rodrigues, Collado e Oyanguren.

Landresse destaca “Les mots honorifiques” no parágrafo 103 (1825, p. 101), indicando que podem ser verbos e partículas honoríficas. O autor observa também que há verbos honoríficos compostos de partículas honoríficas e verbos honoríficos por si mesmos (LANDRESSE, 1825, p. 101). Ademais, de forma semelhante a Rodrigues, Landresse utiliza os metatermos partícula e artigo, que corresponderiam, respectivamente, à nona e décima partes do Discurso (LANDRESSE, 1825, p. 89-91). No entanto, para o autor, artigos seriam “certas partículas que se juntam a nomes correspondendo ao casos do Latim” (1825, p. 90). Desse modo, mesmo considerando a parte do discurso artigo,

¹⁴¹ Tradução nossa. No original: §5. Il y a en *yomi*, pour les verbes e pour les noms (§103, 104).. différens degrés d’honnêteté, de politesse e d’humilité, pour lesquels tous les tems e tous les modes des verbes ont des mots particuliers, plus ou moins honorifiques, ou plus ou moins humbles, selon que l’on parle de personne ou avec des personnes supérieures ou inférieures. Il y a de même des particules qui se joignent élégamment aux noms, pour exprimer le respect et l’humilité.

¹⁴² Tradução nossa. No original: Ware, warera, watakousi, soregasi; je ou moi, formule de politesse dont on se sert pour parler aux autres avec respect, et avec humilité de soi-même.

Landresse não considera que existam artigos de honra ou humildade, mas apenas partículas que expressam a polidez.

Direções da polidez

Seguindo a sistematização de Rodrigues, Landresse também manteve a divisão entre honoríficos de referência e de destinatário. Vejamos este excerto que traz essa distinção:

Tatsi serve para falar à segunda e à terceira pessoa, da maneira mais respeitosa. *Sou* indica menos respeito. *Domo* se emprega para os inferiores, à primeira como à segunda e terceira pessoa. *Ra* se emprega à primeira pessoa, quando nós nos humilhamos diante dos outros falando de si. *Ra* serve também à segunda e terceira pessoa, quando falamos de pessoas de quem fazemos pouco caso (p. 5)¹⁴³

Neste exemplo, podemos notar a diferença entre falar sobre alguém de quem se faz pouco caso, o que é uma forma de impolidez de referência (*eixo do falante-referente*). Também podemos notar o honorífico de destinatário (*eixo do falante-destinatário*) em relação ao destinatário indicado no ato de falar sobre si mesmo diante de outra pessoa. Nesse exemplo, podemos ainda notar que Landresse utiliza os termos “maneira a mais respeitosa” (*la manière la plus respectueuse*) e “nos humilhamos” (*on s’humilie*) para indicar respeito e modéstia, respectivamente.

Dando continuidade à proposta de João Rodrigues, Landresse também sistematiza os honorários de destinatário, o que pode ser visto principalmente no tratamento dos pronomes de segunda pessoa. No trecho abaixo, podemos observar a uma descrição gramatical de um termo honorífico de destinatário (LANDRESSE, 1825, p. 81):

Konata, kifo, kifen, kiso, kiden, sonofo, sonata, vous, terme honorifique, comme *votre excellence*. Exemple: *Konatawa korewo gozonyi naika? Vous n’avez donc pas su cela? (...)* *Kiro, kiso, votre grandeur, votre révérence*, en parlant aux bonzes et aux vieillards.
(*Konata, kifo, kifen, kiso, kiden, sonofo, sonata, vous*, terme honorifique, como *vossa excelência*. Exemplo: *Konatawa korewo gozonyi naika? Vossa excelência não sabia sobre isso? (...)* *Kiro, kiso, vossa alteza, vossa reverência*, ao falar aos bonzes (monges budistas) e aos anciões. (1825, p. 81, tradução nossa).

¹⁴³ No original: *Tatsi sert pour parler à la deuxième et à la troisième personne, de la manière la plus respectueuse . Sou indique moins de respect . Domo s’emploie pour les inférieurs , à la première comme à la seconde et à la troisième personne . Ra s’emploie à la première personne , quand on s’humilie devant les autres en parlant de soi . Il sert aussi à la seconde et à la troisième personne , quand on parle de gens dont on fait peu de cas.*

Os termos honoríficos são indicados como pronomes de 2ª pessoa para se referir a alguém de maior hierarquia social, como autoridades religiosas e idosos. Nesse exemplo, o autor utiliza o metatermo “terme honorifique” para indicar esses pronomes que expressam respeito, e apresenta traduções da língua francesa. Interessante notar que há sete termos em japonês (*Konata, kifo, kifen, kiso, kiden, sonofu, sonata*) para o equivalente “vous”, no sentido de “vossa excelência”, e que o autor não consegue explicitar a diferença entre eles.

Assim como Rodrigues, o autor utiliza o metatermo “particules honorifiques”, em que há descrição de “partículas honoríficas”, que servem de prefixo em palavras relativas a pessoas da família. Vejamos o exemplo a seguir, em que há distinção no uso dessas palavras para o destinatário (2ª. pessoa) e o referente (3ª. pessoa) (LANDRESSE, 1825, p. 10):

§20. Pour marquer le respect, on fait souvent usage, en parlant à la seconde et à la troisième personne, des particules honorifiques, *wo, won, go, ghio, mi, son, ki*, pour vótre, *sien, son*, etc.; ou les place devant les substantifs. Exemples:
Won fawa, votre, ou sa mère.
Won tsitsi, votre, ou son père.

(§20. Para manifestar o respeito, nós usamos sempre, ao falar à 2ª. ou 3ª pessoa, as partículas honoríficas *wo, won, go, ghio, mi, son, ki*, para *vótre, sien, son*, etc.; ou os colocamos na frente de substantivos. Exemplos¹⁴⁴:
Won fawa, vossa ou sua mãe.
Won tsitsi, vosso, ou seu pai.)¹⁴⁵

Como podemos notar, os termos que marcam respeito relativo a pessoas da família do destinatário são usados tanto para se referir a parentes do interlocutor como a parentes do sujeito sobre quem se fala, isto é, do referente. Também observamos que os prefixos não são meros *ornamentos*, mas sim expressões que indicam polidez. Desse modo, observamos que o emprego do metatermo *partícula honorífica*, que se iniciou com a tradição de Rodrigues, também se verifica em Landresse.

Como vimos em Rodrigues, Collado e Oyanguren, o termo “honra” é utilizado para se referir às formas de respeito. Em Landresse, além de “honra”, há também o uso de “respeito”, como já mencionamos.

Vejamos mais uma incidência do metatermo *particules honorifiques*:

§ 78. Os verbos japoneses são simples ou compostos. Os simples são como *motome, yomi, narai*; etc Há quatro tipos de verbos compostos (...). Os de segundo tipo são compostos de diferentes partículas honoríficas, como

¹⁴⁴ Utilizamos aqui os pronomes “vossa” e “vosso” para indicar a segunda pessoa do singular ao se referir à pessoa da família do destinatário.

¹⁴⁵ Tradução nossa.

motomerare, motomesarerare, womotome nasare, motometamai; ou de partículas que expressam humildades, tal como tatematsouroi, mairase, mosi, como motome tatematsourou, motome mairasourou, motome mōsou. (p. 84)¹⁴⁶

Neste exemplo, Landresse indica que *partículas honoríficas* são elementos que se unem ao final de verbos para formar verbos compostos que expressam *humildade*.

Ao tratar dos pronomes de primeira pessoa, Landresse define a forma de modéstia como sendo uma forma de falar a outras pessoas com *respeito e humildade*:

Ware, warera, watakousi, soregasi; je ou moi, formules de politesse dont on se sert pour parler aux autres avec respect, et avec humilité de soi-même. (p. 9, §18)

Ware, warera, watakousi, soregasi; eu ou mim, formas de polidez de que nós nos utilizamos para falar aos outros com respeito, e com humildade de si mesmo. (p. 9, §18)

Pelo trecho acima, “respect” e “humilité” são formas de polidez distintas, a primeira indicando o que aqui denominamos “Formas de respeito”; e a segunda, o que denominamos “Formas de modéstia”. Podemos notar o uso do metatermo *formules de politesse* para indicar a polidez, o que abarca a forma de respeito e de humildade sem ser marcado culturalmente por valores cristãos.

Graus de polidez e impolidez

Também de forma muito semelhante a Rodrigues, Landresse sistematiza as partículas de plural indicando níveis de polidez e uso para indicar impolidez: “*Ra* se emprega à primeira pessoa, quando nós nos humilhamos diante dos outros falando de si. *Ra* serve também à segunda e terceira pessoa, quando falamos de pessoas de quem fazemos pouco caso (p. 5, §8)¹⁴⁷”

Em sua obra, ao contrário de Rodrigues, Oyanguren e Collado, Landresse não atribui tratamento impolido aos judeus. Não há nenhuma menção específica sobre esse povo, o que é mais um indício de que a obra de Landresse não é uma mera tradução de Rodrigues.

Em outro exemplo, Landresse (1825, p. 81) descreve os pronomes de 2ª. pessoa para se destinar a inferiores:

¹⁴⁶ No original: § 78. Les verbes japonais sont ou simples ou composés . Les simples sont comme motome , yomi , narai ; etc Il y a quatre sortes de verbes composés (...). Ceux de la deuxième sorte sont composés de différentes particules honorifiques , comme motomerare , motomesarerare , womotome nasare , motometamai ; ou de particules marquant l'humilité , telles que tatematsouroi , mairase , mosi , comme molome tatematsourou , motome mairasourou , motome mōsou . (p. 84)

¹⁴⁷ Tradução nossa. No original: *Ra* s'emploie à la première personne, quando on s'humilie devant les autres em parlant de soi. Il sert aussi à la seconde et à la troisième personne, quando on parle de gens dont on fait peu de cas. (p. 5)

Nangi, waga, wonore, wonorega, sotsi, sotsiga, wonoga, nousi, tu ou *você*, pronomes de que se servem os empregados, os discípulos e as crianças. Nós adicionamos a partícula *me* após os cinco últimos pronomes, com ou sem a terminação *ga*, como *wonoreme* ou *wonoromega, sotsime* ou *sotsimega*.
Observação. Quase todos os pronomes são terminados em “me” expressam o desdém, o pouco de caso que fazem de uma coisa; mas quando ajuntamos “ga”, isso é uma marca de maior desprezo ou da maior humildade.¹⁴⁸

Neste exemplo, podemos observar que expressões de impolidez também são descritas na obra de Landresse para manifestar desprezo ao destinatário ou de quem se fala (referente). No entanto, podemos notar que não há a mesma “marca cultural” presente na tradição de Rodrigues, que considerava o povo judeu com inferioridade. Portanto, a partir de Landresse, não há o mesmo viés ideológico de Rodrigues, Collado e Oyanguren, e, como já observamos em outro ponto, seu objetivo não era pedagógico, não se voltava para a atividade missionária.

No que diz respeito aos graus de polidez, assim como na tradição de Rodrigues, Landresse descreve também expressões “mais ou menos honoríficas” e “mais ou menos modestas”, indicando graus para a *honra* e para a *modéstia* (p. 5, §5):

§5. Há em *yomi*, para os verbos e para os nomes (§103, 104), diferentes graus de honradez, de polidez e humildade, para aqueles todos os termos e todos os modos dos verbos cujas palavras particulares, mais ou menos honoríficas, ou mais ou menos modestas, segundo nós falamos de pessoas ou com pessoas superiores ou inferiores. Há mesmo partículas que se adicionam elegantemente a nomes, para exprimir o respeito e humildade. Quando nós usamos desses tipos de verbos e de partículas, nós fazemos sempre referência à pessoa com quem, de quem e em presença de quem falamos, assim como da coisa de que se trata.

Neste exemplo, podemos notar que Landresse mantém a tradição do jesuíta português no que se refere a determinar graus de polidez ao indicar que há três direções: pessoas iguais, superiores e inferiores, de acordo com o status social.

Fatores que regem o uso da polidez

Landresse distinguiu classes sociais de uma forma geral, sem especificar as funções econômicas e títulos de nobreza. Neste exemplo, o autor se utiliza da expressão

¹⁴⁸ Tradução nossa, grifo nosso. No original: *Nangi, waga, wonore, wonorega, sotsi, sotsiga, wonoga, nousi, tu* ou *toi*, pronoms dont se servent les domestiques, les disciples et les enfans. On ajoute quelquefois la particule *me* après les cinq derniers pronoms, avec ou sans la terminaison *ga*, comme *wonoreme* ou *wonoromega, sotsime* ou *sotsimega*.

Observation. Presque tous les pronoms terminés en *me* experiment le dédain, le peu de cas que l’ont fait d’une chose; mais quand on y ajoute *ga*, c’est la marque du plus grand mépris, ou de la plus grande humilité.

“pessoas do povo” (*gens du peuple*) para indicar os pronomes de 1ª. pessoa que indivíduos de classes inferiores da sociedade usavam (p. 81):

Wara, worara, je ou *moi*, pronoms dont se servent les gens du peuple en parlant entr’eux. (p. 81)

(*Wara, worara, je* ou *moi*, pronomes de que se servem as pessoas do povo ao falar entre elas.)

Assim como Rodrigues, Landresse indicou que a forma de 1ª. pessoa *Tsinga* só poderia ser usada pelo “rei”. Religiosos deveriam usar *Gousò*.

Para os velhos, a forma de 1ª. pessoa deveria, segundo Landresse, ser *Gourò* (p. 81), o que indica que o fator idade também determina o uso de polidez.

O fator sexo também influencia a escolha do pronome de 1ª. pessoa: A fala das mulheres se distingue da dos homens pelo uso de expressões exclusivas (LANDRESSE, 1825, p. 81):

Midzoukara, warawa, wagami, eu ou mim, para as mulheres somente.

Podemos notar que Landresse descreve a polidez levando em consideração exclusivamente a horizontalidade das relações sociais. Não considerou a polidez para dentro e fora de uma comunidade.

Além disso, Landresse distingue também formas de polidez a serem usadas na linguagem escrita e na oral (LANDRESSE, 1825, p. 80):

Les mots *ware*, *warera* s'emploient également dans la langue, parlée et dans la langue écrite. Les deux autres, *watakousi* et *soregasi*, ne s'emploient que dans le langage.

(As palavras *ware*, *warera* se empregam igualmente na língua falada e na língua escrita. As duas outras, *watakousi* e *soregasi*, não se empregam além da linguagem (falada). (p. 80))

Podemos observar que Landresse mantém os metatermos “honra”, “humildade” e “modéstia”, que em Rodrigues carregavam um vínculo com o pensamento cristão. No entanto, notamos a diferença de, em Landresse, não haver menção ao povo judeu, sem tratá-lo com discriminação. Além disso, a descrição da polidez é apresentada com menos hierarquia social entre pessoas e há menor “marca cultural” ao utilizar os termos *politesse* (polidez) e *honnêteté* (honradez/ honestidade), que não expressam diretamente valores cristãos.

Síntese

Podemos concluir que, apesar de Landresse não ser um missionário, sua obra se mantém na tradição de Rodrigues, por utilizar uma sistematização muito semelhante

dividida em honoríficos de referência, de destinatário, *eixos do falante-referente e do falante-destinatário*. Da mesma maneira, a expressão “particules honorifiques” é usada com o mesmo objetivo de indicar prefixos e sufixos que se unem, respectivamente, a substantivos e verbos. Além disso, ao considerar aspectos internos da comunidade linguística, possui também uma perspectiva êmica.

3. Século XIX: Reabertura dos portos e Restauração Meiji

3. 1) *Proeve eener Japansche Spraakkunst* (Leiden, 1857), de Jan Hendrik Donker Curtius e editado por J. J. Hoffmann

Como já mencionamos no Capítulo III, Curtius não apresentou uma concepção clara de ‘linguagem’, ‘língua’ ou ‘polidez’. Vimos também que o objetivo da gramática do autor holandês era facilitar a comunicação entre mercadores japoneses, funcionários do governo japonês e os holandeses. Para tratar do fenômeno da ‘polidez’, Curtius utiliza o termo *beleefdheid*, que pode ser traduzido para o português como *polidez* ou *cortesia*. Vejamos um exemplo de sua ‘incidência’ (CURTIUS, 1857, p. 230, §108):

A polidez exige, no entanto, que a pessoa responda a todas as perguntas afirmativamente, depois levante as reservas e, finalmente, se necessário, uma resposta negativa é dada.

Nesse exemplo, traduzimos o termo *beleefdheid* por “polidez”, pois este indica a razão pela qual o autor justifica o não uso de uma negativa direta ao interlocutor.

Nesta seção abordaremos como Curtius tratou desse fenômeno e a terminologia utilizada por ele (item 3. 1. 1) e por Hoffmann em comentários adicionados ao manuscrito original (item 3. 1. 2).

3. 1. 1) Terminologia utilizada por Curtius

Nesta seção trataremos da forma com que a polidez foi sistematizada por Curtius.

Polidez e suas direções

Assim como Rodrigues, o autor também distingue entre honoríficos de referência e honorífico de destinatário. No exemplo abaixo, podemos perceber os honoríficos de referência quando as formas linguísticas são utilizadas em relação ao que se fala, ou seja,

sobre o que se fala. Os honoríficos de destinatário são percebidos quando o autor leva em consideração o outro com quem se fala. Vejamos um exemplo (1857, p. 3, §4):

Todos os substantivos permitem que o “o” seja colocado na frente dele. *Koeni, O koeni*, paisagem.

Isso ocorre por polidez. Ao falar com um superior um “o” é colocado antes dos nomes de coisas pertencentes ao superior. O superior, por outro lado, omite o “o” quando fala dos seus próprios negócios ou dos de um de seus subordinados.

De um modo educado, pessoas de igual posição sempre usam isso (“o”) repetidamente antes dos nomes dos assuntos daqueles com quem falam deixando de fora dos nomes de seus próprios assuntos.

Ao afirmar que o falante escolhe uma forma linguística de *polidez* para se referir a algo que pertence a alguém superior. Curtius indica assim a existência de honoríficos de referência. A forma de honorífico de destinatário também pode ser evidenciada neste exemplo, onde o autor afirma que o uso do termo “o” é comum para se referir a assuntos da pessoa com quem se fala. Podemos nota que o autor não utilizou nenhum metatermo semelhante a “prefixo” ou “partícula” para indicar o que é a expressão “o”. Ele apenas indicou a expressão “o” como forma de expressar *polidez*.

Como já mencionado, o autor também distingue honoríficos de referência e honoríficos de destinatário. Temos um claro exemplo abaixo (1857, p. 104, §47):

Apenas para a segunda pessoa - e no plural - geralmente se ouve dizer *anata e anata gata*, que, na verdade, é uma terceira pessoa usada por polidez para indicar segunda pessoa.

Curtius, ao fazer referência à segunda pessoa, indica que as expressões *anata e anata gata* são utilizadas para se referir ao destinatário, isto é, pessoa com quem se fala.

Desse modo, podemos perceber que Curtius também separa entre o *eixo do falante-referente* e o *eixo do falante-destinatário*, mas não utiliza a tradição terminológica iniciada pelo jesuíta João Rodrigues, uma vez que não faz referência aos termos “Partícula de honra” ou “honra”, nem aos termos “prefixo” ou “sufixo” de “honra”.

Nós também não localizamos metatermos que se referem à modéstia e ao respeito especificamente, como aconteceu em Rodrigues. Ao contrário do padre jesuíta, Curtius não especifica a polidez em respeito e modéstia também não faz comentários sobre honoríficos de sujeito e honoríficos de objeto. Claro que o autor distingue a ideia de polidez em relação ao destinatário e em relação a si mesmo, o que dá a entender que ele percebe a diferença entre a ideia de respeito ao outro e modéstia em relação a si e elementos do seu entorno. No entanto, Curtius não utiliza uma terminologia específica além do termo *beleefdheid*, que expressa ‘polidez’.

A modéstia encontra-se descrita, por exemplo, no tratamento do pronome de 1ª. pessoa *yatsoeko* (1857, p. 109, tradução nossa):

Yatsoeko, de *ya* casa, acrescido do genitivo antigo *tsoe* (ver §27, linha 13), e *ko*, criança; menino de casa, servos. É um pronome muito antigo e muito humilde pelo qual o falante indica sua submissão e, portanto, não se aplica a pessoas de mesma posição.

Neste exemplo, Curtius aponta que o pronome indica humildade e submissão do falante. O autor utiliza a expressão “*nederig pronomen*” (pode ser traduzido como “pronome humilde”) como um metatermo para expressar o pronome em 1ª. pessoa que indica modéstia.

Expressões de ornamento

Curtius escreve sobre a língua japonesa falada em sua época distinguindo-se claramente da descrição da língua falada por Rodrigues em suas *Artes*. Em Curtius podemos notar que há uma descrição falada na época da capital Edo (a que ele se refere como *Jedo*), e a noção de polidez para a sociedade do século XIX. Vejamos outro exemplo (1857, p. 3, §4):

Funcionários públicos entre si costumam dizer, ao falar desta capital, também *O Jedo*. Para os nomes próprios de todas as mulheres é dito o “o” de polidez. Também os filhos de classe civilizada usam “o” quando mencionam ou se dirigem aos pais ou superiores na família:
Toto. Pai; a criança diz: *O toto sama*¹⁴⁹.

A partir deste exemplo podemos observar que o uso do “o” indica uma relação de polidez do *eixo falante-destinatário*, isto é, é uma forma de polidez que leva em consideração a pessoa com quem se fala. Esse “o” não é utilizado como mero *ornamento* (*Bikago*), mas sim como um fator que revela polidez e segue as mesmas regras de uso que as formas honoríficas. Podemos notar que novamente o autor não utilizou um metatermo para indicar o “o” que indica polidez, não seguindo assim a tradição de Rodrigues.

Devemos fazer aqui também a ressalva de que, para Curtius, o uso de “o” era uma das principais formas de se expressar polidez, podendo ser adicionada a substantivo e verbo.

¹⁴⁹ Aqui o exemplo de maior polidez *O toto sama* não só usa o prefixo “o”, mas também usa o sufixo “*sama*”, que indica polidez. Ressaltamos que essa palavra passou a ser usada no sentido de “pai” a partir do século XIX (Nihon Kokugo Daijiten).

Impolidez e fatores que regem o uso da polidez

O autor também destacou em sua gramática que uso de determinadas formas verbais indicam algo que não é polido. Um exemplo importante é o uso do imperativo de um verbo, como indicado a seguir, onde Curtius indica que o uso do imperativo deve ser evitado (1857, p. 137):

Nem é preciso dizer que, nas relações civilizadas, o imperativo categórico no Japão é tão evitado quanto em nossa língua e é substituído por maneiras mais polidas de se falar.

Nesse mesmo sentido Curtius afirma que o uso do imperativo é rude e indelicado (1857, p. 163, §62):

As terminações finais do verbo no imperativo são consideradas muito rudes e indelicadas. Por isso, em um modo educado, essas terminações são suavizadas por *matse* [lê-se *mase*], por gentileza, por favor¹⁵⁰. *Minasare matse, minahai matse*, poderia ver por gentileza.

Curtius indica, neste segundo exemplo, que o uso do imperativo a que chama de “categórico” deve ser evitado, por indicar impolidez. Ao indicar que o acréscimo da expressão “*matse*” pode suavizar o imperativo categórico, o autor não faz uso de metatermos como “partículas” ou “prefixos”, como ocorria na tradição fundada por Rodrigues.

Neste exemplo abaixo podemos notar claramente uma hierarquia entre formas de polidez que indicam o plural. O grau máximo de polidez está ao se referir a “deuses” (1857, p. 2, §2):

NB. *Hito bito* é o mesmo que *hito hito*¹⁵¹. A mudança do segundo hito está ecoando por uma questão de clareza. – *Ko domo*, plural de *ko*, criança, também é usado para indicar o singular, por exemplo: *Ko domo*, criança, e no plural: *Ko domo domo*, crianças. – Também se diz: *Hito bito domo*, pessoas. *Yakunin*, funcionário público. *O yakunin gata*, funcionários públicos. *Hotoke*, um deus. *Hotoke gata*, deuses. *Kami sama*, um ídolo¹⁵². *Kami sama gata*, ídolos, deuses. *Sam'rai*, soldado. *Samrai nado*, soldados. *Gata* mais polido que *nado*, que por sua vez é mais polido que *domo*.

Nesse exemplo se destaca como a forma mais polida o sufixo “*gata*”; em seguida, o sufixo “*nado*”; e por fim, o sufixo “*domo*”. Se compararmos com os sufixos de plural analisados em Rodrigues, Collado e Oyanguren, podemos perceber uma grande diferença.

¹⁵⁰ Traduzimos o termo holandês “*gelief*” como “por gentileza, por favor” com o intuito de expressar uma atenuação no uso do imperativo, levando em consideração seu equivalente em português.

¹⁵¹ Aqui o autor está indicando o plural de “pessoa”, isto é, pessoas.

¹⁵² O termo “ídolo” está aqui sendo utilizado como sinônimo de divindade.

Não apenas não há referência ao sufixo “ra” que indicava impolidez, mas também não há qualquer menção aos judeus. Podemos afirmar que as palavras apresentadas por Curtius eram utilizadas no século XIX, época em que residiu no arquipélago japonês. Tomemos o termo “kamisama”, como exemplo. Ele não pode ser localizado nas *Artes* de Rodrigues nem no *Vocabulário* (1603)¹⁵³, o que indica que Curtius não seguiu a obra do jesuíta, mas conseguiu criar sua própria gramática e uma nova tradição.

Com relação a fatores que regem a ‘polidez’, Curtius apenas indica os servos como inferiores e não faz as diferentes distinções do pronome “eu” como a tradição anterior indicava: para rei, mulheres, servos, etc. O mesmo ocorre com os pronomes de 2ª. pessoa, que são bem mais simples que os apresentados pela tradição de Rodrigues. Isso mostra como Curtius via a sociedade e a linguagem dividida em menos classes e papéis sociais (1857, p. 109-110) da seguinte forma: *Nanzi* (pode ser traduzido como “Vossa Excelência”) usado por “nobres bem-nascidos e intelectuais” ao se dirigirem uns aos outros usando essa forma; *Imasi* é uma “forma neutra”, que não deixa clara a relação de hierarquia entre as pessoas; *Kimi* significa “senhor”, sendo que *Kimi sama* significa “vossa senhoria”; *Omae* é a forma usada entre funcionários públicos fora de Nagasaki expressando respeito, mas usado em outras províncias do império entre pessoas de mesmo nível, sem expressar polidez; *Omae sama* equivale a “Sua nobreza”, “Sua Excelência”, em português, “utilizada de forma polida”; e *Nushi* (em português, “Meu senhor”) equivale a “mestre, senhor”, de uso obrigatório por empregados para proprietários de terras, e de esposa para o marido.

Como Curtius atuou como o primeiro diplomata holandês no Japão, ele estava atualizado sobre as formas de tratamento utilizadas nessa época, principalmente em relação às autoridades. É interessante notar que ele não descreveu a forma falada por religiosos, por não fazer parte de ações que envolvessem essa classe de pessoas.

Síntese

Pudemos notar que Curtius não utilizou uma terminologia gramatical nova para tratar da polidez, mas a descreveu sem empregar metatermos como “partículas”, “prefixos” e “sufixos”, o que indica que há uma visão de ‘polidez’ sem tantas especificações ou detalhamentos, mas dentro de um conceituação mais unificada.

¹⁵³ O termo “camisama” foi utilizado em Rodrigues (1603-1604, p. 79), e é indicado com o significado de “mulher casada”, ou seja, com um sentido muito diferente do presente em Curtius.

O autor não traz a ‘marca cultural’ vinculada à esfera religiosa, mas sim a práticas sociais de etiqueta e costumes da sociedade de meados do século XIX.

Na gramática de Curtius, por ele ser estar em uma conjuntura que não enfatiza a religião, nem se destina à sua difusão, não há marcas relacionadas ao cristianismo ou protestantismo, como em outros textos do corpus. Há, sim, marcas de uso da língua principalmente entre os grupos de funcionários públicos, classe social que passou a existir no século XIX.

Desse modo, notamos que Curtius não se vincula à tradição descritiva iniciada por Rodrigues, mas cria uma forma nova de descrever a ‘polidez’ da língua japonesa, utilizando o termo *beleefdheid* (polidez, cortesia, em português).

Considerando o tratamento dado à polidez por Curtius, podemos afirmar que ele privilegia a relação interna com o objeto descrito, analisando-o de acordo com a comunidade observada na sua época, seguindo uma perspectiva êmica. Podemos afirmar que Curtius conhecia bem o uso da linguagem polida por desempenhar importante papel dentro da sociedade japonesa como representante comercial e diplomático da Holanda.

3. 1. 2) Terminologia utilizada por Hoffmann em comentários adicionados ao manuscrito de Curtius

Hoffmann acrescenta comentários à gramática de Curtius sobre a ‘polidez’ em muitos momentos, utilizando metatermos não presentes naquele texto. No capítulo sétimo (*Zevende Hoofdstuk*), dedicado aos sufixos (*Achtervoegsels*), Hoffmann faz a seguinte afirmação (1857, p. 205): “O japonês, como outras línguas do alto asiático, substitui não apenas nossas preposições (*praepositiën*), mas também nossas conjunções por sufixos (*postpositiën*)”.

Nos comentários de Hoffmann, há uso do metatermo *eerend achtervoegsel*, que pode ser traduzido como “prefixo honorífico” (1857, p. 21). Em suas notas, Hoffmann faz uso de uma terminologia que se distingue da empregada por Curtius. Desse modo, Hoffmann retoma a tradição iniciada por Rodrigues ao editar o manuscrito de Curtius, resgatando um pouco da terminologia do jesuíta e traduzindo-a ao holandês.

3. 2) *Essai de Grammaire Japonaise* composé par M. J. H. Donker Curtius, de Léon Pagés (Paris, 1861)

Como vimos no Capítulo III, Pagés não apresentou uma clara definição de ‘polidez’ e não inovou tanto, se compararmos o que fez com o tratamento dado por Curtius ao fenômeno da ‘polidez’. Ao contrário de Curtius, que iniciou uma nova forma de descrever a ‘polidez’, Pagés optou, em relação à metalinguagem, por retomar os metatermos utilizados por João Rodrigues e por Hoffmann. Nesta seção, vamos apresentar alguns pontos em que Pagés se diferencia de Curtius.

3. 2. 1) Terminologia utilizada em Pagés (1861)

Polidez

Pagés não inova muito na descrição da polidez em relação às obras de Rodrigues, Collado e Curtius. Da mesma forma com que este último a descreveu, Pagés traduziu para o francês (1861, p. 199):

Sempre a polidez exige um pouco mais, e os verbos recebem a adição do “o” em frente de todas as formas de conjugação precisamente da mesma forma que essa adição ocorre nos substantivos; todas as regras propostas no capítulo de substantivos podem ser também aplicadas aos verbos.

Como diferença terminológica, Pagés utiliza o termo “*politesse*” como tradução para o termo holandês *beleefdheid*, assim como vimos na obra *Éléments*, de Landresse (1825). E assim como Curtius, o autor não utilizou o termo “honra”, “modéstia” ou “humilhação”, mas centralizou o fenômeno apenas sob o termo “politesse”, seguindo a tendência iniciada em Landresse. Da mesma maneira, Pagés também não utilizou um metatermo para a expressão “o”, que se acrescenta aos verbos.

Com relação à terminologia utilizada no tratamento da ‘polidez’, Pagés inova ao acrescentar notas à obra traduzida. A partir das figuras abaixo, é possível comparar as notas de rodapé da obra holandesa e de sua tradução para o francês. Vejamos o trecho apresentado na figura a seguir:

𠄎 𠄎 𠄎, *omaje* of *omaë* ¹⁾, vulgo verkeerdelijk *omai*, van *o* (zie bladz. 3, noot 2) en 𠄎 𠄎, *maje* of *maë*, vóór, Engelsch *before*, duidt op iemand, dien men vóór zich heeft en aan wien men het praedikaat *o* (御), vorstelijk, d. i. aan eenen vorst toebehoorende, toekent. Het gebruik van *omaë* schijnt zich voornamelijk tot den kring der Japansche ambtenaren te bepalen, en men zegt, dat het buiten Nagasaki, in andere provinciën van het rijk, uitsluitend tot minderen gerigt wordt, terwijl *anata* op meerderen wijst ²⁾.

De zamenstelling 𠄎 𠄎 𠄎 𠄎, *omaë sama*, gelijkstaande met ons UWE, d. i. uwe edelheid, wordt als een beleefdere vorm aangemerkt.

𠄎 𠄎, *noesi* ³⁾, niet 𠄎 𠄎, *noezi*, de meester, de heer,

¹⁾ *Nandsi* is een zuiver Japansch woord, en niet zoo als in von SIENOLD'S *Epitome*, pag. 114 is opgegeven, uit het Chineesch overgenomen.

²⁾ 爾. 尔. 尔. 你. 汝.

³⁾ 君.

¹⁾ 御前.

³⁾ *Epitome ling. Jap.* bladz. 114.

¹⁾ 主, 主君.

Figura 8- Trecho de CURTIUS, p. 110.

Na figura 2, é possível perceber nas notas de rodapé apenas caracteres em japonês, sem as explicações detalhadas sobre a polidez apontadas por Pagés nas figuras 3 e 4.

オマエ *omaye* ou *omaë* (御前), et dans l'usage ordinaire *omai*. de *o* (voyez ch. I, § III, note 2) et マエ *maye* ou *maë* (en anglais *before*) désigne quelqu'un que l'on a devant soi et auquel on attribue le prédicat *o* (御) princier, c'est-à-dire appartenant à un prince. L'usage d'*omaë* paraît limité spécialement à la classe des fonctionnaires japonais; on dit même qu'en dehors de Nagasaki, dans les autres provinces de l'empire, ce titre s'adresse exclusivement aux fonctionnaires inférieurs, tandis qu'*anata* est spécial aux supérieurs. — L'expression composée オマエ サマ *omaë sama*, équivalent au hollandais UWE, c'est-à-dire, Votre Noblesse, est proposée comme une forme très-civile ¹⁾.

¹⁾ *Nandsi* est un mot purement japonais, et n'est pas, ainsi qu'il est allégué dans l'*Epitome lingue japonica*, p. 114, dérivé du chinois. (Hoffm.)

²⁾ *Epitome ling. jap.*, *ibid.* (Hoffm.)

³⁾ Pour marquer le respect, on fait généralement usage, en parlant à la 2^e et à la 3^e per-

Figura 9- Trecho de Pagés (1861, p. 136)

sonne, des particules honorifiques *to, ron, go, ghio, mi, sou, ki*, que l'on place devant les substantifs.

Les pronoms, tant dérivés que primitifs, sont en eux-mêmes nobles ou vils. Les pronoms nobles appartiennent aux personnes éminentes ou de rang moyen, les pronoms humbles sont employés par les inférieurs et à leur égard, ou pour rabaisser les personnes.

Womi « votre grâce » est commun aux deux idiomes. — *Wonoicono, wocatagata*, signifient « vos grâces », ou, à la 3^e personne, « leurs grâces ». (Rodr.)

Kifō, kifen, kicho, kiden, sont des formes honorifiques exprimant la 2^e personne; elles répondent à « votre grâce » et sont spéciales à la langue écrite. On ajoute quelquefois *sama* pour exprimer « votre grandeur », en parlant aux bonzes et aux vieillards. (Coll.)

Les particules honorifiques suppléent naturellement les pronoms. Si je dis : *Von founi*, en parlant à autrui, il est entendu que je parle de la lettre d'autrui, et non de la mienne. Il en est de même en parlant d'autrui, dont la personne est désignée suffisamment par les formes honorifiques. (D'après Collado.)

En s'adressant à des personnes constituées en dignité, le nom de la dignité, avec l'addition de *sama*, supplée le pronom de la 2^e pers. (Collado.) (L. P.)

¹ *Nandgi* et *nouchi* sont employés par les personnes inférieures, les esclaves, les serviteurs et les enfants. La particule *me* est quelquefois ajoutée aux cinq derniers mots, avec ou sans la finale *ga*. (Les formes en *me* expriment en général le dédain; *ga* est la marque d'un plus grand mépris ou d'une plus grande humilité.)

Nouchi supplée aussi le pronom de la 3^e personne; il est employé dans ce sens par les inférieurs. (Rodr.) — Il a parfois le sens de « même » (lat. *ipse*). (Collado.) (L. P.)

Figura 10 - Trecho de Pagés (1861, p. 135-6)

Nas figuras 3 e 4, referentes às páginas 135 e 136 de Pagés, podemos notar que há referências diretas às gramáticas de Collado e de Rodrigues. Isso significa que Pagés cotejou a gramática de Curtius com trabalhos desses missionários.

Síntese

Como já discutimos anteriormente, a gramática latina de Collado não é uma mera tradução da gramática portuguesa de Rodrigues, assim como a tradução de Pagés não se restringe ao trabalho traduzido dessas duas obras, mas contribui com o diálogo entre a sistematização iniciada por Rodrigues e a nova tradição, que se iniciava em Curtius. Por ser escrita em francês, acreditamos que a gramática de Pagés foi mais recepcionada na Europa e na América que a gramática original de Curtius em holandês. Lembramos aqui que sua obra é de 1857, enquanto a tradução francesa é de 1861, e a obra de Hoffmann, em inglês, só foi publicada em 1868. Portanto, podemos afirmar que, desde a publicação da obra holandesa até o surgimento da gramática de Hoffmann em inglês, muito do que se soube da língua japonesa na Europa foi baseado na versão francesa de Pagés, publicada pouco tempo depois que a de Curtius. Isso fez com que a tradução francesa tivesse maior

repercussão que as obras holandesas na época e tivesse contribuído diretamente para a difusão efetiva dos metatermos criados por Rodrigues para descrever a polidez, como “honra”, “partícula honorífica”, “humildade”, “formas honoríficas”, entre outras. Nesse caso, podemos afirmar também que Pagés adiciona à gramática holandesa do século XIX notas que apresentam como exemplos a língua falada na época de Rodrigues, isto é, acrescenta exemplos falados no século XVI, e também faz uso de uma terminologia não utilizada por Curtius. Podemos até levantar a hipótese de que Pagés tenha consultado Rodrigues e Collado por meio da obra de Landresse em francês, e não diretamente nas línguas originais¹⁵⁴.

Por fim, podemos apontamos que, assim como Rodrigues, Collado e Curtius, Pagés também segue uma perspectiva êmica, analisando a funcionalidade da polidez no interior da comunidade.

3. 3) *A Japanese Grammar* (traduzido do holandês para o inglês, Leiden, 1868), de Johann Joseph Hoffmann

A obra original de Hoffmann em holandês foi publicada no mesmo ano que surgiu sua tradução em inglês. Esta e a tradução alemã foram elaboradas pelo próprio autor tentando ser fiel ao original. Optaremos aqui por utilizar a obra em inglês, tendo em vista nossa maior compreensão deste idioma.

Lembramos aqui que Hoffmann havia sido o encarregado pela edição, em 1857, da obra de Curtius, que enviou os manuscritos do Japão à Holanda. Ao editar essa obra, Hoffmann acrescentou algumas notas às anotações originais, não misturando seus comentários ao texto original de Curtius. A obra de Hoffmann publicada em 1868 em holandês, alemão e inglês distingue-se da obra de Curtius, razão pela qual passaremos a analisar seu tratamento da polidez por esse autor nesta seção.

3. 3. 1) Terminologia utilizada por Hoffmann (1868)

Polidez

Como já mencionamos nos capítulos anteriores, a ‘polidez’ na língua japonesa, para Hoffmann, possui peculiaridades que “não se encontram entre nenhum povo do

¹⁵⁴ Seria importante verificar essa hipótese em pesquisas futuras.

globo” (1868, p. 311, §111). Para explicar essa forma única da língua japonesa, Hoffmann explica as 4 principais características da “cortesia” (1868, p. 311, §111, grifos nossos):

1. O falante polido distingue as condições e ações das pessoas acima de si por meio do prefixo honorífico 御 *On* ou *O*. Veja página 75.
2. Ele não diz ou pede que outra pessoa, a quem ele atribui posição acima de si mesmo, faça algo, mas diz ou requer apenas que a ação seja feita, isto é, ele coloca a forma passiva como um predicado ao sujeito que realmente performa a ação.
3. Ele considera não apenas pessoas de posição superior, mas até mesmo seus iguais como sendo em uma posição superior e, com as ações de outros, conecta a ideia de descentente, mesmo que para si mesmo dê a si a ideia de ascendente.
4. Ele é escrupuloso na sua escolha de verbos sinônimos, na proporção em que ele expressa a mesma ideia em um estilo mais ou menos exaltado. Escritores de cartas ensinam-no a distinguir os níveis.

No item 1, Hoffmann faz uma consideração muito semelhante à de Curtius, que também tinha como foco o uso de “o” ou “on” como marca das formas de polidez, mas inova ao utilizar o metatermo “prefixo honorífico” (*eerend voorzetsel*, em holandês). Para Hoffmann, esse prefixo poderia ser adicionado a nomes ou verbos, o que já indicaria polidez. Embora esta afirmação esteja correta, os autores simplificaram o sistema de polidez ao circunscrevê-lo ao uso de prefixo neste item 1, mesmo levando em consideração a variedade de verbos especiais e outros aspectos da formação verbal ao longo de suas obras.

Quanto ao item 2, há certa semelhança entre os dois autores, pois Curtius também tecera comentários sobre o uso inadequado do verbo no modo imperativo para se comunicar com um superior. Para eles, o imperativo não pode ser usado, uma vez que soava como uma ordem direta que não pode ser dirigida a qualquer pessoa.

O tratamento da polidez por Hoffmann se assemelha muito ao tratamento dado por Curtius, uma vez que o primeiro foi o editor do livro do segundo. Além de forte proximidade, Hoffmann nunca esteve no Japão e apenas usou como base informantes que tinham vindo desse arquipélago e pessoas falantes da língua que se encontravam na Europa.

Feita essa comparação, examinemos mais de perto a análise da polidez na gramática de Hoffmann.

Em Hoffmann, o sistema de polidez foi descrito utilizando os seguintes termos em inglês: *politeness* (1868, p. 40), *courtesy* (1868, p. 311), *honour* (1868, p. 74), *modesty* (1868, p. 74), *humility* (1868, p. 86). Apesar da variedade de termos utilizados, o termo “cortesia” (*Hoffelijkheid*, em holandês) é parte do título “Distinctive Verbs and Verbal Forms Expressive of Courtesy” do apêndice que trata especialmente do tema da polidez.

Podemos, assim, considerar que o autor utilizou uma terminologia que é próxima da tradição iniciada por Rodrigues, mas também incorporou o termo “polidez” (politeness), já presente em Landresse, Curtius e Pagés, e inovou terminologicamente ao destacar o termo “courtesy”.

Direções de polidez

Da mesma forma que Curtius, Hoffmann descreveu honoríficos de referência e de destinatário. Predominam as descrições que levam em consideração os honoríficos de destinatário, mas também há exemplos de honoríficos que tratam não só da pessoa com quem se fala, mas também de quem se fala. Por exemplo, o autor aponta que o termo “omae” é utilizado em face de quem se fala e também para se referir a pessoa honrada ausente (1868, p. 76):

8. O-máye, ō-máë (御前), vulgo ō-mái, do honorário “o” e “ma-ye” ou “ma-ue”, =look-wards, isto é em frente, portanto algo que está presente e frente do falante, ou por este imaginado presente e honrado, = Your Honour.

Neste exemplo, o Hoffmann utiliza o termo “honorário” (*honorary*) para indicar o prefixo “o” que pode ser adicionado no início de um nome. E para se referir à pessoa em face de quem se deve tratar com polidez, o autor utiliza o termo “honrada” (*honoured*), o que reforça a ideia de que Hoffmann retoma a tradição iniciada por Rodrigues de usar o termo “honra”.

Os prefixos *On*, *O*, *Ki*, *Son* são também denominados por Hoffmann como “honorary adjectives” (HOFFMANN, 1868, p. 75), por modificarem o sentido de um nome atribuindo polidez:

On, *O* (御), *Ki* (貴), *Son* (尊), honorary adjectives, used in conversational language and in the epistolar style as pronouns possessive, of the person, to whom or of whom spoken.

A partir desse exemplo, podemos observar que o uso dos prefixos indica ainda polidez e não são considerados como partículas de ornamento, como na língua japonesa moderna atual.

Outro exemplo de honorífico de referência pode ser observado abaixo (1868, p. 315):

Uke-tamavar)i, u, Uke-tamôri (承奉). ter a honra de receber (de um superior), ou ouvir.

Neste exemplo, Hoffmann utiliza o metatermo “honra” (*honor*, em inglês), o que remete diretamente à terminologia da tradição iniciada pelo jesuíta.

Esse verbo *Uketamavari* foi indicado para ser usado diante de quem setenha recebido algo ou na ausência dessa pessoa honrada, uma vez que se deseja expressar *honra* à pessoa que deu ou disse algo ao falante. Desse modo, podemos observar que Hoffmann também sistematizou a polidez distinguindo entre os *eixos do falante-referente* e *do falante-destinatário*, além de considerar a polidez em face de determinada audiência.

Graus de polidez

No item 3 já mencionado, o autor indica graus de polidez para superiores e iguais. No parágrafo 112, Hoffmann refere-se a pessoas inferiores por meio da expressão “persons of lower station” (1868, p. 312). No item 4, há referência ao grau de polidez utilizada em cartas escritas. Desse modo, no que se refere aos níveis de polidez, Hoffmann assemelha-se a Rodrigues, ao indicar apenas direções de endereçamento com maior ou menor grau, sem definir uma quantidade exata de níveis.

Fatores que regem a polidez

Sobre os fatores que regem a polidez, destacamos o uso dos termos “emperor”, “great-prince” em vez de usar “Rei”, como em Rodrigues, Collado, Oyanguren e Landresse. Vejamos um exemplo (HOFFMANN, 1868, p. 312):

Karuno Oho-kimi wo dai-si ni sadameraru (instead of sadámu, or sadame-tamaru), (the emperor) declares the Great-prince Karuno hereditary prince.

Neste exemplo, podemos notar que Hoffmann retratou como a língua estava sendo utilizada no século XIX, em época que precedeu a Restauração do Imperador Meiji, em 1868. Outro fator linguístico interessante reside no fato de o autor não utilizar os termos “samurai” e “bonzo”, que indicam, respectivamente, a classe militar extinta em 1876 e os religiosos monges japoneses.

Mudança linguística

Hoffmann apresentou também informações sobre mudança linguística, como no exemplo abaixo, sobre a expressão “sama” (1868, p. 74):

Sama (様), vulgo San, =the look, appearance, shape, e.g. Minátonó sáma yósi, the shape of the harbour is beautiful, the harbour looks well, - was, originally, as a characteristic of modesty, applied by the speaker to himself; since the

middle ages, however, conceded to a person beyond the speaker, it is now generally used as an expression of respect and at present answer to our “Sir, Mister”. It is subjoined to nouns and pronouns.

Neste exemplo, o autor indica que o significado de “sama” passou de um ‘conteúdo’ com características de modéstia do falante para um ‘conteúdo’ que expressa respeito ao interlocutor.

Direções de polidez

Hoffmann também deixou claro que há honoríficos de sujeito e de objeto, indicando que o termo que expressa polidez pode ser o termo sujeito da sentença ou o objeto. Um exemplo de honorífico de sujeito pode ser visto na descrição do pronome de primeira pessoa do singular “midzūkara” (eu), que indica modéstia (1868, p. 92):

Midzūkara é usado como sujeito, mesmo quando um outro objeto é mencionado antes do verbo do predicado; por exemplo: *midzūkaa omóuákura fakári-koto wo yetári*, ele tem a si mesmo, como ele pensa, alcançado o que ele pretende.

Neste exemplo abaixo, podemos observar um uso de modéstia em relação ao objeto (1868, p. 91):

Waga-mi wo uru, vender seu próprio corpo (ele mesmo); dito por garotas que prostituem-se comercialmente. – *Waga-mi wo yásūméru*, deixar o próprio corpo descansar, permitir o seu próprio descanso.

O sujeito seria o “eu”, por isso a expressão “Waga-mi” corresponde a um objeto. Este é um exemplo curioso, que provavelmente não estaria na gramática de um missionário, por se referir a uma fala de uma prostituta que comercializa seu próprio corpo. Assim, podemos notar, aqui, que é uma descrição da língua não traz uma ‘marca cultural’ missionária para fins religiosos. Hoffmann também não era comerciante nem diplomata, mas sim um acadêmico ensinando as línguas japonesa e chinesa em uma universidade da Europa.

Entre as formas de modéstia (Mod.) descritas pelo autor, destacam-se as que são escritas com base em palavras do chinês. Podemos perceber que Hoffmann possuía um vasto conhecimento sobre as palavras em japonês cuja origem estava na língua chinesa, isto é, as que eram formadas pela junção de dois caracteres chineses. Vejamos o exemplo abaixo (1868, p. 78):

One's own youngest brother	Another's youngest brother
(我 ^ワ 弟 ^{テイ}) is:	(人 ^{ヒト} 之 ^ノ 弟 ^{テイ}) is:
家 ^カ 弟 ^{テイ} <i>Ka-tei.</i>	令 ^{レイ} 弟 ^{テイ} <i>Rei-tei.</i>
阿 ^ア 弟 ^{テイ} <i>A-tei.</i>	貴 ^キ 弟 ^{テイ} <i>Ki-tei.</i>
阿 ^ア 叔 ^{シユク} <i>A-siyuk.</i>	難 ^{ナン} 弟 ^{テイ} <i>Nan-tei.</i>
阿 ^ア 仲 ^{チュウ} <i>A-tsiu.</i>	令 ^{レイ} 仲 ^{チュウ} <i>Rei-tsiu.</i>
舍 ^{シヤ} 弟 ^{テイ} <i>Siya-tei.</i>	淑 ^{シユク} 弟 ^{テイ} <i>Siyuk-tei.</i>

Figura 11 - Hoffmann (1868, p. 78)

Neste exemplo da figura 5, podemos observar que, na coluna à esquerda, encontram-se as palavras que se referem ao falante; na coluna à direita, encontram-se as palavras que se referem ao interlocutor ou à pessoa de quem se fala. Podemos perceber, pela diferença na escolha dos caracteres, que há modéstia do falante ao se referir a si mesmo, e há respeito em relação ao outro, de quem se fala.

Síntese

Em suma, como pudemos observar, Hoffmann elaborou uma gramática distinta da de Curtius, utilizando seus conhecimentos em chinês e revisando os significados das palavras e exemplos apresentados, atualizando-os de acordo com a forma falada pelas pessoas no século XIX. Mesmo seguindo parte da terminologia de Rodrigues, como o uso de honra, nota-se que a ‘marca cultural’ distancia-se da ideologia religiosa. A finalidade da obra também não é apenas viabilizar a comunicação entre holandeses e japoneses, mas nota-se pela presença da tradução inglesa e alemã, que o autor tinha um objetivo muito maior, muito próximo da finalidade acadêmica almejada por Chamberlain em 1888, como veremos mais adiante. Ademais, por tratar a polidez conforme a comunidade linguística japonesa a utiliza, considerando suas particularidade, temos que concluir que Hoffmann adota uma perspectiva êmica.

3. 4) *Elements of Japanese Grammar, for the use of beginners* (Shanghai, 1861), de Rutherford Alcock;

A perspectiva êmica presente em Alcock já havia sido mencionada no capítulo III, onde indicamos que o autor considerava que os japoneses possuíam uma “estranha propensão a auto-humilhação, uma certa ausência de individualismo e autoafirmação”

(1861, p. 171). Acerca da polidez, o autor relaciona-a à falta de individualismo, propondo que as pessoas não possuem liberdade para utilizar a língua japonesa sem polidez.

3. 4. 1) Terminologia utilizada por Alcock (1861)

Polidez e suas direções

A gramática *Elements* de Alcock é bem breve, possuindo apenas um capítulo introdutório e nove capítulos organizados segundo nove classes de palavras (artigo, nome, pronome, adjetivo, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição), a começar pelo artigo. Essa ordem de apresentação não se assemelha a nenhuma das demais gramáticas, uma vez que não há artigos como os da língua inglesa no japonês, como o próprio autor explica (1861, p. 17).

No capítulo sobre o artigo, Alcock explica como se expressar em japonês sem o uso de artigo definido “the”, fazendo paráfrases do conteúdo. Aqui nos chamam a atenção as variações apontadas pelo autor e as diferenças no emprego de “honorifics”: 1) Em conversas; 2) Em livros; 3) Em carta oficial; 4) Em carta familiar. Para cada um desses gêneros textuais, o autor aponta formas diferentes de expressar o mesmo com conteúdo honorífico. Vejamos um exemplo de estilos utilizados em conversas (ALCOCK, 1861, p. 17):

1) IN CONVERSATION - “I see the man (of whom we spoke).”
O-hana-shi môshi mashita hitowo mimasoo (for miroo-masoo), “(honorific) Spoken (two honorific terms) man (accusative) I have the honour to see (honorific).”

Como podemos notar neste exemplo, há uso do metatermo “honorific terms”, assim como vimos em Landresse (1825, p. 81), e do termo “honour”. Ainda podemos notar a distinção entre os *eixos do falante-destinatário e do falante-referente*, pois há uso de honoríficos distintos para se referir ao homem visto (referente) e ao interlocutor.

Graus de polidez

No capítulo seguinte, sobre substantivo, o autor deixa claros os graus de polidez voltados para inferiores e superiores, e utiliza o metatermo “humility” para se referir à modéstia, como no exemplo a seguir (ALCOCK, 1861, p. 18):

Example. *Ga* used as a pronoun in the third person, for inferior: *Aréga hong*, “His book”.
Ga, in the first person, as a term of humility in the speaker: *Watakooshi-no* (or *ga*) *hong*, “My book;”- either *no* or *ga* it seems may be used.

No, in the second or third persons, in relation to superiors: *Kôshino oshié*, “The doctrine of Confucius;” *Anata no hong*, “Your book.”

Este exemplo chama-nos a atenção para a transliteração para o alfabeto latino da palavra “hong” (livro), cuja escrita se assemelha à transliteração da língua chinesa. Essa forma não havia sido vista nas gramáticas anteriormente analisadas, o que indica que é uma marca de Alcock se aproximar da forma de transliteração chinesa, misturando-a com a japonesa.

Fatores que regem o uso da polidez e impolidez

Ao se referir aos sufixos de plural, Alcock refere-se diretamente a Rodrigues, utilizando a grafia “Rodriguez”, como havia sido grafado por Landresse (1825), Humboldt (1826) e Pagés (1861), obras de tradição francesa¹⁵⁵. Vejamos o que Alcock (1861, p. 19) afirma sobre Rodrigues:

Finally, the plural is sometimes expressed by placing immediately after the nouns, *tatchi*, *domo* or *ra*. Rodriguez speaks of a fourth, *soo*, but this appears to be always a prefix. (...) The whole three however, in expressing number, also convey a meaning of humility, as do a large number of other terminatives which will be more fully treated of in connection with the personal pronouns, to which they are most frequently attached.

Ao se referir aos sufixos de plural, Alcock não apresenta claramente as classes sociais a que se referem nem a hierarquia de pessoas. O autor apenas faz menção a crianças e mulheres que conversam entre si com uma linguagem familiar (ALCOCK, 1861, p. 20). Assim como Landresse, não menciona os judeus nem outro povo como inferior. Por isso, podemos observar que há um tratamento dos sufixos de forma distinta da apresentada por Rodrigues.

Graus de polidez

No capítulo sobre pronomes, o autor indica níveis de polidez sem definir claramente a quantidade existente. Alcock (1861, p. 22) utiliza as expressões “less honorific”, “the most humble form”, “the most honourable form”, “only used to a servant”. Podemos observar que há descrição de usos mais polidos e impolidos. O uso destinado a um funcionário é o mais baixo, o que reflete a ‘marca cultural’ da época.

¹⁵⁵ Em nota na página 28, Alcock faz uma referência direta à obra de Landresse (1825), afirmando que esta é acessível ao leitor.

Síntese

Em suma, a terminologia empregada por Alcock se assemelha muito com a de Landresse, baseada em Rodrigues, uma vez que utiliza os metatermos “honra”, “humildade”, “honoríficos”, etc. O autor utiliza o termo “politeness” apenas uma vez; e o termo “polite”, duas vezes. Há muitas semelhanças com a obra de Landresse, como o título “Elementos da Gramática Japonesa”, indicando ser sua principal fonte de consulta. Acreditamos que Alcock não consultou diretamente Rodrigues e procurou apresentar até mesmo pontos de discordância em relação ao missionário português. Podemos concluir que a descrição da polidez em Alcock é simples, assim como sua gramática, não trazendo inovações terminológicas.

3. 5) *Colloquial Japanese or Conversational Sentences and Dialogues in English and Japanese, together with an English-Japanese Index to serve as a vocabulary, and an introduction on the grammatical structure of the language by Rev. S. R. Brown, A. M. (1863), de Samuel Robbins Brown*

Brown era um missionário da igreja presbiteriana e sua gramática foi publicada em Shanghai, assim como a obra de Alcock. Apontada como tendo muitos problemas de transcrição para o alfabeto latino e registro pouco claro do falar culto do homem da capital Edo (KURASHIMA, 1998, p. 427-466)¹⁵⁶, a obra de Brown não apresenta uma concepção clara de polidez, mas destaca que a língua japonesa diferencia-se por valorizar palavras longas e circunlóquios (BROWN, 1863, p. ii).

3. 5. 1) Terminologia utilizada por Brown (1863)

A gramática de Brown também é organizada de acordo com as Partes do Discurso (*Parts of Speech*) nesta ordem: verbos, nomes, pronomes pessoais e interrogativos, adjetivos, advérbio, conjunções e posposições, que correspondem a preposições, interjeições e partículas construtivas. Estas se distinguem das Partes do Discurso

¹⁵⁶ KURASHIMA, TOKIHISA. SR. Brown “Kaiwa Nihongo” no Nihongo. In: KATÔ, Tomomi; KURASHIMA, Tokihisa (org.). Bakumatsu no Nihongo Kenkyu. SR Brown Kaiwa Nihongo. Tôquio: Sanseidô, 1998, 504 pp, p. 427-466.

apresentadas por Alcock (artigo, nome, pronome, adjetivo, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição) e inovam ao utilizar o termo “partículas construtivas”¹⁵⁷.

Polidez e seus graus

Há pouca sistematização teórica da polidez, mas a atenção da obra se volta a diálogos orais apresentados de duas formas: polida e não polida. Vejamos um exemplo:

1. *A bow-knot is easy to untie.*
 Hi-za o-ri ni mu-sz-bu to to-ke ya-sz-u go za-ri-ma-s'.
 ヒザオリニムスブ ト トケ ヤスウゴ ガリマス
 Do. Hi-za o-ri ni mu-sz-bu to to-ke ya-sz-i.
 ヒザヲリニムスブ ト トケ ヤスイ

Figura 12 - Brown (1863, p. 1)

Neste exemplo, as traduções em japonês distinguem-se pela polidez em relação ao interlocutor.

No exemplo a seguir, temos a polidez de acordo com o destinatário de níveis sociais diferentes para um homem superior, um igual e um inferior:

12. *Are you married?* (to a superior.)
 Go shi-n-zo wa go za-ri-ma-s' ka?
 ゴ シンゾ ハ ゴ ガリマス カ
 Do. O-ma-e ka-mi-sa-n wa a-ri-ma-s' ka? (to an equal.)
 オマエ カ ミサン ハ アリマス カ
 Do. Te-ma-e wa ni-o-o-bo-o nga a-ru ka. (to an inferior.)
 テマエ ハ ニヤウボウガ アル カ

Figura 13 - Brown (1863, p. 2)

Neste exemplo 12, é interessante notar a polidez manifesta nas três formas de perguntar literalmente “Você possui uma esposa?”. Desse modo, a própria palavra “esposa” (“go shinzo”, “kamisan” e “nioobo”) é apresentada de forma diferente, bem como o equivalente a “você” (“omae” e “temae”)

Voltemos ao exemplo já mencionado no capítulo III (BROWN, 1863, p. ii):

A linguagem oral deleita-se com expressões de cortesia, e uma das características mais notáveis do estilo de fala polido é o uso de palavras longas e circunlóquios. Então, *ari* vira *ser*, e *aru* vira *é* ou *são*. Mas essas simples formas não são usadas na conversação polida, pelo menos elas nunca foram usadas ao se endereçar ou falar de uma pessoa a quem alguém deseja expressar

¹⁵⁷ Essas “Constructive particles” são as expressões que se adicionam ao nome para indicar a função sintática, como as partículas *wa*, *ga*, *wo*. (BROWN, 1863, p. xxxiii).

respeito. Neste caso, *ari* se torna *arimaszru*, ou por elisão, *arimas'*, ou mais polido ainda: *gozaimaszuru* ou *gozarimas*¹⁵⁸.

Podemos notar que Brown distinguiu a polidez do *eixo do falante-referente e do eixo do falante-destinatário* ao explicar que, em uma conversação polida, a forma de falar é diferente ao se endereçar a alguém ou falar de alguém a quem se quer expressar respeito.

Brown utiliza os seguintes metatermos para sistematizar a polidez: “cortesia” (1863, p. ii), “polite form” (1863, p. v); “honorific prefix” (1863, p. xxiv); “respect” (1863, p. xxxv), “politeness” (1863, p. xxxvi).

Sobre os graus de polidez, o autor apresenta, ao tratar dos sufixos de plural, que há níveis de respeito com relação ao destinatário ou a pessoa de quem se fala. Para Brown (1863, p. xxxv), os sufixos de plural podem ser listados nessa ordem ascendente de polidez: 1. “Domo”, 2. “Ra”, 3. “Tachi”, 4. “Shiu”, 5. “Ngata”. Além destes, o autor também indica “rui” e “nado”, que se ligam a pessoas ou coisas. Para esses sinais de plural, o autor não apresenta nenhuma ‘marca cultural’ ideológica.

Na descrição dos pronomes de acordo com o grau de polidez, há um registro interessante sobre a hierarquia social prevalente em meados do século XIX. O autor assinala o imperador (“emperor”), como sendo a pessoa mais elevada na hierarquia social. Em seguida, está o *Taikun* (Shogun) ou qualquer outro nobre de alto nível social (1863, p. xxxvi). Assim, podemos notar que a gramática de Brown retrata a língua falada antes da Restauração Meiji (1868).

Síntese

Ainda que Brown fosse um missionário presbiteriano, sua gramática não apresenta uma terminologia de ‘marca cultural’ marcada pela religião. Seu objetivo claramente é a comunicação, uma vez que apresenta diferentes diálogos a serem estudados pelos aprendizes. Seu foco é a língua coloquial oral, por isso, não há a pretensão de ser um trabalho acadêmico. Há sim alguns erros de ortografia, como mencionou Kurashima (1998), mas cumpre o seu objetivo de ser uma obra pedagógica que auxilia o estudante.

Em suma, ao apresentar a polidez pelo viés da comunidade de fala, Brown leva em consideração as particularidades da língua, descrevendo-a pela perspectiva êmica.

¹⁵⁸ Tradução nossa. No original: “The oral language delights in courteous expressions, and one of the most remarkable features of the polished style of speech is the use of long words, and circumlocutions. Thus *ari* means to be, and *aru* is or are. But these simple forms are not used in polite conversation, at least they are never used in addressing or speaking of a person to whom one desires to show respect. In that case *ari* becomes *arimaszru*, or by elision, *arimas'*, or more politely *gozaimaszru*, or *gozarimas'*”.

3. 6) *A Short Grammar of the Japanese Spoken Language* (1ª. ed. 1869; 4ª. ed. 1888), *A Grammar of the Japanese Written Language* (1ª. ed. 1872; 3ª. ed. 1904) e *A Grammar of the Japanese Spoken Language* (1888), de William George Aston.

Aston apresenta uma concepção de polidez que defende a particularidade das palavras e partículas de humildade e de honra (ASTON, 1904, p. 161). Assim, como os demais gramáticos estrangeiros, mantém a ênfase nas peculiaridades da língua, considerando a perspectiva êmica.

Nas obras analisadas, há pouca variação na terminologia, razão pela qual vamos analisá-las conjuntamente a seguir.

3. 6. 1) Terminologia utilizada por Aston

Polidez

Para sistematizar a polidez nas suas obras, Aston utiliza os seguintes metatermos “honorific” e “humble” para se referir aos honoríficos de honra e de modéstia.

O metatermo “polite” (1888 [1869], p. 175) é indicado como expressão da polidez do *eixo do falante-destinatário*, como no seguinte exemplo:

Masu was originally a honorific. As now used, it expresses neither respect nor humility but is a polite termination which may be used indiscriminately with any person of the verb. It should be remembered that *masu* is an element of the contracted forms *desu*, *deshita* and *deshô*, which are therefore somewhat more polite than *da*, *data*, and *darô*. But a contracted form which contains a honorific or polite for is always much less respectful than the uncontracted form. The politeness implied in the use of *masu* is always for the benefit of the person addressed, and not of third persons.

Podemos observar que o termo “polite” está sendo usado como expressão de polidez a que a gramática moderna chama de “teineigo”, não sendo considerado pelo autor como honorífico ou humildade.

O mesmo termo “polite” foi usado como referência ao honorífico de respeito no seguinte exemplo (1888 [1869], p. 167):

Chinese words are commonly considered more elegant than their Japanese synonimes, and are therefore sometimes preferred in polite speech. Thus for *o sake*, *go shiu* is considered a more polite term; *go ran nasare* ‘look’ is preferred to *o mi nasare* and *go zonji de gozarimasû*, ‘you know,’ is always said instead of *o shiri nasaru*.

Expressões de ornamento e mudança linguística

Neste exemplo, a forma polida formada pelo prefixo “go”, “go shiu”, é indicada por expressões que levam em consideração a hierarquia social entre o falante e o interlocutor, por isso, podemos afirmar que o uso do prefixo de polidez não é uma mera *expressão de ornamento*. Além disso, os demais exemplos indicam verbos honoríficos.

Quanto as *expressões de ornamento*, Aston faz uma ressalva que apresenta indicativos de uma mudança linguística em relação ao uso de alguns prefixos. Vejamos sua explicação (ASTON, 1888 [1869], p. 171):

Sometimes the honorifics are intended by way of respect to the objects to which they are applied. There are words with which the lower classes use them almost invariably, partly from this reason, and partly no doubt from habit. ‘The sun’ for example is *o tentô sama* with women of the lower class, ‘cold water’ is *o hiya*, ‘hot water’ *o yu*, ‘food’ *go zen*, ‘cash’ *o ashi*, ‘a Buddhist temple’, *o tera* etc. etc.

Como podemos ver neste trecho, para Aston, há manifestação de respeito para objetos nesse caso, e não em relação à pessoa do destinatário ou referente. A razão dessa mudança de uso da polidez é atribuída pelo autor ao uso por pessoas de baixas classes sociais, que usam os prefixos de polidez indiscriminadamente e por hábito.

Direções de polidez

O autor também utiliza o termo “respect” como termo que abrange “honoríficos” (1888 [1869], p. 166-167). Para Aston, “respect” e “humility” podem ser indicados por: “special honorific or humble nouns, pronouns or verbs”, “honorific prefixes” e “honorific sufixes”. Essa terminologia segue a tradição comum nas obras em língua inglesa que analisamos desde Alcock (1861).

A polidez pelo *eixo do falante-referente* também é indicada por Aston ao, por exemplo, explicar os verbos honoríficos (1888 [1869], p. 170):

Honorific verbs are of two kinds (a) where a wholly diferente word is substituted for the ordinary verb and (b) where the causative or potential (passive) verb is put instead of the simple verb, on the principle that it is more respectful to say that a person has caused a thing to be done or has been able to do it than merely that he has done it.

Nas duas possibilidades de verbo honorífico assinaladas pelo autor, há a manifestação de polidez à pessoa de quem se fala (referente) e com que se fala (destinatário).

A sistematização da polidez pode ser compreendida a partir desta citação, que a sintetiza (ASTON, 1904 [1872], p. 161):

Humility and respect are indicated in Japanese in the following ways:-

I- By prefixing to nouns *on*, *go*, *ki*, *son*, *hei*, &c; or to verbs the particles *o* or *on*.

II- By substituting for the simple verbs the derivative causative or passive verbs.

III- By the use of humble and honorific synonyms instead of the ordinary nouns or verbs.

IV- By means of auxiliary verbs.

Podemos observar que há prefixos que se juntam a nomes, partículas que se somam a verbos, verbos simples na forma causativa or passiva, nomes e verbos especiais e verbos auxiliares.

Fatores que regem o uso da polidez

Ao descrever os pronomes, Aston nos apresenta um retrato da sociedade japonesa em uma perspectiva êmica, pois explica o uso de cada um de acordo com a hierarquia social do momento (ASTON, 1873 [1869], p. 12-13):

§14. The personal pronoun of the second person differs according to the rank of the personal addressed.

Anata, for *ano kata* ‘that side,’ (plur. *anata gata*) is properly a pronoun of the third person but like the German *Sie* has come to be used for the second. It is sometimes a noun as in the phrase *kono anata* ‘this gentleman.’ *Anata* is used when speaking to superior or equals, or in fact, to any one who has a claim to be addressed with civility. *Omaye* (plural *omaye gata*) is familiar and condescending, and is the word used in addressing servants, workmen, the members of one’s own family, etc. *Omaye san* is almost the same as *anata*, but more familiar, and is used chiefly by women. *Kisama* and *temaye* are used in addressing coolies and other persons of the lowest class in a familiar way. *Kimi* is much used among soldiers and students; *sensei* in addressing men of learning; a servant says *danna* (master), *danna-san* or *danna-sama* (rarely *anata*) in addressing his master.

Other words for ‘you’ are *konata* (for *kono kata*, ‘this side’), *sonata*, (for *sono kata*, ‘that side,’ familiar) *sono hô* (by magistrates to prisoners or witnesses), *sochi* (to inferiors), *nushi* (‘master’, very contemptuous), *o nushi* (very familiar), *ware* (rustic), *unu* (abusive), *sokka* (formal). But *anata* and *omaye* will be found enough for most Europeans to trouble themselves with.

Neste exemplo, em primeiro lugar, chama-nos atenção as classes sociais mencionadas: funcionários, trabalhadores, mulheres, coolies, estudantes, professores, soldados, prisioneiros, magistrados, vítimas do processo. Podemos notar cargos, como estudantes, soldados, magistrados, que surgem com a modernização social da segunda metade do século XIX. Em segundo lugar, destacamos também as pessoas envolvidas em processos judiciais (vítima, prisioneiro, magistrado), o que indica que havia uma

organização do sistema penal aos moldes europeus na época¹⁵⁹. Outro fator importante a se destacado é a sistematização da polidez vertical e horizontalmente, indicando, respectivamente, as relações entre pessoas de níveis hierárquicos diferentes (superiores e inferiores) e entre membros de uma mesma comunidade e de uma comunidade externa (relação interna e externa). Aston considera que a língua pode ser usada de uma forma “familiar” para se dirigir a membros da própria família. O autor também esclarece no exemplo que há formas mais rústicas e abusivas, indicando a preocupação em apresentar a impolidez em sua gramática.

Impolidez

O autor dedica um parágrafo para tratar das formas de impolidez, como se segue (1888 [1869], p. 181):

§172. CONTEMPTUOUS FORMS OF EXPRESSION.

Some nouns have a contemptuous force, as *tsura* ‘mug,’ for *kawo* ‘face,’ *yatsu* ‘fellow,’ for *hito* ‘man.’

Examples of Contemptuous Verbs are-

Kuu or *kurau*, ‘to eat’ for *taberu*.

Useru, ‘to go away’ for *iku*.

Ketsukaru, ‘to be’ for *aru* or *oru*.

Agaru with the stems of verbs is a contemptuous auxiliary, as *kono baka yarô me nani wo nukashi-agaru?* ‘What is this ----- fool gabbling about?’

Me is used after nouns as a contemptuous suffix, as *chikushô me* ‘beast,’ *ama me* ‘hussy,’ *berabô me* ‘scoundrel,’ *yarô me* ‘low fellow.’

No tratamento da impolidez, Aston também apresentou diferentes formas morfológicas: nomes, verbos, auxiliar verbos e sufixo. No entanto, o autor não indica as circunstâncias em que essas formas devem ser usadas, nem indica as pessoas destinatárias. Disso podemos concluir que Aston não definiu claramente as classes sociais a quem se destina a impolidez por estas não serem mais tão definidas nesta época, como eram nos tempos de Rodrigues. Ou seja, talvez a impolidez para Aston pudesse ser utilizada por qualquer pessoa referindo-se a qualquer outra, sem relação com sua posição social, mas dependendo do contexto.

¹⁵⁹ O primeiro código penal japonês ocidental data de 1880 e foi redigido pelo jurista francês Gustave Emile Boissonade de Fontarabie (1829-1910), a pedido do governo japonês. (ENCYCLOPEDIA OF JAPAN, 1999, versão digital disponível em na base de dados JapanKnowledge. Disponível em: japanknowledge.com).

Graus de polidez

Acerca dos graus da polidez, o autor apresenta que os nomes e verbos podem: *neutral, humble e honorific* (ASTON, 1904 [1872], p. 162). Isso reflete também que a polidez foi considerada em três direções, como já apresentado em Rodrigues: iguais, superiores e inferiores.

Síntese

Sobre a ‘marca cultural dos termos’, observamos que Aston não demonstra uma ideologia predominante no tratamento da polidez em si, mas possui uma característica de estilo inovadora ao usar exemplos literários de obras clássicas japonesas, como: *Kojiki, Manyôshu, Genji Monogatari*, etc. (1904 [1872], p. 55, 164), ao mesmo tempo em que utiliza palavras que refletem a modernização do Japão do final do século XIX. Isso revela um estilo erudito almejado pelo autor, que também era tradutor de algumas dessas obras e autor de *A History of Japanese Literature* (1899).

Outra característica da gramática da língua escrita é o tratamento da língua antiga (“old/ ancient language”) e moderna (“modern”), presente em diversos momentos nas obras gramaticais. Isso revela que Aston estava em um momento de consolidação da língua moderna padrão, como apresentado em 1895, no famoso artigo intitulado “Hyôjyungo ni tsukite” (Sobre a língua padrão), de Ueda Kazutoshi (ou Mannen)¹⁶⁰.

Em suma, nas três obras analisadas, a terminologia utilizada por Aston é praticamente a mesma e reflete, de forma detalhada, quais as estruturas morfológicas responsáveis para expressar a polidez. Comparando com as gramáticas de escritores anteriormente analisados, Aston parece consolidar a terminologia em língua inglesa, utilizando os termos utilizados em Alcock e Brown. Pela grande quantidade de obras e edições, podemos notar que houve uma larga recepção da terminologia gramatical sobre a polidez na época, influenciando também o acadêmico Basil H. Chamberlain.

¹⁶⁰ Publicado na revista literária Teikoku Bungaku, v. 1, n. 1.

3. 7) *A Simplified Grammar of the Japanese Language (1886), A Handbook of Colloquial Language (1ª ed. 1888; 2ª ed. 1889), de Basil Hall Chamberlain. (2ª. edição, 1889 [1888])*

Mencionamos no Capítulo III que, para Basil H. Chamberlain, a língua japonesa era a “mais saturada de expressões honoríficas” do mundo, e sem o domínio adequado do uso de polidez, seria “impossível falar japonês da forma correta” (1889 [1888], p. 238). O autor trata do tema da polidez nas obras *A Simplified Grammar of the Japanese Language* (1886) e *A Handbook of Colloquial Language* (1ª. ed. 1888; 2ª. ed. 1889) utilizando a mesma terminologia, por isso, trataremos das duas obras conjuntamente nesta seção.

3. 7. 1.) Terminologia utilizada por Chamberlain

Em *A Handbook of Colloquial Language* (1ª. ed. 1888; 2ª. ed. 1889), Chamberlain trata principalmente da polidez no capítulo XI, intitulado “Honorifics”, considerando-o como um fenômeno ligado “não somente ao vocabulário, mas também à própria gramática” (1889 [1888], p. 238).

Polidez e suas direções

Para a sistematização da polidez, Chamberlain utiliza a metalinguagem gramatical descritora com base nas pessoas do discurso: primeira, segunda e terceira pessoas, como pode ser evidenciado no parágrafo 393 ([1888] 1889, p. 238-239):

393. O uso de honoríficos é guiado por quatro principais considerações:
- I. Formas honoríficas são usadas para falar de ações ou possessões de pessoas a quem se destina, enquanto formas de depreciação e de modéstia são usadas para se falar de si mesmo. Em outras palavras, o que nós devemos atribuir de estilo à primeira pessoa é a auto-depreciação e à segunda pessoa, cortesia.
 - II. Ao falar sobre outros (o que nós devemos chamar de 3ª. pessoa), os honoríficos são usados apenas se a pessoa de que se fala é superior na hierarquia em relação à pessoa com quem se fala, ou, se a pessoa de que se fala estiver presente, e, mesmo não sendo superior, sendo pelo menos um igual, ou presume-se que se deve usar por cortesia.
 - III. Há gradações no uso de honoríficos, de acordo com o maior ou menor respeito que se deve atribuir à pessoa com quem ou sobre quem se fala.
 - IV. Honoríficos têm a tendência de perder sua significação original e tornar-se meras marcas de estilo de falar com cortesia. Às vezes, eles se tornam absolutamente sem sentido.

Podemos observar neste parágrafo que Chamberlain considerou honoríficos de referência, descrevendo a polidez em relação à pessoa sobre quem se fala ou pessoa presente (audiência), e honoríficos de destinatário, considerando a pessoa com quem se fala. Também descreveu a polidez na forma de respeito, ao mencionar os honoríficos usados para falar de ações ou posses da pessoa alvo da polidez, e na forma de modéstia ou depreciação, ao mencionar formas usadas para se referir a si mesmo. Chamberlain utilizou o metatermo “formas honoríficas” (*honorific forms*), para se referir à forma de respeito propriamente dita, e “formas de depreciação” (*depreciatory forms*) e de modéstia (*humble forms*), para se referir à forma de modéstia. Em vez de “depreciatory”, Aston havia utilizado o termo “humility” (1904 [1872], p. 161), o que revela que há algumas diferenças significativas entre os dois gramáticos.

No item IV citado, podemos perceber a distinção feita entre “formas honoríficas” (*honorifics forms*) e “meras marcas de estilo de falar com cortesia” (*mere marks of a courteous style of speech*). As primeiras são formas que manifestam a polidez em relação a alguém superior, mas as segundas apenas expressam um certo apreço, sem realmente possuir o sentido de polidez no discurso. Desse modo, o termo “cortesia” não é utilizado como metatermo para descrever a polidez.

Prefixos, expressões de ornamento e mudança linguística

Para os prefixos de polidez, diferentemente de Rodrigues, que utilizou os metatermos “partícula de honra” e “partícula humiliativa”, mas Chamberlain usa o metatermo “prefixo honorífico” (*honorific prefixes*), conforme podemos observar no parágrafo 395 (1889 [1888], p. 239):

(...) Ao se referir a um igual ou superior, a palavra “o”, “honorável”, ou “go”, “augusto” (conf. §210, p. 139), é usada como prefixo na maioria dos nomes denotando objetos pertencentes a ou conectados, de alguma forma, a essa pessoa. Até mesmo adjetivos e advérbios, às vezes, utilizam um ou outro dos prefixos honoríficos. (...)

Chamberlain não utiliza o termo “partículas”, mas sim “prefixos” para indicar as palavras que podem ser utilizadas antes de nomes (substantivos), adjetivos e advérbios. Vejamos um exemplo da “incidência” desse metatermo “prefixos honoríficos” (CHAMBERLAIN, 1889 [1888], §396, p. 240, tradução nossa):

396. Aqui há alguns exemplos de usos desses prefixos honoríficos;
O kodomo-shu {“Your (his, her, etc.) children.”
(Sua criança/ Seu filho/ Sua filha)

Danna wa o isogashiū gozaimasū. Master as-for, honourably busy is. { “My master is busy”
(Seu honorável mestre está ocupado./ Seu honorável marido está ocupado.)

Nesse exemplo, como podemos observar pela tradução apresentada pelo autor, os prefixos são utilizados para indicar polidez.

No entanto, assim como vimos em Aston (1888 [1869], p. 171), há também o uso de prefixos sem o sentido de polidez. Com relação ao uso do “o” como mera cortesia, Chamberlain explica:

400. Muitas palavras em comum usam o “o” sem nenhuma intenção honorífica face-a-face com a pessoa com quem se fala, especialmente nas bocas de mulheres e classes inferiores. Portanto, nó ouvimos diariamente expressões como:¹⁶¹

o bake, “a ghost”. (um fantasma)

o bon, “a tray”. (uma bandeja)

o cha, “tea”. (chá)

(...)

o kane, “money”. (dinheiro)

o naka, “a person’s inside.” (interior de uma pessoa/ barriga)

o shaberi, “gossip”. (fofoca/ boato)

(...)

Esses são exemplos da tendência de honoríficos de se tornarem sem sentido.

Nesses exemplos citados no parágrafo 400, há, portanto, uso das chamadas *expressões de ornamento (bikago)*. Não há significado de polidez nessas palavras, mas são palavras correntemente usadas no cotidiano com prefixos. Podemos notar aqui a depreciação das mulheres como pessoas inferiores.

O que nos chama a atenção nestes exemplos é o fato de percebermos uma mudança linguística registrada por Chamberlain. Enquanto antes de Aston os prefixos apenas indicavam polidez, a partir deste e de Chamberlain apresentam-se expressões de ornamento (*bikago*) esvaziadas da intenção honorífica em alguns casos de uso cotidiano.

No tratamento da polidez em verbos, Chamberlains assim como Aston, divide em três níveis: “verbo plano” (plain verb), considerado como “neutral” por Aston (1904 [1872], p. 162); “honorífico” (*honorific*) e “modéstia” (*humble*). Vejamos um exemplo dessa “incidência” (CHAMBERLAIN, 1889 [1888], p. 245):

405. Há, além disso, inúmeras ideias constantemente recorrentes, para as quais verbos separados são empregados conforme a expressão se destina a ser honorífica ou modesta.¹⁶²

PLAIN VERB.

HONORIFIC.

HUMBLE

au, “to meet” (encontrar);

o ai nasaru,

o me ni kakaru.

¹⁶¹ As traduções entre parênteses são nossas. Mantivemos o termo inglês no original para facilitar a compreensão do exemplo.

¹⁶² As traduções entre parênteses são nossas. Mantivemos o termo inglês no original para facilitar a compreensão do exemplo.

iku, “to go” (*ir*); *o ide nasaru*, *mairu*, *agaru*, *makaru*
irassharu,
o ide ni naru,
 (...)

Por meio deste exemplo, podemos notar que Chamberlain utiliza os termos “honorífico” (*honorific*) e “modéstia” (*humble*) para se referir às formas de respeito e de modéstia. Especificamente para verbos, o autor usa os metatermos “verbos honoríficos” (*honorific verbs*) e “verbos de modéstia” (*humble verbs*), como foi também apresentado por Aston, cuja “incidência” pode ser observada no parágrafo 406 (CHAMBERLAIN, 1889 [1888], p. 246, tradução nossa):

406. É claro que os verbos honoríficos podem somente ser empregados ao falar a alguém ou sobre alguém, enquanto os verbos de modéstia são aplicados apenas ao próprio falante ou a alguém intimamente conectado a ele, como, por exemplo, seu próprio filho ou servo.¹⁶³
 (...)
Doko ye irassharu? Where to deign-to-go? “Where are you going?” (Aonde você está indo?)
Gakkô ye mairimasû. School to go. “I am going to the college” (Estou indo para a escola)

No primeiro exemplo *Doko ye irassharu?* (Aonde você está indo?), temos o uso do verbo honorífico *irassharu* (*ir*). No segundo exemplo *Gakkô ye mairimasû.* (Estou indo para a escola), temos o uso do verbo de modéstia *mairimasû* (*ir*).

Impolidez e fatores que regem o uso da polidez

Chamberlain também descreve formas de impolidez para se dirigir a pessoas inferiores, como no exemplo a seguir (CHAMBERLAIN, 1889 [1888], p. 247):

408. Mas, com exceção de ocasionalmente se dirigir a seus servos (*servants*) e empregados braçais (*coolies*), e em palavras de comando militar e naval, o modo imperativo de outros verbos podem ser raramente ditos serem usados. Esse tipo de estilo para se dirigir a alguém poderia soar muito rude e abrupto. Os seguintes exemplos servirão para ilustrar as perífrases honoríficas pelas quais o imperativo é comumente substituído.¹⁶⁴
o kaki nasai, lit. “honourably deign to write,” (Poderia fazer a gentileza de escrever)
 (...)

No exemplo citado, podemos notar que o autor indicou o uso de formas menos polidas para se dirigir a empregados ou inferiores na hierarquia do Exército ou da Marinha.

¹⁶³ As traduções entre parênteses são nossas. Mantivemos o termo inglês no original para facilitar a compreensão do exemplo.

¹⁶⁴ Tradução nossa.

Outros inferiores são (1889 [1888], p. 248): *coolies, peasants, speaker's children e servants*.

Síntese

Podemos notar que a ‘marca cultural dos termos’ utilizados para descrever a polidez é muito semelhante à de Aston, uma vez que não reflete uma ideologia ou religião tão claramente, mas deixa transparecer a diferença dentre alguns grupos sociais de um país em modernização, como patrão e funcionário, o tratamento de crianças e mulheres como inferiores. Sobre a organização social, o autor apresenta o país nos moldes ocidentais por meio do uso de algumas expressões modernas, como: “Minister of Marine” (1886, p. 25), “Tôkyô no jûmin” (habitantes de Tóquio) (1886, p. 26), “Nihon no jimmin/ Japanese compatriotis” (1886, p. 32), entre outras.

Podemos afirmar, também, com base nas duas obras analisadas, que Chamberlain adota uma perspectiva êmica, pois descreve a polidez como ela é usada na sociedade japonesa, diferenciando-a da forma com que normalmente aparecem nas línguas europeias (CHAMBERLAIN, 1886, p. 13):

The Japanese words corresponding to the personal pronouns of European languages are simply nouns whose original significations are in most cases perfectly clear, and which are indeed still often used with those significations. They answer to such English expressions as “your humble servant” (meaning “I”). Self-depreciatory terms are naturally used to represent what we should call the first person, and complimentary terms to represent the second person, thus:
Boku, “servant”;
Ses-sha, “the awkward person”;
(...)

Dessa forma, podemos observar que houve uma continuidade desde Rodrigues a Chamberlain da perspectiva êmica, que tende a valorizar a relação interna com o objeto descrito e a análise interna nas quais os enunciados descritivos são determinados (ou controlados) pelo sistema de funcionalidade definida no interior da comunidade de fala observada (SWIGGERS, 2010, p.17).

Capítulo V – Considerações finais

1. Continuidade e descontinuidade da concepção de polidez nas obras analisadas

Em relação à concepção de língua japonesa, vimos no capítulo III que há uma tendência a considerar uma hierarquia entre línguas desde as *Artes* de Rodrigues até Chamberlain. Os missionários, ao descreverem uma língua considerada ‘exótica’, não tiveram uma preocupação científica no tratamento do conhecimento linguístico, como assinala Altman (2011, p. 220). E posteriormente no século XIX, ainda que a concepção de língua japonesa houvesse sido tratada por uma abordagem comparativa, esse idioma foi colocado, muitas vezes, como inferior, como um “dialeto”, principalmente se comparado à língua chinesa. Por isso, visão comparativista vigente no século XIX, como vimos, reforçava a ideia de que o japonês era uma língua inferior e de origem “grosseira” e “rudimentar” (BOUSQUET, 1877, p. 327).

Portanto, ao analisarmos a concepção de língua japonesa nas gramáticas, notamos uma tendência em considerá-la pela perspectiva êmica, considerando os conhecimentos de uma comunidade, mas sendo determinada como uma particularidade de um povo visto como “exótico”. Nesse sentido, retomamos aqui a consideração de Burke (2011, p. 12) sobre o poder de contar o passado e de Kilomba (2019, p. 52) sobre como o outro “subalterno” é visto como “acientífico”, “parcial”, “particular” e não universal.

No que tange à polidez, podemos observar uma linha de continuidade da sua concepção no período que denominamos Século XVI ao XVII: Missionários cristãos no Japão ao período Século XVIII e primeira metade do século XIX: Governo Tokugawa.

A partir das *Artes* de Rodrigues, verificamos uma concepção de língua dedicada à difusão da fé cristã e da adoção do método da “acomodação”, predominando uma visão da polidez como uma maneira elegante de falar que deveria ser compreendida por missionários cristãos que quisessem difundir a fé em todas as camadas sociais do Japão, desde a pessoa mais simples até os líderes políticos do arquipélago.

No período do século XVIII, marcado pela proibição dos missionários cristão no Japão e pelo contato limitado aos holandeses no sul do país, em Dejima, Nagasaki, a polidez continuou sendo apresentada nas gramáticas de Collado, Oyanguren e Landresse como uma particularidade da língua japonesa, uma vez que estes autores se basearam na concepção de polidez proposta por Rodrigues.

A partir da gramática de Curtius, que inaugura o período do Século XIX, com a retomada do contato com os europeus, a concepção de ‘linguagem’ e ‘língua’ passa a ser vinculada à perspectiva de “raça”, isto é, ligada aos elementos de determinada nação: determinado povo e território. Da mesma forma, a polidez passa a ser vista como uma particularidade do povo japonês, inexistente em outros povos da mesma maneira.

Desse modo, podemos observar que nos três períodos, ainda que a concepção de ‘polidez’ tenha mudado, esta continuou sendo vista pela perspectiva êmica. Isso significa que a ‘polidez’ do japonês foi vista não como um fenômeno universal, mas peculiar à própria língua.

2. Continuidade e descontinuidade do uso da terminologia pelos gramáticos estrangeiros

Ao analisarmos as terminologias dos três períodos, podemos observar algumas linhas de continuidade.

A principal delas é o uso de metatermos de mesma raiz que a palavra “honra”. Como vimos, esse termo de origem latina foi utilizado por Rodrigues e continuou presente nas gramáticas até o século XIX. Apenas na gramática de Curtius verificamos o uso de *beleefdheid* (polidez).

Sobre o uso do metatermo “polidez”, não o verificamos nas gramáticas de Rodrigues, Collado ou Oyanguren. Mas, a partir de Landresse, inaugura-se uma tendência no uso desse termo, que consiste em uma linha de continuidade até a última gramática analisada de Chamberlain.

Outra importante linha de continuidade verificada é o uso do termo “honorífico”. Usado desde Rodrigues, pode ser verificado em todas as gramáticas compondo metatermos como “partícula honorífica”, “verbo honorífico”, entre outros, como vimos no capítulo IV.

Da mesma forma, a partir das análises apresentadas no capítulo IV, podemos observar algumas rupturas importantes. O uso do termo “artigo” para indicar polidez apenas foi utilizado por Rodrigues, que considerou ‘artigos de honra’ e de ‘humildade ou abatimento’. Ainda que Landresse tenha também considerado a classe de palavras ‘artigo’, esta não foi vinculada ao uso polido.

Quanto ao uso dos metatermos “prefixo” e “partícula”, temos grande variação entre as gramáticas analisadas. O termo “partícula” foi largamente utilizado pelos autores

dos dois primeiros períodos: Rodrigues, Collado, Oyanguren, Landresse. No terceiro período, foi usado alternadamente por alguns gramáticos: Pagés, Brown e Aston. Consideremos que Pagés procurou seguir a proposta descritiva da ‘polidez’ de Rodrigues. Nas gramáticas de Brown e Aston, há uso tanto de “prefixo” quanto de “partícula”, indicando o mesmo morfemas de polidez. Com relação ao termo “prefixo”, este está presente somente a partir do terceiro período nas notas acrescentadas por Hoffmann ao manuscrito de Curtius, nas gramáticas de Hoffmann, Alcock, Brown, Aston e Chamberlain. Podemos concluir que Hoffmann inaugurou essa tendência de usar o metatermo “prefixo” ao utilizar em sua gramática da língua inglesa, a primeira que tratou da ‘polidez’ nessa língua.

Verificamos também que o uso do termo “abatimento” somente esteve presente nas gramáticas de Rodrigues e Collado.

Podemos concluir que a inovadora descrição da polidez por Rodrigues influenciou diretamente a obra de Collado e Oyanguren, uma vez que há uso de uma terminologia muito próxima. Indiretamente, Rodrigues também influenciou as demais gramáticas principalmente pelo fato de Landresse, Pagés e Hoffmann terem consultado manuscritos do jesuíta localizados na Europa, o que garantiu certa linha de continuidade da terminologia utilizada por Rodrigues em obras escritas em francês e inglês até o século XIX.

3. Continuidade e descontinuidade da ‘marca cultural’ apresentada nas gramáticas analisadas

Observamos no capítulo IV que a ‘marca cultural’ predominante de Rodrigues a Oyanguren é relacionada ao cristianismo e expressamente revela uma visão europeia colonizadora e antissemita. A partir de Landresse, essa ‘marca cultural’ deixa de ter uma ideologia religiosa, antissemita e missionária. A partir das gramáticas escritas no século XIX, podemos observar o uso de uma terminologia mais neutra, sem marcas ideológicas.

Na gramática de Curtius, Pagés, Alcock, temos uma terminologia que reflete a sociedade moderna do funcionalismo público e modernização da sociedade e da língua. Ainda que a polidez tivesse sido descrita por missionários, como Brown, no século XIX, não observamos uma ‘marca cultural’ vinculada a religiões, mas sim a uma visão de língua moderna nacional, distante das falas dos samurais e nobres. A partir da descrição das formas de polidez de funcionários públicos não-militarizados, pudemos notar uma

linguagem que busca ser moderna, ao refletir as reformas políticas e sociais de um estado de direito, distanciando-se da visão de que havia classes sociais privilegiadas, como militares e nobres vinculados ao antigo sistema feudal do Shogunato.

Assim, busca-se, nesse terceiro momento, um caráter mais acadêmico, neutro, nos moldes em que estava se transformando também o Ocidente. Ou seja, há nesse momento uma perspectiva descritiva ocidental, em que o modelo gramatical da língua inglesa passa a ser utilizado, buscando dar um ar moderno, neutro, racional, objetivo à língua japonesa.

4. Considerações finais

Vimos no capítulo I que a categoria êmica estaria ligada ao conhecimento particular que o *insider* possuiria. Assim, consideramos que a concepção de polidez e a terminologia utilizadas pelos gramáticos seriam da perspectiva êmica se levassem em consideração os conhecimentos dos nativos, sem propor uma sistematização baseada na perspectiva universal.

Verificamos que a partir de Rodrigues há uma continuidade da perspectiva êmica, como analisado na sua concepção de ‘polidez’, terminologia utilizada e, principalmente, pela ‘marca cultural’. Não apenas verificamos uma linha de continuidade no emprego da terminologia de Rodrigues nas gramáticas analisadas, mas também verificamos uma a continuidade da perspectiva êmica como influência direta e indireta de suas *Artes*.

Essa tendência de descrição pela perspectiva êmica corrobora com a visão colonial de europeus a partir do século XVI de ver a língua de povos da África, Ásia e América como ‘exótica’, ao buscar impor valores particulares, que os distinguem claramente dos povos ocidentais civilizados, superiores e colonizadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

ALCOCK, Rutherford. **Elements of Japanese Grammar, for the use of beginners.** 2 volumes. Shanghai, 1861.

ALCOCK, Rutherford. **The Capital of the Tycoon: A Narrative of a Three Years' Residence in Japan.** New York: Harper & brothers, 1863.

ÁLVARES, Manuel. **De Institvtione grammatica libri tres.** Olyssipone [Lisbon]: Ioannes Barrerius, Typographus Regius, 1572.

ÁLVARES, Manuel. **De Institvtione grammatica libri tres. Coniugationibus accessit interpretatio Iapponica.** Amakusa: Collegio Amacvsensi Societatis IESV cvm facvltrate svperiorum, 1594.

ANÔNIMO. **Vocabvlario da Lingoa de Iapam com declaração em Portugues, feito por algvns padres, e irmãos da Companhia de Iesv.** Nangasaki: Collegio de Iapam da Companhia de IESVS. Facsimile of the Bodleian Library of Oxford University's version ed. by Kamei Takashi. Tokyo: Benseisha, 1973 [1603–1604].

ASTON, William George. **A Grammar of the Japanese Spoken Language.** by W. G. Aston, 4a. ed., Tokio: The Hakubunsha; London: Trübner & Co., Ludgate Hill, 1888. Disponível em: <https://archive.org/details/Grammarfjapanes00astorich>. Acesso em: 11 Out. 2015.

ASTON, William George. **A Short Grammar of the Japanese Spoken Language.** 3a. ed. London: Trübner & CO. Ludgate Hill, 1873.

ASTON, William George. **A Grammar of the Japanese Written Language.** 3^a. ed. Revised and Corrected. London: Luzac & CO. Yokohama: Lane, Crawford & CO., 1904.

BARROS, João de. **Cartinha com preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja.** Lisboa: Luís Rodrigues. Edição crítica, leitura modernizada e reprodução fac-similar Gabriel Antunes de Araujo (org.). São Paulo: Humanitas/Paulistana, 2008 [1539].

BARROS, João de. **Grammatica da lingua portuguesa.** Olyssippone [Lisbon]: apud Lodovicum Rotorigiu[m] Typographum, 1540.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e Latino. Autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos, e offerecido a el-rey de Portugal, D. João V. pelo padre** ——. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1713.

BOUSQUET, Georges. **Le Japon de nos jours et les échelles de l'Extrême Orient**. Paris: Librairie Hachette et Cie, 1877.

BROWN, Samuel Robbins. **Colloquial Japanese or Conversational Sentences and Dialogues in English and Japanese, together with an English-Japanese Index to serve as a vocabulary, and an introduction on the grammatical structure of the language by Rev. S. R. Brown**, A. M. Shanghai: Presbyterian Mission Press, 1863.

CHAMBERLAIN. Basil H. **Things Japanese: being notes on various subjects connected with Japan, for the use of travellers and others**. Reprint of the 4th ed. Rev. & enl. London: John Murray; Yokohama: Kelly & Walsh, 1902.

CHAMBERLAIN. Basil H. **Collected works of Basil Hall Chamberlain: major works**. Vol.1-8. Tokyo: Edition Synapse; Bristol: Ganesha, 2000.

CHAMBERLAIN. Basil H. **A Handbook of Colloquial Japanese**. 1^a. ed. London: Trubner & Co.; Tôkyo: The Hakubunsha; Yokohama, Shanghai, Hong Kong, Singapore: Kelly & Walsh Limited, 1888.

CHAMBERLAIN. Basil H. **A Handbook of Colloquial Japanese**. Second Edition. London: Trubner & Co.; Tôkyô: The Hakunsha, Ginza. Yokohama, Shanghai, Hong Kong, Singapore: Kelly & Walsh, Limited. 1889 [1888].

CHAMBERLAIN. Basil H. **A Handbook of Colloquial Japanese**. Third Edition. London: Sampson Low, Marston, & Co. Ld.; Tôkyô: The Shûyeisha; Yokohama, Shanghai, Hong Kong, Singapore: Kelly & Walsh, Ld., 1898 [1888].

CHAMBERLAIN. Basil H. **A Handbook of Colloquial Japanese**. Fourth Edition. Revised. London: Crosby Lockwood & Son; Yokohama, Shanghai, Hong Kong, Singapore: Kelly & Walsh, Ld., 1907.

CHAMBERLAIN. Basil H. **A Simplified Grammar of the Japanese Language**. (Modern Written Style). London: Trubner & Co.; Yokohama: Kelly and Walsh, 1886.

CHAMBERLAIN. Basil H. **Aino Folk-Tales**. Privately Printed for The Folk-Lore Society. 1888.

CHAMBERLAIN, Basil H. **On the Manners and Customs of the Loochooans by Basil Hall Chamberlain**. Transactions of the Asiatic Society of Japan, Volume XXI, 1893, pp. 271-289

CHAMBERLAIN, Basil H. **A Practical Introduction to the Study of Japanese Writing (Moji no Shirube)**. Second Edition Revised. London: Crosby Lockwood & Son; Yokohama, Shanghai, Hong Kong, Singapore: Kelly & Walsh, Ltd., 1905.

CHAMBERLAIN, Basil Hall; MASON, W. B. **A Handbook for Travellers in Japan**. Including the Whole Empire from Yezo to Formosa. With Twenty-eight Maps and Plans and Numerous Illustrations. Sixth Edition, Revised. London: John Murray; Yokohama, Shanghai, Hong Kong, Singapore: Kelly & Walsh, Limited, 1901.

COLLADO, Diego. **Ars grammaticae Iaponicae linguae**. Roma: Congregação Propaganda Fides, 1632.

COLLADO, Diego. **Grammar of The Japanese Language**. Edited and Translated by Richard L. Spear. International Studies, East Asian Series Research Publication, Number Nine. Center for East Asian Studies, The University of Kansas. 2007. Disponível em: <http://www.jlect.com/resources.php>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

CURTIUS, Jan Hendrik Donker; HOFFMANN, Johann Joseph (edit.). **Proeve eener Japansche spraakkunst**. Leiden: B. A. W. Sythoff, 1857.

FRÓIS, Luis S. J. **Historia de Japam**. Edição anotada por José Wicki, S. J. 5 volumes. Ministério da Cultura e Coordenação Científica. Secretaria de Estado da Cultura. Biblioteca Nacional, Lisboa, 1976-1984.

FRÓIS, Luís. **Tratado em que se contêm muito sucinta e abreviadamente algumas contradições e diferenças de costumes entre a gente de Europa e esta província de Japão (...)**. Apresentação de José Manuel Garcia. Fixação de Texto e Notas por Raffaella D'Intino. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993 [1585].

HOFFMANN, Johann Joseph. **Japansche Spraakleer**. Leiden: A. W. Synthoff & E. J. Brill, 1867.

HOFFMANN, Johann Joseph. **A Japanese Grammar**. *1a. ed.* Leiden: A. W. Synthoff & E. J. Brill, 1868 [2^a.ed., Leiden, 1876].

HOFFMANN, Johann Joseph. **Japanische Sprachlehre**. Leiden: E. J. Brill, 1877.

HUMBOLDT. **Supplément a la Grammaire Japonaise du P. Rodriguez; On Reqmarques additionnelles sur quelques points du système gramatical des Japonais, tirées de la Grammaire composée em espagnol par le P. Oyanguren, et traduites par M. C. Landresse, membre de la Société Asiatique; préce1dées d'une Notice comparative des Grammaires japonaises des PP. Rodrigues et Oyanguren, par M. le Baron G. de Humboldt.** Paris: 1826.

LIGGINS, John. **One Thousand Familiar Phrases in English and Romanized Japanese by the Ver. John Liggins, for several years a missionary in China and Japan.** New York: Stereotyped and printed by H. O. Houghton and Company. 1^a. ed. Shanghai, 1860, 2^a.ed., 1867.

MEDHURST, Walter Henry. **An English and Japanese and Japanese and English Vocabulary.** Compiled from native works, by W. H. Medhurst. Batavia: Printed by Lithography, 1830.

Oliveira, Fernão de [Fernando Oliveyra]. **Grammatica da lingoagem portuguesa.** Lixboa: casa d'Germão Galharde, 1536.

PAGÉS, Léon. **Essai de Grammaire Japonaise composé par M. J. H. Donker Curtius comissaire néerlandais au Japon enrichi d'éclaircissements et d'additions nombreuses par M. le Dr. J. Hoffmann professeur de Japonais et de Chinois, interprète de Gouvernement des Indes Néerlandaises (Publié en 1857, a Leyde).** Traduit du Hollandais avec de nouvelles Notes extraites des Grammaires des PP. Rodriguez e Collado par Léon Pagés. Paris, 1861.

PAGÉS, Léon. **Dictionnaire Japonais-Français.** Traduit du Dictionnaire Japonais-Portugais composé par les missionnaires de la Compagne de Jésus et imprimé en 1603, a Nagasaki et revu sur la traduction Espagnole du même ouvrage redigée par un père dominicain et imprimée en 1630, a Manille, publié par LÉON PAGÉS. Paris: Firmin Didot Freres, Fils et C., 1868. Disponível em: <http://www.jlect.com/resources.php>. Acesso em: 20 out. 2015.

RODRIGUES, João. **Arte da lingoa de Iapam.** Edição fac-similar, de 1977, editada pela Benseisha em Tóquio. Nagasaki: Companhia de Jesus, 1604-8.

RODRIGUES, João. **Arte Breve da Lingoa de Iapoa.** Edição fac-símile da Biblioteca Bodleiana da Universidade de Oxford. Macau: Companhia de Jesus, 1620.

RODRIGUES, João. **Historia da Igreja do Japão pelo Padre João Rodrigues Tçuzzu, S. J. 1620-1633.** Transcrição do Códice 49-IV-53 (ff. 1 a 181). Biblioteca do Palácio da Ajuda, Lisboa. Preparada por João do Amaral Abranches Pinto. Tóquio, 1953. Notícias de Macau, 1954.

RODRIGUEZ, JOÃO. **Éléments de la Grammaire Japonaise**, Par le P. Rodriguez. Traduits du Portugais sur le Manuscrit de la Bibliotheque du Roi, et soigneusement collationnés avec la Grammaire publiée par le même auteur à Nagasaki en 1604, Par M. C. LANDRESSE. Paris: Librairie Orientale de Dondey-Dupré Pere et Fils, 1825. Disponível em: <http://www.jlect.com/resources.php>. Acesso em: 20 de out. de 2015.

ROSNY, Léon de. **Introduction au Cours de Japonais.** Résumé des Principales Connaissances Nécessaires pour l'étude de la langue japonaise. Par Léon de Rosny. Seconde Édition. Paris: Maisonneuve et Cie Éditeurs, 1872 [1856].

SATOW, Ernest Mason. **A Diplomat in Japan.** Cambridge Library Collection, 1921.

SATOW, Ernest Mason. **The Jesuit Mission Press in Japan. 1591-1610.** Privately Printed, 1888.

SATOW, Ernest Mason. **Kuaiwa Hen or Twenty-Five Exercises in the Yedo Colloquial, for the use os students, with notes.** Volume I, II e III. Yokohama: Lane, Crawford & Co., 1873.

VALIGNANO, Alejandro. **Sumario de las cosas de Japón (1583);** Adiciones del Sumario de Japón (1592)/ Alejandro Valignano; editados por José Luis Alvarez-Taladriz. Tomo 1. Tokyo: Sophia University, 1954. (Monumenta Nipponica monographs; n.9).

VULGATE. n.d. The Holy Bible In Latin Language with Douay-Rheims English Translation. Disponível em: <http://www.vulgate.org/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

Fontes Secundárias

ALTMAN, Cristina. A descrição das línguas 'exóticas' e a tarefa de escrever a história da linguística. **Revista da ABRALIN**, v. Eletrônico, n. Especial. 1ª. Parte. 2011. p. 209-230.

ALTMAN, Cristina. História, Estórias e Historiografia da Linguística Brasileira. *In*: BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 19-43.

AOKI, Shihoko. **Kinsei, Kindai Hi-Bogowasha ni yoru Nihongo Keigo Kenkyû no Ichiduke. Rodrigues, Hoffmann, Aston, Chamberlain wo chûshin ni shite** (Pesquisas sobre a polidez na língua japonesa realizadas por falantes não-nativos nos Períodos Pré-Moderno e Moderno. Ênfase em Rodrigues, Hoffmann, Aston e Chamberlain). 2014. 271 f. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade de Kyûshû, Fukuoka, 2014.

ASSUNÇÃO, Carlos da Costa; TOYOSHIMA, Masayuki. **Amakusaban Raten Buntên**. Tradução para o japonês de “De Institutione Grammatica Libri Tres”, de Emmanvelis Alvaries S.J., Amakusa, 1594. Tóquio: Yagi shoten, 2012.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. de Eni Puccinelli Orlandi. 3ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014 [1992].

AZEVEDO, Aluísio. **O Japão**. Apresentação e comentário de Luiz Dantas. São Paulo: Roswitha Kempf Editores, 1984.

BAE, Eun Mi. 2004. La categoría de los ‘adverbios pronominales’ en el Arte de la Lengua Japona (1738) de Melchor Oyanguren de Santa Inés. *In*: ZWARTJES, Otto; HOVDHAUGEN, Even (eds.) **Missionary Linguistics/ Lingüística Misionera**. Selected papers from the first international conference on missionary linguistics, Oslo, 13-16 March 2003. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2004. p. 161-177.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **As linguas difficultosas e os lingua Peritos – Artes de gramática jesuíticas no Brasil colonial dos séculos XVI e XVII**. 2002. 141 f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Introdução à Historiografia da Linguística**. São Paulo: Ed. Cortez, 2013.

BERNABÉ, Renata Cabral. **A construção da missão japonesa no século XVI**. 2012. 144 f. Dissertação (Mestrado em História). Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BERNABÉ, Renata Cabral. **Fé e Prática entre os Kirishitan: Jesuítas, franciscanos e as reações japonesas ao cristianismo**. 2018. 438 f. Tese (Doutorado em História). Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2018.

BOURDIEU, Pierre; SAPIRO, Gisele; McHALE, Brian. First Lecture. Social Space and Symbolic Space: Introduction to a Japanese Reading of Distinction. **Poetics Today**, Vol. 12, No. 4, National Literatures/ Social Spaces (Winter), 1991, p. 627-638. Published by Duke University Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1772705>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BOXER, C. R. **The Christian Century in Japan. 1549-1650**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1951.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. **Politeness. Some Universals in Language Usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987 [1978].

BURKE, Peter. **Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna**. Trad. Cristina Yamagami. São Paulo: Editora Unesp, 2010 [2004].

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história. Novas Perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011 [1992].

CIESLIK, Hubert; ÔTA, Yoshiko (orgs.). **Nihonshi Shôhakka Kirishitan** (Pequena Enciclopédia de História do Japão: Missionários). Tóquio: Tôkyôdô, 1999.

COELHO, Olga Ferreira; BORGES, Patricia de Souza. O metatermo “caso” em duas gramáticas brasileiras do Período Colonial. **Todas as Letras**, São Paulo, v. 14, n. 1, 2012, p. 167-175

COELHO, Olga; HACKEROTT, Maria Mercedes Saraiva. Historiografia linguística. *In: Ciências da linguagem: o fazer científico?* Campinas: Mercado de Letras, 2012.

CRYSTAL, David. **A dictionary of linguistics and phonetics**. 6ª ed. Blackwell Publishing Ltd., 2008.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010 [1982].

DEJITARU DAIJISEN (Grande Dicionário Digital). 2ª.ed. 2 vol. Tóquio: Shogakukan, 2012 [2001]. Versão digital disponível em Japan Knowledge: <http://www.japanknowledge.com>. Acesso em: 15 jul 2022.

- DOI, Tadao. **Kirishitan Bunkenkô** (Reflexões sobre a Literatura Missionária). Tóquio: Sanseidô, 1963.
- DOI, Tadao. **Nihongo no Rekishi** (História da língua japonesa). 16ª. ed. revista. Tóquio: Shibundô, 1970 [1957].
- DOI, Tadao. **Kirishitan Gogaku no Kenkyu** (Pesquisas sobre Linguística Missionária). Tóquio: Sanseidô, 1971.
- DOI, Tadao (trad. e coment.). **Nihon daibunten** (Tradução Japonesa de “Arte da Língua de Iapam”). Tóquio: Sanseidô, 1974.
- DOI, Tadao. **Kirishitan Ronkô** (Artigos sobre Literatura Missionária). Tóquio: Sanseidô, 1982.
- EBISAWA, Arimichi. **Kirishitan Bunka Gaisetsu** (Panorama da Cultura Missionária). Tóquio: Seinen hyôronsha, 1948.
- EBISAWA, Arimichi. **Kirishitanshi no kenkyû** (Pesquisas sobre a História Missionária). Edição revista e aumentada. Tóquio: ShinJinbutsu Ôraisha, 1971.
- EBISAWA, Arimichi. Walter Henry Medhurst. *In: Kokushi Daijiten* (Grande Dicionário de História Japonesa). 15 volumes. Tóquio: Yoshikawa Kobunkan, 1979-1997.
- EBISAWA, Arimichi. Irmão Lourenço, the First Japanese Lay-Brother of the Society of Jesus and his Letter. **Monumenta Nipponica**, Vol. 5, No. 1 (Jan. 1942), p. 225-233. Disponível em: <http://jstor.org/stabel/2382713>. Acesso em: 24 mar. 2014.
- EELLEN, Gino. **A Critique of Politeness Theories**. London and New York: Routledge, 2014 [2001].
- ETO, Hiroyuki. Japan: History of Linguistics. *In: Encyclopedia of Language & Linguistics*, 90-93. Oxford: Elsevier, 2006.
- FERNANDES, Gonçalo; ASSUNÇÃO, Carlos. 2018. First gramatical encoding of Japanese Politeness (17th century). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas** 13:1, p. 187-203.
- FRÉDÉRIC, Louis. **O Japão: dicionário e civilização**. Trad. de Álvaro David Hwang. São Paulo: Globo, 2008.
- FRELLESVIG, Bjarke. **A History of Japanese Language**. Cambridge, New York, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapore, São Paulo, Delhi, Tokyo, Mexico City: Cambridge University Press, 2010.

FRÓIS, Luis S. J.. **Yôroppa bunka to Nihon Bunka** (A Cultura da Europa e a Cultura do Japão). Tradução para o japonês de Okada Akio. 7ª. reimpressão. Tóquio: Iwanami shoten, 1993a [1991].

FRÓIS, Luis S. J.. **Traité de Luís Fróis, S. J.** sur les contradictions de moeurs entre Européens & Japonais. Traduit du Portugais par Xavier de Castro. Préface de José Manuel Garcia, notes & commentaire de Robert Schrimpf. Paris: Editions Chandeigne, 1993b [1585].

FRÓIS, Luis S. J.. **The First European Description of Japan.** A critical English-language edition of Striking Contrasts in the Customs of Europe and Japan by Luis Frois, S. J. Translated from Portugues original and edited and annotated by Richard K. Danford, Robin D. Gill, and Daniel T. Reff. With a critical introduction by Daniel T. Reff. London and New York: Routledge, 2014 [1585].

FUKUSHIMA, Kunimichi. **Zoku Kirishitan shiryô to Kokugo kenkyû** (Suplemento: Documentos Missionários e Pesquisa de Kokugo). Tóquio: Kasamashoin, 1983.

FURUTA, Kei. Basil Hall Chamberlain. **Nipponica: Dai Hakkazensho.** (Nipponica: Grande Enciclopédia). 25 vol. Ed. Rev. Tóquio: Shogakukan, 1994. Versão digital disponível em Japan Knowledge: <http://www.japanknowledge.com>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FURUTA, Tôsaku; TSUKISHIMA, Hiroshi. **Kokugo Gaku shi** (História da língua nacional). Tóquio: Tôkyô Daigaku Shuppankai, 1972.

FURUTA, Tôsaku. **Kokugo Ishiki no Hasei.** (Nascimento da consciência da língua nacional japonesa). Nihonshi- 2- Kingendai. Nihongoseiseishi korekushon. Tóquio: Kuroshio, 2011.

GARNIER, Catherine. Two centuries of Japanese linguistics in France: 1825-1995. **Cipango – French Journal of Japanese Studies.** English Selection. 2 (2013). Disponível em: <https://journals.openedition.org/cjs/300>. Acesso em: 13 jul. 2022.

GORDON, Andrew. **A Modern History of Japan: from Tokugawa times to the present.** New York: Oxford University Press, 2003.

HASHIMOTO, Shinkichi. **Kirishitan Kyôyô no Kenkyû** (Pesquisas sobre a Educação Missionária). 1ª. ed. 2ª. impressão. Tóquio: Iwanami shoten, 1983.

HATANO, Kazuo. Samuel Robbins Brown. **Sekai Daihakka jiten**. (Grande Enciclopédia Mundial). 34 vol. Ed. Rev. 6ª. reimp. Tóquio: Heibonsha, 2014. Versão digital disponível em Japan Knowledge: <http://www.japanknowledge.com>. Acesso em: 13 jul. 2022.

HAUGH, Michael; OBANA, Yasuko. Politeness in Japan. *In*: KÁDAR, Dániel Z.; MILLS, Sara (ed.). **Politeness in East Asia: Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 147-175

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda/ Objetiva, 2009.

HORIGOSHI, Erika. **Para entender o Japão: aspectos da cultura japonesa em textos de Wenceslau de Moraes**. 2012. 11 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Orientador: Prof. Dr. Helder Garmes. Universidade de São Paulo: 2012.

IDE, Sachiko; YOSHIDA, Megumi. Sociolinguistics: Honorifics and Gender Differences. *In*: TSUJIMURA, Natsuko (ed.). **The handbook of Japanese linguistics**. Oxford: Blackwell Publishers Inc, 1999.

IDE, Sachiko; HILL, Beverley; CARNES, Yukiko M.; OGINO, Tsunao; KAWASAKI, Akiko. The concept of politeness: An empirical study of American English and Japanese. *In*: WATTS, Richard; IDE, Sachiko; EHLICH, Konrad (eds.). **Politeness in Language: studies in its history, theory, and practice**. 2nd ed. The Hague: Mouton de Gruyter, 2005.

IGREJA ANGLICANA. **The Book of Common Prayer among the Nations of the World**. Disponível em: <http://justus.anglican.org/resources/bcp/Muss-Arnolt/part4d.htm>. Acesso em: 19 abr. 2016.

IWASAKI, Shoichi. Japan: Language Situation. *In*: **Encyclopedia of Language & Linguistics**. Oxford: Elsevier, 2006. p. 93-95

KÁDÁR, Dániel L. Z.; HAUGH, Michael. **Understanding Politeness**. New York: Cambridge University Press, 2013.

KAISER, Stefan (Introd). **The Western Rediscovery of the Japanese Language**. Edited with an Introduction by Stefan Kaiser. Vol.1-5. Richmond: Curzon Press Ltd., 1995.

KAISER, Stefan. Nihongogakushi ni okeru Siebold no Ichiduke. Kankei shiryô kara no

tsuikyû. **Nihongo no kenkyû**. The Society of Japanese Linguistics. 4º. vol., n. 1, 2008. p. 31-44.

KAWAMATA, Shirô. Samuel Robbins Brown. **Nipponica: Dai Hakkazensho**. (Nipponica: Grande Enciclopédia). 25 vol. Ed. Rev. Tóquio: Shogakukan, 1994. Versão digital disponível em Japan Knowledge: <http://www.japanknowledge.com>. Acesso em: 14 jul. 2022.

KIKUCHI, Wataru. Taigû Hyôgen (Expressões de tratamento). *In*: MORALES, Leiko Matsubara (org.). **Tópicos de Gramática da Língua Japonesa**. Centro de Estudos Japoneses da Universidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Japão, 2011, p. 197-217.

KIKUCHI, Wataru. Sociedade japonesa: base estrutural das relações sociais. **Revista Estudos Japoneses**, 2014, p. 107-124.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KINSHICHI, Norio. Cidade de Lisboa na época de Luís Fróis – uma análise da estrutura profissional. *In*: **Essays in Commemoration of the Hundredth Anniversary of Tokyo University of Foreign Studies**. Tokyo: Tokyo University of Foreign Studies, 1999. p. 335-347.

KODA, Shigetomo. Notes sur la presse jésuite au Japon et plus spécialement sur les livres imprimés en caracteres japonais. **Monumenta Nipponica**, Vol.2, No. 2 (Jul., 1939), p. 374-385. Disponível em: <http://jstor.org/stabel/2382476>. Acesso em: 26 abr. 2014.

KOERNER, E. F. Konrad. Towards a Historiography of Linguistics 19th and 20th Century Paradigms. **Anthropological Linguistics**, vol. 14, no. 7, 1972, p. 255–280. Disponível em: www.jstor.org/stable/30029109. Acesso em: 06 nov. 2019.

KOERNER, E. F. Konrad. **Models in Linguistic Historiography**. Practicing Linguistic Historiography. Selected Essays. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1989.

KOERNER, E. F. Konrad. História da Linguística. **Revista Confluência**. N. 46. Rio de Janeiro, 2004. p. 9-22. Trad. de Susana Fontes do manuscrito do autor intitulado “Historiography of Linguistics” (1994).

KOERNER, Konrad. Questões que persistem em Historiografia Linguística. Trad. de Cristina Altman do original inglês “Persistent issues in Linguistic Historiography”.

Linguistic Historiography. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1995. **Revista da Anpoll**, n. 2, p. 45-70, 1996.

KOERNER, Konrad. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Seleção e edição de textos Rolf Kemmler e Cristina Altman. Braga: Centro de Estudos em Letras. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

KOKUSHI DAIJITEN (Grande Dicionário de História do Japão). 15 volumes, Yoshikawa Kôbunkan: 1979-1997. Versão digital disponível em Japan Knowledge: <http://www.japanknowledge.com>. Acesso em: 13 jul. 2022.

KOMINE, Kazuaki. **Kirishitan Bunka to Nichiô Kôryû** (A Literatura Missionária e a Literatura Não-Ficcional: enfoque na cultura missionária e no intercâmbio entre as culturas japonesa e ocidental). Tóquio: Bensey shuppan, 2009.

KUBOZONO, Ai. Marcadores de acusativo (Taikaku Hyôji) no dialeto de Kagoshima no início do século XVIII. In: AKAMINE, Ayako; MORALES, Leiko Matsubara (orgs.). **Cadernos de Resumos Expandidos do XII Congresso Internacional de Estudos Japoneses no Brasil**, XXV Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa. Campinas: Labour, 2018.

KURASHIMA, TOKIHISA. SR. Brown Kaiwa Nihongo no Nihongo. In: KATÔ, Tomomi; KURASHIMA, Tokihisa (org.). **Bakumatsu no Nihongo Kenkyu. SR Brown Kaiwa Nihongo**. Tóquio: Sanseidô, 1998, p. 427-466.

KURIHARA, Akiko; NISHIZAWA, Hiroko. **Breve História do Japão**. São Paulo: International Press, 2009.

LEECH, Geoffrey. **Principles of Pragmatics**. London: Longman, 1983.

LEECH, Geoffrey. **The Pragmatics of Politeness**. New York: Oxford University Press, 2014.

LIDIN, Olof. Tanegashima. **The Arrival of Europe in Japan**. Copenhagen: NIAS Press, 2002.

MARUYAMA, Toru. 2009. Prólogo. In: ZWARTJES, Otto (ed.). **Melchor Oyanguren de Santa Inés, Arte de la lengua japona (1738)**. Transcripción y edición preparada por Otto Zwartjes. Frankfurt am Main: Iberoamericana/ Vervuert, 2009, p. 7-19.

MARTINS, Nívea Oura. **Kaidan – narrativas do sobrenatural: um estudo a partir da obra Kwaidan de Lafcadio Hearn**. 2012. Dissertação de mestrado. Orientação da Profa.

Dra. Luiza Nana Yoshida. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

MASON, R. H. P.; CAIGER, J. G. **A History of Japan. Japan**, North America, Singapore: Tuttle Publishing, 1997.

MASSARELLA, Derek. **A World Elsewhere. Europe's Encounter with Japan in the Sixteenth and Seventeenth Centuries**. New Haven and London: Yale University Press, 1990.

MILANI, Sebastião Elias. **Historiografia Linguística de Wilhelm von Humboldt**. Conceitos e Métodos. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

MILLER, Roy Andrew. Review: Japanese and the Other Uralic Languages? **The Journal of the Association of Teachers of Japanese**. Vol. 16, N. 2, Nov. 1981, p. 166-199.

MILWARD, Peter. **Zabieru no mita Nihon** (O Japão visto por Xavier). Trad. de Matsumoto Tama. 24^a. ed. Tóquio: Kodansha, 2012 [1998].

MORAN, Joseph F. **The Japanese and the Jesuits**. Alessandro Valignano in sixteenth century Japan. London and New York: Routledge, 2004 [1993].

MORAN, Joseph F. The Well of Japanese Undefined. Joao Rodrigues' Advice on How to Study Japanese. **Monumenta Nipponica**, Vol. 30. No. 3 (Autumn, 1975), pp. 277-289. Disponível em: <http://jstor.org/stabel/2383583>. Acesso em: 26 abr. 2014.

MORITA, Takeshi (org.). **Nippoisho** (Tradução Japonesa do “Vocabulário da Língua de Iapam”). 1^a. reimpressão. Tóquio: Iwanami shoten, 1989.

MÜLLER, Friedrich Max. **Letter to Chevalier Bunsen, on the Classification of the Turanian Languages**. Londres: A.& G.A. Spottiswoode, 1854.

NAKAEMA, Olivia Yumi. (Im)polidez na língua japonesa: a mudança linguística e os papéis do sistema de ensino e do material didático. *In*: ODA, Ernani; NAKAEMA, Olivia Yumi; NABESHIMA, Yuri Kuroda (orgs.). **Novos temas de pesquisa em estudos japoneses**. Uma perspectiva internacional sobre Direito, Política, Sociedade e Cultura. Curitiba: Juruá, 2019. p. 71-89.

NAKAEMA, Olivia Yumi. Visões sobre a polidez na língua japonesa nas gramáticas elaboradas por estrangeiros entre os séculos XVII e XIX. *In*: COELHO, Olga (org.). **Fontes para a Historiografia Linguística: caminhos para a pesquisa documental**. Campinas: Pontes Editores, 2021. p. 113-135.

NAKAEMA, Olivia Yumi. Descrição da (Im)Polidez da Língua Japonesa no Século XIX por W. H. Medhurst (1830), Rev. S. R. Brown (1863) e B. H. Chamberlain (1888): uma análise historiográfica. *In*: DOMINGOS, Crisbelli; GODOY, Elena; FERREIRA, Marina Xavier (orgs.). **Coletânea de pragmática: grupo de pesquisa linguagem, comunicação e cognição**. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. p. 109-129.

NAKAEMA, Olivia Yumi. Politeness in João Rodrigues's grammars of Japanese. A terminological analysis. *In*: ZWARTJES, Otto; DE TROIA, Paolo (eds.). **Missionary Linguistics VI**. Missionary Linguistics in Asia. Selected papers from the Tenth International Conference on Missionary Linguistics, Rome, 21-24 March 2018. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2021. p. 155-173.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. A expansão colonial e o estudo das línguas exóticas pelos europeus nos séculos XV e XVI: o caso da África. **Revista África**, Revista do Centro de Estudos Africanos USP. São Paulo, 1999, 2000, 2001, p. 223-231. Disponível em: <http://cea.fflch.usp.br/sites/cea.fflch.usp.br/files/u6/Eduardo%20de%20Almeida%20NAVARRO.pdf>. Acesso em: 11 de out. 2015.

NIHON KOKUGO DAIJITEN (Grande Dicionário da Língua Japonesa), 2ª. ed, 13 volumes, Shogakukan, 2000-2. Versão digital disponível em Japan Knowledge: <http://www.japanknowledge.com>. Acesso em: 13 jul. 2022.

NINOMIYA, Masato. O centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão. **Revista USP**, São Paulo (28): 245-250, Dezembro/ Fevereiro 95/96.

NITTA, Yoshio (org.). 12. Danwa. 13. Taigû Hyôgen. *In*: Nihongo Kijûtsu Bunpô Kenkyûkai. **Gendai Nihongo Bunpô 7**. Tóquio: Kurosio, 2012.

NOMURA, Takashi. **Nihongo Sutandâdo no Rekishi** (História da língua japonesa Standard). Tóquio: Iwanami shoten, 2013. 349pp.

NUNES, Gabriel Pinto. Uma sucinta exposição da noção de honra no Bushidô de Nitobe. **Revista Estudos Japoneses**, 33 (2013), p. 22-34.

ODSTRCILÍK, Jan. Between Languages, Genres and Cultures: Diego Collado's Linguistic Works. **Medieval Worlds**, 11, 2020, p. 117-151.

OTA, Yuzo. **Basil Hall Chamberlain: Portrait of a Japanologist**. 3ª.ed. London and New York: Routledge, 2011 [1998].

PACHECO, Diego S. J. Diogo de Mesquita, S. J. And the Jesuit Mission Press. **Monumenta Nipponica**, Vol. 26, No. 3/4 (1971), p. 431-443. Disponível em: <http://jstor.org/stabel/2383655>. Acesso em: 26 abr. 2014.

PACHECO, Diego S. J. Diogo de Mesquita, S. J. **El Hombre que forjo a Nagasaki**. Vida del P. Cosme de Torres, S.J. Madrid: Editorial Apostolado de la Prensa, S. A., 1973.

PARK, Mae-Ran. s.d. Conflict Avoidance in Social Interaction: A Sociolinguistic Comparison of the Korean and Japanese Honorific Systems. *In*: HOJI, Hajime (ed.). **Japanese/Korean Linguistics**. Stanford: University of Southern California, 1990.

PEREIRA, Ronan Alves. **O BUDISMO JAPONÊS: sua história, modernização e transnacionalização**. Prod. Fundação Japão São Paulo, 2011. Disponível em: <http://fjosp.org.br/site/wp-content/uploads/2011/03/artigo-Budismo-Ronan.pdf>. Acesso em: 11 de jul. 2018.

PIZZICONI, Bárbara. Politeness. *In*: **Encyclopedia of Language & Linguistics**. 2nd ed. Elsevier, 2006 [1994], p. 679-84.

POLACHINI, Bruna Soares. **O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras do século XIX: estudo historiográfico**. 2013. 219f. Dissertação (Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientadora: Profa. Dra. Olga Ferreira Coelho Sansone. São Paulo, 2013.

PRATT, Peter. **History of Japan**. Compiled from the Records of The English East India Company at the Instance of the Court of Directors by Peter Pratt. Two Volumes. Kobe: J. L. Thompson & Co. (Retail) Ltd., 1981.

REISCHAUER, Edwin Oldfather (comp.). **Japan: An Illustrated Encyclopedia**. Tóquio: Kodansha, 2002 [1993]. Versão digital disponível em Japan Knowledge: <http://www.japanknowledge.com>. Acesso em: 15 mar. 2017.

RUXTON, Ian. **Sir Ernest Satow's Private Letters To W. G. Aston And F. V. Dickins: The Correspondence Of A Pioneer Japanologist From 1870 To 1918**. Edited by Ian Ruxton with Introduction by Peter Kornicki. Lulu Press Inc., 2008.

RUXTON, Ian. **Some Early Publication of Ernest Mason Satow: A Founding Father of Modern Japanology**. Hikaku Bunka Kenkyu. Kyûshû Institute of Technology Academic Repository. Vol. 33, 1997, p. 10-22.

- SANTÔ, Isao. **Nihongo no Kansatsushatachi: sennkyôshi kara oyatoi gaikokujin made** (Analistas da língua japonesa: dos missionários aos funcionários estrangeiros). Tóquio: Iwanami, 2013.
- SATÔ, Kiyoji. **Kokugoshi** (História da língua japonesa). Volume II. 2ª. ed. Tóquio: Ofûsha, 1992 [1973]. 530p.
- SHIBATANI, Masayoshi. **The languages of Japan**. 1a. Edição, 8a. Reimpressão (2005). Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Tradição Gramática e Gramática Tradicional**. 3a. ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- SHINMURA, Izuru. **Nanban Sarasa** (Chita dos Bárbaros do Sul). Tóquio: Heibonsha, 1995.
- SIORIS, George A. (org.). **Early Japanology**. Aston, Satow, Chamberlain; with an introduction by George A. Sioris. Vol. 1-4. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1998.
- SUGIMOTO, Tsutomu. **Kindai nihongo** (Língua Japonesa Moderna). Tóquio: Kinokuniya shoten, 1966.
- SUGIMOTO, Tsutomu. **Tôkyôgo no rekishi** (História da língua de Tóquio). Tóquio: Kôdansha, 2014.
- SUZUKI, Tae. Padre João Rodriguez: suas Artes e a linguagem de tratamento da língua japonesa. **Revista Estudos Japoneses**, n. VII, 1987, p. 113-127.
- SUZUKI, Tae. Cartas de Iapam: um perfil dos japoneses pela ótica dos portugueses. **Revista Estudos Japoneses**, n. X, 1990, p. 97-104.
- SUZUKI, Tae. **As expressões de Tratamento da Língua Japonesa**. São Paulo: Edusp, 1995.
- SUZUKI, Tae. Os Jesuítas no Japão dos Séculos XVI e XVII: o Papel da Prensa no Trabalho de Evangelização. *In*: PEREIRA, Ronan Alves; SUZUKI, Tae (Orgs.). **O Japão no Caleidoscópio: Estudos da Sociedade e da História Japonesa**. Campinas: Pontes, 2014.
- SWIGGERS, Pierre. Modelos, Métodos y Problemas en la historiografía de la lingüística. Nuevas Aportaciones a la historiografía lingüística. **Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL**. La Laguna (Tenerife), 22 al 25 de octubre de 2003. 2004 [2003], p.113-146.

SWIGGERS, Pierre. La Historiografía de la Lingüística: apuntes y reflexiones. **Revista argentina de historiografía lingüística**, I, 1, 2009, p. 67-76.

SWIGGERS, Pierre. Le métalangage de la linguistique: réflexions à propos de la terminologie e de la terminographie linguistiques. **Revista do GEL**, 7.2, 2010. Disponível em: www.gel.org.br/revistadogel. Acesso em: 13 jul. 2022.

SWIGGERS, Pierre. A Historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. **Confluência. Revista do Instituto de Língua Portuguesa**. Vol. 44-45, 2013, p. 39-50.

SWIGGERS, Pierre. De la ideologia de la(s) lengua(s) a la(s) ideologia(s) de la lingüística. **Circula: Revue d'idéologies linguistiques. Ideologías em obras sobre la lengua española** (ss. XV-XX), Número 8, automne, 2018. Disponível em: <https://id.erudit.org/iderudit/1064696ar>. Acesso em: 14 jul. 2022.

SWIGGERS, Pierre. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas, problemas. *In*: BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 45-80.

TASHIRO, Eliza Atsuko. **A Descrição de Alguns Morfemas Gramaticais na Arte da Língua de Iapam. O tratamento dado à classe dos joshi e jodoshi pelo Pe. João Rodrigues**. 1997. Dissertação (Mestrado em Letras). Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientador: Prof. Dr. José Jorge Peralta. São Paulo, 1997.

TASHIRO, Eliza Atsuko. **Documentação Missionária e Tradição Autócne sobre a Língua Japonesa: Padrões em Língua e Padrões em Historiografia Linguística**. 2003. Tese (Doutorado em Linguística). Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Semiótica e Linguística Geral. Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Fernandes Salles Altman. São Paulo, 2003.

TASHIRO, Eliza Atsuko. A gramática do padre João Rodrigues: entre o modelo descritivo latino e a fidelidade à língua japonesa. *In*: CEDOCH-USP. **Historiografia da Linguística Brasileira. Em Homenagem a Aryon Dall'Igna Rodrigues. Boletim V**. São Paulo: Centro de Documentação em Historiografia Linguística – Departamento de Linguística & Universidade de São Paulo, 2000, p. 73-85.

TASHIRO, Eliza Atsuko. As variedades do japonês nas Artes do Pe. João Rodrigues Tçuzu. *In*: CEDOCH-USP. **Boletim 7: Historiografia da Linguística Brasileira**. São

Paulo: Centro de Documentação em Historiografia Linguística – Departamento de Linguística & Universidade de São Paulo, 2004, p. 199-224.

TOYOSHIMA, Masayuki. **Kirishitan to Shuppan** (Missionários e a Prensa). Tóquio: Yagi shoten, 2013.

TRINCHÃO, Kaetano Ricardo Andrade. **A romanização da língua japonesa na obra de Johann Joseph Hoffmann (1805-1878)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientação: Profa. Dra. Eliza Atsuko Tashiro Perez. São Paulo: 2018.

TSUJIMURA, Natsuko. **An introduction to Japanese linguistics**. 3a. Edição. Chichester: John Wiley & Sons, Inc., 2014.

UEDA, Masaaki et al. (org.). **Nihon Jinmei Daijiten** (Grande Dicionário de Personalidades do Japão). Tóquio: Kodansha, 2001.

WATANABE, Kenji. Kirishitan Bungaku to Non-Fikushon Bungaku: Shibahara no ran wo chushin nin. *In*: KOMINE, Kazuaki. **Kirishitan Bunka to Nichiô Kôryû** (A Literatura Missionária e a Literatura Não-Ficcional: enfoque na cultura missionária e no intercâmbio entre as culturas japonesa e ocidental). Tóquio: Bensey shuppan, 2009. p. 120-129.

YAMADA, Yoshio. **Keigôhō no kenkyû** (Pesquisas sobre o método da linguagem de tratamento). Tóquio: Hôbunkan, 1924.

YAMAGUCHI, Nakami. **Nihongo no rekishi** (História da língua japonesa). Tóquio: Iwanami shoten, 2006.

ZUBILLAGA, P. Felix, S. J. (org.). **Cartas y escritos de San Francisco Javier. Unica Publication Castellana completa segun la Edicion critica de “Monumenta Historica Soc. Iesu” (1944-1945)**. Anotadas por el P. Felix Zubillaga, S. J. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1953.

ZWARTJES, Otto; HOVDHAUGEN, Even (Org.). **Missionary Linguistics/ Linguística Misionera**. Selected papers from the first international conference on Missionary Linguistics, Oslo, 13-16 March 2003. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2004.

ZWARTJES, Otto (ed.). **Melchor Oyanguren de Santa Inés, Arte de la lengua japona (1738)**. Transcripción y edición preparada por Otto Zwartjes. Frankfurt am Main: Iberoamericana, Vervuert, 2009.

ZWARTJES, Otto. Oyanguren de Santa Inés's grammar of Tagalog (Tagalysmo Elucidado 1742): towards a reconstruction of 18th century reflections on comparative typology. *In*: REID, Lawrence A.; RIDRUEJO, Emilio; STOLZ, Thomas (eds.) **Philippine and Chamorro Linguistics Before the Advento of Structuralism**. Berlin: Akademie Verlag, 2011, pp. 63-85.

ZWARTJES, Otto. **Portuguese Missionary Grammar in Asian, Africa and Brazil, 1550-1800**. (=Studies in the History of the Languages Sciences, 117). Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2011.